



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**Comunicação contra-hegemônica no Brasil: Análise das Dissertações e Teses em
Programas de Pós-Graduação em Comunicação (2013-2022)**

MILENA DOS SANTOS MARRA

**BRASÍLIA
2026**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**Comunicação contra-hegemônica no Brasil: Análise das Dissertações e Teses em
Programas de Pós-Graduação em Comunicação (2013-2022)**

MILENA DOS SANTOS MARRA

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do Título de Doutor(a) em Comunicação
pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação
da Universidade de Brasília (UnB).

Área de Concentração: Comunicação e Sociedade

Linha de Pesquisa: Poder e Processos
Comunicacionais

Orientador(a): Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino

BRASÍLIA
2026

MILENA DOS SANTOS MARRA

**Comunicação contra-hegemônica no Brasil: Análise das Dissertações e Teses em
Programas de Pós-Graduação em Comunicação (2013-2022)**

BANCA EXAMINADORA

Dr. Fernando Oliveira Paulino
Orientador – Presidente da Banca
PPG UnB FAC

Prof. Dra. Carina Luísa Ochi Flexor
Examinadora | PPG UnB FAC

Prof. Dra. Cicilia M. Krohling Peruzzo
Examinadora | PPG UERJ e UFES

Prof. Dr. Gabriel Kaplún
Examinador | Universidad de la República de Uruguay

Prof. Dra. Liziane Soares Guazina
Suplente | PPG UnB FAC

AGRADECIMENTOS

Esta tese só foi possível graças a uma rede de apoio que acompanhou e sustentou minha trajetória no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa Poder e Processos Comunicacionais, bem como ao financiamento concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)¹.

Meu agradecimento principal é dirigido ao grupo Comunicação Comunitária, carinhosamente nomeado de ComCom, que representa muito mais do que um projeto de extensão ou um grupo de pesquisa. Foi nesse coletivo que encontrei amigades que se tornaram uma verdadeira família. Agradeço, sinceramente, a todos(as) que fizeram parte disso!

Agradeço aos participantes desta pesquisa, que generosamente me ofereceram aquilo que considero um dos bens mais valiosos: o seu tempo. Agradeço também ao meu amigo Werick Alves, que transformou meus rascunhos feitos à mão em infográficos e imagens que compõem este trabalho, trazendo um pouco de criatividade à formalidade acadêmica.

Agradeço à banca examinadora, composta pelos professores Gabriel Kaplún, Cicilia M. Krohling Peruzzo, Carina Flexor e Liziane Guazina, profissionais cujo trabalho acompanho há anos e admiro profundamente. Considero um privilégio poder escutá-los e, igualmente, ser escutada por vocês. Agradeço especialmente ao professor Fernando Oliveira Paulino, pela orientação e parceria ao longo desse longo e todo esse percurso.

Por fim, agradeço à minha família que, mesmo sem compreender todas as etapas do processo de um doutorado, me apoiou e me manteve firme ao longo dessa jornada. Em especial, registro minha gratidão à minha irmã, Daphne Marra, e ao meu companheiro de estudos e de vida: Leonardo Carneiro. Obrigada de todo o meu coração!

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

MARRA, Milena dos Santos. *Comunicação contra-hegemônica no Brasil: Análise das Dissertações e Teses em Programas de Pós-Graduação em Comunicação (2013-2022)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2026.

Esta tese investiga de que modo a produção acadêmica brasileira em Ciências da Comunicação tem abordado a comunicação contra-hegemônica (entendida a partir do conceito de contra-hegemonia de Raymond Williams), a partir da análise de dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil entre 2013 e 2022. Parte-se da compreensão da comunicação como um território em permanente disputa, especialmente no contexto latino-americano, no qual iniciativas de comunicação popular, alternativa e comunitária se constituem em confronto direto com estruturas hegemônicas de poder, produção simbólica e circulação da informação. A pesquisa insere-se no campo da metapesquisa, ou “pesquisa da pesquisa”, assumindo caráter exploratório e abordagem predominantemente qualitativa, com a incorporação pontual de dados quantitativos. O corpus é composto por 60 trabalhos acadêmicos, selecionados a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, organizados em torno dos conceitos de comunicação popular, comunitária e alternativa, compreendidos como expressões centrais da comunicação contra-hegemônica no Brasil. A análise foi realizada por meio da Análise de Conteúdo (Bardin), com apoio do software ATLAS.ti, e estruturada a partir de cinco eixos analíticos: fundamentos teóricos, características da produção acadêmica, aspectos metodológicos, experiências empíricas analisadas e diagnóstico do campo. Com o objetivo de ampliar a compreensão das condições de produção do conhecimento, o estudo também recorreu a dados das plataformas Sucupira e Lattes, ao envio de formulários online a autores(as) das pesquisas analisadas, à realização de entrevistas semiestruturadas com autores(as) de teses premiadas pela Capes e ao uso de informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). Os resultados demonstram que, sem pesquisa, a comunicação contra-hegemônica dificilmente se sustenta como prática. Por fim, os resultados desta tese indicam que a pesquisa acadêmica é estruturante para a comunicação contra-hegemônica como campo. Os resultados mostram a centralidade da comunicação comunitária, o predomínio de abordagens qualitativas e interventivas, a concentração regional no Sudeste e lacunas persistentes nos recortes racial e de gênero. A pesquisa, nesse âmbito, constitui uma peça da engrenagem no enfrentamento das desigualdades e na disputa de sentidos nos meios de comunicação, além de fornecer parte significativa dos recursos humanos e financeiros mobilizados nas experiências analisadas.

Palavras-chave: Comunicação contra-hegemônica; Comunicação popular; Comunicação alternativa; Comunicação comunitária; Metapesquisa; Pesquisa acadêmica

ABSTRACT

MARRA, Milena dos Santos. *Counter-hegemonic communication in Brazil: an analysis of master's theses and doctoral dissertations in graduate programs in Communication (2013–2022)*. Doctoral dissertation (PhD in Communication) – Faculty of Communication, Graduate Program in Communication, University of Brasília, Brasília, 2026.

This thesis investigates how Brazilian academic production in Communication Sciences has addressed counter-hegemonic communication—framed by Raymond Williams' concept of counter-hegemony based on Gramscian theory—through the analysis of dissertations and theses defended in *stricto sensu* graduate programs in Brazil between 2013 and 2022. It stems from an understanding of communication as a territory of permanent dispute, especially within the Latin American context, where popular, alternative, and community communication initiatives arise in direct confrontation with hegemonic structures of power, symbolic production, and information circulation. Situated within the field of meta-research, or "research on research," the study adopts an exploratory character and a predominantly qualitative approach, incorporating specific quantitative data. The corpus consists of 60 academic works selected from the Capes Thesis and Dissertation Catalog, organized around the concepts of popular, community, and alternative communication, understood as central expressions of counter-hegemonic communication in Brazil. Analysis was conducted through Content Analysis (Bardin), supported by ATLAS.ti software, and structured around five analytical axes: theoretical foundations, characteristics of academic production, methodological aspects, empirical experiences analyzed, and a diagnosis of the field. To broaden the understanding of knowledge production conditions, the study also utilized data from the Sucupira and Lattes platforms, online questionnaires sent to the authors of the analyzed works, semi-structured interviews with authors of Capes-awarded theses, and information obtained via the Access to Information Act (LAI). The results demonstrate that academic research is structural to counter-hegemonic communication as a field. The findings highlight the centrality of community communication, the predominance of qualitative and interventive approaches, a regional concentration in the Southeast, and persistent gaps regarding racial and gender perspectives. Research in this scope constitutes a vital mechanism for confronting inequalities and disputing meanings within the media, while also providing a significant portion of the human and financial resources mobilized in the experiences analyzed.

Keywords: Counter-hegemonic communication. Meta-research. Communication Sciences. Popular communication. Brazilian academic research.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Visita presencial à ECA e digitalização do material
- Figura 2 – Descrição do processo metodológico
- Figura 4 – Nuvem com a recorrência das palavras-chave
- Figura 5 – Mapa de distribuição geográfica das pesquisas no Brasil (2013–2022)
- Figura 6 – Banca de Matheus Galdino Soares em meio à Covid 19
- Figura 7 – Vista da janela de Renata Melo (2017)
- Figura 8 – Material utilizado em campo pela pesquisadora (2014)
- Figura 9 – Devolutiva de pesquisa da Eunice Muret Luna (2014)
- Figura 10 – Sarah Santos em trabalho de campo
- Figura 11 – Diário de campo de Renata Melo (2016)
- Figura 12 – Observação das crianças por Priscila Rabassa de Souza (2013)
- Figura 13 – Priscila Rabassa de Souza (2013) no Telecentro de Inclusão Digital de Suruacá (PA)
- Figura 14 – Priscila Rabassa de Souza (2013) em entrevista com moradores da comunidade
- Figura 15 – Participação das crianças na pesquisa de Tovar da Silva (2020)
- Figura 16 – Apresentação circense de Luna (2014) para crianças na comunidade da Maré
- Figura 17 – Marcella Tovar da Silva (2020) e Bia em pesquisa de campo
- Figura 18 – Registro pesquisa João Malerba (2016) com os idosos na rádio comunitária (2016)
- Figura 19 – João Malerba em visita às rádios comunitárias (2016)
- Figura 20 – Imagens de objetos e memórias do Museu da Boa Esperança sobre o *Lagoas do Norte: pra quem?*
- Figura 21 – Registro de oficinas educacionais em Medellín, na Colômbia
- Figura 22– João Malerba em campo (2016)
- Figura 23 – Foto tirada do Morro do Timbau, de onde se vê a Baixa do Sapateiro, Linha Amarela e Vila dos Pinheiros
- Figura 24 – Anotação de Renata Melo em seu diário de campo (2016)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - *Corpus* de pesquisa comunicação comunitária

Quadro 2 - *Corpus* de pesquisa comunicação popular

Quadro 3 - *Corpus* de pesquisa comunicação alternativa

Quadro 4 - Entrevistas realizadas

Quadro 5 - Eixos utilizados como categorias de análise Atlas.Ti e suas definições

Quadro 6 - Relação de teses de doutorado entre 2013 e 2022

Quadro 7- Síntese do uso de análise de conteúdo no *corpus*

Quadro 8 - Pesquisas por meio da observação participante

Quadro 9 - Síntese de trabalhos que utilizam entrevistas como técnica de coleta de dados

Quadro 10 – Pesquisas sobre jornais

Quadro 11 - Pesquisas sobre rádio e TV

Quadro 12 - Podcasts identificados no *corpus*

Quadro 13 - Experiências relacionadas às experiências digitais

Quadro 14 - Pesquisas que têm como foco experiências do Rio de Janeiro

Quadro 15 - Jornais comunitários, de bairro, universitários e alternativos

Quadro 16 - Coletivos, grupos e iniciativas independentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA	31
1.1 Comunicação contra-hegemônica na América Latina	32
1.2 O direito humano à comunicação como fundamento da comunicação contra-hegemônica	37
1.3 Os sobrenomes diversos e suas manifestações	48
1.3.1 Comunicação popular-alternativa	51
1.3.2 Comunicação Comunitária	58
1.4 Tendências conceituais, referenciais teóricos predominantes	65
CAPÍTULO 2 – PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA (2013–2022)	74
2.1 A Pós-Graduação no Brasil	74
2.1.1 A pós-graduação brasileira em Comunicação	82
2.2 A pesquisa em Comunicação contra-hegemônica na década em questão	86
2.2.1 A distribuição temporal e os tipos de trabalho	90
2.2.2 Os temas mais recorrentes da pesquisa em comunicação contra-hegemônica	92
2.2.3 A região geográfica e outros aspectos	98
2.2.4 A vinculação institucional	101
2.2.5 Orientações das pesquisas	104
2.3 O contexto, os acontecimentos e a produção acadêmica	111
2.3.1 As políticas públicas de inclusão, as avaliações e o impacto na pesquisa acadêmica	111
CAPÍTULO 3 – OS SUJEITOS PESQUISADORES(AS)	120
3.1 Quem pesquisa a comunicação contra-hegemônica no Brasil	121
3.1.1 Formação dos pesquisadores(as) em comunicação contra-hegemônica	127
3.1.2 Ingresso, definição do tema e trajetória dos pesquisadores(as)	130
3.1.3 Os sujeitos pesquisadores latino-americanos e a internacionalização	134
3.2 Percursos, afetos e deslocamentos nas trajetórias de pesquisa	140
3.3 O voluntariado, o financiamento e os pesquisadores(as) bolsistas	143
3.4 A escrita científica como marca do pesquisador(a)	147
3.5 Os desafios e as possibilidades enfrentadas pelos pesquisadores(as)	150
CAPÍTULO 4 – ABORDAGENS METODOLÓGICAS EMERGENTES NAS PESQUISAS	153
4.1 A comunicação contra-hegemônica como matriz epistemológica	153
4.2 Os métodos da pesquisa em comunicação contra-hegemônica	159
4.2.1 As análises de conteúdos	161
4.2.2 O predomínio da observação participante na pesquisa de campo	164

4.2.3 As entrevistas como ferramenta metodológica recorrente	171
4.2.4 A memória coletiva, as crianças e os idosos	175
4.3 A pesquisa em comunicação contra-hegemônica como pesquisa-intervenção	183
4.4 As adversidades metodológicas na pesquisa em comunicação contra-hegemônica	187
4.5 A força dos métodos que vêm das práticas de luta	190
CAPÍTULO 5 – EXPERIÊNCIAS RECORRENTES	196
5.1 As experiências comunicacionais relacionadas a jornais	196
5.2 Experiências relacionadas à TV e a rádio	199
5.3 Experiências nos contextos digitais	203
5.3.1 O gentílico mareense como expressão da comunicação contra-hegemônica	211
5.4 Uma rede de apoio à pesquisa em construção	219
CAPÍTULO 6 – DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA	227
6.1 . Condições e desafios da pesquisa em comunicação contra-hegemônica	227
6.2 Extensão universitária como perspectiva de experimentação para a pesquisa	229
6.3 O lugar do pesquisador(a) e a recusa do distanciamento	230
6.4 A permanência dos pesquisadores(as) em comunicação contra-hegemônica	235
6.5 O pós-pesquisa e os desdobramentos no direito à comunicação	240
CONCLUSÕES	245
REFERÊNCIAS	249
APÊNDICE I - Formulário Online aplicado aos participantes	264
APÊNDICE II - Roteiro de Entrevista Semiestruturadas	266

INTRODUÇÃO

A comunicação é um território em disputa. Na América Latina, atuar nesse campo significa enfrentar estruturas hegemônicas já consolidadas, que incluem desde os grandes oligopólios, as *big techs* até diferentes tipos de governos. As comunidades, os coletivos e os movimentos populares que elaboram uma comunicação contra-hegemônica (também chamada de contracomunicação) têm o desafio de criar narrativas alternativas frente a obstáculos como a falta de recursos e a disparidade no acesso aos meios de produção e circulação da informação. No Brasil, essa comunicação se manifesta de várias formas: rádios comunitárias, coletivos independentes, portais de jornalismo livre, além de iniciativas de movimentos sociais, indígenas e quilombolas.

Nesse sentido, fica evidente que a comunicação contra-hegemônica não constitui um campo uniforme. Embora essas experiências possam, à primeira vista, parecer espaços harmoniosos, elas se sustentam no dissenso, emergindo em oposição às estruturas hegemônicas de poder e de produção simbólica. Trata-se, portanto, de um território naturalmente conflituoso, no qual diferentes grupos disputam o que deve ser comunicado, quais práticas merecem reconhecimento e quais significados devem prevalecer.

Estudos acadêmicos em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Comunicação têm se dedicado, ao longo do tempo, a investigar essa realidade, buscando entender como grupos que historicamente foram marginalizados elaboram narrativas, lutam em prol do direito à comunicação, por espaços de participação social e desafiam os modelos hegemônicos de comunicação no país e no continente. É nesse contexto que este trabalho se propõe a responder à pergunta: *Como se caracteriza a produção acadêmica em Ciências da Comunicação no Brasil sobre comunicação contra-hegemônica no período de 2013 a 2022?*

Nesse sentido, esta tese se insere no que Bonin (2008) define como “pesquisa da pesquisa”, um tipo de investigação voltada à análise de trabalhos acadêmicos já produzidos, reunidos no que a autora chama de “acervo de contribuições concretas”. Ou, ainda, no que Ioannidis (2015) aborda como a metapesquisa, que diz respeito ao “estudo da própria investigação: seus métodos, informes, reprodutibilidade, avaliação e incentivos”. Por meio dessa abordagem, busca-se identificar e sistematizar os avanços teóricos e metodológicos

acumulados no campo. Como destaca Bonin (2008, p. 4), essa prática permite retomar produções anteriores “a fim de que as novas investigações contemplem e considerem estes desenvolvimentos e aquisições e busquem efetivamente avançar com e a partir deles”.

Assim sendo, o objetivo geral desta tese é analisar a produção acadêmica brasileira em Ciências da Comunicação sobre comunicação contra-hegemônica, a partir de dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação *stricto sensu* entre 2013 e 2022, com o objetivo de identificar suas características e compreender suas tendências, padrões e contribuições para o campo. Como objetivos específicos, busca-se:

- Mapear o conjunto de pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação *stricto sensu* no Brasil, no período de 2013 a 2022, acerca de comunicação contra-hegemônica, com o objetivo de construir um panorama da produção acadêmica sobre o tema, identificando sua presença e evolução ao longo da última década.
- Caracterizar essas produções quanto à autoria, período de defesa, instituições envolvidas e orientações acadêmicas, a fim de compreender padrões, recorrências e perfis acadêmicos relacionados ao tema.
- Analisar as abordagens teóricas e metodológicas presentes nas dissertações e teses, destacando os referenciais conceituais mais utilizados, identificando quais correntes teóricas predominam, como os conceitos são aplicados e quais estratégias metodológicas sustentam as análises desenvolvidas.
- Identificar as práticas de comunicação contra-hegemônica analisadas nas pesquisas, identificando onde ocorrem no território latino-americano e como se materializam nos contextos locais e regionais, revelando suas especificidades territoriais.

Como etapa preliminar ao desenvolvimento desta pesquisa, procuramos identificar estudos que já tivessem se dedicado a objetivos próximos aos que orientam esta tese. Dois estudos foram identificados: ambos voltados à análise de dissertações e teses sobre

comunicação contra-hegemônica, mobilizadas como *corpus* para a reflexão sobre as características do campo. Esses trabalhos foram consultados para compreender o período que antecede o recorte temporal desta tese e para identificar as lacunas que apontam, de modo a atualizar o panorama em construção. Ainda assim, é importante destacar que esta tese assume uma perspectiva própria, distinta das anteriores, cuja originalidade será detalhada após a apresentação dos estudos precedentes.

Do mais antigo ao mais recente, o primeiro corresponde à dissertação de mestrado de Xavier Joseph Friedrich, orientada por Ismar Soares em 1992, cujo título é “A Comunicação Popular no Brasil sob a ótica da pesquisa acadêmica nos anos 80”. Para ter acesso a este material, foram realizadas diversas tentativas de busca pelo autor, além do contato com o próprio orientador do trabalho, mas não obtivemos sucesso. Como a dissertação não estava disponível online, optamos pela consulta presencial da única cópia existente, disponível na biblioteca da Instituição, localizada na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Após a consulta e com a autorização da biblioteca, digitalizamos manualmente o material para leitura e uso pessoal.

Figura 1 - Visita presencial à ECA e digitalização do material



Fonte: Acervo Próprio

Como a imagem anterior descreve, o processo de encontro com este material foi muito importante. Xavier Joseph Friedrich, na verdade, se apresenta neste trabalho como Xavier Joe Freddie. Ele é indiano, graduado em História e Filosofia, com formação religiosa. Na época em que fez sua pesquisa, ele trabalhava como uma espécie de assessor de comunicação junto

ao povo rural da chamada casta-baixa, no Sudeste da Índia, dentro do movimento popular chamado “People’s Action and Liberation Movement in East Ramnad” (PALMERA), o que justifica o seu desejo de estudar a experiência da comunicação popular/alternativa no Brasil. Uma das principais contribuições do trabalho citado é que ele aborda o período de transição entre o regime militar e o governo democrático e, por esse motivo, apresenta o que o autor chama de coluna vertebral do pensamento acadêmico da comunicação contra-hegemônica no país.

Após a leitura do material, identificamos que o estudo toma como *corpus* seis pesquisas de mestrado e doutorado e, para examiná-las, recorre à Análise Metodológica Crítica (Lopes, 1990). Na época, esses trabalhos apresentavam forte orientação gramsciana e adotavam predominantemente metodologias qualitativas. Para o autor, o principal resultado está no reconhecimento de que, embora as pesquisas em comunicação popular frequentemente tomem veículos de comunicação como objetos formais, elas se articulam de modo recorrente em torno do processo comunicacional e de sua inserção histórico-político-cultural, que funciona como vetor orientador da produção acadêmica dos anos 1980.

O segundo estudo que encontramos é a tese de doutorado de Otre (2015), orientada por Peruzzo, que realizou um mapeamento da produção acadêmica sobre Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária (CPAC) no Brasil entre 1972 e 2012, abrangendo quatro décadas de trabalhos defendidos nos 44 Programas de Pós-Graduação em Comunicação *stricto sensu* existentes à época. O trabalho, portanto, também contempla a década de 1980, mas não discute somente a comunicação popular. Ao contrário do trabalho anterior, essa tese está facilmente disponível na internet² e o acesso a ela se deu de forma bastante simples. Entre os resultados mais relevantes, destacam-se o levantamento das principais temáticas abordadas e a constatação de que a comunicação popular e comunitária se concentrava sobretudo em rádios e televisões, enquanto as experiências de caráter alternativo eram majoritariamente veiculadas em jornais impressos e vídeos.

O estudo também evidenciou forte concentração geográfica, na qual aproximadamente 75% das pesquisas localizavam-se na região Sudeste, revelando assimetrias na produção científica brasileira. Em suas conclusões, Otre (2015) apontou a necessidade de novos

² Disponível em <https://repositorio.metodista.br/items/e38c05d1-4cfb-4535-9e47-9acb71256268>. Acesso em 22 de janeiro de 2026.

mapeamentos capazes de aprofundar o conhecimento sobre a área e lançou a questão aberta: “O que mais podemos observar nas pesquisas sobre essa temática que contribuam para o seu desenvolvimento”? É justamente parte dessa lacuna que este trabalho se propõe a preencher.

Embora esta tese dialogue com as pesquisas precedentes citadas acima em termos temáticos, distingue-se delas por diversos aspectos: pelo recorte temporal adotado, por seus objetivos e pelas abordagens metodológicas mobilizadas. A começar pelo recorte temporal, o período de 2013 a 2022 abrange mudanças políticas, econômicas e sociais que impactaram diretamente a pós-graduação no Brasil, desde políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, a pandemia da Covid 19 e reformas que alteraram o sistema de pós-graduação como um todo. Além disso, esta tese propõe outras fontes de dados e estratégias próprias de análise, que serão detalhadas na próxima seção.

Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi conduzida em diferentes frentes: (a) levantamento e leitura de bibliografia, (b) sistematização de material, (c) mapeamento e análise de conteúdo dos materiais, (d) discussão dos resultados preliminares³, (e) envio de formulário online e (f) condução de entrevistas semiestruturadas. Por materiais entendem-se os textos de teses e dissertações incluídos no recorte temporal da pesquisa, bem como documentos relacionados à temática, incluindo informações obtidas por meio de pedidos à Lei de Acesso à Informação (LAI). Cada uma dessas etapas será detalhada a seguir e, posteriormente, será apresentada uma figura síntese dos procedimentos metodológicos.

Inicialmente, definiu-se o Catálogo de Teses e Dissertações do Repositório da Capes⁴ como plataforma central de coleta de materiais, em razão de seu vínculo com o Ministério da Educação (MEC) e de sua abrangência nacional. Verificou-se que o Catálogo reúne registros de estudos vinculados à temática desta pesquisa desde 1987. Para ilustrar a amplitude do acervo disponível, identificaram-se mais de 78 mil resultados no período compreendido entre esse ano e a atualidade.

Diante desse volume, e considerando o recorte temporal entre janeiro de 2013 e dezembro de 2022, foram adotados procedimentos metodológicos para a definição do corpus da pesquisa. A busca inicial retornou um número elevado de trabalhos, o que tornou

³ Além do exame de qualificação, participamos da 9ª Escola de Verão da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIC) em 2023, ocasião em que apresentamos a proposta de tese e recebemos apoio para o desenvolvimento da pesquisa por meio dos grupos temáticos.

⁴ Catálogo de Teses e Dissertações (Capes). Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em 22 de janeiro de 2026.

necessária a aplicação dos filtros disponíveis na plataforma. A partir desse refinamento, a seleção foi orientada por critérios como tipo de trabalho (tese ou dissertação), ano de defesa, autoria, composição da banca examinadora, área de conhecimento, programa de pós-graduação e instituição de ensino.

Na busca inicial, observou-se que o termo “comunicação contra-hegemônica” nem sempre aparecia explicitamente nas pesquisas, sendo mais frequentes expressões como mídia alternativa, jornal alternativo e rádio comunitária, entre outras. Diante dessa diversidade de denominações, optou-se por concentrar a análise em três conceitos que apresentam maior recorrência: comunicação alternativa, comunicação popular e comunicação comunitária. Ressalta-se, contudo, que, embora esses conceitos apresentem divergências, que serão discutidas em outra seção, eles representam, de forma abrangente, o universo plural que constitui o campo da comunicação contra-hegemônica.

Com isso, a busca pelo termo “comunicação comunitária” no Catálogo resultou em 202 trabalhos. Entre os trabalhos efetivamente acessíveis, foram considerados apenas aqueles que apresentavam o termo “comunicação comunitária” no título e/ou nas palavras-chave, como forma de garantir maior aderência ao objeto da pesquisa. Após a aplicação desses critérios de filtragem, foram selecionados 33 textos, que passam a compor o *corpus* analisado nesta etapa do estudo, descritos no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - *Corpus* de pesquisa comunicação comunitária

Autor(a)		Título do Trabalho	Instituição
1	ALVES, Carlos Roberto Cerqueira	COMUNIDADES CARENTES E A COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL: Técnicas de edição como forma de expressão de comunidades oprimidas e oportunidade de vida para jovens moradores de favelas	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
2	ANDREATA, Anderson Antônio	IMPACTOS NEOLIBERAIS NAS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL E NA ARGENTINA	Universidade Federal Fluminense
3	BATISTA, Elaine Barreto	Comunicação Comunitária: um caminho para o protagonismo social – um estudo de caso sobre o Jornal A Voz do Lapenna	Universidade Cruzeiro do Sul
4	CARDOSO, Paula de Souza	A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE: Uma experiência de produção audiovisual com pessoas em situação de rua	Universidade Federal Fluminense
5	CARVALHO, Renata Palitó	ASPECTOS DE ATIVISMO DIGITAL NA POLÍTICA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO:	Universidade Federal Fluminense

		Um estudo das páginas Fala Coroado e São Gonçalo da Depressão	
6	DA COSTA, Michelly Xavier	Uma análise da comunicação comunitária em duas associações de Itajubá, MG, através do uso das TICs como ferramenta de comunicação	Universidade Federal de Itajubá
7	TOVAR DA SILVA, Marcella Rodrigues	Debaixo da floresta, tem gente. Rede Mocoronga, audiovisual e o cotidiano ribeirinho	Universidade Federal Fluminense
8	SOUZA, Priscila Rabassa	A comunicação comunitária e a promoção da cidadania na comunidade de Surucá (PA)	Universidade Federal do Amazonas
9	EVANGELISTA, Fábio Gama Soares	O Bloco se benze que dá e o seu papel na sociabilidade da Favela da Maré (Rio de Janeiro)	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
10	FRANÇA, Kátia Aparecida Bizan	A REPRESENTAÇÃO DO MASCULINO: Um olhar semiótico sobre a publicidade nazista	Universidade Metodista de São Paulo
11	GIOVANCARLI, Luiza	Veículos de comunicação comunitários e jornais de bairro na cidade de São Paulo	Universidade de São Paulo
12	LIBERATO, Rita Simone Barbosa	Comunicação, saberes e sabores: estratégias de sobrevivência e práticas de bem viver na Aldeia Cinta Vermelha-Jundiba	Universidade Federal de Sergipe
13	LUNA, Eunice Muruet	Os lugares da infância em processos de comunicação comunitária: Jornal O Cidadão da Maré como experiência	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
14	MAGALHÃES, Caio César Mota	Comunicação Comunitária como articulação hegemônica na mídia convencional: Um estudo de caso do Parceiros do RJ	Universidade Federal do Ceará
15	MARCELO, Adriana Rabelo Rodrigues	Olhares sobre a comunicação comunitária no processo organizativo e atuação da comunidade quilombola da caçandoca, em Ubatuba (SP)	Universidade Metodista de São Paulo
16	MARTINS, Gizele de Oliveira	Militarização da vida e censura da Comunicação Comunitária: a luta por liberdade de expressão no conjunto de favelas da Maré	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
17	MEDEIROS, Dérika Correia Virgulino de	MANDACARU: Uma experiência de comunicação comunitária	Universidade Federal do Rio de Janeiro
18	MELO, Renata da Silva	A notícia por quem vive: Um olhar antropológico sobre a comunicação comunitária a partir de uma experiência da Cidade de Deus	Universidade Federal do Rio de Janeiro
19	MOREIRA, Hércules Silva	Comunicação Comunitária: Um estudo sobre a participação da audiência no processo de comunicação regional	Universidade de Mogi das Cruzes
20	NASCIMENTO, Letycia Gomes	Etnocomunicação indígena como prática de liberdade decolonialista e ancestral na formação comunicativa da Webrádio Yandê	Universidade Federal Fluminense
21	PEREIRA, Camille Costa Perissé	Comunicação que sobrevive: a busca de auto sustento para uma mídia autogerida por moradores da Cidade de Deus	Universidade Federal Fluminense

22	PEREIRA, Fabiana da Costa	O comunitário presente na TV Santa Maria (RS): Análise a partir das estratégias comunicacionais de produção televisiva	Universidade Federal de Santa Maria
23	PEREIRA, Luciano Alves	Cidadania como diálogo: As dimensões pública e comunitária da comunicação no Programa de Regularização Fundiária Plena do Jardim Curitiba em Goiânia	Universidade Federal de Goiás
24	RODEMBUSCH, Rodrigo Severo	RÁDIO COMUNITÁRIA E CIDADANIA COMUNICATIVA: Interações entre comunicadores locutores e ouvintes das Rádios Comunitárias Lomba do Pinheiro e A Voz do Morro	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
25	RODRIGUES, Carlos Alberto Kerr	Voluntariado do canal Net Cidade do ABCDM: Um programa inovador a serviço da comunidade	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
26	RODRIGUES, Verônica Maia	LEITURA CRÍTICA E TELENOVELA: processos de construção de identidade em comunidades	Universidade Federal do Rio de Janeiro
27	SGOTI, Silmara de Mattos	A comunicação comunitária dos quilombolas carrapatos da Tabatinga: o diálogo como práxis da comunicação interpessoal e grupal	Universidade Metodista de São Paulo
28	SILVA, Rociclei da	Navegando com a comunicação comunitária em uma maré de microrrevoluções	Universidade Federal do Rio de Janeiro
29	SILVA, Suelen de Aguiar	Comunicação comunitária e participação popular no projeto Casa Brasil.	Universidade Metodista de São Paulo
30		Comunicação, Movimento Sociais e Redes	
31	SOUZA, Juliana Salles de	Entre Quebradas e Comunas: Educomunicação Popular e Periférica em São Paulo e Medellín	Universidade de São Paulo
32	TAVARES, Joana Brandão	Ciber-Informações Nativas: Uma análise da circulação da informação dos cibermeios de autoria de povos indígenas residentes no território brasileiro (2005-2012)	Universidade Federal de Santa Catarina
33	ZANDONADE, Vanessa	RÁDIO COMUNITÁRIA DE HELIÓPOLIS: reivindicações e luta por regularização e atuação oficial	Universidade Estadual Paulista

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Uma vez identificadas as produções relacionadas à “comunicação comunitária”, procedeu-se à coleta de trabalhos envolvendo o termo “comunicação popular”. Após a aplicação dos mesmos filtros, a busca retornou 221 resultados. Consideraram-se apenas os trabalhos disponíveis publicamente e que apresentavam o termo “comunicação popular” no

título e/ou nas palavras-chave. Com esse critério, foram selecionados 18 textos que compõem o conjunto analisado, conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2 - *Corpus* de pesquisa comunicação popular

	Autor(a)	Título do Trabalho	Instituição
34	ALBERTI, Ana Aparecida Frabetti Valim	A Comunicação Popular na construção e preservação da memória das lutas populares no Brasil (décadas de 1970 e 1980)	Universidade Metodista de São Paulo
35	BOTELHO, Jéssica Taynah dos Santos	CENTRO POPULAR DO AUDIOVISUAL: Resistência e resistências na Comunicação Ecológicas	Universidade Federal do Amazonas
36	BROCHARDT, Viviane dos Santos	Comunicação Popular na construção de políticas de acesso à água no semiárido: a experiência da ASA	Universidade de Brasília
37	DA CUNHA, Karen Sica	A Reambientação do Jornalismo Popular no meio digital: Uma análise do Diário Gaúcho e do Extra	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
38	DA CUNHA, Luciana Gouvea	TELA FIRME, GRAVANDO! A produção audiovisual do coletivo Tela Firme no fomento dos vínculos culturais e comunicativos no bairro da Terra Firme, em Belém (PA)	Universidade Paulista
39	LUZ, Suelyn Cristina Carneiro	A participação das mulheres nos movimentos agroecológico e feminista e a contribuição do jornal Brasil de Fato	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
40	FERREIRA, Thales Brandão	COMUNICAÇÃO E MARKETING: Um estudo das interações comunicacionais entre feirantes e fregueses na feira livre de Paripiranga-BA	Universidade Federal de Sergipe
41	GONÇALVES, Antônio Vinícius Oliveira	CONTRA-HEGEMONIA, MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO SOCIAL: Um estudo sobre o MTST e a ocupação urbana com meio de Comunicação	Universidade Federal de Sergipe
42	HAUBRICH, Alexandre Freitas	MÍDIAS ALTERNATIVAS EM PORTO ALEGRE: Processos Comunicativos, mídiatização digital e cidadania na perspectiva de seus comunicadores	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
43	MORAES, Jader Luciano Silva de	FAVELA COM: Um retrato do Jornalismo Comunitário Carioca na era digital	Universidade Federal Fluminense
44	ROCHA, Letícia Monteiro	COMUNICAÇÃO ORAL E MIDIÁTICA NA FESTA DO DIVINO DE FIGUEIRÃO (MS)	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
45	RODRIGUES, Janaina de Holanda	A VILA QUE FICOU VELHA: A trajetória do Jornal de Bairro Vila Notícia e sua prática comunicacional	Universidade Federal do Ceará
46	DE SANTI, Mara Fernanda	Mídia cidadã, comunicação popular e as redes colaborativas online de alerta de segurança. Uma luta por direitos ou por visibilidade?	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

47	SANTOS, José Agostiniano Xavier dos	Apropriações da Comunicação nos espaços institucionais do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - Cuca Mondubim	Universidade Federal do Ceará
48	SOARES, Denise Rodrigues	Vidas Foliãs, suas comunicações, sociabilidades e dispositivos internacionais	Universidade Federal de Goiás
49	SOARES, Matheus Dias Galdino	O Jornalismo Cidadão, a comunicação popular e o hiperlocalismo nas rotinas de dez rádios comunitárias do Paraná e o Hiperlocalismo nas rotinas de dez rádios comunitárias do Paraná: Narrativas de imprensa, busca de identidade e contingências da frontalidade	Universidade Federal do Paraná
50	TEIXEIRA, Valmir de Araújo	IMPrensa NEGRA NA INTERNET: enquadramentos dos conteúdos produzidos pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z	Universidade Metodista de São Paulo
51	TONDO, Stephanie Branco	Jornalismo Popular na era digital - Reconfigurações Tecnológicas e Narrativas	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Por fim, deu-se início à coleta de dados relacionada ao termo “comunicação alternativa” e, após a aplicação dos mesmos filtros, a busca resultou em 85 registros. Os filtros previamente descritos foram ampliados, permitindo a seleção de 9 trabalhos que passaram a compor o conjunto analisado. Dessa forma, a coleta referente aos três termos resultou em um total de 60 materiais, listados no Quadro 3, cuja análise será detalhada adiante.

Quadro 3 - *Corpus* de pesquisa comunicação alternativa

	Autor(a)	Título do Trabalho	Instituição
52	BASTOS, Jaqueline Suarez	ENTRE NOÇÕES E EXPERIÊNCIAS: As tensões sobre autonomia e sustentabilidade na mídia independente	Universidade Federal Fluminense
53	LUZ, Suelyn Cristina Carneiro	A participação das mulheres nos movimentos agroecológico e feminista e a contribuição do Jornal Brasil de Fato	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
54	DE OLIVEIRA, Ariadne Freitas Bianchi	HIP HOP como processo comunicacional e sociabilidade para jovens indígenas de Dourados - MS	Universidade Metodista de São Paulo
55	DE SOUSA, Francisco Sérgio	QUANDO AS MINORIAS	Universidade Federal Fluminense

	Lima	FALAM: Os personagens da websérie cartas urbanas, do coletivo Nigéria, e suas construções de sentido sobre a obra	
56	HAUBRICH, Alexandre Freitas	MÍDIAS ALTERNATIVAS EM PORTO ALEGRE: Processos comunicativos, midiatização digital e cidadania na perspectiva de seus comunicadores	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
57	LOBATO, Mayara Luma Assmar Correia Maia	O CONSUMO DE MEMÓRIA DOS INVISÍVEIS: Representações e histórias de vida dos excluídos em iniciativas alternativas de comunicação	Escola Superior de Propaganda e Marketing
58	MEDEIROS E SILVA, Amanda Cíntia	PRÁTICAS E CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO ALTERNATIVO E CONTRA HEGEMÔNICO DE AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO: Uma visão a partir da rotina produtiva da Adital	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
59	CORRÊA, Marcos	FILMAR OPERÁRIOS: Entre a ação política e a comunicação alternativa na realização documental nas décadas de 1970/1980	Universidade Metodista de São Paulo
60	MOISÉS, Raika Julie	FALAM DE MIM E EU FALO DE NÓS: Gênero, raça e corporeidade na trama virtual	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Além disso, com o objetivo de compreender não apenas o contexto interno da produção científica, mas também aspectos externos a este, recorreu-se ao uso de materiais complementares que permitissem identificar os pesquisadores(as) e suas condições de produção, ou seja, quem fala a quem e em quais circunstâncias. Nesse sentido, para a elaboração desta tese, foram utilizadas diferentes bases de dados. São elas: a Plataforma Sucupira (Capes/MEC), que fornece informações sobre titulações de mestrado e doutorado, e a Plataforma Lattes (CNPq/MCTI), que reúne dados sobre a trajetória acadêmica dos autores(as). As informações coletadas nessas plataformas foram utilizadas de forma

complementar aos outros materiais de pesquisa.

Com o propósito de compreender mais profundamente a trajetória dos(as) autores(as) responsáveis pelos 60 trabalhos analisados, realizamos a identificação das autorias e a coleta manual de seus endereços de e-mail nas plataformas mencionadas anteriormente. Essa etapa foi muito trabalhosa e artesanal, tendo em vista que não há uma ferramenta de coleta digital de contatos. Foi possível localizar o contato de 46 dos 58 autores(as) envolvidos(as) nas produções analisadas. A partir disso, encaminhamos individualmente um formulário online intitulado “Quem são os sujeitos pesquisadores(as) da comunicação contra-hegemônica no Brasil?”, que buscava reunir informações sobre seus perfis acadêmicos, trajetórias de vida e percursos de pesquisa. Dentre eles(as), 23 responderam ao formulário⁵. Ressalta-se que, embora houvesse a possibilidade de participação anônima, somente um deles(as) optou por não se identificar. Com isso, alcançamos mais de 1/3 dos autores(as) dos trabalhos contemplados pelo *corpus* de pesquisa.

Com o mesmo objetivo, realizou-se também uma consulta ao Prêmio Capes de Tese, iniciativa voltada ao reconhecimento e à premiação de teses defendidas em programas de pós-graduação *stricto sensu* em todo o país. O intuito foi identificar se, no período correspondente ao corpus da pesquisa, havia teses premiadas que abordassem, de forma direta ou indireta, a temática da comunicação contra-hegemônica. A partir desse levantamento, foram identificadas duas teses premiadas diretamente relacionadas ao escopo desta investigação, cujos autores e autoras participaram de entrevistas semiestruturadas. O roteiro de entrevistas, composto majoritariamente por perguntas abertas, incluiu questões referentes às trajetórias acadêmicas e de pesquisa, bem como à atuação política e às perspectivas profissionais dos entrevistados(as). Todas as entrevistas foram transcritas integralmente e encontram-se disponíveis para consulta e análise⁶. A seguir:

⁵ Participaram da pesquisa: Camille Perissé, Carlos Roberto Alves, Eunice Muguet Luna, Fábio Gama Soares Evangelista (Fábio Caffê), Francisco Sérgio Lima de Sousa, Jaqueline Suarez Bastos, José Agostiniano Xavier dos Santos, Juliana Salles de Souza, Kátia Bizan, Letycia Gomes Nascimento, Luíza Giovancarli, Marcella Rodrigues Tovar da Silva, Mara Fernanda de Santi, Matheus Dias Galdino Soares, Maryara Luma Assmar Correia Maia Lobato, Priscila Rabassa de Souza, Rita Simone Barbosa Liberato, Renata Melo, Rodrigo Severo Rodembusch, Silmara de Mattos Sgoti e Viviane Brochardt.

⁶ Disponível em https://journaliststudio.google.com/pinpoint/document-view?collection=ad44372a9d6b0625&docid=a2d19f071c8c61f0_ad44372a9d6b0625_0_0&dapvm=1

Quadro 4 - Entrevistas realizadas

Autor(a)	Título do Trabalho	Data da entrevista	Duração
SANTOS, Sarah Fontenelle	Comunicação popular e insurgente da Boa Esperança: entre território, memória e histórias de vida em "Lagoas do norte para quem?"	19/08/2025 (online)	50 min
MALERBA, João Paulo Carrera	Rádios comunitárias no limite: crise na política e disputa pelo comum na era da convergência midiática	20/08/2025 (online)	1h04 min

Fonte: Elaboração própria (2025)

Adicionalmente, foram submetidos três pedidos de informação via Lei de Acesso à Informação (LAI), com o intuito de complementar o levantamento de dados e acessar informações que não se encontravam disponíveis de forma pública. O primeiro, direcionado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), solicitou informações sobre projetos de pesquisa vinculados à comunicação contra-hegemônica, sua distribuição regional, os critérios de avaliação adotados e os mecanismos de financiamento envolvidos. O segundo, encaminhado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), teve como objetivo levantar dados sobre a implementação de políticas de ações afirmativas no acesso a bolsas e vagas em programas da área de Comunicação, incluindo cotas raciais, sociais, indígenas e para pessoas com deficiência. O terceiro pedido, submetido ao Ministério da Educação (MEC), buscou acesso aos instrumentos normativos relacionados à temática da pesquisa, no período delimitado para este estudo.

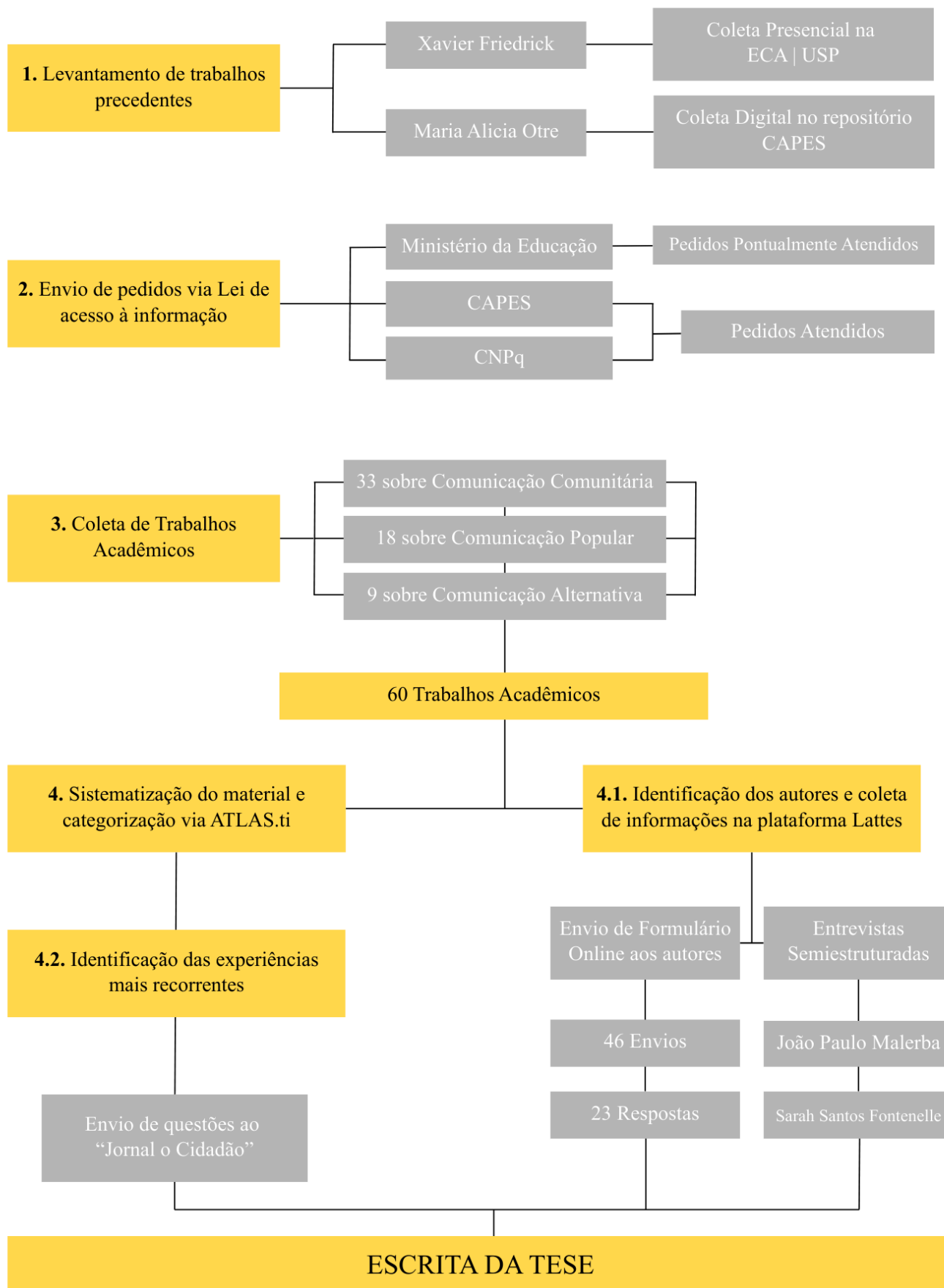
Na fase final da redação da tese, constatou-se que uma experiência comunicacional se sobressaía por sua relevância, configurando-se como a ocorrência mais repetida nas pesquisas analisadas: o jornal comunitário *O Cidadão da Maré*. Para compreender melhor como se configurava o diálogo entre essa experiência e as pesquisas, foram realizados contatos por e-mail, que foram prontamente respondidos pela equipe dessa experiência. O objetivo foi investigar se e como a aproximação com o meio acadêmico gerava retornos concretos para o jornal. Buscou-se também avaliar de que maneira o conhecimento produzido cotidianamente no jornal era reconhecido nos trabalhos acadêmicos e se essa circulação gerava efeitos

materiais ou simbólicos para a comunidade.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e natureza predominantemente qualitativa, que integra elementos quantitativos em pontos específicos da análise. Como ferramenta de pesquisa, utilizamos a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), a fim de construir um “estado do conhecimento” ⁷. O processo foi conduzido a partir da definição dos objetivos da pesquisa, da seleção dos documentos e da leitura do material, seguindo as orientações da autora. Também nos interessou aquilo que Bardin (2016, p. 171) chama de “elementos formais atípicos” como omissões e silêncios que, por carregarem significados, também foram considerados na interpretação. A seguir, descrevemos todo o processo metodológico de pesquisa:

⁷ O Estado do Conhecimento difere-se do Estado da Arte, tendo em vista que busca refletir com mais ênfase sobre o objeto de estudo em seus aspectos teóricos, identificando as interlocuções que se estabelecem em diferentes contextos e espaços. Nesse processo, o foco está em compreender o tema em sua constituição enquanto objeto de pesquisa, apontando potencialidades, fragilidades e horizontes investigativos. Assim, vai além do simples mapeamento das produções, oferecendo uma qualificação analítica do que já foi produzido (VALLE et al, 2025, s/p).

Figura 2 - Descrição do processo metodológico



Fonte: Autoria própria (2025)

Com o objetivo de sistematizar o material para a análise, foi elaborada uma codificação específica. Conforme Bardin (2016, p. 103), “tratar o material é codificá-lo”, o que corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto em informações que sejam organizadas, seguindo regras específicas, de modo a possibilitar uma representação do conteúdo. Nesse sentido, a etapa de categorização foi estruturada a partir de cinco eixos principais: (i) fundamentos teóricos; (ii) características da produção; (iii) experiências analisadas; (iv) metodologia; e (v) diagnóstico do campo. Para além desses eixos centrais, também foram incorporadas informações básicas de todo e qualquer trabalho acadêmico como o título, resumo, palavras-chave e referências. Abordaremos esses aspectos mais adiante.

Para a análise do material, o software ATLAS.ti foi utilizado como ferramenta de apoio, considerando sua compatibilidade com os objetivos do estudo, especialmente no que se refere à organização e à codificação dos dados qualitativos. Inicialmente, havia a previsão de uso do NVivo, porém optou-se pelo ATLAS.ti por apresentar maior compatibilidade com as características e demandas específicas do *corpus* analisado. O ATLAS.ti também demonstrou um custo-benefício mais acessível no que diz respeito à licença, além de recursos mais adequados às especificidades do corpus analisado. Todo o material codificado encontra-se disponível para consulta, verificação e utilização como fonte de dados em investigações subsequentes⁸.

No eixo dos fundamentos teóricos, buscou-se mapear as definições atribuídas às noções de comunicação contra-hegemônica, bem como aquelas relacionadas à comunicação popular, alternativa e comunitária. Nesse eixo, foram identificadas as principais referências mobilizadas em cada uma das pesquisas analisadas, as discussões em torno do direito à comunicação e as menções às Epistemologias do Sul.

No eixo das características da produção acadêmica, registraram-se informações como ano da defesa, instituição de origem, programa de pós-graduação, linha de pesquisa, orientação, região geográfica e tipo de trabalho. Também foram sistematizados dados referentes aos temas abordados, autoria, título, resumo, palavras-chave, enunciados das perguntas de pesquisa e justificativas apresentadas nos estudos.

⁸ Para utilizar o arquivo no *ATLAS.ti*, baixe o arquivo disponível em [x Doctoral Thesis - Code Manager.xlsx](#). Em seguida, abra o programa, acesse Arquivo, Importar Projeto, selecione o arquivo de projeto (*Project Bundle*) recebido e confirme a importação. Todo o conteúdo codificado estará então disponível para consulta.

O eixo metodológico contemplou os referenciais de análise adotados, como análise de conteúdo, análise de discurso, estudo de caso e abordagem etnográfica, bem como as ferramentas e técnicas de pesquisa empregadas, entre elas levantamento bibliográfico, trabalho de campo, entrevistas e observação participante ou não participante. Foram ainda identificados os trabalhos que recorrem explicitamente à pesquisa-intervenção, à pesquisa-ação ou a outras metodologias de caráter participativo.

No eixo das experiências analisadas, procedeu-se à categorização dos diferentes objetos empíricos investigados, incluindo jornais impressos, rádios e televisões comunitárias, iniciativas em ambientes digitais, além de experiências vinculadas a movimentos sociais, organizações não governamentais, associações de moradores e outros atores coletivos que emergiram ao longo da análise.

Por fim, no eixo de diagnóstico do campo, reuniram-se elementos relacionados aos temas recorrentes, aos conflitos epistemológicos, às lacunas de investigação, aos limites e fragilidades da produção acadêmica, às tensões entre prática social e prática científica, bem como aos processos de invisibilização no interior do espaço universitário. A seguir, essas informações são sintetizadas em um quadro demonstrativo:

Quadro 5. Eixos utilizados como categorias de análise Atlas.Ti e suas definições

Eixos	Conteúdo/Variáveis
Fundamentos Teóricos	Definições de comunicação contra-hegemônica, comunicação popular, comunicação alternativa e comunicação comunitária; disputas conceituais; referências bibliográficas mobilizadas em cada trabalho.
Características da Produção	Ano da defesa, instituição de origem, programa de pós-graduação, linha de pesquisa, orientador(a), região geográfica, tipo de trabalho; dados sobre temas abordados, autoria, título, resumo, palavras-chave, perguntas de pesquisa e justificativas.
Aspectos Metodológicos	Referências às abordagens metodológicas. (Ex.: análise de conteúdo, análise de discurso, estudo de caso, estudo etnográfico); ferramentas e técnicas (levantamento bibliográfico, trabalho de campo, entrevistas, observação participante e não participante); uso de pesquisa-intervenção, pesquisa-ação e metodologias participativas.
Experiências Analisadas	Objetos empíricos (Ex: jornais impressos, rádios e televisões comunitárias, experiências digitais); menções a movimentos sociais, ONGs, associações de moradores e outros atores coletivos.

Diagnóstico do Campo	Conflitos epistemológicos, lacunas de investigação, limites e fragilidades da produção acadêmica, tensões entre prática social e prática científica, processos de invisibilização no âmbito universitário, perspectivas de pesquisa.
----------------------	--

Fonte: Elaboração própria (2025)

No que diz respeito à estrutura desta tese, além da Introdução e das Considerações Finais, ela está organizada em seis capítulos. O Capítulo 1, Fundamentos epistemológicos da comunicação contra-hegemônica, dedica-se a discutir o que se entende por comunicação contra-hegemônica e quais são as bases conceituais que sustentam esse campo. O capítulo parte das raízes latino-americanas que dão origem histórica e política a essas práticas comunicacionais e avança para o debate sobre o direito à comunicação, compreendido como um direito humano fundamental. Em seguida, aborda-se a diversidade de denominações atribuídas ao campo, como comunicação popular, alternativa e comunitária, entendidas aqui como expressões de uma mesma disputa, ainda que marcadas por ênfases distintas. Na parte final, são apresentados os resultados da análise sobre essas denominações a partir do modo como aparecem nas pesquisas examinadas, com atenção especial aos fundamentos teóricos, às disputas conceituais e às bibliografias mobilizadas.

O Capítulo 2, Panorama da produção científica em comunicação contra-hegemônica, analisa a produção acadêmica brasileira no período delimitado pela pesquisa com o objetivo de compreender como esse campo vem se constituindo e quais disputas por legitimidade o atravessam. O capítulo inicia com uma contextualização da pós-graduação no Brasil, recuperando elementos históricos de sua formação e destacando suas especificidades no campo da Comunicação. Em seguida, examina-se o perfil das pesquisas analisadas, considerando autoria, orientação, vinculação institucional, distribuição geográfica e períodos de maior concentração da produção. A análise busca mostrar como essas dimensões revelam padrões, desigualdades e tensões na consolidação do campo.

O Capítulo 3, Os sujeitos pesquisadores(as), volta-se para quem produz o conhecimento em comunicação contra-hegemônica no Brasil. O foco recai sobre as trajetórias acadêmicas e pessoais desses pesquisadores e pesquisadoras, suas formações, percursos de ingresso na pós-graduação e relações com os temas investigados. O capítulo mostra como essas trajetórias costumam estar atravessadas por envolvimento direto com coletivos,

movimentos sociais e experiências comunicacionais nos territórios, o que tensiona a noção de distanciamento científico e reforça o caráter pessoal e político da pesquisa. Também são discutidos desafios como financiamento, voluntariado, escrita acadêmica e as condições materiais que marcam essas trajetórias.

O Capítulo 4, Abordagens metodológicas emergentes nas pesquisas, analisa os caminhos metodológicos adotados nos estudos sobre comunicação contra-hegemônica. Parte-se da compreensão de que os métodos não são apenas escolhas técnicas, mas expressam posicionamentos epistemológicos e políticos. O capítulo discute a pesquisa como práxis, apresenta os principais procedimentos utilizados nos trabalhos analisados e explora a presença de metodologias participativas, etnográficas e de pesquisa-intervenção. Também são examinados os limites e as lacunas dessas abordagens, destacando como propostas metodológicas inovadoras ou enraizadas nas práticas de luta frequentemente entram em conflito com concepções mais tradicionais de ciência.

O Capítulo 5, Experiências empíricas recorrentes na produção analisada, concentra-se nas experiências de comunicação contra-hegemônica que aparecem com maior frequência nas pesquisas. O capítulo busca situar essas experiências em relação aos territórios em que se desenvolvem e aos contextos sociais e políticos que as atravessam. São analisados objetos como rádios comunitárias, jornais, mídias digitais e iniciativas educativas, sempre em diálogo com temas como memória, resistência, processos formativos e vínculos com movimentos sociais. A análise baseia-se tanto nos dados dos trabalhos examinados quanto nas entrevistas realizadas, permitindo compreender padrões e singularidades dessas experiências.

O Capítulo 6 analisa os desafios e as potencialidades da pesquisa em comunicação contra-hegemônica no campo da Comunicação no Brasil. Parte-se do reconhecimento de que esse campo vive em zonas persistentes de invisibilidade acadêmica, afetando tanto os objetos estudados quanto os pesquisadores. O capítulo mostra que a recusa ao distanciamento é uma escolha epistemológica ligada às trajetórias dos pesquisadores(as). Aborda ainda a comunicação contra-hegemônica como posição no campo científico, marcada pelos critérios tradicionais de legitimação. O pós-pesquisa também é discutido, evidenciando que a produção de conhecimento não termina com a tese e pode gerar efeitos concretos no fortalecimento do direito à comunicação e na democratização dos meios. Por fim, a pesquisa é apresentada

como parte de uma engrenagem social mais ampla, na qual o conhecimento acadêmico sustenta e fortalece as experiências comunicacionais contra-hegemônicas.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

Entende-se por comunicação contra-hegemônica, ou contra-comunicação, aquela que se posiciona em oposição às estruturas dominantes de produção, circulação e legitimação da informação. Diante da concentração estrutural dos meios de comunicação, a disputa simbólica exige estratégias múltiplas e articuladas, capazes de tensionar a hegemonia midiática vigente. Trata-se de um conceito atravessado por disputas epistemológicas, especialmente no contexto da América Latina. Isso ocorre porque esse conceito busca dar significado a experiências de comunicação bastante diversificadas, que geralmente fogem à lógica dos grandes meios e que se manifestam em diferentes modos, formatos, linguagens e finalidades. Conforme D. Moraes (2010, p.72), “para a contraposição ao poderio midiático, todos os recursos táticos e canais contra-hegemônicos devem ser mobilizados e aproveitados. As forças renovadoras não podem se dar o luxo de eleger uma única vertente de expressão.”

Tendo em vista essa complexidade, este capítulo propõe uma retomada dos fundamentos epistemológicos que sustentam tais denominações, discutindo suas bases conceituais, raízes históricas e vínculos com processos de mobilização social e de disputa por visibilidade nos meios de comunicação. Em seguida, aborda-se a diversidade de termos atribuídos ao campo, com atenção especial aos “sobrenomes” popular, alternativa e comunitária, que refletem diferentes compreensões teóricas e modos de organização dessas experiências.

Discute-se ainda a natureza das pesquisas investigadas, compreendidas como expressões das epistemologias do Sul, na medida em que confrontam (ou se propõem a confrontar) paradigmas hegemônicos e afirmam outras formas de produzir o conhecimento. A partir da análise das pesquisas mapeadas, são discutidos os sentidos atribuídos a essas categorias, bem como os tensionamentos e recusas que surgem diante de classificações que, muitas vezes, não dão conta da complexidade e da pluralidade das experiências observadas.

1.1 Comunicação contra-hegemônica na América Latina

A hegemonia é mais do que um simples instrumento de manipulação. Conforme Gramsci (1978), trata-se de um conjunto de significados, valores e práticas que passam a ser percebidos como a própria realidade pela maioria das pessoas, atravessando as dimensões da vida social. Para que isso ocorra, a coerção direta não é necessária. Por meio da hegemonia cultural, por exemplo, diversas estruturas sociais, incluindo os meios de comunicação, difundem e reforçam uma ideologia dominante, tornando-a aceita como legítima e natural pela sociedade. Nesse contexto, é recorrente que grupos em posição subalterna incorporem visões de mundo associadas aos grupos hegemônicos, mesmo quando essas concepções entram em contradição com suas práticas sociais. Segundo o autor, quando assimiladas a partir de imposições do meio social, tais ideias tendem a se manifestar de maneira pouco elaborada, com reduzido exercício crítico e baixa coerência interna.

Contudo, esse processo é atravessado por uma contraposição. Coutinho (2008) enfatiza que a cultura constitui um espaço de disputa política, no qual grupos subalternos podem construir visões de mundo alternativas, produzindo resistências que, a partir da concepção gramsciana, Raymond Williams (1979) nomeou de contra-hegemonia, especialmente no âmbito dos Estudos Culturais a partir da década de 1960. Quando os Estudos Culturais voltam sua atenção para formas de expressão cultural não tradicionais, ocorre um descentramento da legitimidade cultural. A perspectiva contra-hegemônica se insere nesse contexto ao questionar práticas situadas à margem da esfera cultural dominante. Conforme destaca Escosteguy (2003, p.157), os Estudos Culturais consolidaram “uma tendência da crítica cultural que desafia a hierarquização entre formas e práticas culturais, historicamente estruturadas por oposições binárias, como cultura alta/baixa ou superior/inferior”.

Nessa perspectiva, Williams (1979) define a contra-hegemonia como aquilo que se opõe às formas de poder e de dominação cultural e política que estruturam as relações entre as classes sociais, especialmente no que se refere à definição e à manutenção de uma classe dominante. Mesmo diante da força da hegemonia, persistem experiências que desafiam essa lógica e se situam à margem da cultura dominante. Williams (1979) distingue essas

experiências em duas categorias: aquelas que se apresentam como alternativas e aquelas que se configuram como oposição direta à cultura dominante, denominadas, respectivamente, “hegemonia alternativa” e “contra-hegemonia”. Assim, a contra-hegemonia emerge necessariamente com um caráter contestatório, voltado à construção e à afirmação de valores, significados e práticas que se distinguem da ordem hegemônica tradicional.

Considerando que a hegemonia se consolida por meio da produção do consenso e da direção cultural, a comunicação constitui um dos principais espaços de sua realização. Segundo Dênis de Moraes (2010, p. 67), o processo da hegemonia inclui a disputa pelo monopólio dos órgãos formadores de consenso, como é o caso da imprensa, partidos políticos e sindicatos”, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política, desagregando os que discordam numa “nuvem de poeira individual e inorgânica” (GRAMSCI apud D. MORAES, 2010, p. 265). No âmbito midiático, essa disputa se materializa em práticas de mediação que incidem sobre a circulação pública dos sentidos, como a seleção dos temas que ganham visibilidade, os modos de abordagem adotados e a exclusão de determinadas perspectivas do debate público.

A eficácia dessas práticas midiáticas, contudo, não se esgota no controle da agenda pública ou nos enquadramentos discursivos adotados. O problema reside no fato de que esses discursos, reiteradamente veiculados, tendem a ser incorporados pelos sujeitos, produzindo um sentido compartilhado de legitimidade que orienta a vida coletiva, conferindo-lhes força persuasiva e estabilidade social. Como consequência disso, Paiva (2001, p. 2) observa que se configura uma verdadeira hegemonia na mídia na qual “todas as atividades e relações humanas, incluindo aquelas que historicamente definiram a existência do indivíduo, como a personalidade, o trabalho, a educação, a política ou a religião, são moldadas pelas estruturas midiáticas”. Em outras palavras, trata-se de um processo hegemônico que se sustenta na produção e na naturalização de consensos por meio das práticas comunicacionais que organizam a circulação social dos sentidos.

Conforme Guareschi (1982, p.19), esse processo hegemônico leva as ideologias dominantes a se incorporarem aos hábitos, desejos e reflexos das pessoas, de modo que grande parte delas atravessa a vida sem perceber os fundamentos que sustentam essas representações. O autor observa que esse fenômeno também encobre o papel dos meios de

comunicação como instrumentos de coerção a serviço da manutenção das estruturas de poder e da reprodução das relações sociais dominantes, nos quais os sujeitos participam muitas vezes de forma naturalizada, sem consciência crítica sobre os mecanismos que orientam essas relações, “capacitando-os a participar na reprodução do aparato de dominação sem que se dêem conta de que são cúmplices e autores de sua própria exploração” (GUARESCHI, 1982, p.19).

A operacionalização desse processo hegemônico pode ser observada de forma concreta no Brasil. Novaes (2008, p. 53) evidencia, por exemplo, a existência de um processo sistemático de apagamento cultural promovido pelo campo midiático. Segundo o autor, diversas nações indígenas, com suas línguas, tradições e modos de vida, permanecem praticamente invisíveis na cobertura jornalística tradicional, o mesmo ocorre com expressões culturais regionais e com minorias étnicas que lutam pela preservação de sua existência e identidade. Um caso emblemático citado por Novaes é o falecimento de Malakuyawá, um dos principais líderes da aldeia Waurá, no Alto Xingu, ocorrido em meados de 2006, fato que, apesar de sua relevância, não recebeu qualquer registro nos noticiários da grande imprensa do país. O trecho a seguir expõe isso:

Malakuyawá era o ponto mais alto do conhecimento numa sociedade assim, a sociedade dos Waurá, talvez o ponto mais preservado do Alto do Xingu. E, no entanto, quando morreu, não saiu uma linha sequer no jornal ou na televisão. E era uma perda irreparável. Seus filhos, já às voltas com os brancos, sabiam muito menos que ele. Seus netos, menos ainda. Quando Malakuyawá partiu para a viagem definitiva, em direção à aldeia dos ancestrais, foi de fato como houvesse se incendiado uma grande, uma enorme biblioteca (NOVAES, 2008, p.53).

Na mesma perspectiva de Novaes (2008), pode-se citar o Festival Folclórico de Parintins, disputa anual entre os bois-bumbás Caprichoso e Garantido, realizada na cidade de Parintins, no Amazonas. Com quase seis décadas de existência e contando com o patrocínio de grandes empresas, como a Petrobras, o evento nunca foi transmitido pela televisão aberta, mesmo diante de sua ampla relevância cultural. Em contraste, festivais musicais de menor alcance, concentrados sobretudo na região Sudeste, recebem cobertura recorrente em rede nacional. Esse descompasso evidencia que, para os veículos hegemônicos do país, manifestações culturais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como o Bumba-meu-boi,

o carimbó, o samba de coco e o siriri, permanecem à margem da agenda midiática e raramente são reconhecidas como expressões verdadeiras da identidade cultural brasileira.

Enquanto instância de direção cultural, a hegemonia comunicacional do país também se manifesta de forma evidente na distribuição desigual de visibilidade entre diferentes expressões de fé. Apesar da pluralidade religiosa que caracteriza o Brasil, os meios de comunicação de massa tendem a privilegiar determinadas matrizes religiosas em detrimento de outras. Um exemplo disso é a tradicional transmissão da Santa Missa pela Rede Globo, exibida semanalmente aos domingos, às seis horas da manhã, prática que reforça a presença histórica do catolicismo como religião de referência nacional.

Embora as características desse processo de direção cultural apareçam de forma bastante acentuada no Brasil, elas não se restringem a esse contexto. Trata-se de uma dinâmica mais ampla que atravessa a América Latina, região marcada por trajetórias históricas semelhantes. Nessa região, a hegemonia comunicacional muitas vezes se manifesta na marginalização das culturas subalternas e na imposição dos valores da elite sobre a cultura popular. Conforme González (2017, p. 23), “quando o emissor hegemônico desqualifica e exclui radicalmente toda cultura subalterna, só resta espaço para uma forma de comunicação que poderíamos chamar de comunicação compulsiva ou coativa”, caracterizada pela unilateralidade das mensagens, violência simbólica e tentativa de substituir integralmente as manifestações culturais populares pelos valores da elite urbana.

Martín-Barbero (1997, p. 220) observa que, por muito tempo, a “verdade cultural” da América Latina foi relegada a segundo plano, prevalecendo a ideia de que apenas perspectivas estadunidenses e europeias poderiam interpretar a realidade da região. Contudo, a força concreta das experiências sociais acabou por desafiar esses limites, mostrando que não era possível compreendê-las de forma isolada. Nesse processo, tornou-se necessário “perder o objeto” para perceber o movimento social presente nas práticas cotidianas, reconhecendo a participação de diferentes atores que, mesmo sem uma linguagem formal para discorrer sobre cultura, a questionam e transformam no dia a dia da região.

Nesse contexto, os latino-americanos desenvolveram uma vasta rede de processos comunicativos, tanto dentro quanto fora das organizações sociais, que se articulam à

capacidade de organização social, à participação cívica e à emergência de novos atores e sujeitos nos diversos cenários da região, como observa Festa (1999, p.2):

Os latino-americanos construíram experiências inéditas: governos eleitos democraticamente em quase todos os países da região, conquista de direitos civis e políticos como em nenhum outro momento da história do continente, capacidade de organização social e de ousadia cívica, fazendo emergir novos atores e sujeitos nos diversos cenários da região, e ainda a construção de uma vasta rede de processos comunicativos dentro e fora das organizações sociais (FESTA, 1999, p.2).

É nesse contexto que surge o que Peruzzo (2008) denomina “uma outra comunicação”, caracterizada por traços específicos em oposição à chamada grande mídia⁹, muitos deles decorrentes de processos colonizadores, de desigualdades sociais e das lutas históricas por autonomia e reconhecimento cultural na América Latina. Essas experiências se manifestam de diversas maneiras, mas geralmente compartilham o objetivo de promover a liberdade de expressão e atuar como instrumento de conscientização, contribuindo para a participação social e a democratização da comunicação. Seus modos de organização refletem esse caráter participativo: frequentemente, apresentam estrutura de base popular, coletiva, associativa ou vinculada a movimentos sociais, podendo também assumir formas autônomas, comunitárias, cooperativas ou em rede.

Considerando o papel desses tipos de comunicação na articulação de comunidades e na promoção da participação social, bem como suas diferenças em relação à grande mídia, especialmente na proposta editorial, tanto pelo enfoque dado aos conteúdos quanto pelos assuntos abordados, nesta tese adotamos os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária como expressões dessa “contracomunicação”. Apesar de apresentarem divergências, que serão discutidas em seção posterior, entendemos que o que as caracteriza como contra-hegemônicas é a tendência de questionar o *status quo* e promover avanços na emancipação social no contexto local, conforme a autora:

Historicamente, a posição político-ideológica desse tipo de comunicação no Brasil é de caráter contestador ao status quo e serve como canal de expressão de setores

⁹ Ao longo deste trabalho, utilizamos o termo *grande mídia* para nos referirmos aos veículos de comunicação de amplo alcance e elevada concentração econômica (Fonseca, 2007). No entanto, essa denominação tem sido problematizada por carregar um juízo de valor que associa grandeza à relevância e à legitimidade, ao mesmo tempo em que naturaliza a centralidade desses veículos e desqualifica outras formas de produção comunicacional. Ver “Grande mídia não é nome, é confete”. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/13/grande-midia-nao-e-nome-e-confete/>. Acesso em 31 de janeiro de 2026.

subalternos organizados da população com vistas a obter respostas para suas demandas ligadas às carências sociais e econômicas advindas das desigualdades sociais (condições de moradia, de saúde), bem como às lutas para democratizar a política e a sociedade, além daquelas do mundo trabalho visando melhorar a distribuição de renda e as condições trabalhistas (PERUZZO, 2008, p.101).

Mesmo diante da força do *status quo* e das estruturas de poder estabelecidas, a singularidade da América Latina fortalece a comunicação contra-hegemônica. Capriles (1981) destaca que, diante da sujeição global que caracteriza a região, essas práticas se tornam particularmente relevantes. Nesses contextos, funcionam como espaços de afirmação cultural, resistindo a processos de concentração midiática e de apagamento simbólico que atravessam o continente. Embora não tenham o mesmo alcance do sistema midiático dominante, buscam afirmar seu lugar nesse território em disputa que é a comunicação.

De acordo com Guattari e Rolnik (1986, p.115), a comunicação contra-hegemônica, como a imprensa alternativa e as rádios livres, não busca legitimação institucional nem reconhecimento pelas mídias tradicionais. Para o autor, o foco não está na ampliação do alcance ou no aumento da audiência, mas assegurar a autonomia sobre o próprio processo comunicacional. Trata-se de garantir o direito de produzir e difundir conteúdos de forma livre, sem se subordinar às lógicas de mercado ou aos critérios de validação impostos pelos grandes meios. Em essência, trata-se da expressão mais pura do que é o direito à comunicação, o que se busca é resistir e expressar-se em seus próprios termos, dentro de seus próprios espaços e frequências.

1.2 O direito humano à comunicação como fundamento da comunicação contra-hegemônica

Está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que “todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que inclui o direito de buscar, receber e divulgar informações e ideias por qualquer meio” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, art. 19). Nesse sentido, o direito à comunicação é um direito humano fundamental e constitui um dos pilares da democracia, devendo ser promovido e protegido universalmente por todos os povos e nações. Sua relevância é especialmente perceptível na América Latina e, de modo particular, no Brasil, onde a concentração dos

meios de comunicação e as desigualdades sociais e culturais restringem o acesso à informação e, por consequência, a participação plena na vida social.

Em relação a isso, no Brasil, há ainda o agravante de que o direito à comunicação sofre uma espécie de invisibilidade social. Conforme Sousa Junior et al. (2016, p.25), “enquanto áreas como saúde, educação, segurança e habitação são reconhecidas como demandas concretas, o direito humano à comunicação nem sempre assume a mesma materialidade”. Essa falta de reconhecimento dificulta a formulação de políticas públicas e reforça as desigualdades no acesso à informação e à participação social. Mesmo assim, o tema tem ganhado relevância a partir de reflexões teóricas que o situam no campo no âmbito dos direitos humanos e da cidadania comunicativa.

O direito à comunicação é um “direito achado na rua”¹⁰, uma vez que, além de ser um direito humano fundamental, sua consolidação e evolução ao longo do tempo têm se dado, sobretudo, por meio da ação e da mobilização dos movimentos sociais. Está intrinsecamente ligado às lutas sociais, à participação popular, à emancipação coletiva e à democratização dos meios de comunicação. Sousa Júnior et al. (2016, p. 10) definem o direito à comunicação como achado na rua porque é um direito que “emerge das ruas, que disputa espaços, linguagens e formas de reconhecimento e se traduz na voz do povo como sujeito histórico criador de direitos”.

Conforme Rebouças (2006, p. 69), “o Brasil tem um dos mais avançados estatutos jurídicos referentes às comunicações”, mas progressivamente foi contaminado pelos interesses dos grupos econômicos. Diante disso, embora o direito à comunicação esteja formalmente reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro, tanto na Constituição Federal quanto em legislações infraconstitucionais, sua positivação normativa, embora necessária, mostra-se insuficiente para garantir sua efetiva concretização. Um exemplo disso é a longa trajetória de reivindicações pela regulação democrática da comunicação no Brasil, iniciada ainda na Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Apesar dos avanços constitucionais, que

¹⁰ Refere-se à teoria crítica “Direito Achado na Rua” (SOUSA JÚNIOR et al., 2016), na qual “rua” é uma metáfora de “espaço público”. Espaço este que está sempre em disputa por diversos atores sociais, desde os hegemônicos até os sujeitos coletivos de direito.

buscaram estabelecer princípios mínimos de pluralidade e controle público sobre os meios, o país segue sem regulamentar plenamente a totalidade desses dispositivos.

Em certa medida, o corpus analisado nesta tese indica que o direito à comunicação constitui o cerne da comunicação contra-hegemônica, uma vez que a demanda mais recorrente se relaciona à necessidade de ampliar a participação social dos grupos e das comunidades envolvidas. Trata-se de uma busca constante por reconhecimento e intervenção na vida pública, frequentemente associada à própria noção de cidadania. A seguir, apresentamos alguns trechos que evidenciam essa constatação:

Nesse sentido, a luta pela garantia do direito à comunicação - o motivo principal pelo qual se desenvolve o comunicar sobre, para e a partir das periferias - torna-se um dos eixos estruturantes para concretizar processos comunicacionais cujo intuito é mobilizar pessoas, com vistas à mudança da sociedade (J. SOUZA, 2019. p.256).

Nosso entendimento que a cidadania é algo que precisa ser conquistado, não vem de atitude descendente, verticalizada, mas é resultado de luta perene, duradoura, advinda quase sempre de baixo para cima, o que implica a construção de longos processos históricos, sacrificados por aqueles que acreditam na universalização de todas as potencialidades e possibilidades criadas pela existência em sociedade. Essa luta é fruto da possibilidade de participação consciente e democrática de todas as pessoas na criação e administração da esfera pública, pela construção coletiva do espaço público (L. PEREIRA, 2018, p.30).

Não podemos falar, então, de cidadania sem falar em participação popular e em comunicação. Com um dos direitos da cidadania, o direito à comunicação está articulado à educação para cidadania, tanto no processo de desenvolvimento de capacidades cognitivas para a expressão e uso da linguagem, passando pela busca de acesso à informação, como também no acesso ao uso dos meios (F. PEREIRA, 2013, p.60).

Pesquisas sobre o direito à comunicação diante dos oligopólios midiáticos destacam a concentração da mídia em poucas empresas como um fator que limita a diversidade de vozes e a variedade de conteúdos disponíveis. Nessas investigações, observa-se que grande parte da população recebe informações padronizadas, muitas vezes alinhadas a interesses econômicos ou políticos, enquanto perspectivas de grupos periféricos, minorias ou comunidades locais têm menor presença nos meios de comunicação. Nesse contexto, o direito à comunicação é abordado como uma forma de permitir o acesso e a participação nos processos comunicacionais, incluindo a produção e a circulação de informações por diferentes sujeitos, assim como sua inserção em espaços públicos e comunitários.

Entende-se que a informação constitui uma forma de poder que, em uma perspectiva democrática, deve pertencer à sociedade como um todo, e não a grupos ou indivíduos isolados. O direito à comunicação, assim como o acesso à informação, configuram-se como princípios fundamentais para a consolidação de uma democracia efetiva, na medida em que o exercício pleno da cidadania depende da capacidade de cada indivíduo de compreender, participar e intervir na esfera pública. “Não por acaso, a censura e o controle da comunicação figuram entre as primeiras medidas adotadas por regimes autoritários, justamente por restringirem a circulação de saberes e opiniões divergentes” (NOVAES, 2008, p. 59).

Além de não se limitar a norma, o reconhecimento do direito humano à comunicação também transcende o simples acesso aos meios de comunicação e à veiculação de conteúdos, englobando a necessidade de se pensar sobre as condições de acesso, além de visibilizar o protagonismo social. Ou seja, é preciso desmistificar a visão filantrópica e assistencialista que circula a garantia desse direito, que frequentemente tende a confundir sua efetivação com a concessão de favores. É por meio do direito à comunicação que sujeitos coletivos historicamente marginalizados podem influenciar efetivamente os debates públicos e se constituir como agentes ativos na definição das agendas políticas, culturais e sociais.

Esse direito se apresenta como o cerne da comunicação contra-hegemônica também porque funciona como uma ferramenta de resistência à hegemonia midiática, ao controle econômico da informação e às tentativas de captura ideológica da opinião pública. Na dimensão pedagógica, ele orienta práticas educativas voltadas à promoção da consciência crítica, do protagonismo social e do engajamento cidadão, como mostram as experiências investigadas nesta tese. Já na dimensão jurídica, o direito à comunicação serve de base para o controle social da mídia, para a definição de políticas públicas inclusivas e para a construção de um arcabouço normativo que reconheça a informação como direito humano, articulando direitos individuais e coletivos em busca de justiça social (SOUSA JÚNIOR et al., 2016). O *corpus* de pesquisa analisado evidencia essas relações e práticas:

A comunicação é o principal canal para difusão de informações capazes de mudar os rumos da sociedade e dar condições para que homens e mulheres possam lutar pelos seus direitos, reconhecendo o seu espaço como cidadãos e cidadãs conscientes de seus atos. Apesar da falta de interesse dos poderes públicos e das empresas que detêm o controle dos meios de comunicação de massa, existem legislações que garantem o direito à comunicação (MARCELO, 2017, p.105).

Estudiosos do tema da comunicação social afirmam que “comunicação é poder”, por isso, hoje, no Brasil, ela está concentrada nas mãos de sete famílias ricas. Por esse motivo, esta é

uma das bandeiras de luta e de disputa ideológica dos movimentos sociais, na briga pelo direito à comunicação no país. Estas mídias comerciais no país exercem o poder de ditar regras, de fazer com que a sociedade não tenha outras formas de comunicação e, com isto, não consiga ter acesso ao que ocorre nem mesmo dentro da sua localidade (MARTINS, 2018, p.84).

Como também expõe o *corpus*, um dos maiores desafios à efetivação do direito humano à comunicação diz respeito à concentração da propriedade dos meios e à limitação do fluxo informacional na América Latina. Desde o início, o desenvolvimento do setor midiático na região esteve influenciado pela adoção de modelos comerciais e pela forte concentração urbana e econômica, o que moldou tanto os fluxos de informação quanto às narrativas nacionais. Essa configuração inicial, sustentada por uma lógica mercadológica e pela atuação de grupos familiares ligados a uma burguesia emergente, estabeleceu as bases de um sistema que, ao longo do tempo, manteve elevados níveis de concentração e pouca intervenção estatal, características que ainda hoje marcam o cenário comunicacional da região.

Nesse sentido, como afirmam Becerra e Matrini (2017, p.16), adotou-se um modelo que “combinava o acesso massivo ao rádio e à televisão (enquanto a imprensa foi o meio das elites, com exceções parciais na Argentina, Chile e Uruguai) com um modelo comercial, financiado por publicidade e altamente concentrado nas grandes cidades. Buenos Aires, Rio de Janeiro, Cidade do México, Bogotá e Santiago do Chile foram, entre outros, os centros produtivos a partir dos quais se conformaram os relatos nacionais.”

Destaca-se que a concentração midiática é um traço histórico do setor de radiodifusão no Brasil, tradicionalmente dominado por poucos conglomerados que alcançam a maior parte do território nacional. De acordo com Becerra e Mastrini (2016, p. 16), apesar da proibição constitucional, grande parte das licenças de rádio e TV permanece nas mãos de políticos, e o setor segue majoritariamente familiar. A ausência de critérios claros que impeçam a formação de monopólios e oligopólios faz com que o artigo 220 da Constituição Federal, que estabelece que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”, se torne, na prática, inócuo.

Essas práticas articulam-se em um padrão nacional que reflete uma visão restrita da comunicação como mercadoria, submetida à lógica competitiva da sociedade capitalista. Os grandes sistemas regionais, frequentemente alinhados ao poder público dominante, utilizam

sua influência para cercear outras formas de comunicação, controlar o espectro público e criminalizar indivíduos e organizações que lutam pelo direito humano à comunicação, definindo de maneira decisiva a estrutura e os limites do modelo de operação do sistema regional.

Nesse contexto, ainda se observa a apropriação do discurso da liberdade de expressão por grandes conglomerados de mídia, que, na prática, se interessam pela manutenção da propriedade privada e do controle concentrado dos meios. É possível afirmar que essa distorção esvazia o sentido público do direito humano à comunicação, uma vez que a concentração midiática e a prevalência da liberdade de empresa acabam por restringir o acesso equitativo à informação. Soma-se a isso a desqualificação do debate sobre a regulação da mídia, ainda hoje vista como uma ameaça à liberdade de imprensa, o que dificulta a efetivação das finalidades constitucionais da comunicação, como a promoção da cultura nacional e regional, o estímulo à produção independente e o respeito aos valores éticos e sociais.

Segundo o relatório da OECD (2020), apesar de o Brasil ter avançado na consolidação de um marco regulatório e institucional para as comunicações e para a radiodifusão comunitária no país, a formulação de políticas públicas e regulamentações nesse campo ainda se apresenta como um desafio. As rádios comunitárias¹¹, por exemplo, ainda são limitadas pela impossibilidade de formar redes e pela proibição de publicidade¹², barreiras estruturais que restringem recursos e infraestrutura. A televisão comunitária, por exemplo, permanece condicionada às obrigações de *must-carry* da Lei do SeAC¹³, refletindo um arcabouço legal que restringe, em vez de potencializar, a ação dessas iniciativas. A seguir:

Essas leis proíbem os radiodifusores comunitários de formarem qualquer rede, o que limita consideravelmente a forma de eles compartilharem infraestruturas, por sua vez limitando como alavancar os recursos uns dos outros para reduzirem os custos para cada uma de suas respectivas comunidades. Eles não podem transmitir quaisquer anúncios publicitários e não lhes foi disponibilizado qualquer financiamento público (OCDE, 2020, p.223).

¹¹ Há cerca de 4,5 mil rádios comunitárias outorgadas no país. Outras 600 têm portaria de funcionamento concedida pelo Ministério das Comunicações (Minicom), mas sem a autorização definitiva pelo Congresso Nacional.

¹² O apoio cultural, apesar de previsto desde a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil, só foi regulamentado por meio de portaria em 2024.

¹³ Lei nº 12.485, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112485.htm. Acesso em 31 de Janeiro de 2026.

Ainda assim, o Brasil possui uma vasta rede de emissoras comunitárias espalhadas por diversos estados e municípios, o que representa uma multiplicidade de associações civis dedicadas a essas iniciativas. Em todo o país, cerca de 4,5 mil rádios comunitárias estão formalmente outorgadas, enquanto outras aproximadamente 600 operam com portaria de funcionamento concedida pelo Ministério das Comunicações, mas ainda aguardam autorização definitiva pelo Congresso Nacional.

De acordo com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República¹⁴, o Sudeste concentra a maior parcela das outorgas (32,2%), seguido pelo Sul (27,3%) e pelo Nordeste (26,0%), o que confirma a força de contextos históricos de organização social e cultural nessas regiões, ainda que sob forte pressão da radiodifusão comercial, sobretudo no Sudeste. Já o Centro-Oeste (8,4%) e o Norte (6,0%) apresentam participação muito mais modesta, reflexo de barreiras logísticas, demográficas e institucionais que limitam a capilaridade das iniciativas. Ou seja, embora a comunicação comunitária esteja presente em quase todo o território nacional, sua expansão permanece limitada por desigualdades regionais, determinadas tanto pelo acesso ao espectro quanto pela capacidade política e organizativa dessas comunidades locais.

Apesar do recente aumento de outorgas¹⁵, essas emissoras, muitas vezes vinculadas a associações de moradores ou entidades comunitárias e culturais, também se encontram em uma posição de desigualdade de condições em relação aos concorrentes comerciais. Há atualmente um sistema regulatório burocrático e pouco transparente, que muitas vezes mantém os comunicadores comunitários, por exemplo, aguardando por anos a concessão de uma licença de radiodifusão, conforme aponta o relatório:

As emissoras de televisão comunitárias e comerciais no Brasil competem no mesmo campo, mas sem as mesmas ferramentas. Na prática, para acessar as frequências de radiodifusão de sinal aberto, as entidades de radiodifusão televisiva comunitária e comercial competem pelas ofertas públicas. Não é claro de que forma as entidades

¹⁴ Lista de RadCom homologadas pela Secom. Disponível em https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/240430_Secom_ListadeRadComhomologadas.pdf/view. Acesso em 10 de maio de 2025.

¹⁵ Ministério das Comunicações aumenta em 275% número de outorgas para rádios comunitárias no Brasil. Disponível em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2025/fevereiro/ministerio-das-comunicacoes-aumenta-em-275-numero-de-outorgas-para-radios-comunitarias-no-brasil>. Acesso em 10 de maio de 2025.

de radiodifusão comunitárias possam fazer isso de maneira eficaz em razão das limitações legais em sua angariação de fundos. Espera-se que os radiodifusores comunitários no Brasil apresentem solicitações sob um sistema complexo, inflexível e opaco, aguardando até uma década por uma licença de radiodifusão (OCDE, 2020, p.224).

Cabe destacar que, no Brasil, a atuação de emissoras comunitárias sem outorga ou em desconformidade com as normas vigentes tem sido sistematicamente reprimida. A fiscalização da agência reguladora, combinada com a interpretação da legislação penal que criminaliza parte dessas práticas, resulta em sanções que vão desde multas até a apreensão de equipamentos, o que evidencia um descompasso normativo em relação à realidade social. Outro exemplo emblemático disso é que a Lei nº 9.612/98¹⁶ ainda limita a atuação das emissoras comunitárias quanto à potência e à cobertura. Segundo a regulamentação vigente, a potência efetiva irradiada por uma rádio comunitária é limitada a um máximo de 25 watts, com altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Tais restrições não apenas limitam o alcance das emissoras, mas também dificultam a sustentabilidade das suas iniciativas, colocando-os em desigualdade de condições em relação às emissoras comerciais.

Um processo semelhante se observa também no campo das iniciativas chamadas alternativas, que, embora se proponham a romper com a lógica dominante, não estão isentas das disputas. Enquanto as *big techs*, com sua “mão invisível”¹⁷, são criticadas por tentativas de moldar leis, cooptar governos e manipular a opinião pública em benefício próprio, movimentando milhões de dólares anualmente, coexistem iniciativas de comunicação alternativa, como blogs e jornais independentes, que se sustentam por meio de pagamentos diretos e de plataformas de financiamento coletivo (*crowdfunding*). É o caso dos Jornalistas Livres¹⁸, conduzidos por coletivos que se colocam explicitamente em contraponto à mídia tradicional; do Nexo Jornal, também criado em 2015 em São Paulo e Brasília, com cobertura nacional e internacional; do Coletivo Catarse¹⁹, que se apresenta como um coletivo de comunicadores comprometidos com a construção de alternativas que fortaleçam a cultura e o

¹⁶ Lei 9.612 de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm. Acesso em 31 de janeiro de 2025.

¹⁷ Referência à pesquisa realizada pela Pública, agência de jornalismo investigativo, acerca de como as big techs influenciam as políticas públicas no país. Disponível em <https://apublica.org/2025/09/metodologia-a-mao-invisivel-das-big-techs/>. Acesso em 12 de maio de 2024.

¹⁸ Jornalistas Livres. Disponível em <https://jornalistaslivres.org/>

¹⁹ Diferencia-se da plataforma Catarse. Disponível em <https://coletivocatarse.com.br/>

jornalismo independente; e da Amazônia Real, que privilegia pautas relacionadas à população amazônica, com destaque para povos indígenas, comunidades tradicionais, conflitos agrários, direitos humanos e contas públicas. Outro exemplo emblemático é a Mídia Ninja²⁰, que ganhou projeção nacional a partir das manifestações de 2013, tornando-se um dos símbolos da comunicação insurgente no Brasil.

No Brasil, os meios de comunicação, especialmente os de caráter aberto, como rádio e televisão, configuram-se como instrumentos fundamentais para a circulação de informações, particularmente para segmentos populacionais com menor poder aquisitivo e limitado acesso à diversidade informativa. No entanto, esse sistema deve se estruturar a partir de uma perspectiva voltada ao fortalecimento da democracia, e não, como evidencia a atual conjuntura, ser capturado por práticas comunicacionais orientadas exclusivamente pela expansão do capital, que perpetuam desigualdades no acesso à informação e na participação social.

Ramonet (2013) chama atenção para uma tensão fundamental entre o papel que se espera dos veículos de comunicação nas democracias e a forma como eles efetivamente atuam. Para o autor, se, em termos normativos, a mídia é entendida como um elemento indispensável ao fortalecimento da vida democrática, responsável por informar a sociedade, fiscalizar os poderes e ampliar o debate público, na prática ela tende a se constituir como um poder que não admite questionamentos e que opera sem mecanismos consistentes de controle social. Ao se afastar da função de contrapoder, a mídia passa a influenciar a opinião pública e as decisões políticas a partir de interesses específicos, o que fragiliza sua legitimidade democrática. Esse processo contribui para o enfraquecimento do caráter participativo da democracia, uma vez que a mídia deixa de atuar como mediadora do espaço público e passa a intensificar assimetrias e distorções no próprio funcionamento do regime democrático.

Além disso, é possível reafirmar que a apenas a constitucionalização dos dispositivos que tratam da comunicação na Constituição Federal de 1988 não é suficiente, evidenciando a necessidade de cautela para que a positivação legal não se transforme em instrumento de desmobilização, enfraquecendo a contínua reivindicação social por esses direitos. Nessa

²⁰ Mídia Ninja. Disponível em <https://midianinja.org>

perspectiva, embora o direito humano à comunicação constitua um fundamento da comunicação contra-hegemônica, sua efetivação enfrenta limitações em sistemas midiáticos do Brasil e de outros países latino-americanos, que frequentemente priorizam interesses institucionais ou econômicos em detrimento das vozes coletivas. Essas limitações se refletem na dificuldade de grupos e comunidades exercerem plenamente sua participação, com suas perspectivas e demandas muitas vezes sub-representadas nos processos de circulação de informações.

Conforme Rebouças (2006), o estabelecimento de políticas públicas em comunicações está diretamente ligado à vontade do poder público de criar mecanismos, normas e procedimentos institucionais que propiciam o relacionamento entre a mídia, a esfera política, o mercado e o público. Dessa forma surge o ambiente regulatório: cenário apropriado para o jogo de forças entre cada um dos atores envolvidos, e onde cada um exerce seu poder de pressão em defesa de interesses, muitas vezes conflitantes. Ele explica que não se trata apenas de uma regulamentação, embora esta também seja um elemento constitutivo do ambiente, mas sim de uma regulação por meio do estabelecimento de políticas de comunicação, visando desdobramentos mais amplos que a norma em si. A seguir:

Não deve haver confusão também em relação aos aspectos ligados à regulação - estabelecimento de políticas - e à regulamentação - estabelecimento de leis e normas-, apesar de ambos serem elementos constitutivos do ambiente regulatório. Enquanto estudos sobre a regulamentação estão mais voltados ao controle, acompanhamento e até legislativos, os de regulação têm uma visão mais geral, pois atuam sobre um conjunto de fenômenos que acompanham as movimentações em torno de interesses mais amplos. No caso das comunicações, a necessidade de regulação é pela amplitude de seus desdobramentos, sejam econômicos, sociais, políticos ou culturais (REBOUÇAS, 2006, p.65).

Essa necessidade de regulação e de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de comunicação torna-se ainda mais perceptível nos dias atuais, especialmente considerando que determinados movimentos políticos de orientação conservadora têm tentado deslegitimar a atuação de veículos de comunicação sob a justificativa de defesa da liberdade de expressão. Embora afirmam apoiar o direito à comunicação e a liberdade de imprensa, tais posições são contraditórias, uma vez que não necessariamente reconhecem a comunicação como um direito universal e se opõem a garantias fundamentais expressas pelos direitos humanos, reservando esses direitos a

segmentos específicos da população. Trata-se, na realidade, de uma apropriação seletiva de conceitos e termos que reforçam estruturas de poder já consolidadas, não configurando, portanto, formas de comunicação contra-hegemônica. A liberdade de expressão reivindicada por esses grupos atua como instrumento de manutenção do *status quo*, beneficiando exclusivamente aqueles que ocupam posições de privilégio na hierarquia social.

Em nome desse princípio, esses grupos contestam fatos históricos, exaltam figuras autoritárias e, muitas vezes, disseminam teorias muitas vezes infundadas sobre fatos históricos e necessidades científicas. Dessa forma, conforme Kariane Costa Silva (2025, p. 18), “este fenômeno não é isolado e faz parte de um ecossistema maior de desinformação, alimentando o medo, o ódio e a recusa em reconhecer o outro, o que acaba corroendo valores democráticos básicos”. Essa apropriação seletiva do direito à comunicação evidencia a instrumentalização da comunicação como meio de manutenção da hegemonia cultural, política e, sobretudo, midiática. Diferentemente da comunicação contra-hegemônica, orientada pela defesa de direitos universais e pela ampliação dos espaços de participação e expressão das camadas subalternizadas, esses movimentos utilizam o discurso sobre liberdade de expressão para consolidar privilégios e silenciar vozes dissidentes. Nesse sentido, ignoram ou reduzem a dimensão coletiva e inclusiva da comunicação como direito humano, reproduzem mecanismos de exclusão e fortalecem as estruturas autoritárias, racistas e elitistas que a comunicação contra-hegemônica historicamente busca contestar.

Diante desse cenário, a efetivação do direito humano à comunicação “só será possível por meio de múltiplas frentes de luta” (SOUSA JÚNIOR et al., 2016, p. 30). Novos sujeitos coletivos de direito mobilizam-se por meio da comunicação contra-hegemônica na defesa desse direito, enfrentando discursos que buscam desqualificar o debate e reforçar a concentração do poder midiático. Soma-se a isso a luta de indivíduos historicamente silenciados, que reivindicam o direito de comunicar, produzir suas próprias narrativas e participar ativamente da construção simbólica do mundo, para além dos limites impostos pela lógica mercadológica.

No âmbito acadêmico, campo no qual se insere a presente investigação, essa mobilização se expressa na produção de pesquisas, estudos, teses e dissertações comprometidas com a pluralidade, a diversidade e a redução da concentração midiática,

evidenciando a responsabilidade científica articulada ao saber militante. De acordo com Paulino (2023, p.184), a promoção da memória e a circulação do conhecimento produzido na América Latina são fundamentais para fortalecer relações de reciprocidade e cooperação acadêmica, bem como para enfrentar as assimetrias estruturais que marcam a economia do conhecimento e o acesso à informação na região.

1.3 Os sobrenomes diversos e suas manifestações

A análise até aqui abordou de forma abrangente o conceito de comunicação contra-hegemônica, tratando-o como conceito-chave que engloba diversas denominações, as quais se assemelham pelos processos que desenvolvem, pelas estratégias que utilizam e pelos objetivos que buscam alcançar. Gabriel Kaplún (2007, p. 311) caracteriza os termos popular, alternativo e comunitário como uma “constelação de sobrenomes interconectados” dentro desse universo conceitual. Esses termos designam experiências surgidas como respostas específicas ao contexto comunicacional da América Latina, especialmente no Sul Global, e refletem a diversidade de práticas comunicacionais presentes na região.

Na América Latina, desde os anos sessenta, a comunicação tem se povoado de uma constelação de sobrenomes aparentados entre si: comunicação alternativa, popular, educativa, para o desenvolvimento, comunitária, cidadã e também participativa, horizontal, grupal, de base e outros mais específicos: local, rural, sindical e muitas combinações: comunicação grupal libertadora, popular, educativa, rural para o desenvolvimento (G. KAPLÚN, 2007, p. 311).

Há uma disputa conceitual entre esses termos justamente porque existem diversas nuances de sentido no campo da comunicação contra-hegemônica, que é diverso por natureza. Esse universo também se expandiu e se modificou ao longo do tempo. Se, durante a ditadura militar, havia jornais sindicais, panfletos e boletins impressos — muitos distribuídos manualmente —, hoje existem coletivos digitais capazes de alcançar mais pessoas dentro e fora do Brasil o que torna a delimitação dessas denominações ainda mais complexa.

Peruzzo (2009, p. 139) aponta que, apesar dos frequentes questionamentos acerca das diferenças entre essas manifestações, é difícil estabelecer delimitações muito precisas, pois “fronteiras precisas entre elas tendem a não resistir à realidade”. É possível afirmar que

grande parte dessas denominações vêm da influência do contexto, que podem ser desde movimentos sociais, organizações não-governamentais, movimentos políticos e religiosos, além outros movimentos menos diretos que também impactaram as múltiplas denominações, como a imprensa alternativa, as rádios juvenis de bairro, as rádios universitárias com caráter social e os canais municipais com caráter participativo (M. Kaplún, 2007, p. 311).

Apesar das diferenças, essas iniciativas compartilham certa unidade. Segundo Martín-Barbero (2003), essa unidade se manifesta em uma forma de comunicação que vai além da simples circulação de informações e desperta nas comunidades capacidade de apropriação e engajamento. De modo geral, muitas dessas práticas estão ligadas a movimentos sociais populares, comunidades e associações civis que constroem formas coletivas de organização social (Peruzzo, 2022). Elas se distinguem pelos modos de produção e circulação do conhecimento, que valorizam a participação coletiva, a escuta ativa e o engajamento social e se conectam a processos de transformação comunitária.

Destaca-se que, independentemente de se tratar de comunicação comunitária, popular ou alternativa, é possível compreender que o simples ato de produzir uma rádio livre, um vídeo independente ou qualquer outro meio alternativo de comunicação não é, por si só, suficiente para desarticular os mecanismos de produção da subjetividade dominante. Observa-se que a definição desse tipo de contracomunicação não reside nos instrumentos utilizados, mas nos processos, nas intenções e nos vínculos que a estruturam.

Na mesma perspectiva, Peruzzo (2009) destaca que o que caracteriza essa chamada “outra comunicação” não é tanto uma definição conceitual rígida, mas os processos e os contextos comunitários nos quais essas práticas se desenvolvem. O sentido dessas experiências comunicacionais é construído a partir dos vínculos com os territórios, dos sujeitos envolvidos, dos objetivos políticos que as orientam e das formas de organização coletiva que as sustentam. Nesse movimento, a participação aparece como um elemento central, assim como a valorização dos saberes locais e o compromisso com transformações sociais, ainda que esses aspectos se expressam de maneiras distintas em cada realidade.

Os elementos principais que caracterizam a comunicação como popular, comunitária e/ou alternativa estão no processo, nas práticas sociais, nas relações que se

estabelecem, e não no tipo de veículo utilizado, nem em outra característica qualquer (linguagem, propriedade, formato) tomada isoladamente. O que importa é o conjunto da práxis e o significado que tem para a comunidade (PERUZZO, 2009, p.139).

Conforme aponta Beltrán (1981), tais iniciativas constituem posicionamentos que reconhecem os sujeitos periféricos como agentes e detentores de saberes construídos na experiência concreta, reafirmando o compromisso dessas práticas com a construção de transformações sociais que emergem a partir das bases. Nesse contexto, o comunicador deixa de ser um mero intermediário e assume o papel de mediador, destacando a relação entre diferença cultural e desigualdade social. Em vez de reforçar as barreiras que perpetuam a exclusão, o mediador trabalha para promover uma comunicação que diminua as formas de exclusão, aumentando o número de emissores e criadores em vez de meros consumidores (MARTÍN-BARBERO, 2003, p.46).

Os sujeitos desses processos comunicacionais (Maldonado Gómez de la Torre, 2013) são aqui entendidos como possíveis comunicadores populares, tendo seu *habitus* vinculado não apenas à comunicação em si, mas a movimentos populares, tendendo, assim, a assumir posições de contestação, questionamento e busca por transformações. Entendemos que, mesmo sem a apropriação de espaços midiáticos próprios, os sujeitos encontram formas de resistência ao discurso hegemônico e, no caso dos comunicadores entrevistados para esta tese, há um acréscimo qualitativo a essa capacidade de intervenção, na medida em que são partícipes diretos dos processos comunicativos de mídias em maior ou menor grau comprometidas com lutas populares. Assim, de sujeitos comunicantes resistentes, tornam-se sujeitos comunicantes produtores populares, participando das disputas sociopolíticas que são travadas discursivamente, nos meios de comunicação.

Portanto, entende-se que o que realmente caracteriza a comunicação contra-hegemônica é a transformação que ocorre quando a apropriação dos meios de comunicação se insere em processos coletivos de enunciação, sustentados por uma micropolítica comprometida com as relações sociais e com o direito à comunicação. Nesse contexto, a comunicação popular, comunitária e alternativa aparecem, na maioria das experiências, de forma articulada, apoiadas em princípios e orientações políticas semelhantes. Como esses conceitos não têm limites rígidos e suas fronteiras se sobrepõem com frequência, nesta tese eles são usados apenas como referência para pensar a comunicação

contra-hegemônica, reconhecendo diferentes formas de atuação, desafios específicos e objetivos que vão além do lucro.

1.3.1 Comunicação popular-alternativa

Observa-se uma aproximação entre os termos comunicação popular e comunicação alternativa, decorrente das semelhanças conceituais e empíricas presentes nas experiências assim denominadas. Conforme Peruzzo (2008), a corrente compreendida como comunicação popular-alternativa, formada por iniciativas vinculadas a movimentos sociais, grupos organizados e organizações da sociedade civil. Essas práticas não se restringem às formas de produção, distribuição e acesso a conteúdos de comunicação realizadas por veículos privados de comunicação, mas incluem múltiplas formas de produção comunicacional. O caráter popular-alternativo pode ser identificado por meio do conteúdo veiculado, dos formatos comunicacionais empregados, das formas de gestão coletiva, do grau de participação dos sujeitos envolvidos e da linguagem utilizada.

O termo “popular” tem origem no latim *populus*, que significa povo, e em *popularis*, aquilo que pertence ou se refere ao povo. Embora a noção de comunicação popular se constitua historicamente a partir dessa ideia de povo, ela se diferencia de usos mais recorrentes em outros contextos internacionais, nos quais o “popular” costuma estar associado principalmente à notoriedade, ao sucesso de público ou à ampla difusão. No Brasil, o termo adquire uma outra dimensão, mais vinculada às lutas por reconhecimento e à construção de espaços coletivos de expressão (PERUZZO, 2008). Nesse sentido, a comunicação popular ultrapassa a lógica da simples popularidade ou do alcance massivo, ao referir-se a práticas comunicacionais produzidas pelo próprio povo, especialmente por grupos das classes trabalhadoras e grupos socialmente excluídos dos circuitos hegemônicos de produção de informação.

Já a noção de alternativa só se torna inteligível porque se reconhece um modelo comunicacional dominante, tido como hegemônico, convencional e normativo. Em outras palavras, um processo comunicacional só pode ser classificado como alternativo na medida em que se define em relação a um padrão previamente estabelecido, que, no campo da

comunicação, corresponde à mídia tradicional, organizada segundo lógicas mercadológicas e comerciais.

A consolidação dessa corrente deu-se especialmente durante as décadas de 1970 e 1980, período que, assim como outros países latino-americanos, o Brasil foi marcado pelo regime militar. Essa emergência comunicacional decorreu, em grande medida, da concentração de veículos de comunicação nas mãos dos poucos conglomerados empresariais, que privilegiavam os interesses do Estado autoritário e das elites econômicas em detrimento das vozes das classes trabalhadoras e dos setores populares. O relatório *O país dos trinta Berlusconis*²¹ destaca que, mesmo décadas após o fim da ditadura militar (1964-1985), o panorama mediático brasileiro continua marcado por concentração e dependência dos centros de poder, refletindo desequilíbrios herdados daquele período. O golpe militar de 1964 também produziu impactos imediatos e severos sobre a imprensa brasileira vinculada à esquerda, ao comunismo, ao socialismo e ao nacionalismo. Publicações como *Novos Rumos*, *Semanário*, *A Classe Operária*, *Política Operária*, *Ação Popular* e *Movimento*, da União Nacional dos Estudantes (UNE), tiveram sua circulação interrompida quase de imediato.

Da mesma forma que a comunicação popular, e intrínseca a ela, a década de 1970 testemunhou o surgimento dessas iniciativas. Em 1975, o *Brasil Mulher*, produzido por um coletivo de mulheres, teve como objetivo apoiar a campanha pela anistia, liderada por Therezinha Zerbini. Divergindo das tendências feministas presentes no periódico, Zerbini deixou o projeto e fundou o jornal *Maria Quitéria*. No ano seguinte, surgiu o *Nós Mulheres*, jornal explicitamente feminista, seguido em 1981 pelo *Mulherio*, voltado à reflexão sobre a condição feminina na sociedade.

Em 1978, movimentos de outras minorias passaram também a se expressar por meio da imprensa alternativa. Jornais da comunidade negra como *Tição*, no Rio Grande do Sul, *Jornegro*, em São Paulo, e *Sinba*, no Rio de Janeiro, começaram a circular. No mesmo ano, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lançou o *Porantim*, jornal voltado à defesa dos direitos indígenas, que continua em circulação até os dias atuais. Ainda nesse ano, jornalistas homossexuais criaram o *Lampião*, publicação que desafiou normas de comportamento e

²¹ Disponível em <https://rsf.org/pt-br/brasil-o-pa%C3%ADs-dos-trinta-berlusconis>. Acesso em 31 de janeiro de 2026.

obteve ampla circulação nacional. A contracultura ganhou espaço com uma série de periódicos alternativos, como *Beijo*, *Flor do Mal* e *Rádice*, refletindo uma efervescência cultural e política que atravessava diferentes segmentos da sociedade. Esses veículos demonstram como a comunicação popular-alternativa constituía em instrumento de mobilização e afirmação identitária²².

Ao acompanhar a evolução das experiências em comunicação popular, Peruzzo (1998) identifica um conjunto de elementos recorrentes que passam a funcionar como fundamentos desse tipo de comunicação, especialmente quando vinculada aos movimentos sociais. Para a autora, a comunicação popular se constitui, antes de tudo, como expressão de um contexto de luta, articulando-se às demandas do povo e atuando como meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural. Soma-se a isso a presença do anseio de transformação social, em oposição às estruturas de poder responsáveis pela reprodução das desigualdades.

Outro aspecto central é a abertura de espaços de expressão democrática, voltados sobretudo aos segmentos subalternos da população, o que implica a criação de canais comunicacionais alternativos à mídia massiva. Nesse processo, o povo ocupa um lugar de protagonismo, seja diretamente, seja por meio de suas organizações e representantes, deixando de ser apenas receptor para assumir o papel de sujeito da comunicação. Por fim, a comunicação popular se configura como um instrumento das classes subalternas, inscrito nas dinâmicas da luta de classes e orientado pela disputa de sentidos e de projetos de sociedade.

Entende-se que o caráter contra-hegemônico da comunicação popular-alternativa está profundamente ligado à sua dimensão política. Desde sua origem, ela mantém conexões com movimentos sociais e políticos de base, como sindicatos, movimentos de trabalhadores rurais, organizações não governamentais, coletivos estudantis, grupos de mulheres, movimentos negros e indígenas, entre diversas outras expressões de luta que seguem construindo uma contracomunicação. Atualmente, são muitas as experiências que se definem como “comunicação alternativa”, em especial jornais que se nomeiam como independentes ou combativos como é o caso do Intercept Brasil e Nexô Jornal, conforme pode ser observado

²² Saiba mais em <https://memoriasdaditadura.org.br/os-jornais-da-epoca/>

abaixo:

O The Intercept Brasil é uma premiada agência de notícias dedicada à responsabilização dos poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo. Suas investigações aprofundadas e suas análises implacáveis se concentram em política, corrupção, meio ambiente, segurança pública, tecnologia, mídia e muito mais. O Intercept dá aos seus jornalistas a liberdade editorial e o suporte legal de que precisam para expor a corrupção e a injustiça onde quer que as encontrem (INTERCEPT BRASIL, 2025).

O Nexô é uma iniciativa independente, financiada majoritariamente com recursos próprios, e tem três cofundadores: Paula Miraglia, Renata Rizzi e Conrado Corsalette. Com sede em São Paulo, sua equipe é constituída por mais de 30 pessoas com diferentes formações e habilidades, incluindo jornalismo, ciências sociais, estatística, ciência de dados, design, tecnologia, marketing, economia, direito e administração. Sem publicidade no site, sua principal fonte de receitas são as assinaturas (NEXO, 2025).

No Brasil, uma das principais experiências que se denomina comunicação popular é o jornal *Brasil de Fato*, criado em janeiro de 2003, no mesmo mês em que se iniciou o primeiro mandato presidencial do governo Lula. Segundo informações do próprio site²³, a proposta era lançar um jornal impresso, vendido em bancas, com distribuição nacional e tiragem de 100 mil exemplares, “para competir com os jornalões”. Em outras palavras, tratava-se de um veículo popular e acessível, destinado a levar o ponto de vista da esquerda e dos movimentos sociais à sociedade brasileira, disputando a interpretação dos fatos políticos com a mídia tradicional. Vito Gianotti, jornalista, escritor e metalúrgico ferramenteiro por 20 anos, foi um dos responsáveis pela criação do jornal. Faleceu em 2015, mas até os dias atuais é reconhecido como um dos maiores comunicadores populares²⁴ do país.

O Brasil de Fato se define como uma experiência de comunicação popular que articula

²³ Jornal Brasil de Fato completa 20 anos de Comunicação Popular e luta pela democracia. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/26/jornal-brasil-de-fato-completa-20-anos-de-comunicacao-popular-e-luta-pela-democracia/>. Acesso em 31 de janeiro de 2026.

²⁴ Ressalta-se ainda o termo “comunicadores populares”, frequentemente utilizado como sinônimo de agentes territoriais de cultura, comunicadores de programas governamentais e influenciadores digitais que atuam nos territórios em defesa da cultura, da diversidade e da democracia. Mario Kaplún (1965) desenvolveu o conceito de “comunicador popular” como uma figura central na promoção da participação, da democratização e do empoderamento através dos meios de comunicação. Essa figura tem o objetivo de facilitar o acesso à informação, promover o debate público e incentivar a expressão e a mobilização da comunidade. O comunicador popular atua como um facilitador, capacitando as pessoas a se tornarem protagonistas de suas próprias narrativas e a compartilharem suas perspectivas, conhecimentos e experiências. O comunicador popular, nesse sentido, desempenha um papel fundamental na construção de uma comunicação mais inclusiva, democrática e voltada para o bem comum.

rigor informativo, pluralidade de perspectivas e compromisso com a justiça social. Segundo seu próprio posicionamento, busca oferecer informações verificadas e interpretadas a partir de uma perspectiva popular, priorizando temáticas relacionadas à luta por direitos, às demandas da classe trabalhadora e à construção de alternativas socioeconômicas mais equitativas. Ao mesmo tempo, declara cultivar um espaço de debate público democrático, promovendo a participação cidadã e a reflexão crítica sobre as contradições do capitalismo e os desafios sociais do país. Com caráter multiplataforma, voltado à cobertura territorialmente diversificada e à visibilidade de movimentos sociais nacionais e internacionais, o jornal afirma articular solidariedade entre povos e atenção às lutas anti-imperialistas, mantendo simultaneamente mecanismos de correção e abertura ao contraditório.

Essa experiência leva à reflexão de que, nos dias atuais, a denominação comunicação popular permanece como uma prática de caráter político vinculada às dinâmicas dos movimentos sociais, sobretudo os de esquerda. São características que se mantiveram associadas ao conceito, tais como a busca por democratizar o acesso à informação, a produção de conteúdos que expressem os interesses e as demandas de setores historicamente marginalizados, e a atuação como espaço de mediação entre experiências locais e debates mais amplos sobre políticas públicas e justiça social.

Para compreender como esses conceitos se manifestam na prática, o *corpus* analisado nesta tese revela diferentes formas de expressão da comunicação popular. Os trabalhos analisados nessa tese dialogam principalmente com autoras e autores do pensamento latino-americano, entre os quais se destacam Cicilia M. Krohling Peruzzo, Mario Kaplún, Regina Festa e Raquel Paiva. Peruzzo (2006; 2009) é a referência mais recorrente, sendo mobilizada para afirmar a comunicação popular como um processo político, educativo e democrático, que emerge dos movimentos sociais, tanto urbanos quanto rurais, e que coloca o povo como produtor e protagonista dos processos comunicacionais. Nessa abordagem, a comunicação popular é entendida como um instrumento de emancipação social, voltado à organização coletiva, à formação política e à construção de uma sociedade mais igualitária. A seguir, destacamos trechos encontrados no *corpus* que trazem tentativas de conceituação baseadas na coletividade e no apoio mútuo:

Assim, podemos afirmar que a Comunicação Popular existe porque a coletividade resiste, não há possibilidade de uma sem a outra. A construção coletiva de uma

comunicação não é possível se pensada e coordenada por uma única pessoa, por exemplo. Essa comunicação reflete a identidade, as perspectivas, demandas e reivindicações de um grupo social por meio do pertencimento e da representatividade direta. Por isso, está fortemente ligada com ações de movimentos sociais (BOTELHO, 2019, p.31)

E, como vimos, a comunicação popular não anda sozinha, sempre está aliada a um movimento organizado e interessado em enfrentar a manipulação e a opressão de classes dominantes (BATISTA, 2014, p.38).

De modo geral, a Comunicação Popular é ação política estratégica nos movimentos sociais porque, além de produzir narrativas que contrapõem o discurso da mídia hegemônica, socializa os conhecimentos sobre instrumentos da comunicação e reflete constantemente sobre conflitos gerados a partir da desigualdade social, assim estabelecendo novas formas de ativismo de acordo com a demanda de cada momento (BOTELHO, 2019, p. 32).

Mario Kaplún (1985) aparece como um autor recorrente ao enfatizar o papel do diálogo, da participação e da dimensão educativa da comunicação popular, concebida não como simples transmissão de informações, mas como uma prática que se constrói na relação entre sujeitos e no próprio processo comunicacional. Regina Festa (1986), por sua vez, contribui para situar a comunicação popular como espaço de resistência cultural e política, articulado às lutas sociais e à produção de sentidos que se colocam em oposição aos discursos hegemônicos. Os trabalhos também recorrem à Raquel Paiva (2003), especialmente para pensar a relação entre comunicação popular e comunidade, destacando seu caráter relacional, coletivo e identitário.

Os trabalhos analisados indicam que, nas periferias urbanas e especialmente nas favelas do Rio de Janeiro, o conceito de comunicação popular adquiriu novas nuances, associadas ao enfrentamento de estereótipos raciais e sociais. Nessas práticas, a produção de narrativas surge diretamente a partir dos sujeitos que vivem esses territórios, deslocando o lugar de fala tradicional e reposicionando a população como protagonista de suas próprias histórias. Embora muitas dessas iniciativas possam parecer isoladas quando observadas individualmente, o *corpus* evidencia que sua força reside na articulação coletiva de experiências e na criação de veículos de comunicação próprios, como se observa a seguir:

Grande parcela da população, que estava sempre aquém do poder de consumo, ou ainda fora do mercado de trabalho, ficava desprestigiada no que diz respeito aos conteúdos e espaços editoriais desses grandes veículos de comunicação de massa, tendo apenas na comunicação popular o espaço de identificação com sua realidade

(F. PEREIRA, 2013, p.74).

A comunicação popular desenvolve-se, principalmente, na criação de novos veículos de comunicação, na proposta de uma mídia que se contrapõe à mídia hegemônica (BOTELHO, 2019, p.33).

Atualmente, a comunicação popular e comunitária se misturam em seus processos construtivos. As duas confrontam a ideia de que o emissor é apenas aquele que detém a informação e o receptor somente a recebe. Juntas criaram um novo modelo comunicativo no qual a democracia prevalece na constante troca de informações entre o emissor e o receptor, que atuam nas duas frentes ao mesmo tempo. É nítida a presença do povo nessa construção comunicacional que não possui fins lucrativos, pela qual cada vez mais o povo atua, tanto como o ator principal bem como o espectador. E que tem como objetivo central possibilitar a participação das pessoas na difusão de pautas que contribuam com o desenvolvimento educativo e cultural da comunidade (RODRIGUES, 2017, p.67).

Nos resultados do *corpus* analisado, a comunicação popular-alternativa se manifesta na construção de narrativas próprias, no deslocamento do lugar de fala e no reposicionamento dos sujeitos como protagonistas de suas histórias. Ela atua articulada a movimentos sociais, organizações comunitárias e coletivos culturais. Essas práticas demonstram que a comunicação popular não é apenas uma alternativa à mídia hegemônica, mas uma estratégia de produção coletiva de sentidos.

No *corpus* analisado, identificam-se diferentes orientações no interior do que se denomina comunicação alternativa. Essas orientações se distinguem pelo foco da crítica e pela forma como se relacionam com o território e com os atores sociais. Algumas práticas se organizam a partir da oposição a instâncias macroestruturais, enquanto outras se voltam para demandas concretas do espaço local. Nessas experiências, a comunicação se articula às condições de vida e aos processos de participação. Essa distinção permite compreender que a comunicação alternativa assume configurações distintas, conforme os trechos retirados do texto demonstram:

Comunicação alternativa, então, estaria vinculada mais aos conteúdos de oposição ao governo, sistema econômico, sistema político, do que necessariamente a uma relação intrínseca com as minorias ou grupos populares, não sendo uma obrigatoriedade a preocupação em abrir espaços para esses se manifestarem. Mantinham, muitas vezes, a mesma postura hegemônica da mídia, porém sob outro ponto de vista (F. PEREIRA, 2013, p.69)

Do outro lado, temos aqueles que fazem parte desses movimentos e da comunicação alternativa local. Estes buscam o reconhecimento do território sem apagar a história, além disso, incentivam a participação popular dos demais moradores da região. De

acordo com a observação deste grupo percebe-se que eles consideram que, para o território ser denominado bairro, é necessário que sejam empreendidas melhorias para as condições de vida, que passam por saneamento básico, saúde educação, além das formas de intervenção da polícia, mesmo depois da entrada das UPPs. Nesse caso, o bairro se apresenta como uma possibilidade, um dever, que para ser materializado exige um novo tipo de intervenção do poder público e também de seus moradores (V. RODRIGUES, 2013,p. 58).

O principal desafio que se destaca refere-se ao uso ampliado do termo comunicação popular-alternativa no debate corrente. Observa-se a tendência de classificar como alternativa qualquer iniciativa que apresente variações pontuais em relação aos formatos, às linguagens ou aos conteúdos da mídia hegemônica. Esse alargamento conceitual compromete a dimensão crítica e política do termo, ao reduzir as diferenças entre experiências que operam apenas no nível formal e aquelas que efetivamente questionam estruturas de poder, modos de produção e regimes de visibilidade.

Portanto, é possível concluir que esses conceitos se referem a práticas ligadas diretamente às experiências do povo, que produzem informação a partir de suas necessidades. Essas práticas vêm ganhando novas nuances com o passar do tempo, especialmente no que diz respeito ao acesso à informação, aos formatos e às linguagens, que têm sido adaptados a diferentes realidades sociais. Nos resultados do corpus analisado, essa comunicação se manifesta na construção de narrativas próprias, no deslocamento do lugar de fala e no reposicionamento dos sujeitos como protagonistas de suas histórias. Normalmente, operam em articulação com movimentos sociais, coletivos culturais e organizações comunitárias, as práticas demonstram que a comunicação popular não é apenas uma alternativa à mídia hegemônica, mas uma estratégia de produção coletiva de sentidos capaz de disputar narrativas, reforçar laços sociais e criar espaços públicos mais inclusivos.

1.3.2 Comunicação Comunitária

A comunicação comunitária, tal como se estabeleceu na América Latina, também tem suas origens diretamente vinculadas às mobilizações sociais das décadas de 1960 e 1970, período marcado pela repressão política de ditaduras militares na região e por restrições de espaços de expressão pública. Nesse contexto, diferentes grupos sociais passaram a construir

práticas comunicacionais próprias como forma de enfrentar o silenciamento imposto a veículos de comunicação. Negros, mulheres, povos indígenas, operários, estudantes e outros segmentos sociais organizaram iniciativas que buscavam disputar sentidos, denunciar desigualdades e afirmar suas experiências a partir de seus próprios lugares de fala.

No Brasil, esse processo foi impulsionado por Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica progressista, e por experiências de imprensa alternativa, rádios comunitárias e produções audiovisuais de base popular (PERUZZO, 2006). Em outros países latino-americanos, como no Peru, experiências semelhantes também ganharam força, a exemplo dos sistemas de alto-falantes comunitários da Vila El Salvador, que se tornaram instrumentos de mobilização política e social (NUNES, 2007).

Com o avanço do processo de redemocratização a partir do final dos anos 1980, a comunicação comunitária passou a se desenvolver em um cenário marcado por profundas transformações. A expansão das tecnologias da informação, a globalização dos fluxos midiáticos e o fortalecimento das grandes corporações de comunicação intensificaram a circulação de conteúdos, mas também aprofundaram desigualdades no acesso e no controle dos meios. Nesse período, observa-se, por um lado, o enfraquecimento de algumas iniciativas comunitárias, impactadas por crises econômicas e pela fragilização das formas tradicionais de organização coletiva; por outro, a incorporação de práticas mercadológicas por parte de alguns projetos, que passaram a se aproximar de modelos da mídia convencional (NUNES, 2007).

A noção de comunidade, central para esse campo, também passou por importantes deslocamentos teóricos. Comunidade é um conceito complexo e, ao mesmo tempo, profundamente humano, pois reúne a sensação de pertencimento com as tensões da autonomia individual. Como assinala Paiva (2003, p. 81), “o homem vive mais nos outros que em si mesmo, mais na comunidade do que em sua individualidade”, ideia que ajuda a compreender um dos traços centrais da comunicação comunitária na contemporaneidade. Muitas das experiências atuais nesse campo se sustentam justamente na vida em coletividade, entendida não apenas como convivência territorial, mas como construção de vínculos, afetos e sentidos compartilhados. Nesse contexto, a comunicação comunitária se manifesta tanto em espaços localizados quanto em ambientes diversos espalhados pelo país, incluindo os territórios digitais.

Ou seja, longe de se restringir a uma definição territorial, a comunidade pode ser compreendida como um conjunto de vínculos construídos a partir de interesses comuns, experiências compartilhadas e sentidos coletivos. Na contemporaneidade, como observa Palácios (1990), a comunidade pode se constituir mesmo na ausência de proximidade geográfica, sendo os vínculos simbólicos e comunicacionais elementos centrais para a sua coesão. A seguir:

Comunidade não é simplesmente um lugar num mapa. As pessoas podem ter uma diversidade de experiências de comunidade, independentemente de estarem vivendo próximas umas às outras. A comunidade deve ser vista como toda forma de relação caracterizada por situações de vida, objetivos, problemas e interesses em comum de um grupo de pessoas, seja qual for a dimensão desse grupo e independentemente de sua dispersão ou proximidade geográfica (PALÁCIOS, 1990, p.49).

Isso não significa, entretanto, que o território deixe de ser relevante. Ao contrário, ele é ressignificado como um espaço físico e simbólico no qual se articulam dimensões materiais, afetivas e identitárias. O pertencimento comunitário, nesse sentido, emerge menos da contiguidade espacial e mais da convergência de interesses, afetos e objetivos comuns. Peruzzo (2003) reforça essa ideia ao afirmar que comunidade não pode ser confundida com qualquer localidade ou bairro, uma vez que pressupõe a construção de laços mais profundos, baseados em identidades e interesses coletivamente produzidos.

Apesar do acúmulo teórico e político em torno da comunicação comunitária no Brasil, observa-se que, a partir do final dos anos 1990, o termo “jornalismo comunitário” passou a ser apropriado por alguns veículos da grande mídia. Em muitos casos, essa utilização se deu de forma superficial, associada a ações pontuais de aproximação com comunidades, como a mediação de demandas locais, sem que isso implicasse uma comunicação efetivamente construída com e a partir desses grupos. A disseminação do adjetivo “comunitário” está relacionada à sua forte carga simbólica, já que noções como participação, engajamento e coletividade tendem a conferir legitimidade às iniciativas que o mobilizam. Contudo, quando utilizado de maneira genérica, o termo corre o risco de perder sua densidade política, sendo reduzido a uma ideia de colaboração ou proximidade com o público, distante de suas raízes históricas ligadas à organização popular e à disputa pelo direito à comunicação.

Essa discussão aparece de forma recorrente no corpus analisado nesta tese. As pesquisas indicam que ela se manifesta, por exemplo, quando veículos de comunicação

hegemônicos, historicamente orientados por lógicas mercadológicas, passam a se apoiar em formas pontuais de interação para se autodenominarem “comunicação comunitária”. Nesses casos, o engajamento da população é frequentemente apropriado como recurso simbólico, geralmente para fortalecer a imagem pública desses veículos, conquistar legitimidade social ou sustentar interesses específicos, sem que isso implique uma mudança efetiva nos processos comunicacionais. Um exemplo dessa dinâmica pode ser observado em programas como o *Globo Comunidade*, exibido desde 1991 pela TV Globo no Rio de Janeiro, em Pernambuco e em Brasília. Apesar de se apresentar como um espaço voltado à cobertura de temas locais e à participação da comunidade, tais iniciativas permanecem subordinadas aos interesses empresariais do veículo, o que pode ser incompatível com a visão contra-hegemônica desse tipo de comunicação. Em sua pesquisa, Magalhães (2015) faz referência a essa situação:

Essa prática é denominada “comunitária” pela emissora, mas abre espaço para questionamentos acerca da apropriação do termo. Estudamos a formação desse modelo de comunicação, investigando se a apropriação pela Rede Globo de uma prática de comunicação que se autodenomina comunitária poderia conferir à emissora hegemonia junto a comunidades do Rio, garantindo-lhe maior legitimidade política e, portanto, maior relevância social e ampliação do seu valor junto à sociedade (MAGALHÃES, 2015, p.9).

No *corpus* analisado por esta tese, a comunicação comunitária se destaca de forma nítida. Além de ser a categoria com mais produções, é também a que possui definições mais amplas, como pode ser observado abaixo:

Se, antes, a duração dos laços, os vínculos sociais embasaram a comunidade, hoje esses atributos permanecem, mas não se encerram neles. Os objetivos da comunidade nos autores clássicos eram o bem comum, o pôr em comum, o compartilhamento, como vimos anteriormente (S. SILVA, 2018, p.32).

Comunidade significa dividir o mesmo espaço físico. Entretanto, estes coletivos habitam – pode-se assim dizer – um território de coexistência situado entre o plano real e o virtual. Esse território não existe sem que ambas as partes a completem, por isso a coexistência, é uma presença compartilhada (MOISÉS, 2016, p.32).

Mas, o que não há como negar é que a palavra comunidade evoca sensações de solidariedade, vida em comum, independentemente de época ou de região. Hoje em dia seria o lugar ideal onde se almejava viver, um esconderijo dos perigos da sociedade moderna (SGOTI, 2016, p.33).

Para atuar como um agente contra-hegemônico, é preciso que sejam estreitados, cada vez mais, os laços entre a comunidade pela qual, para a qual e sobre a qual o

serviço de radiodifusão comunitária opera (RODEMBUSCH, 2018, p.17).

Essa prática é denominada “comunitária” pela emissora, mas abre espaço para questionamentos acerca da apropriação do termo. Estudamos a formação desse modelo de comunicação, investigando se a apropriação pela Rede Globo de uma prática de comunicação que se autodenomina comunitária poderia conferir à emissora hegemonia junto a comunidades do Rio, garantindo-lhe maior legitimidade política e, portanto, maior relevância social e ampliação do seu valor junto à sociedade (MAGALHÃES, 2015, p.19).

Retomando Peruzzo (2005), as experiências de comunicação comunitária se organizam a partir de alguns princípios fundamentais que as diferenciam das práticas hegemônicas, como a participação horizontal, a propriedade coletiva dos meios e a gestão compartilhada dos processos comunicacionais. A esses elementos somam-se o caráter público das iniciativas, a ausência de fins lucrativos e a defesa do direito de acesso aos meios e às tecnologias de comunicação (PERUZZO, 2006). Em muitos casos, essas práticas são desenvolvidas por pessoas que vivem nos próprios territórios, e é justamente essa vivência que confere sentido ao que produzem, permitindo a construção de narrativas situadas e de leituras da realidade que tensionam os discursos dominantes.

Nesse sentido, no recorte temporal contemplado por esta tese, também são problematizadas experiências que se autodenominam “comunitárias”, mas que permanecem associadas a iniciativas de caráter pontual, sem expressar, de fato, uma participação contínua nem o protagonismo das comunidades envolvidas. Um exemplo é o Canal NET Cidade, do ABCDM, que, embora tenha se apresentado como uma experiência inovadora de participação comunitária, revela contradições em sua prática. Apesar de permitir que a comunidade local atuasse diretamente na produção de conteúdos por meio de um programa de voluntariado (PV), essa participação ocorreu de maneira específica e circunscrita, vinculada a uma lógica empresarial e subordinada à grade de programação e aos interesses estratégicos da emissora. Nesse sentido, ao contrário do que se sugere na investigação de Rodrigues (2017) que enxerga a emissora como facilitadora de um espaço permanente de expressão comunitária, acredita-se que o caráter comunitário tenha sido instrumentalizado pelo veículo, simulando uma comunicação participativa enquanto permanecia mediado por interesses corporativos, especialmente no que se refere à manutenção do voluntariado.

Mesmo diante da escassez de recursos e da instabilidade financeira, muitas dessas iniciativas persistem, sustentadas por redes de colaboração formadas por sujeitos com

diferentes trajetórias de formação. O trabalho, em geral, acontece de forma voluntária ou conciliado com outras atividades profissionais, o que evidencia os limites materiais dessas experiências, mas também revela sua força coletiva. Ao ampliar os sujeitos e os canais de produção de sentidos, a comunicação comunitária se configura como um espaço de aprendizado permanente, exigindo uma leitura crítica da mídia e do mundo e promovendo processos formativos tanto para quem produz quanto para quem consome. Ainda que não ocupem posições centrais no sistema midiático tradicional, essas práticas desempenham um papel relevante na democratização da comunicação e no fortalecimento de processos sociais inclusivos, mantendo abertas brechas para a construção de práticas comunicacionais emancipatórias (PERUZZO, 2020).

A Comunicação Comunitária na América Latina acontece em geral em centros urbanos, nas favelas e em outras localidades onde se concentram populações de baixa renda ou marginalizadas como, por exemplo, no caso dos países andinos, em que este também é um campo importante para expressão dos povos originários. Em alguns casos, são processos comunicacionais criados por organizações não-governamentais (ONGs). Em outros, são moradores, associações locais ou grupos de amigos que criam canais de interação, mobilização e troca de conhecimentos através da comunicação. É importante destacar que, apesar das diferenças entre as sociedades, a Comunicação Comunitária se constitui como ação política periférica em todos os contextos e a sua essência política e periférica é justamente o elo que une comunicadores comunitários em todos os continentes (TOVAR DA SILVA, 2020, p.35).

Diferentemente da mídia tradicional, na comunicação comunitária, o povo é o foco, seja ele produtor ou destinatário da informação, e o seu objetivo é fazer com que a comunidade tenha acesso a conteúdos que incentivem a educação, a cultura e o senso de cidadania, provocando uma participação mais ativa das pessoas na vida da comunidade. Para tal, ela não tem fins lucrativos e tem propriedade coletiva (PERUZZO *apud* DA COSTA, 2019, p.12).

É possível afirmar que as pesquisas constroem conceito de comunicação comunitária como um processo comunicacional situado, coletivo e politicamente orientado, que se desenvolve a partir das necessidades de grupos historicamente marginalizados. De início, elas indicam que a comunicação comunitária relaciona-se com o território, sobretudo em periferias urbanas, favelas, comunidades rurais, ribeirinhas e povos originários. Atualmente, esse território não é apenas físico, mas também simbólico e relacional, podendo articular tanto dimensões presenciais quanto digitais como parte de um mesmo espaço de coexistência comunitária. A seguir:

O campo da comunicação comunitária, entendida como a rede comunicativa estabelecida entre os diversos agentes e segmentos comunitários – cidadãos,

organizações de diversas naturezas e Estado – de maneira a contribuir com a articulação dos membros da comunidade local por meio de veículos como: jornal, TV de rua, boletins, fóruns etc (BATISTA, 2014, p.13).

Comunidade significa dividir o mesmo espaço físico. Entretanto, estes coletivos habitam – pode-se assim dizer – um território de coexistência situado entre o plano real e o virtual. Esse território não existe sem que ambas as partes a completem, por isso a coexistência, é uma presença compartilhada (MOISÉS, 2016, p.68).

A Comunicação Comunitária se desenvolve como um processo de luta popular não só por espaços de fala, mas por transformação social e representação política. Participação em várias esferas da Comunicação, na produção, recepção e, consequentemente, nas narrativas. As representações dos ribeirinhos e indígenas comunicam um tipo de brasilidade, que ainda não encontra pertencimento no Brasil contemporâneo. Nos discursos hegemônicos, permanecem como folclore (TOVAR DA SILVA, 2020, p.53).

Ainda, o conceito aparece associado à centralidade do povo como sujeito da comunicação, tanto na produção quanto na recepção das mensagens. Diferentemente da mídia tradicional, não se trata de falar sobre a comunidade, mas de comunicar a partir dela, com propriedade coletiva e forte vínculo com associações locais, movimentos sociais, ONGs ou coletivos informais. Além disso, as citações enfatizam o caráter político e contra-hegemônico da comunicação comunitária. Ela é apresentada como prática de enfrentamento às exclusões sociais, raciais, culturais e territoriais produzidas pelos discursos dominantes.

A Comunicação Comunitária é feita por e para comunidades excluídas, constituídas por indivíduos oprimidos, minorizados e silenciados pelos meios de comunicação e/ou pela sociedade. Diferente dos meios tradicionais, as ações comunicacionais comunitárias carregam em si práticas que representam uma busca real e constante por sociedades mais justas, igualitárias e plurais. Para tanto, a Comunicação Comunitária atua incentivando o pensamento crítico e o uso de veículos de comunicação como suportes para transmissão de ideias e de propostas políticas e sociais, dando visibilidade às pessoas e às formas de exclusão delas (TOVAR DA SILVA, 2020, p.42).

A comunicação comunitária constitui assim uma força contra hegemônica que, com sua estrutura plural e polifônica, produz novas linguagens e novos sistemas produtivos e propicia novas formas de reflexão sobre a comunicação. O enfoque da comunicação comunitária na polifonia de vozes permite a instrução dos cidadãos (pois contribui para a promoção da cidadania e consumo crítico das mensagens midiáticas) e a diversidade da informação (SILVA, 2016, p.69).

A partir das discussões apresentadas, é possível afirmar que o conceito de comunicação comunitária se transformou à medida que o território deixou de ser compreendido apenas como espaço físico, entendido como localidade, e passou a incluir

também ambientes digitais de interação. Esse deslocamento amplia a noção de comunidade, que passa a se constituir por vínculos sociais, identitários e políticos estabelecidos tanto no espaço local quanto nas redes digitais. A comunicação comunitária, nesse contexto, mantém sua ancoragem nas experiências coletivas, mas incorpora novas formas de circulação, linguagem e organização, sem perder seu caráter político.

1.4 Tendências conceituais, referenciais teóricos predominantes

Os conceitos de comunicação popular-alternativa e comunitária constituem categorias amplas para a reflexão sobre o campo da comunicação contra-hegemônica. Como citado anteriormente, na etapa de coleta de dados desta tese, tornou-se evidente que a adoção de delimitações conceituais rígidas para classificar as pesquisas analisadas não se mostrou metodologicamente adequada. Tal constatação relaciona-se à heterogeneidade do campo analisado, no qual dimensões sociais, políticas e culturais se articulam de forma indissociável. Essa dificuldade mostrou-se mais evidente nos estudos que abordam experiências nas quais a comunicação está presente, mas não ocupa posição central. Nesses casos, o enquadramento em categorias conceituais fixas tende a simplificar processos complexos e a limitar a compreensão das experiências investigadas.

Identificamos que as diferentes formas de apropriação desses conceitos nos trabalhos analisados indicam que o campo da comunicação se configura como um espaço de disputas que extrapolam o plano simbólico, alcançando também o âmbito epistemológico. Essas disputas não se restringem às formas de produção ou às práticas comunicacionais, mas dizem respeito, sobretudo, aos sentidos atribuídos a essas experiências. A análise dessas disputas contribui para compreender como diferentes perspectivas teóricas e metodológicas orientam a leitura das experiências comunicacionais e influenciam sua legitimação no campo acadêmico.

Os resultados demonstram que, em substituição às classificações consolidadas na literatura, as investigações analisadas evidenciam o surgimento de denominações mais diretamente vinculadas aos contextos das experiências estudadas. Embora algumas dessas iniciativas mobilizem, de forma mais acentuada, uma das três categorias sugeridas (comunicação popular, alternativa ou comunitária), observa-se, na maioria dos casos, uma recusa em enquadrá-las segundo essas classificações. Tal recusa decorre da percepção de que

essas categorias não expressam de forma precisa as especificidades das práticas analisadas nem os contextos socioterritoriais nos quais se inserem. Em seu lugar, emergem denominações como comunicação livre, comunicação paralela e comunicação periférica, conforme exemplificado a seguir:

Convocamos também para o ato todas as ONGs da Maré, anistia internacional e nossos companheiros de mídia independente. Amigos favelados, todos serão bem vindos independente de facção. Temos que nos unir!! (MARTINS, 2018, p.84).

Autodenominando-se um “meio de comunicação livre”, a Webrádio Yandê não é financiada por nenhuma organização pública e organiza sua sustentabilidade financeira por meio da contribuição de apoiadores, pequenos patrocinadores e da realização de eventos (NASCIMENTO, 2020, p.43).

A Mídia Ninja é uma rede de comunicação livre criada no ano de 2013 a partir das manifestações ocorridas no Brasil e que levaram milhões de pessoas às ruas. Na ocasião realizou coberturas ao vivo nos protestos, com pontos (S. SILVA, 2018, p. 140).

Esta pesquisa pode vir a contribuir no estabelecimento da comunicação independente enquanto um fenômeno singular dentro de um campo maior: a comunicação alternativa (BASTOS, 2021, p. 22).

Então, temos que sempre avaliar muito bem essa contrapartida, porque não vamos deixar de fazer um jornalismo independente, contra-hegemônico. Não é fácil achar quem queira financiar um serviço desse tipo sem dar opinião (...) (MEDEIROS & SILVA, 2015, p.90).

Observa-se, nesse movimento, a busca por outras formas de compreender e nomear a comunicação contra-hegemônica a partir de perspectivas situadas, relacionadas às experiências concretas e às lutas sociais desenvolvidas nos territórios. Nesse sentido, aproxima-se do entendimento de Cunha (2018, p.15), para quem se tratam de “iniciativas de comunicação que estimulam a existência de vínculos sociais, comunicativos e culturais, dando um novo contorno ao território do bairro e à convivência de seus moradores”.

Em relação ao conceito de contra-hegemonia, percebe-se que é uma noção que permeia as pesquisas como um todo. No *corpus* analisado, o conceito aparece inicialmente associado à essência das experiências, colocando-as como resistência ao modelo dominante de comunicação. Essa resistência se dirige em especial ao modelo comercial de radiodifusão. A seguir, destacam-se trechos das pesquisas que evidenciam esse processo:

Então, recusar-se ao modelo dominante passa a ser um movimento de resistência ao

modelo comercial que a radiodifusão tenta colocar como já consolidado. Investir na contraposição desse sistema é uma árdua tarefa daqueles que acreditam na comunicação como bandeira de democratização dos meios, a começar pelo eficiente uso dos espaços que são definidos como comunitários, alternativos ou independentes (os denominados privados sem fins de lucro, na Argentina) e que, por sua formação, já se apresentam como um movimento contra hegemônico. São espaços dessa natureza que podem auxiliar na formação da consciência crítica no cotidiano dos cidadãos envolvidos (ANDREATA, 2020, p. 39).

Podemos, então, considerar que a produção midiática está situada no campo da hegemonia no sentido gramsciano. Sendo assim, a comunicação comunitária é facilmente localizada no campo contra-hegemônico. O que não significa que os meios de comunicação comunitários tenham o objetivo ocupar o lugar dos meios massivos, mas sim, de contrapor-se a eles, dando espaço a quem não tem voz nos veículos hegemônicos (RODRIGUES, 2013, p.62).

Outro aspecto identificado no *corpus* refere-se à dimensão participativa da contra-hegemonia. Nessa abordagem, o caráter político das experiências analisadas é compreendido a partir dos mecanismos de participação e interação estabelecidos entre os meios de comunicação e os sujeitos envolvidos. A comunicação é apresentada como uma espécie de ferramenta para o exercício da cidadania, especialmente quando possibilita a ampliação dos vínculos entre os veículos comunitários e as comunidades às quais estão vinculados, como exemplificam os trechos a seguir:

Para atuar como um agente contra-hegemônico, é preciso que sejam estreitados, casa vez mais, os laços entre a comunidade pela qual, para a qual e sobre a qual o serviço de radiodifusão comunitária opera. É nesse cenário que esta pesquisa se insere e se propôs a analisar a relação entre comunicadores da rádio comunitária, sujeitos comunicantes e cidadania comunicativa a partir das interações comunicativas entre RADCOMs situadas em Porto Alegre e os comunicadores ouvintes que compõem seu público na perspectiva de construção da cidadania comunicativa (RODEMBUSCH, 2018, p.17)

Levando-se em conta essas questões, estudar o possível caráter contra-hegemônico e outras diferentes características dos veículos de Comunicação Comunitária significa reconhecer seu papel político dentro da sociedade civil, papel que se processa em outra lógica e que promove cotidianamente a possibilidade de uma tomada de consciência rumo a transformações, bem como explicita a falta de representatividade e a pirâmide de poder inerentes à lógica hegemônica na qual a comunicação veio se constituindo (F. PEREIRA, 2015, p.116).

No *corpus*, a contra-hegemonia ainda se manifesta como um espaço de reafirmação cultural e de ampliação de perspectivas. Por meio do uso de tecnologias digitais e da criação de redes colaborativas, as pesquisas afirmam que experiências de comunicação popular, alternativa e comunitária possibilitam que os mais diversos grupos expressem suas identidades, oferecendo narrativas que não encontram espaço na mídia dominante. Dessa

forma, a contra-hegemonia atua na produção de novas formas de representação social, conforme pode ser observado a seguir:

Acreditamos que essas relações trazem algumas complexidades no sentido de se pensar as lutas de hegemonia e contra-hegemonia na comunicação popular contemporânea. A arena de disputas, no sentido proposto por Gramsci, parece-nos ainda mais diversa, com lutas intensas sendo travadas em ambientes e condições distintas daquelas travadas até então. Há novas formas de se pensar o jornalismo contra-hegemônico, que envolvem também uma lógica nova de negociação (D. MORAES, 2014, p. 89).

O jornalismo alternativo e contra-hegemônico traz consigo uma proposta de resistência aos grupos dominantes, bem como de disseminação da informação contraditória; trata-se, pois, de uma espécie de contra-poder. As ações engendradas por esse tipo de poder possuem singularidades; dentre elas, temos o respeito aos princípios da comunicação cidadã. Neste sentido, lançamos mão de conceitos teóricos e das relações mantidas entre eles, para que possamos, então, desenvolver a discussão aqui pretendida (MEDEIROS & SILVA, 2015, p.25).

Reconhecer o caráter contra-hegemônico e outras diferentes características dos veículos de Comunicação Comunitária significa reconhecer seu papel político dentro da sociedade civil, papel que se processa em outra lógica e que promove cotidianamente a possibilidade de uma tomada de consciência rumo a transformações, bem como explicita a falta de representatividade e a pirâmide de poder inerentes à lógica hegemônica na qual a comunicação veio se constituindo (C. PEREIRA, 2015, p.103).

Como já apontava Peruzzo (2008, p. 103), um dos impasses mais evidentes no campo reside justamente na definição de comunicação comunitária. Para a autora, essa modalidade acabou se configurando como uma vertente mais específica em função das próprias práticas sociais que a constituem. A rádio comunitária é um exemplo emblemático desse movimento, na medida em que, em muitos contextos, extrapola o âmbito estrito dos movimentos populares e passa a dialogar com públicos mais amplos. Os resultados desta pesquisa corroboram e ampliam essa reflexão, pois trazem uma multiplicidade de sentidos e definições atribuídas à comunicação comunitária. A seguir, apresentamos alguns que se destacam :

Uma comunicação feita pelas comunidades para as comunidades, em defesa dos interesses de seus membros (MAGALHÃES, 2015, p.18).

A Comunicação Comunitária se desenvolve assim, de maneira combativa – fiel aos valores de resistência herdados da comunicação popular –, mas essa, por sua vez, é capaz de desenvolver um fazer comunicativo leve, e plural, que incorpora o lúdico (NASCIMENTO, 2020, p.69).

A comunicação comunitária aparece, então, como uma forma de contraposição ao discurso hegemônico da mídia massiva, através de sua possibilidade de gerar uma

nova forma de representação, uma fala autêntica (RODRIGUES, 2013, p.13).

Na prática, a comunicação comunitária é aquela feita pela comunidade, para a comunidade, com a participação da mesma em todo o projeto a ser desenvolvido. É a comunicação onde o cidadão comum, sem conhecimento e formação técnica de comunicação, se transforma em um elemento produtor de notícias ou informações e também gerenciador, ativamente participativo, dos meios de comunicação (R. SILVA, 2016, p.7).

Tendo em vista os elementos discutidos, destaca-se que a abordagem contra-hegemônica não se manifesta somente nas práticas comunicacionais da América Latina, mas também na construção de referenciais teóricos que questionam a lógica dominante. Esse fenômeno decorre do descompasso entre as teorias produzidas nos centros hegemônicos e as realidades latino-americanas, o que traz questionamentos sobre a pertinência de paradigmas que, muitas vezes, ignoram as dinâmicas locais marcadas por desigualdade social, dependência econômica e diversidade cultural.

A produção hegemônica de conhecimento se consolidou em torno do modelo epistemológico da ciência contemporânea, historicamente silenciando e marginalizando os saberes locais e populares que estão intrínsecos à comunicação contra-hegemônica latino-americana. Naturalmente, esse tipo de comunicação entra em embate com a centralidade das perspectivas eurocêntricas, uma vez que é produzido a partir das lutas e das experiências concretas dos povos da região. A crítica à dependência epistemológica latino-americana, formulada por autores como Martín-Barbero (1997), argumenta que teorias importadas de maneira descuidada tendem a fragmentar a compreensão da realidade e a obscurecer as dimensões políticas e históricas que atravessam os processos comunicacionais na região.

Aponta-se que a pesquisa em comunicação na América Latina deve assumir um compromisso crítico com a realidade local, analisando o papel da comunicação em suas múltiplas dimensões e relações de poder, além de explorar novas formas, meios e práticas comunicativas que contribuam para processos de mudança. Conforme destaca o documento do Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para América Latina (CIESPAL):

A teoria da comunicação e a metodologia de pesquisa desenvolvidas nos centros metropolitanos nem sempre correspondem à realidade e às necessidades de pesquisa dos países atrasados e dependentes, no entanto, são aplicadas, indiscriminadamente,

às situações da região, com resultados obviamente inadequados e, por vezes, distorcidos. Seu uso tem sido induzido sob o pressuposto de que a teoria social é universal e que sua validade vai além da fronteira dos espaços culturais e dos processos históricos (CIESPAL, 1974, p. 13).

Esse cenário desafia os pesquisadores da comunicação, que precisam disputar não apenas os sentidos dos objetos de estudo, mas também os enquadramentos que os definem. Para parafrasear Martín-Barbero (1997), a produção teórica latino-americana ainda é frequentemente recebida “com desconfiança”. Por um lado, por setores conservadores, que a consideram um luxo reservado a países desenvolvidos e, por outro, por segmentos progressistas, que tendem a priorizar a resolução imediata de problemas concretos em detrimento da reflexão teórica (Martín-Barbero, 1997). Essa questão mostra uma dependência estrutural que vai além do uso de teorias externas, envolvendo a própria concepção de ciência e o papel do trabalho científico na sociedade latino-americana.

Nesse contexto, o desafio latino-americano vai além de simplesmente adotar ou rejeitar referenciais teóricos externos: trata-se de construir uma epistemologia própria do Sul. O Sul não é apenas uma localização geográfica, mas uma metáfora das experiências históricas marcadas por desigualdades, violência e exclusão, e, por isso, também produtor de conhecimento. Esses saberes nascem do enfrentamento cotidiano dessas realidades e, justamente por isso, oferecem olhares alternativos para a compreensão do mundo. É nesse sentido que se situam as epistemologias do Sul (B. SANTOS, 2007), que propõem uma abordagem crítica ao universalismo eurocêntrico, valorizando saberes locais e marginalizados e defendendo uma pluralidade de conhecimentos que dialogam com as lutas sociais e com a história dos povos.

Retomando o objeto desta tese, os estudos analisados têm em comum o foco claro: práticas comunicacionais que questionam, ou buscam questionar, as estruturas hegemônicas da comunicação, como já foi destacado. Mesmo quando inseridas em programas de pós-graduação mais alinhados a paradigmas da ciência tradicional, essas investigações desafiam as formas dominantes de produzir e validar saberes, ao colocar em evidência a centralidade dos sujeitos marginalizados, dos territórios e das lutas coletivas. Nesse sentido, tais estudos podem ser compreendidos como expressões das epistemologias do Sul, na medida em que reivindicam formas de conhecimento produzidas na e pela luta. Como enfatiza

Boaventura de Sousa Santos (2007) para as epistemologias do Sul, conceitos como corpo, território e luta não são apenas referências contextuais, mas constituem fundamentos teóricos de um conhecimento que se forma no enfrentamento das opressões.

Esse modo de pensar se sustenta em linhas simbólicas que dividem o mundo em duas esferas: Norte, supostamente superior, e Sul, subordinado. Falar sobre uma epistemologia genuinamente latino-americana surge como denúncia a essa lógica hegemônica e epistêmica da ciência moderna, contribuindo para o declínio dessa soberania, que se firmou através do silenciamento e da exclusão de povos e culturas reprimidos pelo colonialismo, capitalismo e patriarcado, que são componentes presentes no Norte global. Por meio das epistemologias do Sul, propõe-se repensar o modelo de pensamento moderno ocidental, também chamado de pensamento abissal, sustentado nos três princípios fundamentais já enunciados: colonialismo, patriarcado e capitalismo (B. SANTOS, 2007).

1.5.1 Referencial teórico das pesquisas

A análise do referencial teórico das produções acadêmicas indica a utilização de mais de 3.000 citações na construção das dissertações e teses examinadas. Considerando que o *corpus* é composto por 60 trabalhos, estima-se uma média aproximada de 50 referências mobilizadas em cada um deles. Cabe destacar que o número de menções a determinado autor(a) não reflete necessariamente a forma como suas ideias foram trabalhadas, nem a profundidade de sua participação na pesquisa. Por essa razão, optou-se por contabilizar cada autor apenas uma vez, independentemente de suas obras terem sido citadas em diferentes momentos do trabalho. Essa opção metodológica prioriza uma leitura mais qualitativa do material, deixando em segundo plano a contagem exata de citações para dar espaço a uma compreensão de como os referenciais são mobilizados e articulados ao longo das pesquisas.

Ao analisar as referências bibliográficas, notamos uma evidência da forte centralidade do pensamento crítico latino-americano da comunicação. No contexto brasileiro, observa-se um destaque expressivo da autora Cicilia M. Krohling Peruzzo, cujo nome aparece em mais de 1.200 ocorrências no corpus analisado. Considerando a consolidação das múltiplas

menções identificadas nas citações extraídas, a autora está presente em aproximadamente 40 trabalhos, seja por meio de citações diretas, referências a diferentes obras ou menções conceituais. Entre as produções mais recorrentes, destaca-se o livro “Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania”, frequentemente mobilizado em discussões relacionadas à participação social, aos processos comunicacionais de base e às dinâmicas de cidadania. Também apresenta elevada recorrência o artigo Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária, utilizado frequentemente para as discussões conceituais do campo.

Com base na análise do corpus de pesquisa, além da Peruzzo, os dez autores mais recorrentes na pesquisa em comunicação contra-hegemônica são, em ordem decrescente, Paulo Freire, Raquel Paiva, Lúcia Santaella, Jesús Martín-Barbero, Stuart Hall, Muniz Sodré, Manuel Castells e e José Luiz Braga. A análise temporal das obras citadas revela que a maior parte das referências utilizadas no corpus concentra-se em obras publicadas ou editadas no período entre 2000 e 2016, com maior incidência a partir de 2008. Identifica-se, particularmente, um pico de publicações entre 2012 e 2016. Esses resultados indicam que as pesquisas analisadas se fundamentam, em sua maioria, em uma produção teórica relativamente recente.

Por outro lado, observa-se a ausência de perspectivas que extrapolem o contexto latino-americano, mesmo no interior do chamado Sul Global. Com exceção dos trabalhos que abordam a comunicação indígena, também não são identificadas menções significativas a autoras e autores africanos, asiáticos ou da Oceania e, quando aparecem, essas referências são pontuais e pouco representativas no conjunto do *corpus* analisado.

Um dos aspectos mais relevantes identificados na pesquisa é a incorporação crescente de debates sobre plataformização, algoritmos, redes sociotécnicas e, de modo mais amplo, sobre os ecossistemas digitais. Observa-se que essa ênfase, tal como aparece no *corpus* atual, não havia sido identificada com a mesma intensidade nos estudos que antecederam esta tese. É possível dizer, por exemplo, que o campo se encontra diante de uma inflexão epistemológica: a necessidade de rearticular categorias clássicas, como comunidade, participação, cidadania e mediação, à luz de fenômenos como vigilância de dados, modulação

algorítmica, cultura participativa digital e transformações no trabalho comunicacional. Essa coexistência revela um movimento duplo: de um lado, a permanência de uma tradição normativa e crítica profundamente enraizada no contexto latino-americano; de outro, a emergência de abordagens que demandam atualização conceitual e metodológica diante das mudanças tecnológicas e sociopolíticas contemporâneas.

O que se percebe, em termos teóricos, é que não há uma pacificação conceitual no campo, tampouco nas denominações das experiências investigadas. Os novos modos de nomear as experiências talvez surjam dessa perspectiva, do reconhecimento da instabilidade e do conflito como forças constitutivas do campo. Encerrar este capítulo, portanto, significa reafirmar que não há fundamentos únicos ou estáveis que sustentem a comunicação contra-hegemônica. O que se tem, em seu lugar, são territórios em disputa, sejam eles conceituais, políticos e epistemológicos, atravessados por práticas comunicacionais que resistem aos enquadramentos tradicionais.

CAPÍTULO 2 – PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA (2013–2022)

O contexto de pesquisa influencia a produção científica e é, ao mesmo tempo, por ela afetado. Isso porque a produção científica não acontece fora da realidade social. Partindo desta ideia, este capítulo apresenta um panorama da produção acadêmica nos programas de pós-graduação em Comunicação ao longo do período analisado, na tentativa de entender como pesquisa e contexto se influenciam mutuamente. Ao longo do capítulo, retomam-se aspectos da formação do campo da Comunicação no Brasil e algumas características da pós-graduação na área, situando o objeto desta tese nesse cenário mais amplo. Também são apresentados dados sobre autoria, orientação, distribuição geográfica e outros traços das dissertações e teses analisadas no *corpus*. O recorte entre 2013 e 2022 leva em conta um período marcado por transformações políticas, sociais e econômicas profundas, incluindo a pandemia de Covid-19, que impactou de forma direta as condições de pesquisa e a própria dinâmica de produção do conhecimento.

2.1 A Pós-Graduação no Brasil

No Brasil, o acesso à pós-graduação sempre foi historicamente restrito a determinados grupos sociais. Seus primeiros passos remontam à década de 1930, período em que o ensino superior tinha como um de seus principais objetivos elevar o nível da cultura geral. Naquele período, a constituição de uma universidade brasileira exigia a presença de, no mínimo, três entre os seguintes institutos: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Esses cursos eram considerados os pilares do saber acadêmico, legitimando institucionalmente o modelo universitário e revelando uma concepção elitizada e excludente de conhecimento. Cássio Santos (2003) destaca que, durante o período em que Francisco Campos²⁵ ocupou o cargo de Ministro da Educação, estruturou-se no país as noções de um sistema de pós-graduação inspirado em modelos europeus e estadunidenses, com destaque para a influência da Universidade de Coimbra, em Portugal.

Contudo, Cássio Santos (2003) esclarece que foi apenas em 1946 que o termo

²⁵ Francisco Campos (1891-1968) foi jurista, deputado federal e ministro da Educação.

pós-graduação apareceu formalmente, pela primeira vez, no Estatuto da Universidade do Brasil, estabelecendo uma distinção clara quanto aos propósitos e metas da instituição universitária. Enquanto o decreto de 1931, mencionado anteriormente, definia objetivos voltados à elevação do nível da cultura geral, o novo Estatuto ampliou essa perspectiva ao incluir, entre suas finalidades, a educação, o ensino e a pesquisa, o que representou um avanço no entendimento sobre o papel da ciência no país. É importante destacar que, nesse período, o ensino superior ainda se restringia a uma pequena parcela da população brasileira, composta, em sua maioria, por indivíduos de maior poder aquisitivo.

Em 1951, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, foi criada a Capes, que, já em seu início, inovou concedendo as três primeiras bolsas de estudo. Sua instituição ocorreu em um contexto histórico marcado pela consolidação do projeto de desenvolvimento nacional. A agência surgiu com o propósito de fomentar a pesquisa científica e fortalecer a integração entre ensino superior e pesquisa. Até os dias atuais, mais de 70 anos depois, a Capes permanece como responsável por incentivar, reger e dispor sobre os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) no país.

Em 1965, em meio à ditadura militar, houve um marco para a pós-graduação no país: o Parecer Sucupira²⁶, no qual a pós-graduação ficou reconhecida como uma nova modalidade de ensino²⁷. O parecer estabeleceu o formato institucional básico de seu funcionamento. Esse documento, por sua abrangência e importância histórica, constitui-se referência para o estudo da pós-graduação no Brasil e para o entendimento de sua evolução e das políticas traçadas para esse setor. O parecer destaca a pós-graduação como uma etapa essencial do sistema universitário, possuindo uma natureza diferenciada e uma função ampliada em relação aos cursos de graduação e especialização. Também define o conceito oficial de pós-graduação *stricto sensu* como um regime sistemático de cursos que se sucedem à graduação, voltados para o aprofundamento científico e cultural, e destinados à formação de pesquisadores e docentes com elevada competência acadêmica.

De acordo com Cássio Santos (2003), foi este parecer que consolidou o modelo

²⁶ O Parecer Sucupira refere-se ao Parecer CFE nº 977/65, redigido pelo conselheiro Newton Lins Buarque Sucupira, que estabeleceu as bases para a institucionalização e regulamentação da pós-graduação no Brasil.

²⁷ A pós-graduação no Brasil foi regulamentada oficialmente pela primeira vez em 1968, com a Lei nº 5.540 conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa legislação estabeleceu as bases para a organização e o desenvolvimento da educação brasileira, incluindo a estruturação da pós-graduação *stricto sensu*, composta pelos programas de mestrado e doutorado. Desde então, ocorreram diversas alterações e aprimoramentos nas normas e diretrizes que regem a pós-graduação no país, visando aprimorar a qualidade da formação acadêmica e científica dos pesquisadores e promover avanços na produção de conhecimento em diversas áreas do saber.

estadunidense como referência para a pós-graduação no Brasil. O autor destaca que esse modelo, reconhecido e adotado internacionalmente, evidencia a importância de um sistema orientado à pesquisa, com ênfase na elaboração de dissertações ou teses. Segundo esse parecer, o curso deveria ser estruturado em dois níveis: mestrado e doutorado. A primeira etapa dos cursos seria dedicada às aulas, enquanto a segunda se concentra na elaboração do trabalho científico de conclusão, seja dissertação ou tese. Os currículos seriam organizados conforme o modelo norte-americano, que contempla o *major* (área de concentração) e o *minor* (disciplinas conexas) (C. SANTOS, 2003, p. 4).

Um aspecto relevante do parecer em questão é a valorização explícita do mérito como critério na seleção de candidatos aprovados à pós-graduação brasileira. O texto faz referência a um sistema seletivo restritivo, que seria capaz de conferir aos aprovados um status de superioridade intelectual. Tal perspectiva é evidenciada, por exemplo, na afirmação de que "a pós-graduação, pela sua natureza, exige uma seletividade intelectual rigorosa, com critérios de admissão exigentes conforme o padrão da universidade". O documento destaca, ainda, o caso da Universidade Johns Hopkins, utilizada como referência, cuja concepção de pós-graduação rejeita a noção de educação de massa, legitimando, assim, a adoção de mecanismos de triagem meritocrática dos candidatos.

Diante da experiência ainda limitada do país em relação à pós-graduação, tornou-se necessário recorrer a modelos estrangeiros como referência para a criação de um sistema próprio. Nesse processo, o modelo externo deveria servir apenas como orientação, sem se tornar objeto de reprodução literal. Conforme o Parecer Sucupira:

Sendo, ainda, incipiente a nossa experiência em matéria de pós-graduação, teremos de recorrer inevitavelmente a modelos estrangeiros para criar nosso próprio sistema. O importante é que o modelo não seja objeto de pura cópia, mas sirva apenas de orientação. Atendendo ao que nos foi sugerido pelo aviso ministerial, tomaremos como objeto de análise a pós-graduação norte-americana, cuja sistemática já provada por uma longa experiência tem servido de inspiração a outros países. Vale assinalar que na Inglaterra, recentemente, o já famoso Robbins Report, que estudou as condições de expansão e aperfeiçoamento do ensino superior britânico, não hesitou em recomendar às universidades britânicas o uso de certas técnicas e processos da pós-graduação norte-americana (BRASIL, 1965, p.5)

O documento ainda afirma que a relevância do sistema de pós-graduação não se restringe à elaboração de uma dissertação de mestrado ou de uma tese de doutorado. Trata-se de um processo formativo amplo, concebido a partir de uma estrutura curricular, composta por disciplinas obrigatórias que abrangem parte do campo de conhecimento escolhido pelo

discente. O objetivo de tal configuração seria o de viabilizar uma formação científica que capacitasse o estudante para o desenvolvimento de uma pesquisa, resultando na produção acadêmica. O modelo ainda inclui a oferta de acompanhamento e orientação, com a intenção de estabelecer uma relação entre supervisão e autonomia, condição necessária para o exercício do pensamento e para a produção de conhecimento.

De acordo com Lima Netto & Carneiro (2021), ao adotar esse modelo norte-americano como referência, o relator do Parecer Sucupira, juntamente com sua equipe, incorporou as diretrizes do Governo Militar para a pesquisa no Brasil. Tal configuração favoreceu a implementação de programas voltados predominantemente às chamadas ciências técnicas, como as ciências agrárias e exatas, restringindo, por consequência, a criação e consolidação de programas nas áreas de ciências humanas e sociais.

Nesse sentido, Cássio Santos (2003) cita que a adoção de uma estrutura norte-americana para a pós-graduação brasileira não se refletiu nos critérios de avaliação e promoção. Como já foi observado, as exigências dos programas de mestrado no Brasil se aproximam mais dos modelos europeus não anglo-saxões do que do modelo norte-americano. Na área de Educação, o rigor da comunidade acadêmica tem se mostrado mais restritivo do que o previsto na legislação, exigindo a elaboração de dissertações de maior complexidade, em alguns casos alinhadas aos padrões de pesquisa de programas de doutorado, enquanto em outras áreas foram aceitas diferentes modalidades de trabalho final, conforme as orientações do Parecer 977/65. Essas diferenças evidenciam as contradições presentes no modelo brasileiro de pós-graduação. A seguir:

A adoção de uma estrutura norte-americana de pós-graduação não teve seu correlato nos critérios de avaliação e promoção. Conforme já mencionado anteriormente, as exigências dos mestrados brasileiros têm semelhanças com os seus análogos europeus (não anglo-saxões), não com os norte americanos. O rigor da comunidade acadêmica, sobretudo na área de Educação, tem sido extremado, adotando uma postura muito mais conservadora que o próprio texto da lei. Percebe-se que, ao passo que em várias áreas foram aceitas outras modalidades de trabalho final de curso, conforme a orientação do Parecer 977/65, na área de Educação tem sido exigida ‘ a elaboração de dissertações ambiciosas, em alguns casos, segundo o modelo das pesquisas recomendadas nos programas de doutorado’ (Oliveira, 1995, p. 162). São as contradições do modelo brasileiro de pós-graduação (C. SANTOS, 2003, p. 639).

A manutenção do modelo norte-americano na organização da pós-graduação no Brasil, por mais de sessenta anos, levanta dúvidas sobre sua adequação às características e necessidades do nosso país. Essa reflexão dialoga com as ideias de Darcy Ribeiro (1986), que

entende a universidade como um espaço fundamental para pensar criticamente o Brasil e projetar seu futuro. Para o autor, é importante construir uma identidade nacional efetiva, que oriente a produção do conhecimento de acordo com as demandas históricas brasileiras, fortalecendo um projeto acadêmico que seja autônomo e culturalmente conectado ao Brasil. A seguir:

(...) Voltando ao nosso princípio das responsabilidades sociais da Universidade, quero assinalar mais profundamente, ainda, o papel da Universidade com a Casa em que a Nação brasileira se pensa a si mesma como problema e como projeto. Não podemos deixar isso em mãos dos políticos; menos ainda, em mãos dos militares ou de seus sequazes tecnocratas; eles não têm nem identidade nacional efetiva, nem grandeza mental suficiente para pensar no Brasil em todas as suas potencialidades, vendo nosso povo como protagonista da história universal. (...). É preciso que essa Universidade aprofunde a idéia de que somos uma parcela muito importante desse mundo, um pedaço ponderável e belo da humanidade, se não o maior, diria eu, o melhor (RIBEIRO, 1986, p.18).

A partir disso, o impulso da pós-graduação no Brasil encontrou condições mais favoráveis a partir dos anos 70 por meio das metas nacionais de formação de recursos humanos qualificados, necessários ao desenvolvimento econômico do país, alinhados às políticas de ciência e de tecnologia. Desta forma, o governo brasileiro lançou projetos de capacitação de pesquisadores no exterior por meio de bolsas, ampliando as oportunidades de estudo. Estes pesquisadores formados no exterior atuavam posteriormente na pós-graduação do Brasil.

Com o decreto 91.146²⁸ de 1985, o antigo Conselho Nacional de Pesquisa, cujo objetivo principal era trazer tecnologias para o Brasil, como a nuclear, foi reformulado e passou a se chamar Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério do Planejamento. Segundo Schwartzman (2008), nesse período, a política científica estava diretamente conectada à política tecnológica e acompanhava as diretrizes da política econômica, de modo que ciência e tecnologia não definiam seus próprios objetivos, mas eram orientadas pela estratégia nacional de desenvolvimento vigente.

Entre 1996 e 2021, a pós-graduação brasileira passou por uma expansão expressiva²⁹.

²⁸ Decreto 91.146 de 1985. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d91146.htm. Acesso em 13 de maio de 2025.

²⁹ Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/crescimento-da-pos-graduacao-desde-os-anos-1990-melhora-a-distribuicao-regional-dos-cursos/>

O número total de programas cresceu mais de 288%, passando de 1.209 para 4.691, com destaque para o crescimento acelerado no Norte e Nordeste, embora o Sudeste tenha mantido a maior quantidade absoluta de cursos. No mestrado, a taxa de crescimento mais alta foi de 1.000% na Região Norte, enquanto no doutorado a expansão atingiu 1.250% na mesma região, ainda que o Sudeste permanecesse líder em número de cursos. O crescimento da pós-graduação, medido pelo número de títulos concedidos, foi sistemático entre 1996 e 2019, com aumento de 568% em mestrados e 756% em doutorados. A pandemia de Covid-19 interrompeu essa trajetória em 2020, provocando quedas de 14,3% nos títulos de mestrado e 17,8% nos de doutorado, seguidas por uma recuperação parcial em 2021.

Décadas depois de seu surgimento, a Capes organizou o primeiro processo de avaliação dos programas de pós-graduação para gerar parâmetros que orientassem a distribuição de bolsas de estudo. A avaliação estava centrada na produção científica dos pesquisadores, e comitês em cada área de conhecimento passaram a avaliar e classificar cada programa. Esses comitês tiveram papel importante na institucionalização dos campos de conhecimento e na construção da comunidade científica brasileira, fixando padrões de qualidade da pesquisa e da carreira acadêmica (BALBACHEVSKY, 2005). Conforme o autor, esse processo foi interpretado como “a mais importante referência de qualidade para o programa de pós-graduação no Brasil, (...) quanto melhor avaliação alcançada pelo programa, maiores eram as chances de seus pesquisadores de alcançar apoio, tanto em bolsas de estudo como em recursos para pesquisa e infraestrutura” (BALBACHEVSKY, 2005, p.283).

Apesar da consolidação de padrões de qualidade, o enfoque exclusivo no mérito mostrou-se insuficiente para garantir inclusão e diversidade no ambiente acadêmico. Embora a pós-graduação tenha surgido com a proposta de valorizar o mérito como critério central de seleção, a prática mostrou que isso dificultava a participação de grupos historicamente excluídos. Com o tempo, tornou-se necessária a implementação de políticas afirmativas para corrigir desigualdades, como o ProUni, Fies e Pronatec, que aumentaram a presença de estudantes de grupos socioeconomicamente vulneráveis, como negros, pardos, indígenas, pessoas de baixa renda e oriundos da escola pública.

Entre 1996 e 2021, a evolução das titulações de mestrado e doutorado mostrou uma forte desigualdade racial, com predominância de pessoas brancas. No mestrado, quase metade dos títulos (49,5%) foi concedida a esse grupo, enquanto apenas 4,1% foram destinados a pessoas pretas e 16,7% a pardas. No doutorado, a desigualdade é ainda mais acentuada: 59%

dos títulos foram para brancos, contra 3,4% para pretos e 14,9% para pardos. A partir dos anos 2000, observa-se um crescimento gradual da presença de pessoas pardas, pretas e indígenas entre os titulados, embora em proporções menores que as demais.

Nesse contexto, destaca-se a promulgação da Lei de Cotas Raciais³⁰, que representou um marco fundamental na consolidação de medidas voltadas à inclusão racial e social nas instituições públicas de ensino superior. A promulgação da Lei estabeleceu a reserva de vagas em aproximadamente 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia para estudantes negros(as). Antes mesmo da promulgação da Lei, diversas instituições de ensino superior já implementavam políticas afirmativas por iniciativa própria, como é o caso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que instituiu seu programa de cotas em 2003. No âmbito das universidades federais, a Universidade de Brasília (UnB) apresentou-se como vanguardista desse movimento, adotando medidas de cotas desde 2004.

Embora alguns programas de pós-graduação tenham adotado voluntariamente o sistema de cotas ao longo dos anos, a Lei de Cotas passou a abranger obrigatoriamente esse nível apenas no final de 2023. Entre as mudanças promovidas, as instituições federais de ensino superior passaram a implementar políticas de inclusão direcionadas a pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas e com deficiência nos programas de pós-graduação *stricto sensu* (PPG). Nesse contexto, todas as pesquisas incluídas neste recorte temporal referem-se a um período anterior à obrigatoriedade do sistema de cotas, de modo que os estudantes cotistas participaram de programas que adotaram o mecanismo de forma voluntária.

Diante da implementação das políticas afirmativas na pós-graduação como um todo, é possível dizer que houve uma possível mudança na perspectiva acadêmica, na qual os pesquisadores(as) ingressantes por meio das políticas de ações afirmativas trazem consigo suas experiências de vida. Como resultado, as pesquisas desenvolvidas por esses sujeitos incorporam novas camadas de conhecimento, o que envolve desde os saberes oriundos da vivência cotidiana nas periferias com o conhecimento sistematizado no ambiente acadêmico. Mais do que ampliar o acesso à educação, essas políticas funcionam como mecanismos de reparação histórica, favorecendo a construção de novas formas de cidadania, pertencimento e atuação política por meio da ciência.

Por outro lado, a implementação das cotas ainda é limitada em termos de abrangência nacional. Martins et al (2021) citam que, embora tenhamos um grande grupo de

³⁰ Lei nº 12.711 de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em 31 de janeiro de 2026.

investigações científicas enfatizando a importância dessa política para o ingresso e permanência de jovens negros no ensino superior, tal sistema ainda é uma realidade que não faz parte da maioria dos Programas de mestrado e doutorado do país, como aponta José Carvalho (2007). Observa-se que o debate acerca do êxito das políticas públicas de ação afirmativa tem se concentrado majoritariamente na análise de medidas voltadas ao ingresso de estudantes negros nos cursos de graduação, especialmente em instituições de ensino superior que implementaram cotas raciais e vêm aprimorando sua aplicação ao longo do tempo. Entretanto, o campo de investigação ainda apresenta lacunas, entre as quais se destacam as políticas de ação afirmativa voltadas à pós-graduação, notadamente nos cursos *stricto sensu*, que carecem de estudos mais aprofundados quanto à sua formulação, implementação e impactos.

A partir do estudo realizado por Artes (2015) sobre a equidade na pós-graduação brasileira, evidencia-se a persistência de profundas desigualdades no que se refere à presença de estudantes negros em cursos *stricto sensu*. Os dados apresentados indicam que, para cada mil jovens negros com idade entre 24 e 46 anos, apenas 19 frequentam um curso de mestrado (com cobertura de 75,3%) e apenas nove estão matriculados em programas de doutorado (com cobertura de 76,6%). Ademais, observa-se que a expressiva maioria desses estudantes concentra-se em áreas de menor prestígio social, caracterizadas por cursos com baixa relação candidato-vaga nos processos seletivos e por formações associadas a menor potencial de retorno financeiro, posicionando-se, assim, nos níveis inferiores da hierarquia social das carreiras.

Em síntese, a história da pós-graduação no Brasil mostra que sua expansão não ocorreu de forma homogênea nem socialmente neutra. O modelo adotado, fortemente marcado por referências externas e por critérios seletivos bastante rígidos, contribuiu para concentrar oportunidades em determinados grupos, instituições e regiões, ao mesmo tempo em que manteve outros à margem do sistema. Mesmo com o crescimento expressivo do número de programas e com a introdução mais recente de políticas afirmativas, o acesso à formação *stricto sensu* e à produção científica continua permeado por desigualdades que afetam quem pesquisa, o que se pesquisa e a partir de quais experiências. Encerrar esta seção, portanto, implica reconhecer que a configuração atual da pós-graduação resulta de processos históricos e políticas que moldam o próprio perfil do conhecimento produzido no país.

2.1.1 A pós-graduação brasileira em Comunicação

Até meados da década de 1960, os cursos de Comunicação no Brasil eram ainda incipientes e concentravam-se em poucas instituições de ensino superior. Nesse período, as linhas de pesquisa possuíam caráter predominantemente técnico, enfocando, sobretudo, a produção de mídia e a análise de conteúdo. Nas décadas de 1970 e 1980, observou-se um processo de expansão com a criação de programas, acompanhado de diversificação das áreas de estudo, de modo a abarcar não apenas aspectos técnicos, mas também questões sociais, culturais e políticas. Tal crescimento refletiu, simultaneamente, o desenvolvimento do campo comunicacional no país e a necessidade de responder às demandas emergentes da sociedade brasileira, em especial no que tange à democratização da comunicação e à pluralidade de perspectivas.

Um dos exemplos mais emblemáticos disso é que, na década de 1970, com o surgimento do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), consolidou-se também uma identidade própria em torno do chamado “Grupo de Comunicação da UnB” (LIMA, 2025). Esse grupo se tornou uma verdadeira “tradição emergente”, marcada por uma postura crítica em relação a conceitos e teorias importadas, muitas vezes alinhadas à lógica da modernização capitalista. Em contraposição, defendia-se a formação crítica de profissionais voltados para a extensão rural, a construção de políticas públicas de comunicação, a valorização da cultura nacional, a luta contra a concentração privada da radiodifusão e a criação de um sistema público de comunicação. Desde o início, o grupo demonstrava que a comunicação não é neutra, mas um campo de disputa, um espaço estratégico de resistência e de produção de sentidos.

A trajetória de criação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (PPG-COM/UnB) ilustra, em grande medida, os desafios enfrentados pelo campo da comunicação como um todo. O quadro docente inicial evidenciava as limitações de uma proposta inovadora: a maioria dos professores possuía apenas o título de mestre, o que motivou a contratação de docentes estrangeiros e a flexibilização de critérios para reconhecer professores-mestres como detentores de “notório saber”. Esse processo refletiu um desafio constante entre, de um lado, a intenção de romper com padrões acadêmicos dominantes e, de outro, as dificuldades estruturais inerentes à consolidação de

programas de pós-graduação críticos em um campo que ainda estava em formação.

Além disso, outros desafios permearam o campo. Como observa Lima (2025, p. 70), até 1983, predominavam as pesquisas em Comunicação Rural; a partir de 1984, foi ganhando força a análise da comunicação como linguagem e discurso. Ao mesmo tempo, o programa foi se diversificando em termos de temas, de orientadores e de perfil de alunos, que já não eram apenas técnicos ou planejadores, mas pessoas que buscavam a carreira docente e o fortalecimento das escolas de comunicação que surgiam pelo país. Assim, consolidaram-se três tendências principais: o esvaziamento da ênfase em Comunicação para o Desenvolvimento, a centralidade da análise discursiva e a ampliação da diversidade temática.

A desigualdade de gênero também marcou a produção científica em comunicação nesse período. No PPGCOM/UnB, por exemplo, entre 1974 e 1989, apenas 12 das 46 dissertações foram defendidas por mulheres. Esse dado evidenciou que, mesmo em um espaço concebido como crítico e inovador, as vozes femininas permaneceram minoritárias na formação do campo. Tal situação indicou que as marginalizações presentes no campo da comunicação não se restringiram aos objetos de pesquisa, mas se refletiram também nas trajetórias acadêmicas e profissionais daqueles que produziram conhecimento.

A partir da década de 1990, observou-se um crescimento expressivo dos programas de pós-graduação em Comunicação, com sua presença se ampliando para diversas regiões do país. Esse processo de interiorização contribuiu para a diversificação das linhas de pesquisa e para o fortalecimento de novas áreas de investigação. Temas e abordagens como os estudos culturais, a teoria da recepção, a comunicação organizacional, a comunicação política e a comunicação digital passaram a ganhar maior visibilidade (Kunsch & Gobbi, 2016). De acordo com as autoras, o campo da Comunicação no Brasil experimentou, a partir da década de 1990, uma expansão dos cursos de graduação e de pós-graduação, tanto *latu sensu* quanto *stricto sensu*. Esse crescimento é atribuído, em parte, à consolidação da área no âmbito acadêmico e à ampliação de sua atuação no mercado das indústrias da comunicação, da publicidade e da comunicação organizacional, além do aumento geral da oferta de ensino superior em diferentes áreas do conhecimento (Kunsch & Gobbi, 2016, p. 71).

É possível observar portanto que, na década de 90, apesar de poucos, todas as regiões do Brasil contavam, ao menos, com um programa de pós-graduação em Comunicação em suas respectivas instituições de ensino superior. No entanto, apenas sete estados brasileiros

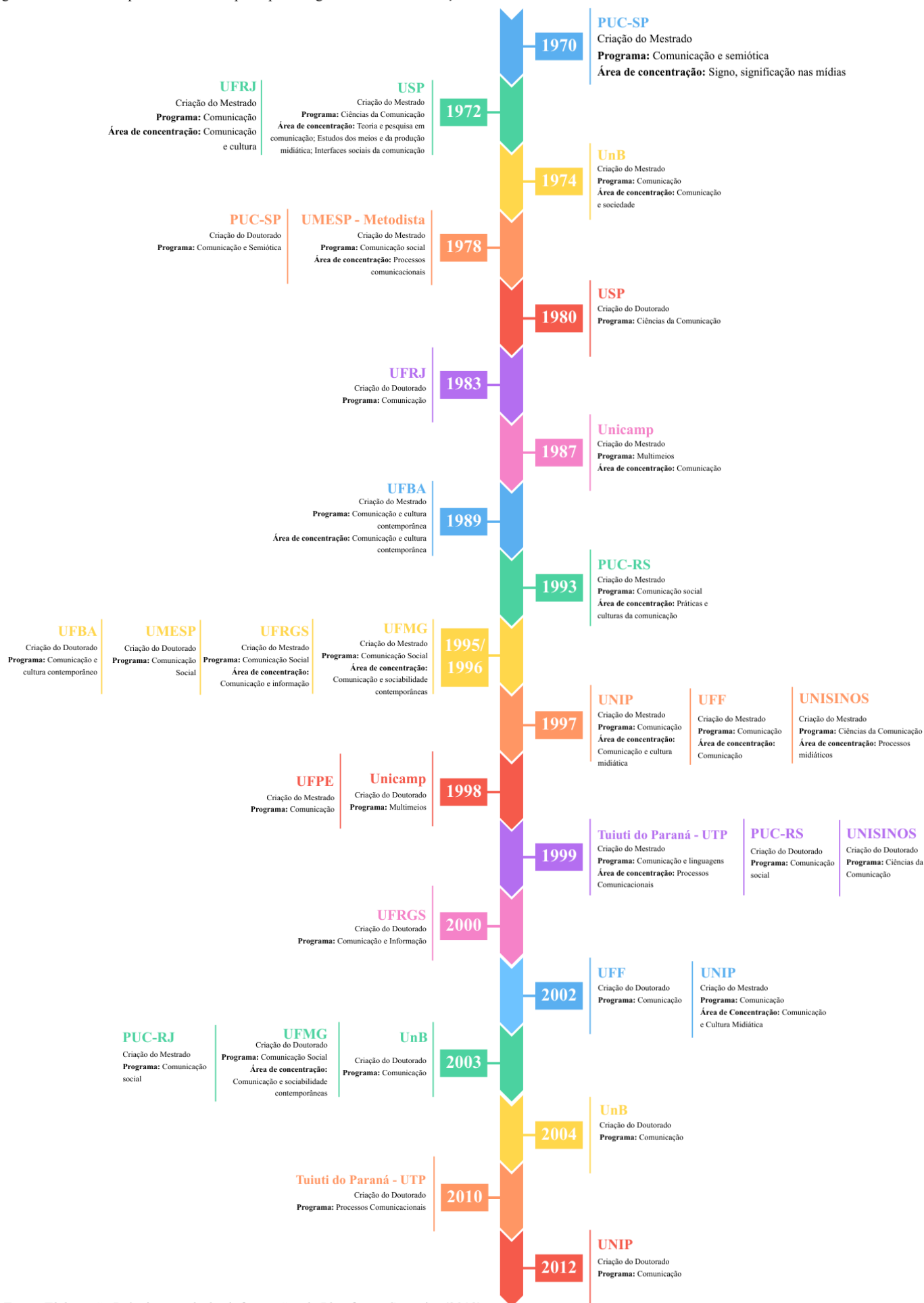
abrigavam esses programas, sendo a maior parte concentrada em São Paulo, onde estavam localizadas instituições como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Metodista de São Paulo (Metodista), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Paulista (UNIP). Considerando apenas essas instituições, observou-se que o tempo médio entre a criação do mestrado e a implantação do doutorado variou de 5 a 29 anos.

Até meados de 1990, a maioria dos programas de mestrado acadêmico em Comunicação (31) obtinha notas entre 3 e 4, segundo os critérios de avaliação da Capes. Havia, ao todo, 40 programas de mestrado acadêmico, com metade concentrada na região Sudeste. Apenas 15 instituições ofereciam tanto mestrado quanto doutorado, e não havia registros de programas *stricto sensu* profissionais na área. Um aspecto relevante destacado pelo autor é que, naquele período, as avaliações da Capes não levavam em conta a localização geográfica dos programas, o que acabava por invisibilizar desigualdades regionais na consolidação e no desenvolvimento da pós-graduação em Comunicação.

Embora a pós-graduação em Comunicação tenha se expandido nas últimas décadas, a concentração de programas e recursos na região Sudeste mostra desigualdades históricas na consolidação do campo. Além disso, a avaliação da Capes, ao não considerar a localização geográfica como critério, contribuiu para invisibilizar programas em regiões periféricas, limitando seu desenvolvimento. São justamente nessas regiões que se encontram muitas das experiências de comunicação contra-hegemônica, reforçando a importância de pesquisas que ampliem o reconhecimento dessas iniciativas.

Entre 2000 e 2018, o número de cursos de Comunicação no Brasil mais que dobrou, passando de 39 para 89, o que revela um processo de expansão expressivo em pouco mais de quinze anos. Esse crescimento, contudo, não ocorreu de forma homogênea pelo território nacional. A maior parte das novas ofertas manteve-se concentrada na região Sudeste, que, em 2018, reunia mais da metade dos cursos existentes no país. Já as demais regiões, especialmente o Norte e o Centro-Oeste, continuaram com participação bastante reduzida nesse cenário. Esse cenário mostra que a expansão dos cursos não foi acompanhada por uma distribuição mais equilibrada, mantendo desigualdades estruturais que afetam a consolidação do campo em diferentes regiões do país e condicionam as possibilidades de formação e produção de conhecimento em Comunicação.

Figura 3 - Linha do tempo dos cursos dos principais Programas de Pós-Graduação



Fonte: Elaboração Própria a partir das informações da Plataforma Sucupira (2018)

Nesse sentido, é possível dizer que, ao longo desse processo histórico, a pós-graduação em Comunicação se fortaleceu como espaço de produção de conhecimento, mas também passou a operar dentro de limites bem definidos. A concentração regional dos programas, os critérios de avaliação e as condições desiguais de consolidação institucional influenciaram diretamente os objetos, métodos e perspectivas que se tornaram mais recorrentes no campo. Isso significa que a própria configuração da pós-graduação em comunicação ajuda a explicar por que certas experiências comunicacionais, especialmente as que tensionam a lógica dominante, aparecem de forma menos frequente ou mais fragmentada na pesquisa acadêmica. É a partir desse cenário que se torna possível analisar, com mais precisão, os padrões de produção científica observados no recorte empírico desta tese.

2.2 A pesquisa em Comunicação contra-hegemônica na década em questão

Para Maldonado Gómez de la Torre (2001), pesquisa e teoria são dimensões centrais para a constituição do próprio campo da comunicação. Sem pesquisa, afirma o autor, não há produção de conhecimento propriamente dita, mas apenas opiniões desprovidas de fundamentação. Ao analisar as primeiras décadas da pesquisa social na América Latina, especialmente nos anos 1950 e 1960, o autor chama atenção para a forte dependência entre universidade e pesquisa, destacando que, mesmo nos espaços universitários, a atividade científica esteve amplamente subordinada ao modelo estrutural-funcionalista. Essa herança teórica e institucional é fundamental para compreender os limites históricos da pesquisa em comunicação na região e o modo como o campo se estruturou nos principais centros acadêmicos latino-americanos, em especial no Brasil.

Essa trajetória ajuda a explicar por que muitos dos profissionais que, posteriormente, passaram a ocupar posições estratégicas na formulação de políticas e diretrizes nacionais de pesquisa foram formados dentro desse mesmo paradigma. Não é surpreendente, portanto, que parte significativa desses agentes passe a defender abordagens alinhadas às demandas do mercado. Com o avanço do neoliberalismo, o mercado deixa de ser apenas uma referência entre outras e passa a orientar, de forma mais ampla, a organização da vida social, influenciando a definição de temas, objetivos e condições de realização da pesquisa. Em um contexto marcado pela hegemonia capitalista, grande parte da produção acadêmica

latino-americana acaba submetida a essas lógicas, sobretudo nos espaços de decisão institucional.

A crítica à dependência epistemológica latino-americana, formulada por autores como Martín-Barbero (1997), argumenta que as teorias importadas tendem a fragmentar a compreensão da realidade e a obscurecer as dimensões políticas e históricas que atravessam os processos comunicacionais na região. Aponta-se que a pesquisa em comunicação na América Latina deve assumir um compromisso crítico com a realidade local, analisando o papel da comunicação em suas múltiplas dimensões e relações de poder, além de explorar novas formas, meios e práticas comunicativas que contribuam para processos de mudança. Conforme destaca o documento do Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para América Latina (Ciespal):

A teoria da comunicação e a metodologia de pesquisa desenvolvidas nos centros metropolitanos nem sempre correspondem à realidade e às necessidades de pesquisa dos países atrasados e dependentes, no entanto, são aplicadas, indiscriminadamente, às situações da região, com resultados obviamente inadequados e, por vezes, distorcidos. Seu uso tem sido induzido sob o pressuposto de que a teoria social é universal e que sua validade vai além da fronteira dos espaços culturais e dos processos históricos (CIESPAL, 1974, p. 13).

Esse cenário desafia os pesquisadores da comunicação, que precisam disputar não apenas os sentidos dos objetos de estudo, mas também os enquadramentos que os definem. Para parafrasear Martín-Barbero (1997), a produção teórica latino-americana ainda é frequentemente recebida “com desconfiança”. Por um lado, por setores conservadores, que a consideram um luxo reservado a países desenvolvidos e, por outro, por segmentos progressistas, que tendem a priorizar a resolução imediata de problemas concretos em detrimento da reflexão teórica (MARTÍN-BARBERO, 1997). Essa questão mostra uma dependência estrutural que vai além do uso de teorias externas, envolvendo a própria concepção de ciência e o papel do trabalho científico na sociedade latino-americana.

Nesse contexto, o desafio latino-americano vai além de simplesmente adotar ou rejeitar referenciais teóricos externos: trata-se de construir uma epistemologia própria do Sul. O Sul não é apenas uma localização geográfica, mas uma metáfora das experiências históricas marcadas por desigualdades, violência e exclusão, e, por isso, também produtor de conhecimento. Esses saberes nascem do enfrentamento cotidiano dessas realidades e,

justamente por isso, oferecem olhares alternativos para a compreensão do mundo. É nesse sentido que se situam as Epistemologias do Sul (SANTOS, 2010), que propõem uma abordagem crítica ao universalismo eurocêntrico, valorizando saberes locais e marginalizados e defendendo uma pluralidade de conhecimentos que dialogam com as lutas sociais e com a história dos povos.

Essa percepção encontra embasamento nas ideias de Streck e Adams (2012, p.1), que defendem a existência de um movimento que valoriza não apenas os saberes endógenos³¹, mas também as distintas formas de conhecimento. Os autores acreditam que “junto com a subserviência epistêmica, houve e continua havendo um outro movimento que valoriza não só os saberes autóctones, mas também as distintas formas de conhecer”.

Retomando o objeto desta tese, os estudos analisados têm em comum o foco claro: práticas comunicacionais que questionam, ou buscam questionar, as estruturas hegemônicas da comunicação, como já foi destacado. Mesmo quando inseridas em programas de pós-graduação alinhados a paradigmas da ciência tradicional, essas investigações desafiam as formas dominantes de produzir e validar saberes, ao colocar em evidência a centralidade dos sujeitos marginalizados, dos territórios e das lutas coletivas. Nesse sentido, tais estudos podem ser compreendidos como expressões das epistemologias do Sul, na medida em que reivindicam formas de conhecimento produzidas na e pela luta. Como enfatiza Boaventura de Sousa Santos (2010) para as epistemologias do Sul, conceitos como corpo, território e luta não são apenas referências contextuais, mas constituem fundamentos teóricos de um conhecimento que se forma no enfrentamento das opressões.

A discussão sobre o caráter contra-hegemônico dessas iniciativas vai além de enquadrá-las como epistemologias do Sul. Frequentemente, essas experiências são denominadas de forma pejorativa, como rádios piratas ou jornaizinhos de bairro e, mais do que isso, observa-se um “projeto de deslegitimação” cotidiano dessas iniciativas (PERUZZO, 2008). Além disso, essas práticas passam a ser percebidas como ilegítimas ou meramente recreativas, um tom raramente aplicado a organizações e iniciativas das elites, sugerindo que o preconceito está mais relacionado a fatores como classe social, cor e renda do que à própria

³¹ Conforme o *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (2025), endógenos refere-se a tudo o que tem origem, causa ou desenvolvimento dentro de um sistema, organismo ou estrutura, em vez de ser provocado por fatores externos (exógenos).

iniciativa de comunicação. É como se esses grupos não possuíssem, supostamente, legitimidade para produzir conhecimento ou refletir metodologicamente sobre suas práticas.

Esse modo de pensar se sustenta em linhas simbólicas que dividem o mundo em duas esferas: Norte, supostamente superior, e Sul, subordinado. Falar sobre uma epistemologia genuinamente latino-americana surge como denúncia a essa lógica hegemônica e epistêmica da ciência moderna, contribuindo para o declínio dessa soberania, que se firmou através do silenciamento e da exclusão de povos e culturas reprimidos pelo colonialismo, capitalismo e patriarcado, que são componentes presentes no Norte global. Por meio das epistemologias do Sul, propõe-se repensar o modelo de pensamento moderno ocidental, também chamado de pensamento abissal, sustentado nos três princípios fundamentais já enunciados: colonialismo, patriarcado e capitalismo (B. SANTOS, 2010).

Ainda assim, a experiência latino-americana das últimas décadas demonstra que a produção de pesquisas críticas em comunicação não apenas é possível, como tem sido efetivamente realizada. Muitas dessas investigações surgem em contextos com menor reconhecimento institucional e com recursos limitados, mas conseguem produzir análises relevantes para o campo. A partir de escolhas teóricas e metodológicas consistentes, pesquisadores e pesquisadoras têm construído leituras da comunicação profundamente vinculadas às realidades históricas e sociais da região, ampliando a compreensão das relações entre comunicação, poder e sociedade. É nesse conjunto de produções que se inscrevem, de modo mais direto, as pesquisas em comunicação contra-hegemônica

No entanto, à medida que o campo se consolida, tornam-se mais visíveis as tensões internas que atravessam o ambiente universitário. A vida acadêmica é regulada por normas, expectativas e tradições que orientam desde a forma de escrever e assinar trabalhos até os comportamentos considerados legítimos. A adesão a esses códigos influencia o reconhecimento e a legitimidade dos pesquisadores, funcionando como uma espécie de capital simbólico. Embora haja, atualmente, maior abertura à interdisciplinaridade e à diversidade temática, determinadas linhas de pesquisa continuam a concentrar mais visibilidade, recursos e prestígio, enquanto outras permanecem em posições periféricas.

Essas disputas por legitimidade aparecem de forma concreta nos processos de formação acadêmica e na escolha dos objetos de pesquisa. Um exemplo dessa dinâmica pode

ser observado nos resultados desta tese e no relato de Sarah Santos (2025), egressa de um curso de doutorado em Comunicação. Ao ingressar no programa com um projeto voltado aos movimentos juvenis em defesa da educação, a pesquisadora enfrentou questionamentos recorrentes sobre a pertinência do tema para o campo, frequentemente acompanhados da afirmação de que sua pesquisa “não era comunicação”. A dificuldade de encontrar docentes interessados no assunto contribuiu para o afastamento da proposta e levou à reformulação do projeto. Segundo Sarah Santos (2025), esse tipo de resistência era ainda mais intenso no período em que iniciou sua pesquisa, evidenciando os limites institucionais enfrentados por temas considerados marginais ou pouco consolidados.

A recusa ou a dificuldade de inserção de experiências de comunicação contra-hegemônica como objetos legítimos de pesquisa não constitui, portanto, um caso isolado. Trata-se de uma dinâmica recorrente, que ultrapassa as escolhas individuais dos pesquisadores e está relacionada aos processos históricos de consolidação do campo. Projetos que se aproximam de práticas comunicacionais periféricas ou de contextos socialmente marginalizados tendem a enfrentar maiores obstáculos, não necessariamente por falta de relevância, mas porque tensionam critérios já estabilizados sobre o que é reconhecido como objeto válido em comunicação. Essas resistências revelam como a seleção de temas é atravessada por disputas simbólicas, hábitos formativos e referenciais teóricos sedimentados, elementos centrais para compreender os limites e as possibilidades da pesquisa contra-hegemônica na década em questão.

2.2.1 A distribuição temporal e os tipos de trabalho

No corpus analisado, a Comunicação Comunitária destaca-se por concentrar o maior volume de pesquisas e por manter uma presença mais constante ao longo dos anos. Observam-se períodos de maior intensidade, especialmente em 2013 e 2015, seguidos por um novo crescimento a partir de 2019, o que indica a continuidade do interesse pelo tema. A comunicação popular, por sua vez, não apresenta a mesma regularidade temporal, organizando-se em ciclos mais delimitados, com maior concentração de estudos entre 2013 e 2015 e, posteriormente, entre 2017 e 2019. Já a comunicação alternativa aparece de forma

mais restrita, com produção concentrada em um período específico, sobretudo entre 2014 e 2017, o que aponta para um interesse mais pontual no recorte analisado.

Um dos resultados desta pesquisa diz respeito à predominância de dissertações de mestrado em detrimento de teses de doutorado. Esse dado evidencia que grande parte das investigações sobre o tema foram desenvolvidas em cursos de Mestrado, sobretudo entre os anos de 2013, 2021 e 2022, período que concentra a quase totalidade das produções analisadas. Ao todo, foram identificadas 52 dissertações e apenas 8 teses, o que indica que o campo tem sido mais explorado em pesquisas de menor duração e escopo. Ainda assim, observa-se um aumento relativo das teses de doutorado a partir de 2017, possivelmente associado ao amadurecimento das linhas de pesquisa e à consolidação de agendas investigativas que demandam percursos mais longos. Chama atenção, por outro lado, a ausência de teses com as palavras-chave pesquisadas nos anos de 2013, 2014, 2020, 2021 e 2022, o que reforça a ideia de uma presença ainda irregular desse tema no nível do doutorado. A seguir, apresentam-se exclusivamente as teses de doutorado identificadas no *corpus*:

Quadro 6 - Relação de teses de doutorado entre 2013 e 2022

Autor(a) da tese de doutorado		Ano
1	LIBERATO, Rita Simone Barbosa	2018
2	RODEMBUSCH, Rodrigo Severo	2018
3	SILVA, Rociclei	2016
4	SILVA, Suelen de Aguiar	2018
5	DA CUNHA, Karen Sica	2015
6	TEIXEIRA, Valmir	2019
7	CORRÊA, Marcos	2015
8	LOBATO, Mayara Luma Assmar Correia Maia	2019

Fonte: Elaboração própria

A predominância de dissertações em relação às teses de doutorado pode ser compreendida a partir de alguns fatores combinados. Em primeiro lugar, há maior oferta de cursos de Mestrado do que de Doutorado, como discutido na seção 2.2 desta tese, o que tende

a ampliar naturalmente a produção nesse nível de formação. Soma-se a isso o fato de que muitos dos programas responsáveis pelos trabalhos analisados são relativamente recentes, o que sugere um campo de pesquisa que ainda se encontra em processo de consolidação institucional e acadêmica. As teses identificadas concentram-se principalmente no período entre 2015 e 2019, indicando que esses anos correspondem a uma fase de maior intensidade na produção doutoral relacionada às palavras-chave analisadas. Esse recorte temporal sugere um momento de consolidação do tema no âmbito da pesquisa acadêmica, com menor incidência antes e depois desse intervalo.

2.2.2 Os temas mais recorrentes da pesquisa em comunicação contra-hegemônica

Ao serem questionados sobre a existência de uma relação direta entre o tema de suas pesquisas e suas trajetórias pessoais, todos os pesquisadores(as) afirmaram positivamente. Essa unanimidade demonstra que as escolhas temáticas estão ancoradas nas experiências de vida, nas trajetórias profissionais e nos engajamentos políticos dos(as) participantes. Observa-se que a comunicação, em suas diferentes vertentes, é compreendida como um espaço de transformação social. A comunicação contra-hegemônica aparece como eixo estruturante dessas trajetórias, associada à busca por democratização dos meios e valorização de vozes historicamente marginalizadas.

Em alguns casos, essa relação decorre de vivências em territórios periféricos ou de inserções em movimentos sociais; em outros, de longas trajetórias profissionais no jornalismo, na docência ou na comunicação popular. Mesmo entre os(as) pesquisadores(as) que reconhecem posições sociais mais privilegiadas, identifica-se um movimento de reflexão e de compromisso com a transformação social, como pode ser observado a seguir:

Como moradora de favela, a minha aproximação com a comunicação alternativa foi natural. Comecei a me reconhecer nesse espaço e a contribuir com alguns jornais, primeiro voluntariamente, depois como freela. Escrevi para diversos jornais da favela até que cheguei na cobertura das manifestações. Nesse ambiente, os atores eram um pouco diferentes, tinha muito midiativista e o caráter político era mais explícito. Comecei a entender essa diversidade conceitual, mas principalmente prática dentro desse leque da comunicação contra-hegemônica. Meu primeiro trabalho, o TCC da graduação, foi um livro-reportagem sobre essa experiência. No mestrado, foquei na mídia independente digital. Agora, na especialização, estou estudando comunicação comunitária e meio ambiente. Seja na pesquisa ou na mão na massa, estou sempre navegando nesse universo da contra-hegemonia (BASTOS,

formulário online, 2025).

Como docente e pesquisadora, sempre estive envolvida com temas relacionados à memória, desigualdade e narrativas de resistência, o que me levou a investigar como discursos contra-hegemônicos podem tensionar estruturas simbólicas de poder. Esse engajamento teórico-político se prolonga no meu pós-doutorado, em que aprofundo a discussão sobre memória cultural, violência de gênero e processos de silenciamento, reforçando seu compromisso com uma comunicação que problematiza relações de dominação e visibiliza sujeitos historicamente marginalizados (FRANÇA, *formulário online*, 2025).

A definição dos temas revela um conjunto de padrões que, embora variados, convergem para uma mesma orientação intelectual: a centralidade das experiências comunicacionais produzidas nas chamadas margens sociais, territoriais e políticas do país. Por exemplo, muitos trabalhos destacam explicitamente comunidades e grupos historicamente invisibilizados, como em “A comunicação comunitária e a promoção da cidadania na comunidade de Suruacá – PA”, “A notícia por quem vive: um olhar antropológico sobre a comunicação comunitária a partir de uma experiência da Cidade de Deus” ou “Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no semiárido: a experiência da ASA”. Nesses casos, o protagonismo territorial e comunitário não é apenas objeto de estudo, mas fundamento para pensar práticas comunicacionais enraizadas nesse cotidiano. A seguir, exemplificamos um desses casos:

Escolhi realizar minha pesquisa de mestrado na comunidade ribeirinha de Suruacá, no interior do Pará, porque queria compreender profundamente a realidade dessas pessoas e como a comunicação comunitária poderia, ou não, atender às suas necessidades. Busquei vivenciar o cotidiano local, conhecer suas práticas culturais e a forma como se conectam com os meios de comunicação, uma oportunidade rara na região na época. Essa experiência articulou meu interesse profissional em comunicação com meu engajamento pessoal em compreender e valorizar as vozes da Amazônia (P. SOUZA, *formulário online*, 2025).

Ao mesmo tempo, observa-se uma presença marcante das mídias comunitárias, populares e alternativas como espaços de criação, resistência e disputa simbólica. Títulos como “Rádio comunitária e cidadania comunicativa”, “Mídias alternativas em Porto Alegre” e “Comunicação, movimentos sociais e redes: por um projeto biopolítico e comunitário da multidão” apontam para um campo preocupado em compreender como esses meios sustentam projetos políticos coletivos e identidades locais. A dimensão digital também emerge com

força, seja pelo interesse na circulação informacional, seja pela análise de iniciativas independentes ou por práticas híbridas que combinam ativismo territorial e redes sociais.

A título de exemplificação, desconsiderando-se conjunções, preposições e artigos, a palavra “comunidade” aparece como o termo de maior ocorrência comum entre os arquivos analisados. Trata-se da expressão mais recorrente nos trabalhos, com mais de seis mil menções ao longo das 60 produções examinadas, ficando atrás apenas do termo “comunicação”, que apresenta a frequência mais elevada. Na sequência, destacam-se ainda as ocorrências das palavras “comunitária” e “comunidades”, o que reforça a centralidade desse eixo temático no conjunto das pesquisas.

Em termos formais, observa-se que muitos títulos seguem uma estrutura bipartida, articulando um conceito central a um recorte empírico específico, geralmente apresentado como estudo de caso. Essa organização é recorrente em trabalhos que buscam tensionar categorias teóricas amplas a partir de experiências concretas, como ocorre em títulos que relacionam comunicação comunitária, cidadania ou hegemonia a programas, territórios ou iniciativas delimitadas. Também é frequente o uso de verbos e substantivos associados a processos sociais e comunicacionais, tais como participação, produção, circulação, sociabilidade e resistência, o que indica uma preocupação analítica com dinâmicas em curso, mais do que com objetos estáticos.

Percebe-se também a força de um eixo temático que articula comunicação, cidadania e práticas comunitárias, frequentemente relacionado a territórios periféricos e modos de organização coletiva. Exemplos como “Favela; Maré; Comunicação Comunitária”, “Quilombolas; Comunicação comunitária; Diálogo”, “Democratização da comunicação; Publicidade comunitária” ou “Cidadania comunicativa; Rádio comunitária” evidenciam que a produção científica do campo se volta reiteradamente para formas de comunicação que emergem de experiências locais e participativas, marcadas pelo compromisso com direitos, justiça social e fortalecimento de comunidades.

Destaca-se a centralidade das tecnologias digitais na reconfiguração das práticas comunicacionais, especialmente quando apropriadas por coletivos populares. Expressões como “Internet; Webjornalismo; Redes sociais”, “Jornalismo participativo; Blogues; Rede” e “Mídia Digital; Audiovisual; Edição” apontam para pesquisas que investigam novos modos

de circulação de discursos, produção colaborativa, participação política e ativismo digital, questões igualmente presentes em trabalhos que associam comunicação a movimentos sociais, como em “Movimentos sociais; Mobilização social; Feminismo” ou “MTST; Mobilização; Comunicação popular”. Ou seja, reorganizando os padrões, observa-se que os estudos se distribuem em três grandes tendências interligadas: a valorização das dimensões identitárias e culturais da comunicação; a centralidade das práticas comunitárias e cidadãs; e a atenção às transformações tecnológicas contemporâneas.

Um dos achados desta tese é a recorrência de temas relacionados às identidades, às memórias e às expressões culturais ao longo do *corpus* analisado. Por outro lado, observa-se que as pesquisas que abordam de forma mais direta as questões raciais e de gênero aparecem com menor frequência, surgindo de maneira bastante pontual no conjunto dos trabalhos. Esse resultado provoca certo estranhamento, justamente por se tratar de um campo que se apresenta como contra-hegemônico. Ainda que as pesquisas se debrucem sobre as práticas culturais subalternizadas, as questões raciais e de gênero, que atravessam de maneira profunda as desigualdades sociais, aparecem de forma menos contínua.

No recorte da palavra-chave comunicação comunitária, foi identificado apenas um trabalho que trata especificamente de questões raciais, intitulado *Olhares sobre a comunicação comunitária no processo organizativo e atuação da comunidade quilombola da Caçandoca, em Ubatuba (SP)*, de Marcelo (2017). Já no âmbito da comunicação popular, aparece apenas a pesquisa de Teixeira (2019), intitulada *Imprensa Negra na Internet: enquadramentos dos conteúdos produzidos pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z*. No campo da comunicação alternativa, foi localizado um único trabalho com essa abordagem, o de Moisés (2016), *Falam de mim e eu falo de nós: gênero, raça e corporeidade na trama virtual*. Esses dados evidenciam a presença ainda bastante restrita do debate racial articulado à comunicação contra-hegemônica no conjunto das pesquisas analisadas. Nesse recorte, o trabalho de Moisés (2016) se destaca por mostrar como a comunicação contra-hegemônica pode abrir espaço para que as questões raciais sejam vistas e discutidas a partir de outros lugares, questionando silenciamentos históricos e disputando os sentidos que circulam sobre identidades negras no espaço público. A seguir:

É certo de que o acesso democrático aos meios de comunicação é fundamental para garantir a visibilidade e a viabilização de uma imagem que não seja estereotipada pelos corpos vistos como maiorias. Ainda que se reconheça a quase impossibilidade de democratização da mídia comercial, a presença de corpos invisibilizados é uma

sombra pairante de democratização, que não está relacionada à produção independente e a ruptura com estereótipos, mas a uma forma autêntica de encontrar caminhos de se auto representar ao mesmo tempo em que, na mídia convencional, acaba-se por ser representado (MOISÉS, 2016, p.62).

No que se refere às discussões de gênero, o corpus analisado apresenta uma presença bastante limitada de trabalhos. Foram identificadas a pesquisa de França (2019), A representação do masculino: um olhar semiótico sobre a publicidade nazista, e o estudo de Luz (2014), A participação das mulheres nos movimentos agroecológico e feminista e a contribuição do jornal Brasil de Fato. O fato de apenas duas pesquisas abordarem diretamente essa temática chama atenção, sobretudo considerando que a maioria das autoras do corpus é composta por mulheres, como apresentaremos no próximo Capítulo. Essa informação mostra que a autoria feminina, por si só, não se traduz necessariamente na centralidade do debate de gênero, tampouco se observa uma presença expressiva de perspectivas feministas no conjunto das pesquisas analisadas.

Por outro lado, quando se observa o conjunto de pesquisas que dialogam com temáticas indígenas ou a elas relacionadas, percebe-se que a intersecção entre comunicação contra-hegemônica e os povos originários ocupa um lugar bem mais consistente no debate sobre identidades presente na produção científica analisada. No *corpus*, identificamos trabalhos vinculados às noções de comunicação comunitária, alternativa e popular que se debruçam sobre essas experiências. Nesse conjunto, ganha destaque a experiência da Rede Mocaronga, analisada em pesquisas como Debaixo da floresta, tem gente. Rede Mocaronga, audiovisual e o cotidiano ribeirinho, de Tovar da Silva (2020), e A comunicação comunitária e a promoção da cidadania na comunidade de Suruacá (PA), tema que será retomado no Capítulo 5 desta tese. Também se sobressai o trabalho Comunicação, saberes e sabores: estratégias de sobrevivência e práticas de bem viver na Aldeia Cinta Vermelha-Jundiba, além da pesquisa de Nascimento (2020), que investiga a etnocomunicação indígena como prática de liberdade decolonial e ancestral na experiência da Webrádio Yandê, autodefinida como a primeira mídia indígena do Brasil.

Além disso, como citado anteriormente, o conjunto de palavras-chave mostra que a comunicação comunitária é o fio condutor da maior parte das pesquisas, aparecendo com frequência ligado à ideia de comunidade, cidadania e democratização da comunicação,

Tomados em conjunto, os temas que atravessam as pesquisas analisadas nesta seção ajudam a compreender a comunicação contra-hegemônica como um campo profundamente ligado à disputa pelo direito à comunicação. Trata-se de investigações que partem de práticas nas quais comunicar é uma forma de existir publicamente, de produzir reconhecimento e de intervir nas condições de vida. É possível dizer que a pesquisa em comunicação contra-hegemônica se constrói nesse movimento contínuo entre práticas de resistência e de afirmação do direito à comunicação como dimensão central da democracia.

2.2.3 A região geográfica e outros aspectos

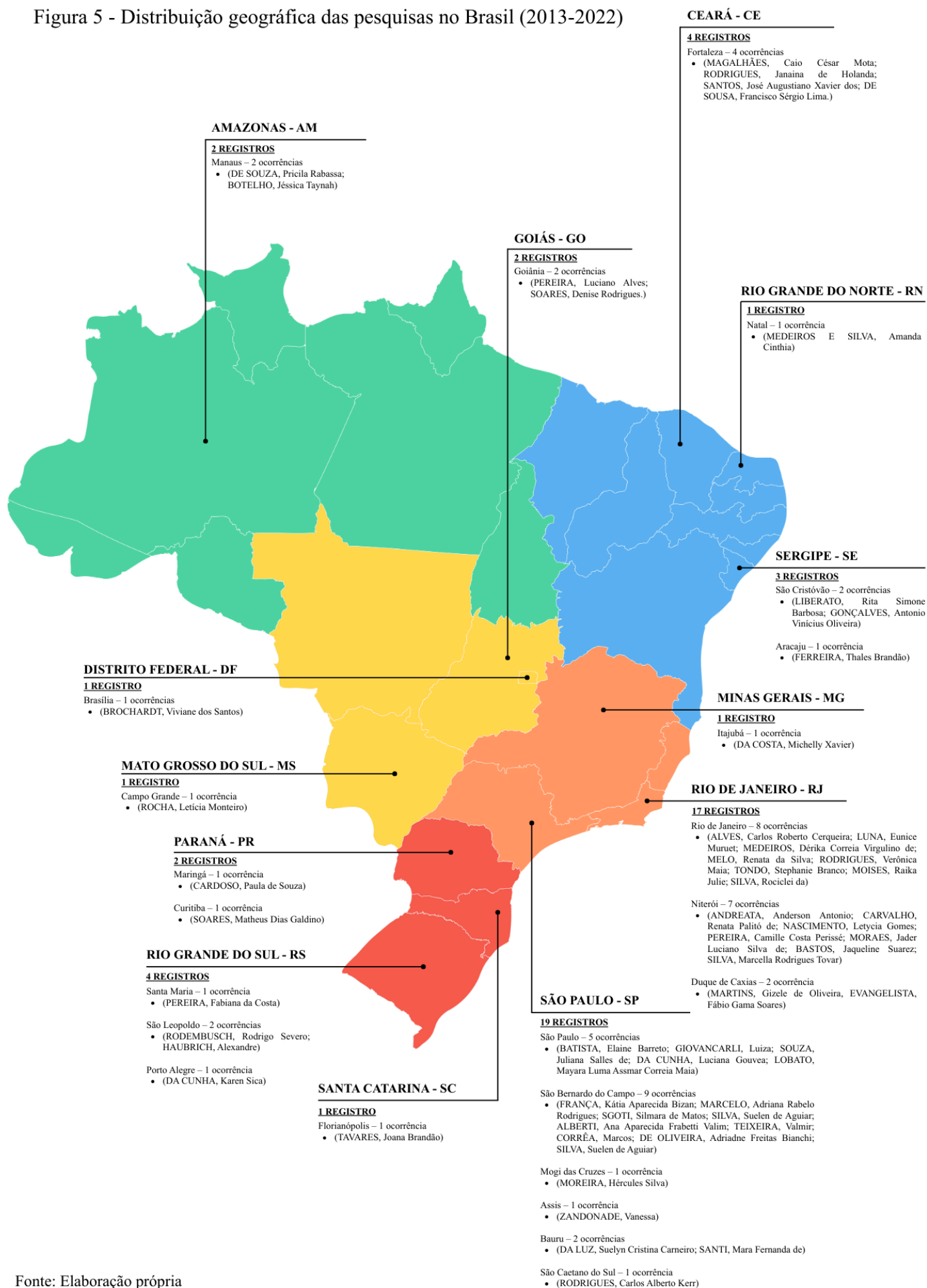
Quando se observa o conjunto das pesquisas analisadas no âmbito nacional, percebe-se que a produção acadêmica no campo da comunicação contra-hegemônica não se distribui de maneira uniforme pelo território brasileiro. Embora haja trabalhos oriundos de todas as grandes regiões do país, o panorama geral evidencia desigualdades que acompanham a própria estrutura do sistema de pós-graduação, como citado nas seções anteriores. A concentração de programas, recursos e trajetórias acadêmicas em determinados centros urbanos faz com que algumas regiões assumam maior visibilidade e peso na produção científica, enquanto outras aparecem de forma mais pontual.

Quando se olha com mais atenção para a distribuição dos trabalhos por estados e cidades, o que aparece é um retrato bastante concreto de como a pesquisa se organiza no território brasileiro. Dos 60 estudos que compõem o *corpus*, a maior parte está concentrada no Sudeste, especialmente nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nesses dois casos, chama atenção não apenas o volume de pesquisas, mas também a diversidade de cidades envolvidas. No Rio de Janeiro, destacam-se a capital e Niterói, que concentram um número ainda maior de trabalhos, reforçando o papel dessas cidades como polos centrais de formação e produção acadêmica. Em São Paulo, aparecem com frequência tanto a capital quanto São Bernardo do Campo e Bauru. Minas Gerais surge de maneira mais pontual.

Nas demais regiões do país, a produção tende a se concentrar em cidades específicas, geralmente associadas a universidades públicas consolidadas. No Sul, sobressaem cidades como Porto Alegre, São Leopoldo e Florianópolis; no Nordeste, a presença se organiza sobretudo em torno de polos como Fortaleza, São Cristóvão, Aracaju e Natal; no

Centro-Oeste, os trabalhos identificados se distribuem entre Brasília, Goiânia e Campo Grande. No Norte, a produção localizada restringe-se somente a Manaus. Ao todo, são 36 trabalhos na região Sudeste, sendo 19 no estado de São Paulo e 17 no do Rio de Janeiro. São 7 no Sul, 7 no Nordeste, 4 no Centro-Oeste e 2 no Norte. Esse desenho territorial mostra que a pesquisa no campo analisado é nacional, mas desigual, e sugere que o lugar onde se pesquisa continua sendo bastante influenciado por condições institucionais e sociais que moldam as agendas e as possibilidades de circulação do conhecimento. A seguir, ilustramos isso:

Figura 5 - Distribuição geográfica das pesquisas no Brasil (2013-2022)



Considerando as 27 unidades federativas do país, a produção em comunicação contra-hegemônica na última década esteve presente em 13 delas. Não foram identificados registros de pesquisas sobre essa temática nos estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, na região Norte. No Nordeste, não houve ocorrências em Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Piauí e Pernambuco. Também não foram localizados trabalhos no Mato Grosso, na região Centro-Oeste, nem no Espírito Santo, na região Sudeste.

É possível afirmar que o campo ainda enfrenta dificuldades para se expandir no Centro-Oeste e no Norte do país. Além disso, a ausência de registros em alguns estados do Norte e do Nordeste, regiões historicamente marcadas por experiências significativas de comunicação popular, comunitária e alternativa, não indica que essas práticas deixem de existir. Pelo contrário, evidencia um descompasso entre a presença efetiva dessas experiências nos territórios e sua incorporação como objeto reconhecido de pesquisa acadêmica.

A configuração territorial das pesquisas mostra que são justamente algumas regiões e cidades, historicamente consolidadas como polos acadêmicos, que acabam abrigando a maior parte da produção em comunicação contra-hegemônica. É nesses espaços que se concentram os programas de pós-graduação, os grupos de pesquisa e as redes institucionais que tornam possível a realização e a circulação desses estudos. Assim, mesmo quando os objetos empíricos se voltam para territórios periféricos, comunidades tradicionais ou experiências comunicacionais situadas fora dos centros de poder, por exemplo, a pesquisa tende a ser produzida a partir de regiões que já dispõem de maior infraestrutura acadêmica. Essa informação reforça que o campo da comunicação contra-hegemônica se constrói em diálogo permanente com as assimetrias históricas do sistema científico brasileiro. Acreditamos que ele nasce da crítica a essas desigualdades, mas também depende das regiões que concentram as condições materiais e simbólicas para sua institucionalização.

2.2.4 A vinculação institucional

Ao observar a vinculação institucional dos trabalhos analisados, percebe-se que as pesquisas no campo da comunicação contra-hegemônica também se concentram em um

conjunto restrito de universidades e programas de pós-graduação. Uma parcela expressiva das dissertações e teses do corpus foi desenvolvida em instituições como a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP), que aparecem de forma recorrente nos dados. Esses espaços institucionais se configuram como os principais polos de realização das pesquisas, indicando onde se situam os programas responsáveis por sustentar a maior parte dos estudos identificados no país.

A Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) aparece como a instituição com o maior número de trabalhos, totalizando oito produções, seguida pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com sete e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com cinco. Em um segundo grupo, com participação igualmente expressiva, destacam-se a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP), ambas com quatro trabalhos, além da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com três cada.

Outras instituições federais, estaduais, comunitárias e privadas, como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a Universidade Paulista (UNIP), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), a Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) e a Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM/SP) aparecem de forma mais pontual, com um ou dois trabalhos ao longo do período analisado. A distribuição institucional dos trabalhos mostra a centralidade de programas consolidados na sustentação da produção acadêmica sobre comunicação contra-hegemônica. Esses programas funcionam como espaços de continuidade da pesquisa, concentrando orientações, projetos e trajetórias acadêmicas que permitem a permanência e a circulação dessa agenda no campo científico.

Em contraste, a Região Norte apresenta a menor incidência de produções no corpus, com apenas dois trabalhos ao longo de dez anos, ambos vinculados à Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisas anteriores já apontavam a escassez de estudos sobre comunicação popular, alternativa e comunitária nas universidades do Norte, associando esse

vazio à implantação recente dos programas de pós-graduação na região. A presente tese, ao analisar um recorte temporal posterior, mostra que essa lacuna ainda persiste. Chama atenção o caso da região Norte, que, embora apresente um número relativamente reduzido de pesquisas produzidas localmente, abriga uma quantidade significativa de experiências comunicacionais, conforme descrito no Capítulo 5. Nesses contextos, observa-se que tais iniciativas são frequentemente analisadas por pesquisadores vinculados a instituições de outras regiões, agravando ainda mais as assimetrias na produção do conhecimento, já que limitam a visibilidade das perspectivas originadas nos próprios territórios. Exemplo disso é a dissertação de Luciana Gouvêa da Cunha (2018) que diz respeito ao coletivo Tela Firme, no bairro da Terra Firme, em Belém (PA).

A Região Centro-Oeste também apresenta participação limitada no conjunto analisado, com quatro trabalhos distribuídos entre a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). No caso da Universidade de Brasília (UnB), pesquisas anteriores já indicavam a baixa incidência de estudos voltados a essa temática ao longo de diferentes períodos. No recorte temporal desta investigação, foi identificado apenas um trabalho desenvolvido na instituição, o que reforça a percepção de uma possível descontinuidade e fragilidade dessa agenda nos programas da região.

Em Goiás, apesar do número reduzido de pesquisas, observa-se uma atenção recorrente a experiências desenvolvidas no próprio território. Um exemplo é o trabalho de Luciano Alves Pereira (2018), que analisa ações de comunicação comunitária vinculadas ao Programa de Regularização Fundiária Plena do Jardim Curitiba, em Goiânia. Outro caso é a pesquisa de Denise Soares (2020) que examina processos comunicativos organizados em contextos da comunicação popular associados aos giros de folias e às peregrinações rituais das Folias de Reis, recorrentes em São João d'Aliança, na Fazenda Monte Alto e em Formosa. Esses estudos indicam que, mesmo de forma pontual, a produção da região se ancora em práticas locais.

No Nordeste, a produção mostra-se mais presente, com trabalhos vinculados a instituições como a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a

Universidade Federal de Sergipe (UFS). Esses programas se inserem em contextos regionais historicamente marcados por experiências de comunicação popular, mídias comunitárias e pela atuação de movimentos sociais, o que contribui para a manutenção dessa temática como objeto de investigação acadêmica.

De modo semelhante, a Região Sul também apresenta participação moderada, com trabalhos distribuídos entre instituições como a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Embora numericamente inferior ao volume identificado na Região Sudeste, essa presença indica a existência de programas que, mesmo com menor quantidade de pesquisas, mantêm interlocução com o campo analisado.

De modo geral, a análise da vinculação institucional revela que a produção acadêmica sobre comunicação contra-hegemônica no Brasil se organiza de forma desigual, fortemente ancorada em alguns programas mais consolidados, enquanto outros aparecem de maneira esporádica. Essas assimetrias refletem não apenas a distribuição dos programas de pós-graduação pelo território, mas também as condições institucionais que moldam as possibilidades de continuidade, visibilidade e fortalecimento do campo.

2.2.5 Orientações das pesquisas

Em uma das pesquisas contempladas por este *corpus*, Tovar da Silva (2020) registra, nos agradecimentos, o reconhecimento a seu amigo e orientador informal, João Malerba, a quem atribui o gesto inaugural de conjugar o verbo freiriano “*esperançar*”, ainda antes do início de suas trajetórias acadêmicas. Malerba (2025), que também foi entrevistado no âmbito desta tese, foi orientando de Raquel Paiva, pesquisadora que igualmente orientou Derika Medeiros, Verônica Maia, Stephanie Branco, entre outros nomes recorrentes no *corpus* analisado. A banca avaliadora deste trabalho contou ainda com Cicilia M. Krohling Peruzzo e Márcia Vidal Nunes, autoras que se destacam no conjunto das pesquisas examinadas pela frequência com que aparecem em processos de orientação e avaliação acadêmica. Assim como essas conexões, poderíamos citar inúmeras outras no âmbito da comunicação

contra-hegemônica, movimento que se fortalece sobretudo pela atuação dos chamados intelectuais do campo. São professores(as) que, para além da produção individual, constroem trajetórias entrelaçadas por parcerias.

Para a manutenção da hegemonia, Gramsci atribui uma grande importância a essas pessoas, considerando-os como “responsáveis tanto pela organização das vontades coletivas, quanto pela estruturação do convencimento para o exercício da hegemonia ou contra-hegemonia” (MENDONÇA, 2001). No âmbito dessa pesquisa, é possível observar que os pesquisadores intelectuais, os orientadores, têm um papel decisivo na pesquisa em comunicação contra-hegemônica, na medida em que orientam a produção de conhecimento, o que também se relaciona ao fato de que a pesquisa constitui seu próprio trabalho e meio de inserção profissional.

A distribuição das orientações mostra a existência de nomes particularmente influentes no campo da comunicação contra-hegemônica. Entre eles, destaca-se o nome da Cicília M. Krohling Peruzzo, cuja presença é a mais recorrente no *corpus*, tanto na condição de orientadora quanto de membro de banca avaliadora. Somente nos trabalhos avaliados no *corpus*, identificamos as seguintes orientações: Adriana Rabelo Rodrigues Marcelo (2017), Silmara de Matos Sgoti (2016), Suelen de Aguiar Silva (no Mestrado e no Doutorado)(2013/2018), Marcos Corrêa (2015), Adriadne Freitas Bianchi de Oliveira (2015) e Ana Aparecida Frabetti Valim Alberti (2016), além da participação em várias bancas avaliadoras. Destaca-se que isso representa mais de 10% do *corpus* e que o *corpus* contempla somente três palavras-chave do universo que é a comunicação contra-hegemônica, o que demonstra a relevância da autora para o campo.

Para fins de comparação, na pesquisa precedente de Otre (2015), observa-se que os dois primeiros nomes da lista de docentes com maior número de ocorrências em pesquisas permanecem os mesmos. Destaca-se, nesse contexto, o nome de Raquel Paiva de Araújo Soares, que aparece registrado três vezes nas orientações das pesquisas de Derika Medeiros (2014), Verônica Maia Rodrigues (2013) e Stephanie Branco Tondo (2018), além de figurar como entrevistada nesta tese de doutorado, por meio de João Malerba.

É relevante observar que, no que diz respeito aos orientadores, a última década revela deslocamentos importantes. As mudanças não ocorrem entre os nomes centrais do campo,

como citamos acima, mas sobretudo entre aqueles que aparecem como referências secundárias. Com exceção de Muniz Sodré, nenhum dos orientadores que figuravam de forma recorrente em períodos anteriores volta a se repetir neste recorte temporal. No conjunto analisado, passam a aparecer com dupla recorrência Adilson Vaz Cabral Filho, Jiani Adriana Bonin, Maximiliano Martin Vicente, Catarina Tereza Farias de Oliveira e Elias Machado, cada um com duas orientações identificadas no período, o que sugere uma redistribuição das referências acadêmicas que sustentam as pesquisas sobre o tema.

Os demais orientadores surgem com uma única ocorrência cada. São eles(as): Patrícia Maurício Carvalho, Sílvia Valéria Vieira, Ana Paula Machado Velho, Regiane Marcuch, Renata Palitó Carvalho, Adriana Prest Mattedi, Carla Baiense Felix, Ítala Clay de Oliveira Freitas, Pablo Ortellado, Paulo Sérgio da Costa Neves, Cecília Rocha, Rita Marisa Ribes Pereira, Márcia Vidal Vidal, Mauro Henrique de Barros Amoroso, Júlia Galli O'Donnell, Cristina Schmidt, Pablo Nabarrete Bastos, Patrícia Gonçalves Saldanha, Luiz Antônio Signates Freitas, Priscila Ferreira Perazzo, Giuseppe Mario Cocco, Dennis de Oliveira, Áureo Busetto, Rosimeire de Carvalho Martins, Dácia Ibiapina da Silva, Eduardo Campos Pellanda, Matheus Pereira Mattos Felizola, César Siqueira Bolaño, Ana Lúcia Enne, Maria Cristina Gobbi, Luciene de Oliveira Dias, José Carlos Fernandes, Luiz Alberto de Farias, Márcia Vidal Nunes, Juciano de Sousa Lacerda, Mônica Rebecca Ferrari Nunes e Muniz Sodré de Araújo Cabral. Embora menos frequentes, essas presenças pontuais evidenciam a multiplicidade de vínculos acadêmicos que sustentam a produção no campo.

Destaca-se também que esse levantamento sobre orientações não reflete toda a complexidade do processo de orientação. Ele não permite captar, por exemplo, as diferenças de escopo entre os trabalhos, os distintos graus de acompanhamento ao longo da pesquisa ou as especificidades teóricas e metodológicas envolvidas em cada um dos percursos. Trata-se, portanto, de um dado quantitativo que ajuda a visualizar tendências gerais, mas que não esgota a compreensão das dinâmicas formativas que atravessam essas pesquisas.

O entendimento sobre a orientação acadêmica aparece, em certa medida, marcado por uma certa idealização, especialmente no campo da comunicação contra-hegemônica. Como será aprofundado em seções posteriores, a relação entre orientando e orientador é parte constitutiva desse tipo de pesquisa. No *corpus* analisado, são recorrentes as menções a orientadores e orientadoras e, de modo geral, prevalecem narrativas que ressaltam

experiências de apoio, de diálogo e de reconhecimento, como se observa nos trechos apresentados a seguir:

Como voltei à academia 'tardamente', depois de muitos anos no mercado de trabalho, a desconexão com esse universo foi gritante. O processo de adaptação não poderia ser demorado, afinal, dois anos passam muito rápido. Por sorte ou destino (a critério da crença de cada um), encontrei uma orientadora que me acolheu de maneira incondicional, especialmente por valorizar minha experiência profissional como um diferencial para o desenvolvimento da pesquisa. No início, tudo parecia novo outra vez: precisei me reconectar com a escrita acadêmica, retomar leituras teóricas, visitar autores e descobrir novos caminhos metodológicos. Algo que eu não fazia há muito tempo, tinha um texto completamente treinado para o jornalismo impresso e não tinha ideia de como o programa funcionava na prática nem os requisitos que iam além de produzir a dissertação (pontuação por produtividade, prazos, bolsas, entre outros). O tempo era curto e a minha cobrança interna, grande, afinal, eu sentia que estava começando de um ponto muito atrás dos demais. Mas o acolhimento, a escuta e a sensibilidade da minha orientadora foram fundamentais para transformar aquele desafio em aprendizado. Essa experiência não apenas me fez concluir o mestrado, como também despertou o desejo de seguir adiante... o que me levou, na sequência, ao doutorado (SANTI, *formulário online*, 2025).

A minha orientadora Raquel Paiva que, com suas pesquisas e publicações, foi uma das mais importantes motivações que me fizeram mudar de Estado e enfrentar uma nova vida cheia de boas surpresas e muitos desafios. Por ter apresentado a mim os principais autores que nortearam toda a minha pesquisa, e ampliaram minha forma de enxergar a realidade e o indivíduo (MEDEIROS, 2014, p.8).

Sem o apoio cuidadoso e afetuoso da Dra. Rita Ribes e do grupo de pesquisa, eu não teria sobrevivido no Rio nem conseguido concluir meu trabalho. A dinâmica do grupo me impactou profundamente, pois todos nós nos conhecíamos e contribuimos para o trabalho coletivo. Também escrevemos coletivamente e o grupo se caracteriza pela experimentação com diferentes formatos e pela constante reflexão ética sobre o papel de quem pesquisa com crianças (LUNA, *formulário online*, 2025).

Os depoimentos revelam que a relação com o orientador(a) atravessa de maneira decisiva a experiência na pós-graduação e, em muitos casos, define os rumos do percurso acadêmico. A orientação aparece como espaço de mediação institucional e reconhecimento das trajetórias pessoais e profissionais dos pesquisadores. É a partir dessa relação que muitos relatam ter conseguido enfrentar a readaptação ao universo acadêmico, lidar com inseguranças, prazos e exigências produtivistas, além de transformar situações de instabilidade ou ruptura em processos formativos. São relatos que expõem inseguranças, rupturas e sobrecargas, mas também vínculos de apoio e aprendizado. A seguir:

Minha experiência foi marcada por muitos desafios, especialmente no primeiro ano. Entrei com dois orientadores renomados que se afastaram pouco depois por problemas pessoais, o que me deixou por um tempo sem orientação. Apesar das dificuldades - pouca estrutura, deslocamentos difíceis, falta de referência acadêmica direta - o processo foi transformador (J. SOUZA, *formulário online*, 2025).

Eu me senti acolhida pelo meu orientador e pelos colegas. Ainda assim, foram muitos desafios, principalmente o receio de não conseguir terminar tudo dentro dos prazos e a sensação de que eu não daria conta de colocar no papel tantas informações que eu estava lendo e recebendo das entrevistas (GIOVANCARLI, *formulário online*, 2025).

Politicamente, eu e minha orientadora tínhamos muitas afinidades políticas e de visão social, o que me ajudou muito (LOBATO, *formulário online*, 2025).

Foi uma experiência difícil em alguns aspectos (...) Entrei com um projeto com outra temática, ao longo do percurso, precisei mudar de orientadora. Com isso, veio também a mudança do projeto para o tema que efetivamente foi desenvolvido na tese. Fui muito bem acolhida pelo programa e pelos professores (LOBATO, *formulário online*, 2025).

Buscou-se mapear, igualmente, a composição das bancas avaliadoras, partindo do entendimento de que a orientação acadêmica não se constrói exclusivamente ao longo da relação orientando/orientador, mas é também atravessada pelas contribuições, avaliações e processos de legitimação produzidos no âmbito das bancas. Cabe ressaltar, contudo, que nem todos os trabalhos analisados apresentavam o registro completo de suas bancas examinadoras. Nesse sentido, considerando apenas os integrantes das bancas avaliadoras, foi possível identificar pelo menos 90 docentes que compuseram as bancas dos trabalhos analisados.

No âmbito dessas bancas, não se observa uma predominância significativa de um gênero sobre outro, o que indica a conformação de bancas relativamente plurais e diversificadas em termos de gênero. Mais uma vez, Cicilia M. Krohling Peruzzo apresenta a maior frequência, além de Márcia Vidal Nunes que foi identificada com três participações. Em seguida, Adair Rocha, Patrícia Gonçalves Sadanha, Marli dos Santos, Maria Cristina Gobbi com duas ocorrências cada, compondo um núcleo intermediário de participação que, embora menos recorrente, ainda demonstra inserção relevante nas dinâmicas de avaliação.

É importante destacar que a ampla maioria dos demais integrantes, composta por mais de 60 pesquisadores distintos, participou apenas uma única vez das bancas contempladas pelo *corpus*. Esse dado permite inferir que o campo de pesquisa em comunicação

contra-hegemônica não se organiza de forma excessivamente concentrada em torno de poucos nomes, mas se caracteriza por uma circulação ampliada de pesquisadores e por uma diversidade de interlocuções acadêmicas, ainda que coexistam figuras mais recorrentes em determinados espaços institucionais.

As citações dos pesquisadores(as) revelam que a passagem pelos programas de pós-graduação é vivida de forma intensa e atravessada por múltiplas dimensões que vão além da pesquisa em si. As experiências relatadas apontam para processos de acolhimento e de aprendizado, mas também para dificuldades concretas que marcam esse percurso, especialmente nos momentos iniciais da formação acadêmica. Os(as) autores(as) evidenciam como o mestrado e o doutorado se tornam espaços de amadurecimento intelectual e de tomada de consciência sobre o papel social da comunicação, ao mesmo tempo em que mostram as desigualdades que influenciam a vida universitária. A seguir:

Minha experiência como pesquisadora foi extremamente enriquecedora. Fui muito bem acolhida pela equipe e pelos colegas, o que tornou o percurso mais leve e colaborativo. Os desafios, especialmente no mestrado, foram intensos, pois esse é um momento de descoberta e amadurecimento intelectual muito diferente da graduação e da especialização. Apesar das dificuldades, cada etapa foi um aprendizado profundo, que ampliou minha forma de pensar, pesquisar e compreender o papel social da Comunicação (FRANÇA, *formulário online*, 2025).

Diferentemente da minha experiência na graduação (2002-2006), quando eu era um dos poucos que vinham das classes baixas, encontrei muitas pessoas no mestrado (2016-2017) e doutorado (2020-2024) com histórias de vida de superação. O maior desafio foi cursar o mestrado enquanto trabalhava, e essa era a realidade de boa parte dos alunos (F. SOUSA, *formulário online*, 2025).

Acerca do período contemplado por esta tese, existem relatos mais críticos sobre os programas, como o de uma participante desta pesquisa. Segundo ela, ao ingressar no mestrado, o contraste entre as instituições foi marcante: “tive um choque bem grande ao sair de uma universidade mais popular e ir para uma instituição de elite. Ouvi muitas coisas preconceituosas e sofri bastante, porque há muita gente que desconhece a realidade”. A participante relata ainda que, embora seu desempenho acadêmico tenha sido reconhecido, o ambiente institucional se mostrou hostil e pouco acolhedor. Em suas palavras, “o mestrado foi, ao mesmo tempo, uma grande conquista e um ambiente extremamente violento,

simbolicamente falando”, especialmente durante a perda de seu pai. A seguir:

A situação se agravou com a perda do meu pai durante o curso, momento em que faltou compreensão, faltou acolhimento, faltou tudo. Apesar das dificuldades financeiras, eu sustentava financeiramente não só a mim mesma, mas a minha mãe e o meu pai doente com uma bolsa de mestrado de mil e duzentos reais. Ainda assim, mantive o alto nível de dedicação, apesar de me sentir “em dívida”, mesmo entregando tudo acima da média (...) Minha experiência foi terrível. E eu acho muito triste dizer isso. Queria que as coisas tivessem sido diferentes, mas fato é que os programas não estão minimamente preparados para receber a "diversidade" que tanto se proclama nos discursos. Sonhei muito com esse momento e encontrei um ambiente de certa forma bem hostil. Certa vez fui humilhada na sala de aula por uma professora do programa que disse não saber o que eu estava fazendo ali, que meu trabalho não tinha nenhuma contribuição a oferecer. Quando meu pai faleceu, essa professora achou de bom tom publicar na página pública de uma rede social, sem meu consentimento. Enfim, foram inúmeras as ocasiões em que me senti humilhada ou desassistida. As pessoas acham que apenas amor e vontade são suficientes para levar uma pós-graduação, esquecem que a gente precisa comer. Criticam se você busca um trabalho. Enfim, você vê situações muito difíceis que são tratadas com uma insensibilidade muito grande. A minha maior insegurança foi que a pesquisa foi bastante tranquila de desenvolver perto da minha permanência no Programa (BASTOS, *formulário online*, 2025).

A análise das orientações mostra que a pesquisa em comunicação contra-hegemônica se sustenta, em grande medida, por relações acadêmicas que vão além do acompanhamento formal exigido pelos programas. As trajetórias mapeadas mostram que certos orientadores(as) atuam como pontos de continuidade do campo, transmitindo referenciais teóricos, práticas de pesquisa e modos de compreender a comunicação vinculados a compromissos políticos e sociais específicos. Ao mesmo tempo, os relatos revelam que a experiência da orientação é desigual: enquanto alguns percursos são marcados por acolhimento, escuta e mediação institucional, outros expõem rupturas, instabilidades e formas de violência simbólica que incidem diretamente sobre a investigação dos pesquisadores(as). Assim, a orientação aparece como um espaço decisivo de formação ou, em sentido inverso, de exclusão e de desgaste. Encerrar esta seção implica reconhecer que a consolidação da pesquisa contra-hegemônica não depende apenas da existência de programas ou linhas de pesquisa fortes e consolidadas, mas das práticas concretas de orientação que permitem, ou não, que essas pesquisas sejam efetivamente bem-sucedidas.

2.3 O contexto, os acontecimentos e a produção acadêmica

Haskins (2015) mostra que as universidades sempre foram espaços de disputas, hierarquias e exclusões, o que já se percebia nas instituições medievais, muito diferentes das modernas. Naquela época, não havia prédios próprios, bibliotecas ou laboratórios; “a universidade medieval era feita somente de homens. Não tinha conselho diretor, não publicava anuários, não tinha sociedades estudantis, tampouco tinha jornais acadêmicos, arte dramática ou atividades extracurriculares” (p.25). Muitas sequer tinham fundador ou data de origem definida, pois “simplesmente evoluíram numa ascensão lenta e silenciosa, e sem deixar registros claros de sua origem” (p.27).

Nos dias atuais, é fato que o ambiente acadêmico, no qual se desenvolvem essas pesquisas, é naturalmente conflituoso. Isso ocorre não apenas pela convivência de pessoas com perspectivas de mundo distintas, mas também porque o dinheiro circula de forma estruturante nesse espaço. Como exemplo disso, é possível citar o modo como as avaliações dos programas determinam os recursos destinados a cada curso, o quanto o número de publicações de um pesquisador influencia o investimento que ele recebe, e como o mérito é frequentemente avaliado pela dimensão do currículo Lattes, mais do que pela relevância ou impacto das pesquisas.

Os tensionamentos citados acima vêm desde a Idade Média, quando a vida universitária já se caracterizava por vaidades e dilemas. A herança dessas instituições não está nos prédios, até porque “as universidades medievais não tinham edifícios próprios e, portanto, utilizavam frequentemente igrejas vizinhas”, mas nos rituais e práticas que persistem até hoje, como “a outorga de graus por intermédio do anel ou do beijo da paz” (HASKINS, 2015, p. 99). E esses rituais não são neutros: eles reproduzem hierarquias e desigualdades, determinando quem tem acesso à legitimidade acadêmica e consolidando disputas de poder que atravessam séculos.

2.3.1 As políticas públicas de inclusão, as avaliações e o impacto na pesquisa acadêmica

Como apresentamos nas seções anteriores, os anos contemplados por esta pesquisa

representaram um período especialmente relevante para a comunicação contra-hegemônica, marcado principalmente pela ampliação das políticas públicas voltadas à comunicação e à cultura. É possível dizer que essas políticas ajudaram a dar mais visibilidade a diferentes iniciativas e, ainda que de forma parcial, reconheceram a importância dessas práticas na construção de narrativas produzidas nos próprios territórios populares. Esse reconhecimento abriu caminhos para acesso a editais, possibilidades de financiamento e novos espaços de circulação, oferecendo alguma estabilidade para que esses projetos pudessem continuar.

Para ingressar no ensino superior, Renata Melo (2025), participante desta pesquisa, obteve apoio de iniciativas como o pré-vestibular comunitário, que foi decisivo em sua formação. Egressa integralmente da escola pública, foi inicialmente aprovada como cotista na UERJ, mas persistiu no objetivo de ingressar na UFRJ, onde cursou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, em um período anterior à implementação das políticas de ação afirmativa. Já no âmbito da pós-graduação, Renata Melo (2025), participante desta pesquisa, aponta um sentimento persistente de muita gratidão pelas oportunidades que se abriram a partir desse acesso à universidade, à pesquisa, à extensão e ao diálogo com movimentos sociais, viabilizados por políticas públicas de inclusão, como pode ser observado a seguir:

Não é possível compreender as tramas do meu processo de formação ao longo da vida sem reconhecer que elas foram diretamente afetadas por políticas públicas. Desde a minha entrada em um pré-vestibular comunitário e gratuito, a minha passagem como cotista pela universidade, meu ir e vir pela cidade a partir do recebimento de bolsas - de auxílio ao estudante, iniciação científica, extensão, mestrado e doutorado - sem esquecer também da minha identificação com coletivos culturais de favelas e periferias em um momento de maior investimento em editais e políticas culturais no Brasil. E, para dar lugar a tudo isso, eu precisei e pude me dar ao luxo de deixar de trabalhar por um período da minha vida para estudar, isso em um contexto de crescimento econômico, quando estava em alta o consumo das chamadas classe C e a barraca de camelô da minha mãe tinha relativo sucesso nas vendas, garantindo uma vida um pouco mais confortável para nossa família (R. MELO, 2022, p.245)

No mestrado, ela pesquisou a comunicação comunitária a partir da experiência *A Notícia por Quem Vive*, um jornal comunitário da Cidade de Deus, comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro, enquanto, no doutorado, dedicou-se ao estudo do movimento cineclubista na Baixada Fluminense. A seguir:

No início dos anos 2000, (...) contexto em que a Cidade de Deus ficou conhecida internacionalmente a partir de filme homônimo, que chegou a ser indicado ao Oscar.

Tendo sido lançado em 2002, o filme até hoje segue gerando debates. A fama atraiu diversos pesquisadores e projetos sociais para a Cidade de Deus e junto com eles muitos questionamentos aos tipos de representação de favela expressa no filme (Bentes, 2003) e às formas de relação estabelecidas com moradores de favela, muitos dos quais, assim como Cilene, se sentiam usados e enganados (R. MELO, 2021, p. 139)

É relevante destacar que, em 2013, primeiro ano do recorte temporal contemplado por esta tese, a experiência A Notícia por Quem Vive, alcançou sua quinta edição a partir de um modelo de financiamento coletivo. Por meio da plataforma Catarse, a iniciativa conseguiu mobilizar mais de cem apoiadores online, estratégia já discutida em seções anteriores deste trabalho. Esse percurso, no entanto, foi antecedido por sucessivas tentativas de viabilizar economicamente o projeto. Como relata Renata Melo (2022), desde o lançamento do jornal, no final de 2010, moradores e pesquisadores enfrentaram dificuldades para custear a impressão das edições, o que os levou a buscar diferentes formas de captação de recursos. Uma dessas tentativas foi a submissão de um projeto ao edital “Microprojetos para Territórios de Paz”, do Ministério da Cultura, que acabou sendo aprovado.

Paralelamente, o grupo buscou fortalecer redes locais, estabelecendo parcerias com instituições da própria comunidade, como a Assessoria de Cultura da escola SESC, que possibilitou a participação em laboratórios da Incubadora Cultura, voltados à gestão e à autonomia. Com o encerramento do financiamento do edital do MinC, a quinta edição foi viabilizada por contribuições pontuais de parceiros. Nesse contexto, a campanha de financiamento coletivo lançada em 2013, apoiada pela produção de um vídeo em parceria com a produtora Vostok e o Soltec/UFRJ, surge como uma estratégia tanto de retribuição aos apoiadores quanto de sustentação futura do jornal.

Assim como A Notícia por Quem Vive, outras iniciativas também foram atravessadas por incentivos internacionais, que impactaram diretamente algumas das experiências investigadas pelas pesquisas contempladas por esta tese. Um exemplo é o projeto Mulheres nos terreiros da Esperança, voltado à Comunicação Popular, viabilizado pela CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços) e pelo SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, por meio do edital Mulheres Negras e Populares: Traçando caminhos, construindo direitos, financiado pela União Europeia. Esse tipo de apoio evidencia como

articulações transnacionais também passaram a compor o cenário de sustentação de iniciativas comunicacionais contra-hegemônicas, especialmente em contextos marcados pela escassez de políticas públicas contínuas.

A trajetória de Sarah Santos (2025) mostra de forma bastante clara como os editais de financiamento e as oportunidades institucionais foram decisivos para a continuidade de sua pesquisa, sobretudo porque seu percurso acadêmico não foi linear. Sem uma formação prévia em grupos de pesquisa ou projetos de extensão durante a graduação, realizada em uma universidade marcada por precariedades, ela ingressou no mestrado sem uma base institucional sólida, o que gerou insegurança e a sensação constante de não pertencimento. Nesse cenário, a busca por recursos financeiros passou a ter uma importância maior, não apenas como forma de viabilizar materialmente o trabalho, mas também como um modo de reafirmar o sentido da pesquisa em sua vida.

Em 2016, quando Sarah Santos (2025) chegou a cogitar abandonar a vida acadêmica, a aprovação do projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança, desenvolvido em parceria com a comunidade e financiado pela União Europeia, como citamos, representou uma virada importante. Esse reconhecimento funcionou como um sinal concreto de que o trabalho tinha relevância social e política. A partir daí, ela retoma o interesse em pensar a comunicação contra-hegemônica para além dos limites tradicionais da academia.

Acreditamos, nesse sentido, que o crescimento das pesquisas sobre experiências contra-hegemônicas no país pode ser compreendido como uma resposta a esse contexto mais amplo, marcado pela expansão do acesso ao ensino superior, pela emergência de plataformas de financiamento coletivo voltadas a iniciativas comunicacionais e pela existência de chamadas nacionais e internacionais de fomento que, ainda que de forma desigual, ampliaram as condições materiais para a realização dessas experiências e para sua problematização no campo acadêmico.

É possível dizer, ainda, que a década analisada por esta tese foi um período bastante particular para a pesquisa em comunicação contra-hegemônica. Não apenas pelo aumento de editais e oportunidades de financiamento, mas também por mudanças concretas nas condições materiais de quem fazia pesquisa. Em 2013, após forte mobilização do movimento de

pós-graduandos, especialmente com a Caravana a Brasília, as bolsas de mestrado e doutorado da Capes e do CNPq foram reajustadas em 10%. Na prática, as bolsas de mestrado passaram de R\$1.200,00 para R\$1.500,00, e as de doutorado de R\$1.800,00 para R\$2.100,00, em um contexto em que Aloízio Mercadante era ministro da Educação. Embora esses valores não resolvessem os problemas estruturais da pós-graduação, o reajuste teve um impacto direto na permanência de muitos pesquisadores(as) e ajudou a viabilizar pesquisas que, como as analisadas aqui, dependiam de tempo, dedicação e inserção em contextos sociais específicos.

Vale citar que o ano de 2017 se destaca como o período de maior concentração de trabalhos entre as três categorias analisadas, reunindo dez das sessenta produções analisadas por essa tese, o que mostra um momento claro de mobilização temática no campo. Contudo, é também no ano de 2017. Também em 2017, a pós-graduação brasileira foi marcada pela Avaliação Quadrienal da CAPES, que trouxe mudanças nas regras de avaliação e buscou modernizar o sistema, enquanto cresciam debates sobre ações afirmativas (cotas para negros, indígenas, PcD) e a necessidade de reduzir desigualdades regionais, além de discutir o alinhamento da pós com as demandas sociais, com a introdução de modelos mais flexíveis.

Em relação a esse contexto, especialmente nos períodos que antecedem os processos de avaliação dos Programas, emergem relatos de pesquisadores (as) que se sentiram, em alguma medida, pressionados pelo Programa a contribuir para a manutenção ou a elevação das notas institucionais. Essas percepções aparecem nas respostas dos participantes e revelam como a dinâmica avaliativa também atravessa o cotidiano da pesquisa. Não se trata aqui de julgar se tais exigências são legítimas ou não, mas de reconhecer que parte das investigações foi realizada sob esse tipo de condicionamento, o que incide sobre tempos, prioridades e expectativas em torno da produção acadêmica. A seguir, destacamos alguns desses relatos:

Na ânsia pela nota CAPES e liberação de verba há uma pressão no mestrando e doutorando desnecessária por: produção e produção de artigo e pouca ou nenhuma discussão mais profunda sobre o tema que ele está desenvolvendo ou a participação em Congressos e encontros relevantes para o compartilhamento de conhecimento do campo. Até os eventos são comunicados com obrigação de nota de APO. É preciso rever a relação dos programas com seus discentes (SGOTI, *formulário online*, 2025).

Insegurança em relação à qualidade da pesquisa e da escrita da dissertação e da tese. Pressão para a produção de artigos e participação em congressos, sendo que os recursos disponíveis para isso são escassos, além de um valor muito baixo de bolsa ao longo da pesquisa (BROCHARDT, *formulário online*, 2025).

Outra convergência dessa década diz respeito ao impacto da pandemia de Covid-19, que atravessou a segunda metade do recorte temporal desta pesquisa e impôs desafios inéditos à pesquisa científica. A comunidade acadêmica foi convocada, ao mesmo tempo, a compreender e produzir conhecimento sobre a própria crise sanitária e a lidar com as limitações impostas ao fazer científico. As medidas de distanciamento social, o fechamento das universidades e a suspensão de atividades presenciais afetaram diretamente a dinâmica das pesquisas, sobretudo aquelas que dependiam de trabalho de campo, o que exigiu do pesquisador(a) rearranjos metodológicos e redefinições nos modos de investigar as práticas comunicacionais contra-hegemônicas.

Quando observamos a pesquisa em comunicação contra-hegemônica durante os anos da pandemia, especialmente 2020 e 2021, percebe-se uma redução evidente no ritmo das pesquisas. Cada um desses anos registra apenas três trabalhos, um número bem menor do que o que vinha aparecendo até 2019. A pesquisa não parou, mas ficou mais lenta, acompanhando a reorganização geral da vida acadêmica naquele período. Em 2022, a retomada aparece ainda de forma discreta, com apenas um trabalho, o que mostra que os efeitos desse período se estenderam um pouco além do momento mais crítico da crise sanitária. Em termos qualitativos, não temos informações suficientes para mensurar os impactos. O fato é que esse cenário mostra que a pandemia afetou diretamente o andamento das pesquisas acerca da comunicação contra-hegemônica, tanto pelas limitações práticas, como dificuldades de acesso ao campo, bibliotecas e encontros presenciais, quanto pelas adaptações que universidades e programas precisaram fazer de forma emergencial.

No âmbito pessoal, enfrentei muitos desafios para concluir o doutorado, tanto pelo fato de a pesquisa ter começado na pandemia, mas, principalmente, por conta do adoecimento da minha avó, que faleceu no início de 2024 (J. SOUZA, *formulário online*, 2025).

Além disso, iniciei o doutorado, na mesma linha de pesquisa, justamente no ano em que começou a pandemia. Foram tempos de incerteza e tensão, com aulas online, ausência de convívio, o medo constante e a sensação de um futuro suspenso (SANTI, *formulário online*, 2025).

Uma grande tensão foi que a pesquisa foi atravessada pela pandemia, então isso me impediu de ir mais a campo. O primeiro ano (2019) do mestrado foi presencial, já o segundo ano foi todo online. Eu tive covid ao longo do período de escrita da

dissertação, foram momentos de muita angústia, mas tive o acolhimento da minha esposa, dos meus familiares, minha orientadora e os colegas do grupo de pesquisa LEARCC também me ofereceram o suporte necessário (EVANGELISTA, *formulário online*, 2025)..

Esse resultado dialoga de forma direta com o cenário nacional mais amplo. Uma pesquisa realizada com quase seis mil estudantes de pós-graduação, distribuídos por todas as regiões do país³², evidencia o impacto profundo da pandemia de Covid-19 tanto nas atividades acadêmicas quanto na saúde mental desse grupo. Os dados indicam que, no primeiro ano da pandemia, 45% dos participantes receberam diagnóstico de ansiedade generalizada e 17% de depressão. Mais de 60% relataram crises de ansiedade recorrentes e dificuldades para dormir, enquanto quase 80% mencionaram perda de motivação e problemas de concentração. Esses números ajudam a dimensionar o contexto emocional e institucional no qual muitas das pesquisas analisadas nesta tese foram desenvolvidas.

O relato de Fábio Evangelista (2021) mostra de forma contundente como a pandemia de Covid-19 atravessou não apenas o desenvolvimento da pesquisa, mas também o próprio contexto social em que ela se insere. A partir de março de 2020, o avanço da doença passou a impactar diretamente os territórios investigados, com efeitos particularmente severos nas favelas, onde a perda de vidas, o desemprego e o agravamento da fome tornaram-se parte do cotidiano dessas pessoas. Esse cenário de profunda vulnerabilidade social não apenas afetou emocionalmente o pesquisador, como também impôs limites concretos à sua pesquisa. Atividades previstas, como a observação da festa junina da Paróquia Nossa Senhora da Paz, deixaram de ocorrer, levando à reformulação do recorte empírico e ao deslocamento do foco para o bloco *Se Benze que Dá*.

Da mesma forma, a impossibilidade de circulação e presença em campo fez com que as interações com os interlocutores passassem a ocorrer majoritariamente por meios digitais, especialmente por meio de aplicativos de mensagens. Esse conjunto de mudanças revela como a pesquisa foi sendo reconstruída em um cotidiano atravessado por oscilações emocionais intensas, marcadas pelo desânimo diante da situação sanitária, social e política do Rio de Janeiro e do país. O relato do pesquisador pode descrever parte disso:

³² Pesquisa identifica altos níveis de ansiedade e depressão em pós-graduandos durante a pandemia. Disponível em <https://www.ioc.fiocruz.br/noticias/pesquisa-identifica-altos-niveis-de-ansiedade-e-depressao-em-pos-graduandos-durante>. Acesso em 21 de maio de 2025.

As notícias causam muita angústia e perplexidade, parecem chegar cada vez mais perto de nós. A cada minuto, ficamos sabendo que alguém está com Coronavírus ou morreu em decorrência da doença. Sem falar na crise econômica. Eu era fotógrafo freelancer e sobrevivi boa parte do ano passado (2020) graças à bolsa de pesquisa, que durante um período foi minha única fonte de renda, e ao apoio familiar. (...) Parece até loucura falar sobre festas num momento como esse. A princípio, elas podem parecer um assunto menos importante. Mas por meio delas podemos discutir assuntos fundamentais como identidade, pertencimento, sociabilidade, racismo, direito à cidade, dentre outros (EVANGELISTA, 2021, p.32).

Da mesma forma, a trajetória de mestrado de Matheus Galdino Soares (2022) autor de uma das pesquisas analisadas nesta tese, evidencia de maneira exemplar os impactos da pandemia de Covid-19 sobre a experiência acadêmica e sobre as condições de produção do conhecimento no campo da comunicação contra-hegemônica. A suspensão das atividades presenciais no momento em que se mudava para Curitiba interrompeu seus planos de integração à universidade e alterou a dinâmica prevista de seu estudo. Conforme relata, realizou todo o curso de modo remoto, em meio à incerteza sobre o retorno das atividades presenciais: “No dia em que estava me mudando para a cidade para estudar, a universidade suspendeu as atividades presenciais graças à pandemia. Fiz todo o mestrado online (...). A indecisão se o programa voltaria um dia a ser presencial foi uma tônica. Queria viver novamente esta experiência” (M. SOARES, *formulário online*, 2025). A seguir o registro de sua banca que ocorreu com participações presenciais e à distância:

Figura 6 – Banca de Matheus Galdino Soares em meio à Covid 19



Fonte: Cedida pelo autor

De modo geral, é preciso reconhecer a força e a persistência dos pesquisadores(as) que desenvolveram suas investigações em meio a uma das maiores pandemias já vividas no mundo, especialmente no Brasil, que figurou como o segundo país com mais mortes por Covid-19, atrás apenas dos Estados Unidos. Nesse contexto, não foram apenas as experiências contra-hegemônicas que precisaram resistir a um cenário bastante adverso, mas também os próprios pesquisadores, que foram muito impactados pelo período. As pesquisas voltadas a essa temática carregam características intrínsecas ao trabalho de campo, como será discutido no Capítulo 3 desta tese, o que tornou ainda mais desafiador o desenvolvimento das investigações à distância. Assim, compreende-se que o fazer científico no campo da comunicação contra-hegemônica precisou se moldar às exigências impostas pela pandemia, mas ainda assim encontrou, na pluralidade das experiências analisadas, formas de sustentar a produção acadêmica e enfrentar coletivamente esse momento.

CAPÍTULO 3 – OS SUJEITOS PESQUISADORES(AS)

O pesquisador(a) não se limita a um único espaço, tampouco a uma função específica. Embora a universidade apareça como o lugar mais associado a ele, é possível perceber que esse sujeito atravessa diferentes contextos e assume papéis variados. Ferreira (2012) observa que “ora está na universidade, ora na instituição Academia dos imortais, ora em laboratórios providos por recursos externos; ora acadêmico é escritor e poeta, ora é intelectual e pensador, ora é cientista” (p. 290). Essa multiplicidade de papéis torna insuficiente qualquer tentativa de fixar sua identidade em uma única categoria, já que não há como prever um “gráfico explanador e catalogador que delimite o habitat identitário de cada sujeito” (p. 290).

Nessa perspectiva, a reflexão de Antônio Gramsci (2013) de que todos os indivíduos são, em essência, intelectuais, embora nem todos desempenham socialmente a função de intelectual, fornece um referencial teórico fundamental para a interpretação dos sujeitos investigados nesta pesquisa. Entende-se que a autoridade do conhecimento científico está diretamente vinculada a quem o produz e aos objetivos que norteiam essa produção. Nesse sentido, o pesquisador se forma na interação entre instituições, discursos e práticas e ocupa posições que nem sempre se encaixam em categorias rígidas. A subjetividade desses pesquisadores(as) é parte legítima da construção do conhecimento, de modo que suas histórias de vida constituem elementos indissociáveis de seu trabalho.

Conforme Guattari e Rolnik (1986, p. 34), a subjetividade individual é resultado de um conjunto de determinações coletivas que se entrecruzam e se influenciam mutuamente, envolvendo dimensões sociais, econômicas, tecnológicas e midiáticas. Os autores explicam que o indivíduo é formado por diferentes componentes de subjetividade: alguns mais ligados ao inconsciente, outros relacionados ao corpo e ao território, além de lugares onde se sentem pertencentes e acolhidos. Há também os componentes que emergem das relações com os grupos de convivência, como a família, os amigos e as comunidades, e também aqueles que se formam nas interações com o poder, com as normas, as leis e as instituições que organizam a vida social. Dessa forma, reconhecer a subjetividade desses indivíduos na pesquisa significa entender que cada pesquisador(a) leva consigo as marcas de sua história e de sua origem, assim como as influências dos coletivos de que faz parte, do corpo que habita, da vizinhança e

do território em que vive. Todos esses elementos definem o modo como enxerga o mundo e produz conhecimento.

3.1 Quem pesquisa a comunicação contra-hegemônica no Brasil

Sarah Santos (2025), entrevistada desta tese, é natural de Parnaíba, município litorâneo do estado do Piauí, caracterizado pela forte presença de rios em sua paisagem. Seu pai, Sebastião Flor, nasceu no Maranhão e é descendente de uma parteira e benzedeira indígena. Já sua mãe, Dona Jorgina, é filha de uma costureira e de um pescador. A trajetória familiar de Sarah Santos (2025) revela um grande vínculo com o trabalho autônomo de base popular. Seu pai, embora tenha concluído apenas até a 7ª série do ensino fundamental, é descrito por Sarah como um homem muito inteligente. Sua mãe exerceu diferentes funções ao longo da vida: atuou como professora, trabalhou como manicure e, posteriormente, tornou-se feirante. Essa última atividade consolidou-se como o eixo principal da economia familiar, por meio da venda de frangos em feiras locais.

João Malerba (2025), também entrevistado dessa tese, é natural de Lorena, município do interior paulista com aproximadamente 90 mil habitantes. Embora atualmente não se identifique mais como católico, cresceu em uma família fortemente vinculada à Igreja Católica. Ele reconhece que esse contexto influenciou sua aproximação com pautas sociais e políticas, especialmente pela valorização da justiça social presente em setores progressistas da instituição religiosa. No âmbito familiar, destaca-se a influência de sua irmã, quatro anos mais velha, que foi uma referência intelectual e profissional para ele. Seguindo o caminho de sua irmã, João mudou-se para o Rio de Janeiro aos 20 anos para cursar Jornalismo. Entretanto, segundo ele, logo se desapontou com a rotina do jornalismo tradicional e passou a se aproximar mais do campo da pesquisa.

De alguma forma, essas trajetórias representam os sujeitos pesquisadores(as) contemplados nesta tese. Retomando Gramsci (2013), esses sujeitos podem ser compreendidos como a representação dos “intelectuais orgânicos”, ou seja, indivíduos que surgem das próprias condições sociais de seus grupos e articulam ideias que refletem necessidades históricas concretas, contribuindo para organizar, conscientizar e mobilizar suas

lutas.

Assim como observado por Sarah Santos (2025), percebe-se que esses indivíduos compartilham um perfil socioeconômico bastante semelhante: em sua maioria, provêm de contextos vulneráveis, o que se relaciona diretamente com os temas que escolhem investigar, geralmente centrados em questões de desigualdade social. Ainda que não haja dados precisos sobre esse perfil, é possível perceber alguns pontos em comum: muitos cresceram em famílias simples, sustentadas pelo trabalho manual e sem vínculo empregatício formal, como filhos de pescadores, costureiras ou pedreiros. A seguir, destaca-se alguns trechos que reforçam isso:

Filho de empregada doméstica, envolvido desde cedo em projetos sociais voltados à comunicação, participante ativo da Pastoral da Juventude do Meio Popular e pesquisador dedicado aos campos da comunicação alternativa, popular e das juventudes (J. SOUSA, *formulário online*, 2025).

Esta pesquisa não existiria sem a casa de meus pais. Seu Raimundo, topógrafo, poeta e grande cozinheiro. Dona Socorro, moça de comunidade extrativista, sempre dedicada a nós. Juntos, levaram a mim, Joaquim e Tânia, pelos caminhos do Brasil, em nossas nove mudanças de estados, sabores e saberes. Eles nos ensinaram a imaginar um outro mundo e apreciar o gosto do peixe com maxixe mato-grossense, da bergamota gaúcha, do tacacá paraense e do caranguejo sergipano, lugares onde fizemos morada (LIBERATO, 2018, p.11).

Meu pai, nascido em Rio Pardo (RS), trabalhou desde cedo, enquanto minha mãe, natural do interior de Cachoeira do Sul (RS), cresceu “na beira da linha do trem”. Eles se conheceram quando seus pais se mudaram para Santa Maria e, nos anos 1970, buscaram melhores oportunidades em Camaquã (RS) (RODEMBUSCH, *formulário online*, 2025).

Sou a única filha mulher de meus pais imigrantes espanhóis. Minha mãe trabalhadora do lar e meu pai camelô. Nasci e cresci na periferia de São Paulo na Zona Leste com vulnerabilidades sociais da década de 70 (SGOTI, *formulário online*, 2025).

Sou filha e neta de Quebradeira de Coco Babaçu do Maranhão (LIBERATO, *formulário online*, 2025)

Sou nascida na comunidade do Fallet, no centro do Rio. Meu pai tem o ensino médio e minha mãe não concluiu. Faço parte dessa leva de gente pobre e favelada que chegou ao ensino superior contrariando as expectativas e graças às políticas de cotas (no meu caso, para escola pública e renda) (BASTOS, *formulário online*, 2025).

Os relatos dos participantes acima trazem trajetórias em contextos periféricos marcados por desigualdades históricas, mas também atravessadas por movimentos de resistência e de pertencimento. Um dos resultados desta pesquisa, portanto, é o fato de que os pesquisadores(as) em comunicação contra-hegemônica deste país, em geral, foram crianças e

jovens que viveram em territórios como o Pirambu (SE), Heliópolis (SP) ou a Baixada Fluminense (RJ) e enfrentaram a precariedade do saneamento, da violência urbana e da informalidade como forma de sobrevivência. No contexto relatado por eles(as), a educação aparece como um caminho de ascensão que vai além de uma escolha individual. Ela é vivida como um gesto político e coletivo, atravessado pelo desejo de honrar a história da família, transformar o território de origem e, com isso, alcançar algum tipo de reconhecimento. A seguir, destacamos alguns relatos que demonstram isso:

O campo sempre foi um pouco de retorno às minhas origens e vivências (J. SOUSA, *formulário online*, 2025).

Minha pesquisa me encontrou porque minha história familiar fomentou a construção de lentes em torno da soberania alimentar (alimentos tradicionais), comunicação e educação (LIBERATO, *formulário online*, 2025).

Queria fazer um trabalho que refletisse minha trajetória de vida. Mostrar que é possível fazer uma pessoa prosperar se oportunidades são oferecidas (ALVES, *formulário online*, 2025).

Pensar que há uma pesquisa elaborada por um sujeito da periferia, sobre os processos comunicacionais em curso na cidade, é a maior contribuição (J. SOUSA, *formulário online*, 2025).

Renata Melo (2025) é uma dessas pesquisadoras cuja trajetória foi bastante moldada pela comunidade de onde veio. Filha de migrantes sertanejos paraibanos, seus pais se deslocaram para a região metropolitana do Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida, inserindo-se majoritariamente em trabalhos manuais, como o comércio ambulante, a costura e o trabalho doméstico e de serviços. Criada em contextos periféricos, inicialmente em São Gonçalo e, a partir dos seis anos de idade, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, ela viveu uma infância e adolescência atravessadas por condições materiais limitadas e por um histórico familiar de extrema baixa escolarização, no qual o acesso à universidade não se colocava como horizonte imediato.

Em razão desse contexto, a experiência universitária e, posteriormente, a trajetória na pós-graduação de Renata Melo (2025) foram atravessadas por comparações constantes e por diferentes desafios. Entre eles, destacam-se o ritmo intenso de leitura e as exigências da linguagem acadêmica, mas, sobretudo, o contraste social entre sua trajetória periférica e o perfil predominante nos espaços universitários. Esses fatores geraram medos e dificuldades, mas também abriram espaço para processos de adaptação, autoconhecimento e fortalecimento

pessoal. Dessa forma, seu percurso de pesquisa se apresenta como uma experiência ao mesmo tempo transformadora e cheia de tensões, em que a produção de conhecimento esteve sempre ligada a deslocamentos subjetivos, sociais e políticos. A seguir, um registro da janela da casa de Renata Melo no ano de 2017:

Figura 7 – Vista da janela de Renata Melo (2017)



Fonte: Cedida pela autora

Em um de seus artigos, intitulado “Da Garganta do Diabo à Cidade de Deus: trajetos de uma etnografia entre a antropologia e a pesquisa-ação”, a pesquisadora reflete sobre a forma como o território em que viveu, em Nova Iguaçu, se articula ao seu engajamento político e orienta seus interesses de pesquisa. Essa trajetória pessoal, e também territorial, se

conecta diretamente à sua investigação sobre o jornal *A notícia por quem vive*, desenvolvido na Cidade de Deus, na região metropolitana do Rio de Janeiro. A seguir:

Vivendo em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, cheguei a morar em um morro chamado Garganta do Diabo, com muitas das características comumente associadas a uma favela, mas que nem por isso era designado como tal. Diante disso, eu costumava me perguntar: quantas outras Gargantas do Diabo haveria em meio às paisagens que eu acompanhava pelas janelas dos transportes públicos naquele caminho de cerca de 2 horas entre Nova Iguaçu e Cidade de Deus? (R. MELO, 2021, p.140).

Esse aspecto se mostra particularmente relevante na medida em que, apesar de uma origem social marcada por restrições materiais, esses pesquisadores(as) se destacaram pelo acesso à educação e por trajetórias que os diferenciam da maior parte das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esses contextos também favoreceram o contato com espaços de aprendizagem coletiva, como associações de moradores, movimentos sociais e grupos comunitários. Dessa forma, suas trajetórias de vida foram sendo moldadas por essas experiências, conforme evidenciam os relatos a seguir:

Sou nordestino, nascido e crescido em um dos bairros mais pobres de Fortaleza, o Pirambu. Apesar de sofrer com todos os problemas de um bairro favelizado, como falta de saneamento básico a todos os moradores e violência urbana, o Pirambu sempre foi conhecido por seus movimentos sociais. E desde a adolescência fui me integrando a estes movimentos. Ainda na sétima série do ensino fundamental, entrei no grupo do jornalzinho estudantil que existia na escola pública em que eu estudava, projeto organizado por uma organização não-governamental. Foi quando decidi ser jornalista, pois por meio de críticas publicadas no nosso jornalzinho, conseguimos diversas melhorias para a escola. Daí, quis ser jornalista para lutar por melhorias para a cidade, o estado e o país (J. SOUSA, *formulário online*, 2025)

Meu pai, que se formou em contabilidade depois dos 40 anos e foi o primeiro da família a obter um diploma universitário, nos transmitiu um princípio único: a importância do estudo. Esse valor orientou nossas trajetórias, e hoje tanto eu quanto meu irmão somos doutores e professores universitários, concretizando, de certa forma, o sonho de ascensão e dedicação à educação que nossos pais nos legaram (RODEMBUSCH, *formulário online*, 2025).

Nasci no Morro do Pinto, em Santo Cristo, e estudei em escolas públicas. Comecei a trabalhar aos 12 anos, e aos 19, ao conseguir um emprego em uma xerox da emissora CNT, minha trajetória profissional começou a se transformar. Tornei-me editor de jornalismo, concluí graduação, pós-graduação e mestrado, e atuei nas redações da CNT e da Band. Atualmente, leciono na PUC e coordeno o setor técnico do Departamento de Comunicação da universidade, integrando experiência prática e acadêmica em minha atuação profissional (ALVES, *formulário online*, 2025).

Sou a primeira pessoa com graduação na minha família. Sempre estudei em escolas públicas e minha formação no segundo grau (hoje ensino médio) foi o magistério

(DE SANTI, *formulário online*, 2025).

Além dos fatores socioeconômicos, destaca-se uma questão relacionada ao gênero. Um dos resultados de pesquisa mais surpreendentes desta tese é que a maior parte das pesquisas analisadas foi produzida por mulheres. Dos 60 estudos examinados, 38 são de autoria feminina e 22 masculina, o que mostra a predominância feminina na produção científica voltada ao campo da comunicação contra-hegemônica. Por um lado, esse resultado está em consonância com o perfil mais amplo já observado na pós-graduação brasileira, no qual, desde 2021, as mulheres concentram a maior parte dos títulos de mestrado e doutorado em comparação aos homens (OCDE). Por outro, desafia a imagem de uma suposta militância masculina³³ predominante, que muitas vezes marginaliza e invisibiliza politicamente as mulheres latino-americanas.

Em relação às participantes desta pesquisa, cabe destacar brevemente que a maioria se identifica como mulher cis, isto é, pessoas designadas do sexo feminino ao nascer e que permanecem identificadas como mulheres ao longo da vida. Assim, pode-se afirmar que o campo da comunicação contra-hegemônica, no universo investigado, é majoritariamente composto por pesquisadoras mulheres. Ressalta-se, ainda, que muitas delas, mesmo sem terem sido diretamente questionadas a esse respeito, mencionaram espontaneamente configurações familiares marcadas por casamento e filhos, o que evidencia a relevância atribuída a essas dimensões em suas trajetórias pessoais e profissionais.

No que diz respeito às questões raciais, não é possível afirmar, com base no recorte temporal desta tese, que os autores(as) dos trabalhos analisados sejam predominantemente brancos(as). Entretanto, a maioria dos participantes desta pesquisa se autodeclarou branca(o), conforme indicado tanto nos formulários aplicados quanto nas entrevistas realizadas. Cabe destacar que, diante dos participantes dessa pesquisa, somente dois autores(as) se autodeclararam negros(as). Não foi possível obter informações sobre o ingresso desses pesquisadores(as) por meio de cotas raciais, tampouco realizar uma segmentação regional que

³³ Refere-se à discussão sobre “O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história” de Garcia (1997). Disponível em https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoes-ant-eriores/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/o_ge-nero_da_militancia_nota.pdf

contemplasse essa variável. A ausência desses dados mostra uma grande lacuna para a compreensão do perfil dos sujeitos que constroem o campo da comunicação contra-hegemônica. Considera-se que o aprofundamento desses critérios é relevante não só para ampliar a representatividade, mas para fortalecer o campo em sua diversidade epistemológica e racial.

Atualmente, os resultados dessa tese também mostram que a maior parte dos pesquisadores(as) encontra-se na faixa de 35 a 45 anos. Considerando que o recorte temporal das pesquisas analisadas abrange os anos de 2013 a 2022, é possível inferir que esses estudos foram majoritariamente realizados quando seus autores(as) estavam entre 25 e 40 anos, aproximadamente. Em outras palavras, trata-se de pesquisadores(as) que desenvolveram seus trabalhos ainda em fases iniciais ou intermediárias da vida adulta, período em que muitos ingressam ou consolidam sua trajetória na pós-graduação. Essa informação aponta a existência de uma comunidade acadêmica relativamente jovem, em processo de formação ou consolidação profissional, atuando na produção de conhecimento sobre comunicação contra-hegemônica.

Em conjunto, os dados permitem delinear um perfil recorrente dos sujeitos que compõem o campo da comunicação contra-hegemônica no recorte analisado: predominam mulheres, pesquisadores(as) autodeclarados(as) brancos(as) e indivíduos em fases iniciais ou intermediárias da trajetória acadêmica. Trata-se, portanto, de uma produção realizada majoritariamente por um grupo relativamente homogêneo do ponto de vista sociodemográfico, cujas características contrastam com a diversidade frequentemente associada ao campo da comunicação contra-hegemônica.

3.1.1 Formação dos pesquisadores(as) em comunicação contra-hegemônica

Dos 60 autores(as) contemplados por esta tese, ao menos 35 possuem formação em Jornalismo, o que confirma o predomínio dessa área na produção acadêmica sobre comunicação contra-hegemônica analisada. As demais formações distribuem-se entre Relações Públicas e Comunicação Organizacional (4), Publicidade e Propaganda (3), Rádio e TV (1) e Comunicação Social sem especificação de habilitação (2). Além disso, a observação

dos intervalos entre a conclusão da graduação e a defesa dos trabalhos permite identificar um padrão no perfil dos(as) pesquisadores(as). Embora existam trajetórias mais curtas, nas quais a pós-graduação é iniciada poucos anos após a formação inicial, a maior parte dos casos aponta para percursos mais longos, com intervalos que frequentemente superam dez anos. De modo geral, é possível afirmar que a média desse tempo situa-se em torno de uma década, havendo casos que se estendem por 15, 20 anos ou mais.

Considerando os intervalos entre a conclusão da graduação e o início da pesquisa analisada por esta tese, é possível identificar que o período mais curto observado é de 2 anos, como nos casos em que a graduação foi concluída em 2013 e o trabalho finalizado em 2015. Já o intervalo mais longo chega a 24 anos, como no caso do pesquisador que concluiu a graduação em 1994 e finalizou o trabalho em 2018. Assim, o perfil que se delineia é o de um pesquisador mais experiente, que retorna à academia, em média, quase uma década após a conclusão da graduação, trazendo consigo uma bagagem construída na prática profissional e, muitas vezes, no envolvimento direto com experiências de campo.

Um desses casos é o de Maria Fernanda de Santi (2025), participante desta tese, cujo relato evidencia um percurso marcado pelo retorno à vida acadêmica após um longo período de atuação profissional, o que trouxe a ela certa insegurança e intensa exigência pessoal. Sua experiência é um dos diversos casos de pesquisadores(as) que reingressam ao universo acadêmico em outro momento da vida, tendo de se adaptar rapidamente a critérios institucionais muitas vezes pouco explícitos. A seguir:

Como voltei à academia 'tardamente', depois de muitos anos no mercado de trabalho, a desconexão com esse universo foi gritante. O processo de adaptação não poderia ser demorado, afinal, dois anos passam muito rápido. Por sorte ou destino (a critério da crença de cada um), encontrei uma orientadora que me acolheu de maneira incondicional, especialmente por valorizar minha experiência profissional como um diferencial para o desenvolvimento da pesquisa. No início, tudo parecia novo outra vez: precisei me reconectar com a escrita acadêmica, retomar leituras teóricas, visitar autores e descobrir novos caminhos metodológicos. Algo que eu não fazia há muito tempo, tinha um texto completamente treinado para o jornalismo impresso e não tinha ideia de como o programa funcionava na prática nem os requisitos que iam além de produzir a dissertação (pontuação por produtividade, prazos, bolsas, entre outros). O tempo era curto e a minha cobrança interna, grande, afinal, eu sentia que estava recomeçando de um ponto muito atrás dos demais (SANTI, *formulário online*, 2025).

No que diz respeito à comunicação popular, dos 18 pesquisadores(as) cujo trabalho foi

contemplado por esta tese, somente dois não são Jornalistas, sendo um da Publicidade e Propaganda e uma com a formação em Comunicação Social, sem especificação de habilitação. Nesse caso, o intervalo mais longo entre o fim da Graduação e o início da pesquisa contemplada por esta tese chega a 38 anos, no caso de 1978–2016. No caso da comunicação alternativa, o cenário apresenta intervalos mais curtos quando comparados aos demais recortes. Neste caso, o intervalo mais longo é de 11 anos, correspondente ao período de 2005–2016. Os demais casos situam-se em uma faixa intermediária, como 2011–2015, com uma média de 4 anos de intervalo. Esse grupo tem trajetórias formativas relativamente mais contínuas, com menor incidência de afastamentos acadêmicos prolongados, o que pode indicar um perfil de pesquisadores que ingressam e permanecem de forma mais linear no percurso acadêmico. Contudo, ainda assim prevalece o perfil de formação em Jornalismo, desta vez sendo todos os pesquisadores encontrados.

Esse dado também reflete a própria estrutura do campo da Comunicação, no qual o Jornalismo historicamente ocupa um espaço de destaque na formação e na pesquisa. Ao mesmo tempo, essa predominância pode indicar certa limitação em termos de pesquisa, já que as análises tendem a refletir um olhar extremamente jornalístico sobre o fenômeno da comunicação contra-hegemônica. Chama atenção a pouca presença de profissionais vindos da Comunicação Organizacional, do Audiovisual, da Publicidade e das Relações Públicas, o que talvez represente um distanciamento entre essas áreas e as práticas de comunicação contra-hegemônica.

As exceções encontradas também seguem a mesma lógica. Em sua maioria, tratam-se de profissionais formados em alguma habilitação da Comunicação, mas que têm na fotografia seu principal exercício profissional. É o caso de diversos participantes da pesquisa, como o fotógrafo do Carnaval Fábio Evangelista (2021) que, além de atuar como fotógrafo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desenvolve trabalho documentarista voltado à defesa dos direitos humanos. Há também o exemplo de Renata Melo (2017), cujo trabalho resultou inclusive em uma mostra fotográfica. E, ainda, o caso de Marcella Tovar da Silva (2020), sobre quem trataremos com mais profundidade em outras seções desta tese. Alguns exemplos a seguir:

Eu tive a honra e o privilégio de ser aluno do professor Dante Gastaldoni, que me convidou para conhecer a Escola de Fotografia Popular da Maré. Então lá foi onde

se deu minha formação como fotógrafo. Isso teve e tem um grande impacto na minha vida, porque lá além de aprender sobre técnica fotográfica, aprendemos sobre como a fotografia pode ser uma ferramenta a favor dos direitos humanos (EVANGELISTA, *formulário online*, 2025).

O conjunto das trajetórias analisadas indica que a pesquisa em comunicação contra-hegemônica se constitui, em grande parte, a partir de experiências profissionais anteriores e de vínculos já estabelecidos com práticas de comunicação nos territórios. Além disso, predominam trajetórias marcadas por idas e vindas, nas quais o retorno ao espaço universitário ocorre acompanhado de acúmulos de experiências vividas fora dele, como é o caso da participação em escolas de fotografia ou coletivos de comunicação popular. Esse modo de entrada na pesquisa permeia as escolhas temáticas e as abordagens metodológicas mobilizadas nos trabalhos, o que reafirma a centralidade das experiências prévias na formação do campo.

3.1.2 Ingresso, definição do tema e trajetória dos pesquisadores(as)

Analisando as respostas sobre como os participantes foram selecionados para a pós-graduação, observa-se que a grande maioria foi aprovada na primeira seleção em que se inscreveram. Apenas um número reduzido de pesquisadores relatou ter obtido aprovação após tentativas em outros programas (3 casos). Assim, para a maior parte dos pesquisadores em comunicação contra-hegemônica, o acesso aos cursos de pós-graduação ocorreu de forma direta, já na primeira tentativa.

A análise das respostas sobre a percepção de possíveis resistências institucionais, epistemológicas ou políticas ao longo da condução de suas pesquisas revela um panorama misto entre os pesquisadores(as). A maioria dos participantes afirmou não ter percebido qualquer tipo de resistência, indicando que seus temas de pesquisa foram, em grande parte, acolhidos sem obstáculos significativos. Entretanto, três participantes relataram enfrentar resistências de forma evidente, demonstrando que, em alguns casos, o contexto institucional ou acadêmico apresentou oposição clara ao tema investigado. Além disso, quatro pesquisadores mencionaram ter vivenciado resistência apenas em determinados momentos,

sugerindo que os desafios podem ser pontuais ou situacionais.

No que diz respeito ao tema de pesquisa, para a maior parte dos pesquisadores(as), sua definição está ancorada em vivências pessoais, percursos profissionais e formas distintas de engajamento político, como compromissos ético-políticos. Há participantes que relatam que sua aproximação com a comunicação comunitária, popular ou alternativa deriva de inserções prévias em rádios comunitárias, coletivos de audiovisual, movimentos sociais, iniciativas de mídia independente ou práticas de educomunicação, que contribuíram para alimentar uma determinada sensibilidade diante das desigualdades e dos processos de silenciamento, em especial durante a infância e a adolescência. A seguir:

Sou apaixonado por rádio e já havia feito iniciação científica na área. Escolher as rádios comunitárias para pesquisar foi uma decisão pessoal e acadêmica (M. SOARES, *formulário online*, 2025)

Estudei um coletivo de audiovisual que foca suas produções nas vozes de minorias. Como desde a adolescência estive envolvido em movimentos sociais, com os quais tive contato a partir de minha participação no jornalzinho escolar e através da ONG Comunicação e Cultura, quis estudar algo que se relacionasse à comunicação alternativa (F. SOUSA, *formulário online*, 2025).

É importante ressaltar que, para esses pesquisadores(as), a trajetória acadêmica frequentemente se apresenta como uma alternativa à lógica mercadológica predominante na área de Comunicação. Observa-se que esses indivíduos tendem a se afastar dos veículos tradicionais hegemônicos, optando por construir percursos profissionais mais alinhados às suas visões de mundo e às formas de atuação que desejam adotar. Por outro lado, também emerge uma tensão, uma vez que a escolha pela carreira acadêmica pode, em alguns casos, ser interpretada como um recurso para contornar limitações ou frustrações vivenciadas no mercado profissional. Tal interpretação revela-se problemática, na medida em que coloca a produção acadêmica em posição secundária ou de menor relevância, desconsiderando a contribuição efetiva dessas pesquisas para o desenvolvimento da comunicação sob uma perspectiva contra-hegemônica. Alguns trechos demonstram isso:

Após trabalhar alguns anos com jornalismo, comecei a me sentir insatisfeita com a profissão e com a nova configuração do mercado de trabalho para os profissionais da comunicação. Decidi cursar uma licenciatura e, após isso, prestei concurso para atuar como docente na rede municipal de São Paulo, cargo que exerço atualmente (GIOVANCARLI, *formulário online*, 2025).

Na mesma perspectiva, Sarah Santos (2025), por exemplo, atuava profissionalmente em um dos maiores jornais impressos do estado do Piauí, o *Meio Norte*³⁴, cuja circulação se estende ainda ao Maranhão e ao Ceará. Trata-se de um veículo tradicional, vinculado a um conglomerado midiático que, segundo ela, era comumente referido pelos estudantes como “a grandona”. Apesar de afirmar que apreciava o trabalho no jornalismo impresso, ela reconhece que não se sentia plenamente representada naquele espaço. Em suas palavras, havia sempre “algo a mais” que desejava expressar, mas que não encontrava possibilidade de dizer dentro do formato e das limitações editoriais do veículo. Essa percepção relacionava-se diretamente à sua trajetória de militância em movimentos sociais, que a fazia buscar horizontes comunicacionais mais amplos do que aqueles permitidos pelo “*layout*” institucionalizado da grande imprensa. Ao ingressar no mestrado e ser contemplada com uma bolsa de pesquisa, Sarah decidiu deixar seu posto no *Meio Norte*.

Observa-se também que o ambiente acadêmico é frequentemente percebido como incompatível com o universo profissional, este considerado mais estruturado e rígido. Essa percepção revela-se problemática, na medida em que contribui para a subestimação das pesquisas em comunicação contra-hegemônica, frequentemente avaliadas como menos complexas ou relevantes, mesmo diante do rigor metodológico e das contribuições significativas que oferecem. Nesse contexto, os próprios pesquisadores(as) acabam, ainda que involuntariamente, reforçando a percepção de que esse tipo de investigação teria menor profissionalismo ou importância em comparação às práticas do mercado.

De forma semelhante, os profissionais do mercado tendem a ser percebidos pelos pesquisadores(as) como distantes da comunicação contra-hegemônica, partindo da suposição de que só é possível estar em um dos dois universos, e não em ambos ao mesmo tempo. Isso fica evidente quando pesquisadores(as) percebem que suas metodologias e princípios são pouco aplicáveis ou valorizados em contextos profissionais, reforçando a sensação de que não é possível atuar plenamente nos dois espaços simultaneamente. Além disso, há um componente material importante: muitos relatam que, após alcançarem maior qualificação

³⁴ O Sistema Meio Norte nomeia-se como “crossmedia do meio norte do Brasil”. O sistema é composto por Jornal, TV e Rádios, tais como Rede Meio Norte, Jornal Meio Norte, Portal meionorte.com, Meio Norte FM, Boa FM, Jornal FM e Cocais FM.

acadêmica, tornam-se menos valorizados no mercado de trabalho, ainda que como professores de IEs privadas, o que contribui para a percepção de distanciamento entre os dois campos. Essa tensão aparece de forma recorrente nas falas analisadas, como se observa no trecho a seguir:

No Brasil, ser doutor é te colocar na linha de tiro de demissão nas IES porque "ficamos mais caros para o sistema". E isso realmente aconteceu. Fui desligado alguns anos mais tarde por essa questão. Então, ter doutorado é uma linha tênue de poder agregar mais em sala de aula, mas estar com uma espada na cabeça o tempo todo (RODEMBUSCH, *formulário online*, 2025).

Na contrapartida desse pensamento, dificilmente esses universos acadêmicos e profissionais se separam completamente. Eles coexistem e disputam, assim como diversas forças coexistem e disputam no próprio sistema midiático. Existem profissionais que atuam simultaneamente nos dois ambientes, tanto no profissional quanto no acadêmico. Um indicativo disso pode ser observado em pesquisas cujo objeto de estudo se constitui no próprio ambiente de trabalho em que o pesquisador está inserido, o que traz a ele a possibilidade de conciliar a prática profissional com a investigação acadêmica. Nesse sentido, consideramos simplista e reducionista a ideia de que, para ser pertencente a este universo, seria necessário afastar-se totalmente da atuação profissional. Além disso, entendemos que esse pensamento carrega uma espécie de herança emocional, marcada pelo natural descontentamento em relação ao sistema midiático hegemônico e às IEs que o privilegiam, na medida em que os profissionais do sistema são vistos como agentes mantenedores da hegemonia vigente.

É possível observar que os pesquisadores(as) da comunicação contra-hegemônica, em geral, estabelecem vínculos com a docência de formas variadas, que não se restringem ao ensino superior. Para além do caso de Eunice, já mencionado anteriormente, que atua como professora do ensino médio no México, há relatos de pesquisadores(as) que são filhos de professores, em sua maioria vinculados à educação básica. Alguns desses sujeitos também seguiram trajetórias profissionais nesse mesmo nível de ensino, tornando-se professores da educação básica, como exemplificado no caso de Luíza Giovancarli (2025). A seguir:

Eu tenho 37 anos, sou professora da educação básica, casada e mãe de uma menina de 5 anos. Sou filha de professores da educação básica e cresci em São Mateus, um bairro da periferia da cidade de São Paulo. Atualmente, moro nesse mesmo bairro

com meu marido e minha filha. Após trabalhar alguns anos com jornalismo, comecei a me sentir insatisfeita com a profissão e com a nova configuração do mercado de trabalho para os profissionais da comunicação. Decidi cursar uma licenciatura e, após isso, prestei concurso para atuar como docente na rede municipal de São Paulo, cargo que exerço atualmente (GIOVANCARLI, *formulário online*, 2025).

O que aparece a partir das trajetórias analisadas é que o tema da comunicação contra-hegemônica não nasce dentro da pós-graduação. A academia surge mais como um lugar de reorganização dessas experiências do que como um ponto de partida. Nesse sentido, ela se constrói em continuidade com experiências acumuladas fora do ambiente acadêmico, que encontram na pós-graduação um espaço para ganhar forma analítica. Os temas vão sendo construídos ao longo do tempo e carregam marcas desses percursos. Assim, a comunicação contra-hegemônica vai se constituindo como um campo em construção permanente, alimentado por trajetórias que circulam entre diferentes espaços e que são atravessadas, o tempo todo, pelas práticas profissionais e pelo engajamento político dos pesquisadores(as).

3.1.3 Os sujeitos pesquisadores latino-americanos e a internacionalização

No que diz respeito à nacionalidade, os pesquisadores(as) analisados nesta tese são majoritariamente brasileiros, com exceção de Eunice Muruet Luna (2014), de nacionalidade mexicana. Assim como diversos pesquisadores brasileiros, Luna realizou, em 2014, uma pesquisa de mestrado na comunidade da Maré, no Rio de Janeiro. Seu estudo teve como objeto o jornal *O Cidadão*, que será abordado de forma mais detalhada em uma seção posterior desta tese.

A trajetória dessa pesquisadora revelou-se notável em diversos aspectos. Além de ser cantora e artista, características que facilitaram sua inserção na comunidade da Maré, ela destacou-se por desenvolver uma análise do jornal pautada na perspectiva da infância, abordagem que não foi utilizada em nenhum outro trabalho incluído nesta tese. Ademais, Luna (2014) assumiu uma das tarefas mais complexas do período de pesquisa, que consistiu na digitalização das edições impressas do jornal. Como resultado desse esforço, foi possível acessar a totalidade das 64 edições físicas já publicadas do jornal *O Cidadão*.

Eunice Muruet Luna (2014) expressa de forma intensa o atravessamento emocional que marcou sua experiência de pesquisa no Brasil, ao afirmar que “as emoções foram avassaladoras”. Em seu relato, ela descreve um conjunto de desafios que acompanharam o processo investigativo desde o início, incluindo a frustração de não conseguir “se fazer entender claramente em português” e a dificuldade inicial em localizar os projetos e coletivos com os quais pretendia trabalhar. Essas questões se somaram a sentimentos de insegurança, deslocamento e estranhamento, comuns a experiências de pesquisa realizadas fora do país de origem. Além dos obstáculos linguísticos e logísticos, Luna (2014) também destaca as transformações pessoais e contextuais que atravessaram sua trajetória ao longo do trabalho de campo, revelando como a pesquisa extrapolou os limites acadêmicos e se tornou uma experiência profundamente marcada por afetos, expectativas e reconfigurações subjetivas. Seu relato evidencia, assim, que a produção do conhecimento em comunicação contra-hegemônica envolve não apenas escolhas teóricas e metodológicas, mas também processos emocionais e vivenciais que impactam diretamente a forma como a pesquisa é conduzida e elaborada. A seguir:

Senti a estranha sensação de estar à deriva em uma língua e em um país tão parecidos e, ao mesmo tempo, tão diferentes do meu. Vivi a alegria exuberante de fazer música na rua, de conhecer pessoas tão interessantes e diversas, e de ouvir tanta música (LUNA, *formulário online*, 2025, s/p).

A trajetória de Luna (2014) constitui uma entrada para problematizar a mobilidade internacional como dimensão estruturante na produção de conhecimento sobre comunicação contra-hegemônica na América Latina. Em uma década contemplada pelo corpus dessa tese de doutorado, somente uma pesquisadora estrangeira veio ao Brasil para pesquisar comunicação contra-hegemônica. Ao chegar ao Rio de Janeiro, entretanto, os projetos que inicialmente pretendia investigar já haviam deixado de existir. Foi essa circunstância que a conduziu ao campo da comunicação comunitária, em particular às ações de conscientização e formação realizadas pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), responsável pela produção do jornal *O Cidadão*. A seguir, um registro que ilustra sua trajetória.

Figura 8 – Material utilizado em campo pela pesquisadora (2014)



Fonte: Cedida pela autora

Luna (2014) explica que, diante das condições de sua estadia no Brasil como pesquisadora estrangeira, optou por trabalhar com material documental. Essa escolha, além de metodológica, foi também pragmática, considerando as limitações de acesso ao campo e as possibilidades reais de investigação disponíveis naquele período, especialmente diante da intervenção militar de 2014. Contudo, a pesquisadora envolveu-se com o campo e, impactada pelo trabalho desenvolvido nessas iniciativas e pela violência cotidiana vivenciada pela população da favela, ingressou no Curso de Comunicação Popular do Núcleo Piratininga de

Comunicação (NPC). Durante a elaboração da dissertação, passou também a atuar como colaboradora do jornal, o que aumentou seu vínculo com o território e com as práticas comunicacionais que ali se constituíam.

A autora relata que, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, precisou enfrentar episódios de xenofobia por parte de alguns moradores da comunidade, bem como atrasos no pagamento da bolsa financiada pela UERJ, em um contexto marcado pelo alto custo de vida da cidade. Diante dessas dificuldades, recorreu, ainda, a trabalhos informais para assegurar suas condições básicas de subsistência. Apesar desses obstáculos, a autora ressalta que o processo foi profundamente formativo e que as experiências vividas no Rio de Janeiro extrapolam aquilo que pode ser plenamente registrado no presente.

Apesar de ter sido aprovada no curso de Doutorado, Luna (2014) optou por não dar continuidade à trajetória de pesquisa naquele momento e retornou ao México após a conclusão de sua pesquisa de Mestrado, em 2014. Segundo ela, a sua experiência internacional provocou mudanças em sua forma de ver e viver o mundo, criando um permanente “entre-lugar” marcado por uma sensibilidade intercultural sempre presente nela. Mesmo depois de voltar do Brasil, esse processo continua ativo, pois ela segue acompanhando produções culturais, musicais e intelectuais do país onde viveu, mantendo vivo um repertório que reforça sua abertura ao outro. Segundo relata, essa vivência deixou marcas difíceis de explicar, mas que orientam sua postura baseada na escuta, na reciprocidade e no reconhecimento das diferenças. A autora também destaca que sua atuação como educadora foi fortemente influenciada pelas experiências no GPICC, no Instituto TEAR e, sobretudo, no jornal *O Ciudadão*, que se tornaram referências importantes para sua formação pedagógica, política e comunitária e continuam guiando sua prática profissional.

Desde 2021, ela atua como professora do ensino médio no estado de Veracruz, onde nasceu. Nesse período, ainda trabalha em comunidades, sobretudo em Ixhuatlán de Madero, localizado a cerca de dez horas de sua residência, e no município de Chiconquiaco, mais próximo de onde vive. Segundo ela, ambos os contextos apresentam configurações sociais bastante distintas: o primeiro é predominantemente formado por agricultores indígenas, enquanto o segundo é composto majoritariamente por uma população mestiça, descendente de agricultores e pecuaristas e marcada por um expressivo índice de migração para os Estados

Unidos. A seguir, é possível observar um dos últimos momentos de Luna (2014) no Brasil, em sua devolutiva de pesquisa à comunidade:

Figura 9 – Devolutiva de pesquisa da Luna Muruet (2014)



Fonte: Cedida pela autora

A partir dessa experiência e da ausência de outras, é possível afirmar que, embora a cooperação regional seja amplamente reconhecida como um elemento fundamental para o fortalecimento da produção científica latino-americana, especialmente por meio das experiências de mobilidade acadêmica entre países da região, a inserção e a permanência de pesquisadores(as) em contextos de comunicação contra-hegemônica apresentam desafios alarmantes. Tais desafios decorrem, em grande medida, das próprias condições sociais em que essas experiências se desenvolvem, tendo em vista que são afetadas por desigualdades estruturais que impõem limitações à atuação e à continuidade dessas pesquisas, como afirma a

pesquisadora:

Também experimentei a tensão de dividir moradia com pessoas diferentes por questões econômicas, a curiosidade diante das múltiplas expressões culturais brasileiras e o cansaço, a exaustão, de tentar me manter sã e segura todos os dias (LUNA, formulário online, 2025).

Em contrapartida, identificamos diversos pesquisadores(as) brasileiros em comunicação contra-hegemônica com período de mobilidade acadêmica internacional, como período de doutorado sanduíche, por exemplo. Diversos pesquisadores(as) contemplados por esta tese realizaram estágios ou formações parciais no exterior, especialmente por meio de programas como o doutorado sanduíche. É o caso de Letycia Gomes (2020), que realizou um período de pesquisa em Londres, no Reino Unido, como bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), experiência que ela considera inviável por meio de recursos próprios. De modo semelhante, Rita Simone cursou parte de seu mestrado em *Communication and Culture* na Ryerson University, no Canadá, incluindo um período sanduíche na mesma instituição.

Em continuidade aos exemplos já apresentados, observa-se que as experiências de mobilidade internacional mencionadas no *corpus* concentram-se quase exclusivamente em países da América do Norte e da Europa. A única exceção é a pesquisa de Juliana Salles (2019), que realizou trabalho de campo em Medellín, na Colômbia, em 2018, no âmbito do estudo Entre Quebradas e Comunas: Educomunicação Popular e Periférica em São Paulo e Medellín. Fora esse caso, a análise dos trabalhos, das entrevistas e até dos questionários não revelou outras referências explícitas a períodos de formação ou pesquisa acadêmica realizados por brasileiros(as) em países latino-americanos.

Essa ausência chama atenção porque aponta para uma dinâmica de mobilidade ainda bastante orientada para centros hegemônicos de produção do conhecimento e reflete a centralidade do eixo Europa–América do Norte na formação de pesquisadores(as) brasileiros(as), além da desvalorização dos interlocutores latino-americanos enquanto espaços legítimos de produção de saber. Em um campo dedicado justamente a tensionar as estruturas hegemônicas, a baixa circulação acadêmica pelo Sul Global revela um desalinhamento entre o

discurso e as práticas de pesquisa.

3.2 Percursos, afetos e deslocamentos nas trajetórias de pesquisa

Após concluir um Mestrado atravessado por diversas dificuldades, Sarah Santos (2025) fez uma promessa a si mesma: só retornaria ao universo da pesquisa caso pudesse investigar um tema com o qual tivesse plena identificação, recusando a possibilidade de desenvolver projetos dissociados de seus interesses e trajetórias. Durante esse período, ao frequentar o *Gira Poesia*, programa de rádio vinculado ao *Corre Diário*³⁵, movimento cultural do qual participava, ela reafirmou para si mesma, repetindo em voz alta três vezes: “Eu só vou voltar quando eu estiver bem alinhada com o meu povo”.

Inicialmente, ela não tinha clareza sobre o significado de sua decisão de “retornar apenas quando estivesse alinhada com seu povo”, mas com o tempo, ela compreendeu que essa afirmação se conectava à comunidade Boa Esperança, território no qual desenvolveu o projeto de comunicação popular Mulheres nos Terreiros da Esperança. Essa iniciativa foi realizada por meio do coletivo Florescê Comunicação Coletiva, formado, em grande parte, por estudantes oriundos do movimento estudantil de comunicação. Mais tarde, o coletivo transformou-se no Corre Diário, uma plataforma de comunicação popular e colaborativa, que passou a agregar novos integrantes ao longo do processo.

O exemplo de Sarah Santos (2025) é um dos muitos. O engajamento político constitui, sem dúvidas, a dimensão mais central na trajetória desses pesquisadores(as) e representa o ponto mais marcante em comum entre eles. A militância em movimentos sociais ou a participação em coletivos influencia suas escolhas metodológicas, a definição dos problemas de pesquisa e o compromisso com a comunicação contra-hegemônica. Além disso, observa-se que muitos se identificam politicamente como progressistas, o que sugere uma homogeneidade relativa do perfil dos pesquisadores(as) que atuam nesse campo. São pessoas que geralmente se identificam com partidos da esquerda e apoiam expressivamente as pautas relacionadas à justiça social. Frequentemente, esses sujeitos constroem suas trajetórias a partir de experiências práticas e políticas concretas, participando de movimentos estudantis,

³⁵ O Corre Diário denomina-se uma plataforma de comunicação popular e colaborativa, que ousa sonhar-fazer uma comunicação de liberte as potências emancipatórias, dialógicas, plurais e decoloniais da informação. Disponível em <https://ocorrediariorio.org/tiehome/>. Acesso em 25 de janeiro de 2026.

coletivos culturais ou sociais. A seguir, destacamos alguns trechos que demonstram isso:

Eu desenvolvi como Trabalho de Conclusão de Curso um livro-reportagem centrado na pluralidade de vozes e nas lutas das mulheres do assentamento Vale da Esperança, localizado na zona rural de Teresina (PI). Já no curso de Relações Públicas, minha monografia abordou a atuação da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Piauí (S. SANTOS, *entrevista*, 2025).

Antes de ingressar na pós-graduação, participei do movimento estudantil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), experiência que marcou minha trajetória política e formativa. Durante o mestrado, infelizmente, não consegui manter uma participação ativa em coletivos ou organizações estudantis. No entanto, no doutorado, retomei o engajamento político ao integrar, por um ano, a Associação de Pós-Graduandos Marielle Franco (APG-Marielle Franco), espaço de articulação que reafirmou meu compromisso com a luta por uma universidade mais democrática, inclusiva e antirracista (NASCIMENTO, *formulário online*, 2025).

Nesse contexto, destaca-se a relevância atribuída à Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS), frequentemente mencionada como uma entidade fundamental para a formação política desses pesquisadores(as). Para eles, a relação com a ENECOS não decorre de uma trajetória histórica prolongada, mas de vivências intensas durante o período de graduação, que, em casos isolados, se estendem ao início da pós-graduação. Embora a participação seja temporária, a experiência junto à ENECOS adquire grande importância por contribuir para a formação política e acadêmica, deixando marcas que se refletem nas práticas de pesquisa e na inserção desses sujeitos no campo da comunicação contra-hegemônica.

Em meados de 2006, aos 18 anos, ao iniciar seus estudos na UESPI, Sarah teve seu primeiro contato com o movimento estudantil. Nesse período, tanto o Centro Acadêmico quanto a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS) exerciam forte influência. Ela recorda essa fase como marcada por intensa efervescência política, que contribuiu de modo decisivo para sua formação acadêmica e cívica (S. SANTOS, *entrevista*, 2025).

Apesar da recorrência frequente às entidades acima, não foram identificadas menções a associações de pesquisadores da área da Comunicação nos trabalhos contemplados pelo *corpus*. Isso não implica que os pesquisadores da comunicação contra-hegemônica não participem desses espaços, nem que tais associações não permeiem, de alguma forma, os processos de pesquisa. Indica, antes, que não há informações suficientes ou registros explícitos dessa vinculação nos trabalhos analisados.

No que se refere aos deslocamentos, retoma-se aqui o caso de Xavier Joseph Friedrich, já mencionado na introdução desta tese. Por se tratar de um autor cuja pesquisa dialoga diretamente com este estudo, houve o interesse em acompanhar sua produção e sua trajetória acadêmica. Esse movimento, no entanto, encontrou limites evidentes. Ele é um pesquisador indiano sobre o qual há poucas informações disponíveis, especialmente no que diz respeito à continuidade de sua pesquisa ou à permanência no campo acadêmico. Essa dificuldade não é um caso isolado, mas expressa uma condição recorrente no campo, na qual diversos pesquisadores tornam-se difíceis de localizar ou contatar ao longo do tempo, seja pela descontinuidade de vínculos institucionais ou pela ausência de registros atualizados sobre suas trajetórias.

Considerando que esta tese abrange uma década marcada por uma transição digital significativa, observa-se que parte dos pesquisadores passou a integrar o ambiente online, mantendo suas produções disponíveis na internet, enquanto outras não. Como consequência, algumas produções não puderam ser acessadas, o que impõe limites parciais ao mapeamento da pesquisa no período analisado. De modo semelhante, verificou-se que diversos perfis na Plataforma Lattes apresentavam atualização defasada, situação geralmente associada a pesquisadores que não permaneceram vinculados de forma contínua ao ambiente acadêmico, no qual a atualização dessas informações tende a ocorrer com maior regularidade.

Os pesquisadores(as) também são transeuntes dentro do próprio país, no sentido de que circulam por diferentes espaços, mas com permanência provisória. A trajetória da maioria deles é marcada por deslocamentos em território brasileiro. Como já citamos nas seções anteriores, apesar de sua mobilidade dentro do país, os pesquisadores em comunicação contra-hegemônica permanecem majoritariamente no Brasil, o que contrasta com áreas como Computação, Engenharias e Biotecnologia, nas quais os profissionais frequentemente migram de forma definitiva para o exterior em busca de melhores condições para desenvolver seus trabalhos. Essa situação configura uma espécie de diáspora de doutores³⁶, que preocupa a comunidade científica nacional devido às possíveis consequências para o desenvolvimento do país. No caso da comunicação contra-hegemônica, muitos desses pesquisadores permanecem no país e, na maioria dos casos, mantêm suas trajetórias acadêmicas articuladas às demandas

³⁶ Fuga de cérebros: os doutores que preferiram deixar o Brasil para continuar pesquisas em outro país. Ver <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51110626>. Acesso em 6 de maio de 2026.

do país.

Essa dificuldade não se restringe a esse caso específico. Ao longo do levantamento, outros autores e autoras da comunicação contra-hegemônica também se mostraram difíceis de localizar, mesmo após tentativas repetidas de busca por informações. Esse cenário ajuda a compreender que nem todas as trajetórias acadêmicas seguem percursos contínuos ou facilmente rastreáveis. No âmbito da comunicação contra-hegemônica, essas ausências parecem ainda mais frequentes, em razão de redes acadêmicas pouco consolidadas, da circulação limitada das produções e de contextos políticos adversos. No período analisado, especialmente no Brasil e outros países da América Latina, esses fatores contribuíram para interrupções, silenciamentos e para a dificuldade de acompanhar a continuidade das pesquisas e de seus autores.

3.3 O voluntariado, o financiamento e os pesquisadores(as) bolsistas

Os resultados desta tese indicam que o voluntariado aparece de forma recorrente nas trajetórias dos pesquisadores(as) da comunicação contra-hegemônica. Em muitos casos, essa prática atravessa o próprio momento de aproximação com o tema e funciona como porta de entrada para a pesquisa acadêmica. Há situações em que a atuação voluntária em determinado veículo ou iniciativa comunicacional antecede o interesse científico e acaba orientando a escolha do objeto, como é o caso a seguir:

O desejo em desenvolver esta pesquisa deu-se em função dos mais de 17 anos de existência do Programa Voluntariado (PV) do Canal NET Cidade do ABCDM, no qual mais de 100 pessoas participavam mensalmente na produção de parte da grade de programação desse canal. Sendo um profissional da área de comunicação, formado em Rádio e Televisão, professor universitário em cursos de Comunicação Social da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e gestor na NET, o interesse por esse tema motivou a pesquisa sobre esse trabalho pioneiro no Brasil e que foi desenvolvido de 1998 a 2015, pela empresa NET (RODRIGUES, 2007, p. 13).

Percebemos que se trata de uma questão complexa, sobretudo porque ainda circula a ideia de que o trabalho voluntário em veículos de comunicação corresponderia a dar voz aos silenciados. Essa formulação, embora recorrente, é limitada. Como discutido no Capítulo 1, o

direito à comunicação, enquanto direito humano, pressupõe formas mais profundas de protagonismo, que vão além de participações pontuais mediadas por estruturas, muitas vezes, alinhadas à lógica hegemônica. Ainda assim, é preciso reconhecer que o voluntariado nesses veículos desempenha um papel ambíguo. Ao mesmo tempo em que pode reforçar relações desiguais de trabalho e expectativas de gratuidade, ele também opera, em muitos casos, como um ponto inicial de aproximação, funcionando como uma espécie de porta de entrada que desperta o interesse e engaja pesquisadores(as) nas práticas e debates da comunicação contra-hegemônica.

Por outro lado, há também aqueles que frequentemente se envolvem em atividades não remuneradas devido às expectativas associadas ao campo. Em muitos casos, para conseguir a devida inserção no campo e finalizar suas pesquisas, eles precisam do voluntariado como troca simbólica com coletivos e associações, por exemplo. A pesquisa constitui uma dimensão central da vida desses sujeitos pesquisadores e, para alguns, representa ainda a principal fonte de renda. A relevância dessa questão reside no fato de que, ao se dividirem entre a atividade de pesquisa e a atuação na experiência investigada, a bolsa de pesquisa ou remuneração recebida corresponde a um único pagamento por uma jornada dupla. A seguir, destacamos alguns relatos que evidenciam parte desse processo:

Comecei a me reconhecer nesse espaço e a contribuir com alguns jornais, primeiro voluntariamente, depois como freela. Escrevi para diversos jornais de favela até que cheguei na cobertura das manifestações (BASTOS, *formulário online*, 2025).

(...) Eu fazia um trabalho voluntário e coordenava um grupo na UFRJ, e isso até entrou em conflito com as demandas acadêmicas na reta final (C. PEREIRA, *formulário online*, 2025).

João Malerba (2025), participante desta tese, é um dos exemplos que podem ser citados. Durante a graduação, ele interrompeu temporariamente seus estudos e participou de uma experiência de voluntariado na Inglaterra, onde trabalhou com pessoas com deficiência. De volta ao Brasil, em abril de 2005, buscava um estágio que unisse comunicação e direitos humanos. Contou, então, com a intermediação de sua irmã, que o apresentou ao trabalho do

Criar Brasil³⁷ (Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio), ONG referência na democratização da comunicação. Já em maio do mesmo ano, passou a integrar voluntariamente a instituição, fortalecendo sua aproximação com a comunicação comunitária, em especial com o movimento das rádios comunitárias. Esse voluntariado acabou moldando sua trajetória profissional, levando-o a se tornar militante em defesa das rádios comunitárias no país, além de representante da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC Brasil), como abordaremos no Capítulo 4.

Nesse contexto, também importa abordar as formas de financiamento da pesquisa, que mostram uma diversidade de estratégias adotadas pelos autores(as). A modalidade mais frequente foi a realização do estudo com bolsa de pós-graduação. Observa-se que as bolsas de pós-graduação constituem a principal forma de financiamento das pesquisas sobre comunicação contra-hegemônica, funcionando, em muitos casos, não apenas como o principal mecanismo de custeio das investigações, mas também como a principal fonte de subsistência dos pesquisadores(as) envolvidos. A seguir:

Eu era fotógrafo freelancer e sobrevivi boa parte do ano passado (2020) graças à bolsa de pesquisa, que durante um período foi minha única fonte de renda, e ao apoio familiar (EVANGELISTA, 2021, p.24).

O acesso ao ensino superior para pessoas oriundas de famílias pobres não seria efetivo sem as políticas de permanência e incentivo. A minha formação e esta pesquisa só foram possíveis por conta desse suporte (BASTOS, 2021, p.3).

Leticia Nascimento (2020), mulher negra de pele parda, relata que ingressou no mestrado em um momento de incerteza profissional, motivada, sobretudo, pela falta de perspectivas de emprego após a graduação. Segundo ela, a decisão de continuar os estudos esteve inicialmente associada à possibilidade de obter uma bolsa de pesquisa, que representava tanto uma forma de sustento financeiro quanto uma oportunidade de permanecer vinculada ao ambiente acadêmico. A seguir:

Eu entrei no mestrado principalmente porque não tinha perspectiva de emprego após a graduação e eu precisava ganhar dinheiro. Me garantia como estudante e fui tentar interessada em ser bolsista e poder começar a me sustentar financeiramente. Mas nessa trajetória passei tanto a reconhecer

³⁷ O Criar Brasil, desde os anos 1980, esteve diretamente associado a esse movimento e foi um dos fundadores da seção brasileira da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC Brasil). Disponível em [Criar Brasil: HomeCriar Brasilhttps://criarbrasil.org.br](https://criarbrasil.org.br). Acesso em 31 de janeiro de 2026.

minha identidade cultural, política e social, como me apaixonei pela comunicação como ciência (NASCIMENTO, *formulário online*, 2025).

De acordo com as informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação, ao menos 28 dos(as) pesquisadores(as) contemplados por esta tese receberam bolsas de pós-graduação durante o período analisado. Esse número pode ser ainda maior, uma vez que os dados disponíveis se referem apenas às bolsas da Capes e do CNPq, não incluindo outros tipos de financiamento ou agências de fomento. Há também uma parcela dos participantes que conduziu suas pesquisas com recursos próprios, seja integralmente ou combinando com bolsas em etapas posteriores. Além disso, algumas experiências incluem bolsas vinculadas a projetos de extensão ou apoio familiar, o que mostra que fontes alternativas também custeiam as pesquisas. Esses dados indicam que, embora a bolsa acadêmica seja predominante, a pesquisa em comunicação contra-hegemônica depende, muitas vezes, de múltiplas fontes de financiamento e da mobilização de recursos próprios pelos pesquisadores.

É possível dizer que as experiências pesquisadas (sejam coletivos, veículos ou outras iniciativas) são, em alguma medida, beneficiadas indiretamente não apenas pelo trabalho voluntário, mas também pelas bolsas de pesquisa que sustentam a atuação dos autores(as). Isso porque tais bolsas viabilizam o tempo dedicado ao campo, os deslocamentos, a produção de registros e materiais, bem como a oferta de oficinas, devolutivas e outras atividades que contribuem concretamente para o fortalecimento dos projetos. Assim, ainda que não representem financiamento direto às iniciativas, esses recursos acadêmicos acabam ampliando sua capacidade de ação, que traz suporte qualificado e gerando impactos positivos que, de outro modo, dificilmente ocorreriam.

Essa questão se revela problemática sob diferentes aspectos. Acreditamos que isso contribui para a construção da percepção simplista de que os pesquisadores em comunicação contra-hegemônica devem atuar movidos exclusivamente por altruísmo e generosidade. Isso reforça a ideia de que seu engajamento deve ser desinteressado e sustenta a expectativa de que não deveriam receber pagamento pelo trabalho que realizam, trabalho que, muitas vezes, nem sequer é reconhecido como tal.

Esse contexto acaba alimentando uma expectativa igualmente problemática, segundo a qual a quem se dedica à pesquisa em comunicação contra-hegemônica deveria fazê-lo principalmente por vocação, compromisso pessoal ou altruísmo. Quando essa ideia se naturaliza, o trabalho de pesquisa deixa de ser reconhecido como atividade profissional e passa a ser visto quase como militância voluntária. Com isso, apagam-se o tempo investido, o esforço intelectual, a permanência no campo e as contribuições concretas que esse tipo de pesquisa oferece tanto ao debate acadêmico quanto às iniciativas e territórios envolvidos.

No fechamento desta seção, fica evidente que o voluntariado e as formas de financiamento não ocupam um lugar secundário, mas atravessam de modo decisivo as trajetórias dos pesquisadores(as) da comunicação contra-hegemônica. Em muitos casos, são esses fatores que permitem a permanência no campo ou acabam limitando essa continuidade. As experiências analisadas mostram que a pesquisa se sustenta em arranjos instáveis, nos quais engajamento político e trabalho acadêmico caminham juntos, frequentemente sem condições materiais que garantam sua manutenção ao longo do tempo. Com isso, o campo passa a depender fortemente da disponibilidade pessoal dos pesquisadores, do uso intensivo do próprio tempo e, em diversos casos, de recursos próprios para que as investigações possam ocorrer.

3.4 A escrita científica como marca do pesquisador(a)

A escrita dos pesquisadores(as) em comunicação contra-hegemônica é bastante particular. É possível perceber que, com frequência, o formato se distancia dos padrões mais rígidos do discurso acadêmico, abrindo espaço para escolhas narrativas que acolhem dimensões bastante pessoais e afetivas. Essa abertura se torna especialmente visível em seções como os agradecimentos, onde surgem referências pouco usuais no meio acadêmico, incluindo menções a crenças míticas, personagens de ficção, animais ou figuras religiosas. Esses elementos evidenciam como o processo de pesquisa em comunicação contra-hegemônica é atravessado por vínculos emocionais, que também participam da construção do conhecimento nesse campo. A seguir, destacamos alguns exemplos:

Aos meus bichinhos, especialmente ao Ramone, que andou muitos quilômetros pela Quinta da Boa Vista ao meu lado enquanto eu tentava pensar em como escrever minha dissertação para que as coisas fizessem sentido, e ao meu gato Eddie, que

ficava deitado ao lado do computador enquanto eu escrevia tudo e me ajudava a acalmar (ALVES, 2021, p.6).

Ao Nenén (meu gato de 13 anos) pelo companheirismo na minha trajetória de estudos em casa, desde a graduação, ao preparatório e ao mestrado. Ele praticamente “formou-se” comigo (SILVA, 2013, p. 4).

In memoriam (2000-2017), agradeço ao meu gato Nenén, meu grande felino de todas as horas (S. SILVA, 2018, p.10).

É comum, por exemplo, a presença de referências à literatura brasileira, à música popular, ao cinema e a outras expressões artísticas. Identificamos, inclusive, uma referência ao livro infantil *Uma aventura em Lisboa*³⁸, no qual a história gira em torno de uma rádio pirata. Em um caso particular, identificou-se menção ao livro infantil *Uma aventura em Lisboa*, cuja narrativa se desenvolve em torno de uma rádio pirata. Por um lado, esse posicionamento destoa, por exemplo, da recomendação de Diniz (2013, p. 79), segundo a qual a seção de agradecimentos deve ser reservada à menção daqueles que efetivamente contribuíram para a elaboração do texto, não se configurando como um espaço em que as normas formais da comunicação acadêmica possam ser suspensas. Por outro, mostra a força de ruptura desses trabalhos que carregam consigo a escrita autoral na qual a escrita é “íntima e política”. Exemplos disso podem ser observados a seguir:

É dia de folia. Galho de arruda na orelha, o coração pulsa forte, é dia de abraçar, de encontrar a galera, o macarrão está pronto, a cerveja gelada. Daqui a pouco é hora de afinar a bateria. Começa a preparação dos cartazes: “pelo direito de ir e vir”, é dia de homenagear Marielle, que saudade! Purpurina no rosto, camisa laranja. É dia de Se Benze que Dá para encarar os desafios, lutar por um mundo melhor, celebrar a vida. Este trabalho visa refletir sobre o bloco de carnaval Se Benze que Dá e o seu papel na sociabilidade na favela da Maré (EVANGELISTA, 2021, p. 11)

Essas características se mantêm ao longo da escrita das pesquisas. Ao tratar da comunicação comunitária no Brasil, Camille Pereira (2015, p. 2) a caracteriza como “um ato de resistência que insiste em brotar mesmo em terrenos áridos”. A metáfora da “terra infértil” ilustra os desafios enfrentados por essas iniciativas, sujeitos a “secas, alagamentos e pragas” decorrentes de um sistema midiático concentrado, empresarial e excludente, que funciona

³⁸ MAGALHÃES, Ana Maria; ALÇADA, Isabel. *Uma aventura em Lisboa*. 7. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2019.

como uma “monocultura” tentando sufocar a diversidade. Para a autora, as “sementes comunitárias” continuam a germinar, produzindo frutos e abrindo novas possibilidades de vida. A comparação com “ervas daninhas” revela tanto o incômodo causado às grandes corporações de mídia quanto a vitalidade dessas experiências para os setores marginalizados pelo sistema. Trata-se de práticas que não se enquadram nos padrões hegemônicos, mas que geram uma comunicação plural e insurgente. Nesse sentido, “são os girassóis, as gardênias, a mata atlântica selvagem que desafiam a monotonia dos cereais hegemônicos” (C. PEREIRA, 2015, p. 2).

A escrita de Camille Pereira (2015), ao recorrer à metáfora agrícola, exemplifica esse afastamento do padrão acadêmico convencional mencionado anteriormente, mostrando como as subjetividades podem também se afirmar na forma da produção científica. Nesse sentido, o texto reforça que a Comunicação Comunitária não se limita a sobreviver. O desafio que se coloca não é apenas resistir, mas criar condições para “florescer com mais intensidade”, aproveitando os recursos e as solidariedades disponíveis, sem abrir mão da autonomia e sem se transformar em mais uma mídia dominante.

Em termos de análise, em parte dos trabalhos, também é possível perceber um olhar bastante exigente sobre as experiências de comunicação contra-hegemônica, como se elas precisassem atender a padrões profissionais muito próximos aos da mídia tradicional para serem consideradas bem-sucedidas. A correção gramatical, a forma de escrita ou o acabamento dos conteúdos aparecem, em alguns casos, como critérios centrais de avaliação. Ainda que esses aspectos possam resultar de processos educativos importantes, eles acabam funcionando como uma régua que pouco dialoga com as condições concretas em que essas iniciativas existem. Entendemos que quando o foco recai excessivamente no formato, perde-se de vista o sentido da prática, os aprendizados envolvidos e os limites reais impostos pela falta de recursos, de tempo e de apoio institucional. A seguir, destacamos um exemplo:

Percebemos que as matérias são bem escritas, sem erros gramaticais; o que pode ser fruto do processo educativo, presente na confecção do jornal, já que os jovens nos revelaram que participam de cursos sobre comunicação, escrita, entre outros (BATISTA, 2014, p.86).

Nas pesquisas sobre comunicação contra-hegemônica, o uso da primeira pessoa do

singular também surge justamente como contraponto à chamada pseudoneutralidade, que busca apagar a presença do sujeito que escreve. Como observa Leite (2024, s/p), “há nesta ideia uma pseudoneutralidade que busca ocultar o sujeito que escreve ou que propõe uma reflexão para o uso de um posicionamento impessoal”. Essa postura tenta sugerir que o leitor pense apenas a partir das questões apresentadas, “e não por certo tipo de indução”, criando a ilusão de distância entre autor e objeto. No entanto, como ressalta a autora, “sabemos que a neutralidade não existe” e deriva sempre da bagagem de quem escreve, que organiza conceitos e problematizações a partir de sua própria experiência. Mesmo o esforço de manter uma “fala neutra”, segundo Barthes (1987, p. 23), não consegue eliminar totalmente a presença do sujeito no texto.

Portanto, a política da escrita se entrelaça com a forma como a pesquisa é conduzida e os dados são produzidos. Ela reforça que os participantes não são apenas objetos de estudo, mas protagonistas na construção do conhecimento. Por isso, é fundamental que o texto acolha contradições, conflitos e questões ainda em aberto, sem a exigência de conclusões plenamente definitivas ou rigidamente alinhadas a modelos teóricos pré existentes. O valor de uma pesquisa também se manifesta nas portas que ela abre: algumas questões podem ser retomadas pelo próprio pesquisador, enquanto outras podem mobilizar investigações futuras por parte de quem se interessa pelos problemas apresentados.

3.5 Os desafios e as possibilidades enfrentadas pelos pesquisadores(as)

A constituição da hegemonia não se dá de forma imediata. Pelo contrário, trata-se de um processo histórico, sustentado por estruturas profundas e duradouras que se consolidam ao longo do tempo. Nesse contexto, a pesquisa em comunicação contra-hegemônica emerge como uma força de resistência que atravessa os pesquisadores de forma bastante intensa. Mara Fernanda de Santi (2019), participante desta tese, cita que trabalhar com comunicação contra-hegemônica implica posicionar-se a partir da perspectiva contra-hegemônica torna inevitável o envolvimento emocional diante das histórias e experiências estudadas. Durante o desenvolvimento do doutorado, a autora enfrentou o desafio de equilibrar proximidade e distanciamento crítico, buscando compreender o fenômeno em sua totalidade sem se deixar

absorver pelas tensões afetivas que ele suscita.

Sarah Santos (2025) conta que a fase final da pesquisa foi a mais difícil de todo o percurso. Ao longo desse período, enfrentou problemas financeiros e imprevistos concretos que afetaram diretamente a escrita, como o momento em que ficou sem computador. Mesmo assim, não quis parar. Procurou outras formas de seguir trabalhando e de manter o pensamento em movimento. Em determinado momento, passou a desenhar a tese à mão, ainda que não tivesse habilidade para isso, como uma maneira de não interromper o processo de escrita e continuar elaborando a pesquisa.

As citações a seguir evidenciam como o percurso de formação acadêmica, especialmente no âmbito do mestrado, extrapola os limites estritos da pesquisa e se entrelaça com a vida pessoal dos pesquisadores(as). A experiência da pós-graduação aparece atravessada por crises, reavaliações de si e transformações subjetivas, que impactam tanto a relação com o conhecimento quanto com o próprio percurso de vida. Esses relatos mostram que o fazer científico também é marcado por vulnerabilidades, além dos aprendizados e das reconstruções que acompanham a elaboração da pesquisa. A seguir:

Posso dizer, de forma clara e sincera, que o tempo em que passei com esta pesquisa foi um dos mais difíceis da minha vida. Não pelo objeto, não pelos percalços que surgiram a partir de minhas questões intelectuais e metodológicas nem pela dificuldade que há em enfrentar uma pesquisa que demanda tal fôlego. Mas, escrevo isso da forma mais clichê que pode aparentar, por problemas pessoais. Problemas tão pessoais, tão íntimos e tão, proporcionalmente, grandiosos que, por duas vezes, pensei em abandonar o programa (MAGALHÃES, 2015, p.7).

Aprendi com a pesquisa a ser mais paciente com as pessoas e comigo mesma. Foi-me ensinado que nunca saberemos sobre tudo, jamais supriremos todas as necessidades de um tema e que nosso amadurecimento global e as relações de afetos criadas são as vitórias que levamos para a nossa vida (CARDOSO, 2017, p.10).

O desafio da pesquisa me fez perceber que, antes, estava demasiado afastada de mim mesma, dentro de uma redoma de contexto conhecido, mas nada favorável e agradável. No caminho de reconstrução, da construção de um “ser” científico, uni-me e desuni às pessoas, também às situações e aos trabalhos. Busquei meu caminho, escutando o que repercutia para a produção da dissertação, reencontrei-me. (CARDOSO, 2017, p.10).

As experiências relatadas indicam que a produção do conhecimento está profundamente vinculada às trajetórias dos próprios pesquisadores(as) e, por isso, as

dificuldades financeiras, a precariedade dos vínculos de trabalho e a fragilidade do reconhecimento acadêmico atravessam diretamente a escrita, a continuidade das pesquisas e a permanência desses sujeitos no campo científico. Nesse sentido, a pesquisa não pode ser dissociada da biografia de quem a realiza, e os limites enfrentados ajudam a compreender por que tantas trajetórias se mostram fragmentadas ou interrompidas ao longo do tempo.

Encerrar este capítulo implica reconhecer que a comunicação contra-hegemônica se constrói, em grande medida, a partir do trabalho cotidiano, muitas vezes invisibilizado, e da persistência desses pesquisadores e pesquisadoras. São eles e elas que, ao tensionar discursos dominantes e propor outras formas de narrar e interpretar a realidade, atuam diretamente na desconstrução de lógicas hegemônicas no campo da comunicação. Olhar para além do produto final da pesquisa significa considerar os processos, as condições materiais e as experiências subjetivas que sustentam esse trabalho. Nesse sentido, entendemos que também é necessário deslocar o olhar do produto final da pesquisa para os processos e para as pessoas que as tornam possível, apontando que a consolidação do campo depende, necessariamente, de condições que permitam a esses pesquisadores não apenas produzir, mas permanecer.

CAPÍTULO 4 – ABORDAGENS METODOLÓGICAS EMERGENTES NAS PESQUISAS

Não existe uma receita universal. Assim como são plurais as experiências comunicacionais contra-hegemônicas, também são variados os métodos utilizados para pesquisá-las, especialmente na América Latina. Como já apontado, esses métodos emergem de contextos sociais situados no Sul Global, em territórios atravessados por graves desigualdades econômicas, culturais e sociais. Tais condições não apenas orientam as formas de pesquisar, mas também redefinem o lugar ocupado pelo pesquisador diante da realidade investigada. Por isso, o conhecimento produzido carrega as marcas do território e das circunstâncias em que se constrói, influenciando seus critérios de validade e credibilidade, sempre ligados ao contexto social e histórico de origem.

4.1 A comunicação contra-hegemônica como matriz epistemológica

Após concluir as duas graduações, Sarah Santos (2025) ingressou em uma especialização em Educação do Campo no Semiárido, vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). A formação ocorreu em São João do Piauí, município do interior do estado marcado pela presença da caatinga e do cerrado. Nesse contexto, ela teve contato com metodologias educativas que articulavam o chamado “tempo-escola” e o “tempo-comunidade”, que rompe com a lógica tradicional de ensino-aprendizagem ao integrar vida cotidiana, trabalho e luta social. Essas práticas pedagógicas, construídas a partir da realidade dos movimentos sociais, tinham como foco a formação para o exercício da cidadania e do direito à comunicação, além do compromisso com a transformação social. Esses elementos, vividos no processo formativo, passaram depois a atravessar sua trajetória de pesquisa e a maneira como compreende o próprio método.

Esse é apenas um dos muitos exemplos vividos por pesquisadores(as) da comunicação contra-hegemônica que, ao tomarem essas práticas como base de seus estudos, entendem a pesquisa como um conhecimento que nasce da experiência, do território, da oralidade, da memória, da vida coletiva e da prática política. A comunicação “menor” é feita no dia a dia,

por pessoas comuns, de maneira experimental e próxima. Ela não segue a lógica das grandes mídias, que só querem ensinar ou transmitir informação de forma uniforme. Em vez disso, ela se constrói aos poucos, com pequenos gestos, afetos e experiências pessoais. É uma forma de comunicação aberta, que cria novos jeitos de se relacionar e permite que ideias e vivências singulares tenham espaço, sem precisar se encaixar em regras ou em um padrão de “verdade oficial” (R. SILVA, 2016, p.96).

Ao se deparar com o ambiente formal dos Programas de Pós-Graduação, os pesquisadores(as) que estudam comunicação contra-hegemônica, frequentemente com trajetória de militância, precisam adequar seus trabalhos às exigências metodológicas de uma dissertação de mestrado ou de uma tese de doutorado. Como se sabe, enfrentam o desafio de nomear e classificar o método diante da complexidade do universo da comunicação contra-hegemônica. Às vezes, é necessário dar nome àquilo que ainda não possui uma definição formal, padronizando termos para registrar cientificamente procedimentos que ainda não são reconhecidos (e validados) no próprio fazer investigativo.

Nesse sentido, as abordagens metodológicas da pesquisa em comunicação contra-hegemônica se constituem a partir de uma dualidade própria. Por um lado, estão inseridas no campo acadêmico formal, que impõe exigências de padronização, rigor e adesão a protocolos científicos. Por outro, lidam com experiências sociais vivas, atravessadas por afetos, desigualdades e vínculos comunitários, o que exige um olhar mais atento e sensível do que aquele tradicionalmente oferecido pelos métodos científicos.

Nessas situações, a questão central não se limita à definição ou à aplicabilidade do método, mas ao reconhecimento externo da validade da pesquisa. Muitos pesquisadores sentem-se pressionados a adotar protocolos e padrões formais para se proteger das críticas que recaem sobre as próprias experiências que investigam, mesmo quando essas práticas recebem amplo reconhecimento pelas comunidades. Mas, o fato é que quando a pesquisa trata da comunicação contra-hegemônica, a adoção de métodos tradicionais e rígidos pode engessar a observação e a limitar a compreensão das práticas analisadas. Em vez de ampliar as possibilidades de democratização do sistema midiático, esse movimento reforça a hegemonia científica e desqualifica saberes e formas de conhecimento que poderiam enriquecer a

investigação. As citações a seguir ilustram um pouco de como isso se manifesta na prática da pesquisa:

No campo acadêmico, nem sempre eu encontrava pesquisadores que estivessem trabalhando com a comunicação popular, alternativa e comunitária. Esse sentimento era minimizado em congressos, simpósios e nos grupos de estudos do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC-USP), mas havia disciplinas nas quais parecia que somente eu estava pesquisando as periferias (TOVAR DA SILVA, *formulário online*, 2025).

As/Os colegas da pós-graduação, no mestrado e doutorado, foram fundamentais para a minha permanência no programa. Os orientadores também foram acolhedores e reconheceram a minha atuação como militante em movimentos sociais. Entretanto, houve situações de tensão com alguns professores, especificamente no tocante ao método (BROCHARDT, *formulário online*, 2025).

Nessa mesma perspectiva, Sarah Santos (2025) percebeu que o processo metodológico de sua pesquisa se construía de forma indissociável do cotidiano da comunidade, acompanhando práticas, interesses e os próprios saberes locais. Nesse percurso, a parceria com Maria Lúcia Oliveira, conhecida como Lúcia de Ançã, líder comunitária e mãe de santo, foi necessária. Maria Lúcia atuou como multiplicadora local, orientando e enriquecendo o desenvolvimento do projeto e contribuindo para a aplicação das ferramentas de pesquisa. Um exemplo das dinâmicas investigativas conduzidas por Maria Lúcia envolve entrevistas com moradores da comunidade, incluindo duas mulheres que ficaram em situação de rua após a implementação do Programa Lagoas do Norte, objeto da tese premiada de Sarah. Ao questioná-la sobre seu método de pesquisa, Maria Lúcia respondeu que entrevistaria seus vizinhos. Essa resposta, aparentemente simples, ajudou Sarah a compreender que o seu processo metodológico de investigação já havia começado antes mesmo de ela registrá-lo formalmente, englobando as dinâmicas de aproximação com o coletivo de comunicação estudado, além de rodas de conversa e entrevistas informais.

Após esse processo de compreensão do método, Sarah Santos (2025) recorreu à cartografia social, entendida, de forma resumida, como uma metodologia participativa na qual as próprias comunidades constroem mapas para representar seus territórios, saberes e identidades, ressaltando os aspectos socioambientais, culturais e simbólicos. Esse elemento possivelmente contribuiu para a visibilidade e o reconhecimento de seu trabalho. Conforme Paulston (1996), essa abordagem pode ser compreendida como a “arte e ciência de mapear

formas de ver”, possibilitando a representação da pluralidade de narrativas que coexistem em um determinado contexto social. A seguir, destacamos um registro de pesquisa de Sarah Santos (2025):

Figura 10 – Sarah Santos em trabalho de campo



Fonte: Cedida pela autora

Assim como Sarah Santos (2025), os pesquisadores afirmam recorrer a uma estratégia ancestral para favorecer a socialização e a condução da pesquisa: o uso de elementos culturais como música, dança, comida e bebida. Esses recursos funcionam como facilitadores nas práticas metodológicas de campo voltadas à comunicação contra-hegemônica no campo. Longe de serem aspectos acessórios, integram de forma orgânica o processo de produção do conhecimento, mediando interações em questionários, entrevistas, rodas de conversa e outras dinâmicas participativas. A escolha dos alimentos (muitas vezes composta por comidas típicas e bebidas locais) vai além do simples ato de partilha: atua como um dispositivo simbólico de

aproximação e construção de confiança entre pesquisadores(as) e participantes.

Essas práticas evidenciam a centralidade da convivialidade na construção de vínculos sociais e epistemológicos, aproximando o fazer científico de uma lógica situada. Como observa Hanskins (2015, p. 109), a presença do alimento e do encontro em torno da mesa tem, historicamente, um papel de mediação cultural, capaz de transformar o ambiente da pesquisa em um espaço de diálogo e de troca genuína. Trata-se de uma vivência que remete às primeiras universidades, nas quais “os estudantes até abandonavam o latim e usavam a língua materna”, em busca de um vínculo mais autêntico, horizontal e partilhado.

Além da dificuldade de registrar formalmente procedimentos que emergem da imersão direta nas comunidades e da relação inseparável entre a pesquisa em comunicação contra-hegemônica e a militância em prol da democratização do direito à comunicação, em muitos casos, o próprio pesquisador não se reconhece como legitimamente autorizado a conduzir a pesquisa naquele espaço com o qual convive de forma tão intensa e constante. Esse ponto diz respeito à familiaridade dos pesquisadores(as) com o contexto investigado e à consequente naturalização do ambiente, elementos que se configuram como desafios para a condução da pesquisa, sobretudo diante da expectativa de uma suposta neutralidade metodológica.

Soma-se a isso o fato de que a atuação no campo da pesquisa em comunicação contra-hegemônica frequentemente é atravessada por estigmas associados à militância, mobilizados, não raro, como estratégia de deslegitimação metodológica. Ao longo de sua trajetória, Bastos (2025) relata ter vivenciado questionamentos recorrentes à sua credibilidade enquanto pesquisadora, justamente em razão da proximidade com o objeto e do reconhecimento explícito de seu engajamento com os coletivos estudados. O relato a seguir expressa as tensões vividas por pesquisadores(as) que desenvolvem investigações contra-hegemônicas em contextos nem sempre abertos a esse tipo de abordagem:

Desafio de realizar um tema distante da realidade do Programa, e estar em uma Universidade elitista e ser contra hegemônica muitas vezes tive que me impor porque quiseram me tratar como ativista de esquerda e sem neutralidade que a pesquisa exige. Fiquei firme no método e metodologia de pesquisa, e em meus valores como pesquisadora. Aprendizado foi a realização. De uma pesquisa que reflete questiona o sistema deve ter alma e metodologia, pois por mais indigesto que seja o tema, inclusive para a Universidade, vale muito a pena escrever e imprimir a voz que ecoa durante séculos por justiça social (SGOTI, *formulário online*, 2025).

Práticas como a observação participante, por exemplo, muitas vezes não são reconhecidas pelos próprios pesquisadores como método suficiente, justamente porque sua atuação se confunde com a presença cotidiana na comunidade ou com o engajamento militante no território pesquisado. Nesse sentido, a implicação do pesquisador(a), longe de ser reconhecida como parte constitutiva do processo investigativo, tende a ser percebida como fragilidade metodológica. A seguir, apresentamos alguns trechos que ilustram essas questões:

Realizar tal pesquisa foi desafiador, pois eu sou cria da favela da Maré e, além disso, eu participo da militância interna há mais de 15 anos. Ou seja, estive e estou inserida, o que me fez pensar em estratégias de como conseguir ouvir mais vozes que complementassem e, ao mesmo tempo, se distanciaram da minha fala. Para isso, precisei entrevistar ainda mais pessoas do que eu havia pensado inicialmente, necessitei ouvir outras opiniões de moradores da Maré sobre o período histórico da comunicação comunitária, assim como o período de censura em 2014 e 2015. Outro desafio que tive de enfrentar ao longo deste trabalho foi o fato de eu já ter passado por parte destes meios comunitários, afinal, por mais de 15 anos fiz parte do jornal comunitário O Cidadão e também estive na produção de notícias nos primeiros meses do Maré Vive (MARTINS, 2018, p.39).

A entrada em campo se deu a partir da minha atuação como bolsista de graduação do Soltec (...). Se esse tempo de envolvimento me coloca em posição privilegiada para realização da análise proposta, esse lugar também se apresentou como um desafio (...) no caso desta pesquisa, eu também era parte do meu objeto, pois meus “nativos” não eram apenas os moradores, mas também as pesquisadoras e todo o emaranhado que se constituiu a partir dessa relação (R. MELO, 2017, p.15).

Eu já estava engajada na comunicação comunitária desde o último ano da minha graduação e prossegui com a pesquisa de campo na comunidade onde atuava anteriormente (SGOTI, *formulário online*, 2025)

De certa forma sim, minha formação jornalística passa diretamente pela comunicação contra-hegemônica, e minha pesquisa de mestrado é uma extensão do meu TCC. Hoje, com uma maior maturidade para olhar em direção a minha origem, em uma Zona de Sacrifício da Mineração, reconheço ainda mais as conexões da vida profissional e pessoal. Como a comunicação contra-hegemônica é o que tanto faltou e falta ao meu território de origem, especialmente no reconhecimento dos dados sobre a maior companhia siderúrgica da América Latina instalada no local (NASCIMENTO, *formulário online*, 2025).

Em resumo, o que se entende é que a comunicação contra-hegemônica pode ser compreendida como uma matriz epistemológica que ultrapassa a condição de simples objeto de pesquisa e passa a orientar o próprio modo de produzir conhecimento. Trata-se de um campo no qual as fronteiras entre quem pesquisa e o que é pesquisado tendem a ser menos

rígidas, exigindo um exercício contínuo de reflexividade e de escuta.. Essa proximidade com os territórios convoca outras formas de exercício metodológico e ético, mais sensíveis às experiências comunicacionais, aos sujeitos envolvidos e às dinâmicas locais.

Ao mesmo tempo, essa perspectiva também impõe desafios. A implicação direta do pesquisador com o campo pode dificultar a objetivação do olhar analítico. A necessidade de conciliar envolvimento e análise, torna o processo de pesquisa mais complexo e, por vezes, mais lento. Além disso, o lugar do pesquisador(a) nem sempre encontra pleno reconhecimento nos formatos acadêmicos tradicionais, o que pode gerar conflitos quanto à legitimidade das abordagens, das linguagens e das escolhas metodológicas adotadas. Ainda assim, são justamente esses desafios que evidenciam a potência da comunicação contra-hegemônica como matriz epistemológica, já que colocam em debate não apenas o que se pesquisa, mas também como, por que e a partir de onde se produz conhecimento no Brasil.

4.2 Os métodos da pesquisa em comunicação contra-hegemônica

Gramsci (1985) chama atenção para um equívoco recorrente: a ideia de que todas as classes sociais constroem sua consciência e sua cultura a partir dos mesmos caminhos e com os mesmos instrumentos utilizados pelos intelectuais profissionais. Ao contrário, compreender de que modo as classes que vivem do trabalho produzem sentidos, resistem e disputam visões de mundo implica reconhecer formas de elaboração que escapam aos modelos dominantes. Olhar para essas práticas e saberes é, portanto, um gesto contra-hegemônico, na medida em que questiona as hierarquias estabelecidas de produção do conhecimento.

Nessa mesma direção, Lage (2008) argumenta que a cultura científica carrega uma marca colonial, fundada na noção de que certos conhecimentos seriam universais e superiores, enquanto outros são sistematicamente deslegitimados. Como resultado, métodos que não se enquadram nos padrões consagrados da ciência tendem a ser vistos como insuficientes ou pouco rigorosos, mesmo quando oferecem leituras potentes e situadas da realidade. Assim, a ciência, historicamente atravessada por valores coloniais, masculinos e brancos, acaba por

reforçar sua posição de autoridade frente a outros modos de conhecer e interpretar o mundo.

Considerando conjuntamente os métodos e as técnicas de pesquisa mobilizados nos 60 estudos analisados, observa-se a predominância de estudos de caso (18), frequentemente articulados a entrevistas em profundidade (22) e análise documental (20), seguidos por abordagens etnográficas (12), associadas sobretudo à observação participante (15). As análises de conteúdo aparecem em 10 pesquisas, muitas vezes combinadas com análise textual ou discursiva (6), enquanto os métodos cartográficos estão presentes em 8 estudos, recorrendo a procedimentos como netnografia e mapeamento de práticas comunicacionais. Em menor número surgem as pesquisas comparadas (4) e a sistematização de experiências (2), não havendo incidência de técnicas quantitativas e estatísticas no corpus.

Como lembra Streck e Adams (2012, p. 254), a reconstrução epistemológica em contextos de colonialidade exige uma abordagem metodológica comprometida com a transformação social e com a superação do paradigma eurocêntrico. Nesse sentido, o método se afirma também como contra-hegemônico, articulando-se como instrumento de resistência e construção de novos saberes. É nesse horizonte que emergem novos métodos, resultantes do encontro com realidades concretas e com as experiências coletivas. Como exemplo da inserção do pesquisador no campo empírico, Ferreira (2017) explicita os limites e as especificidades de sua relação com a Feira de Paripiranga, na Bahia. A seguir:

A relação do pesquisador com a Feira de Paripiranga-BA era apenas como consumidor. Nas idas ao comércio local, mesmo sem caráter de investigação, por intuição, foi observado o modo de interação entre os feirantes e seus fregueses. A maioria das compras para consumo diário era realizada nos finais de semana na Feira do Augusto Franco em Aracaju-SE e eram trazidas essas compras para Paripiranga-BA, região em que o pesquisador trabalha durante toda a semana. Essa situação não tornava o pesquisador um “freguês” na feira local devido à relação de compra esporádica (FERREIRA, 2017, p.82).

Com isso, os métodos considerados insurgentes ganham importância, pois se adaptam às realidades locais e desafiam os padrões impostos pela tradição científica. Cada contexto impõe desafios que exigem soluções próprias, muitas vezes reinventadas pelo pesquisador(a) no percurso da investigação. Esses métodos nascem do contato direto com as realidades comunicacionais, frequentemente sem planejamento formal e sem a pretensão de se encaixar em normas rígidas, afirmando assim uma ciência mais plural e comprometida com a

diversidade latino-americana. Como os métodos não se limitam a procedimentos, tornam-se instrumentos de diálogo e de construção coletiva.

4.2.1 As análises de conteúdos

A análise de conteúdo aparece no *corpus* como um procedimento recorrente. Em geral, ela é mobilizada como estratégia de aprofundamento interpretativo, articulada a outras técnicas qualitativas, como os estudos de caso. A análise incide, sobretudo, sobre textos jornalísticos, postagens em redes sociais, conteúdos de cibermeios, materiais audiovisuais e narrativas híbridas produzidas por iniciativas comunitárias, alternativas e contra-hegemônicas. Nesse conjunto, o interesse analítico concentra-se menos na mensuração de ocorrências e mais na identificação de temas recorrentes, enquadramentos discursivos e modos de representação de sujeitos, territórios e experiências sociais. Identificamos cerca de 12 pesquisas que explicitam o uso dessa abordagem, com produções distribuídas ao longo de todo o recorte temporal analisado. A seguir, apresentamos uma síntese do uso desse método no corpus analisado:

Quadro 7- Síntese do uso de análise de conteúdo no *corpus*:

Autor(a)		Material analisado	Uso da análise de conteúdo
1	Tavares, Joana Brandão	Publicações do blog AJINDO, Índios Online, Correio do Estado e Correio 24 horas	Análise de conteúdo das publicações para identificar temas, funções informativas e modos de circulação das informações, articulada a entrevistas e questionários
2	Lobato, Mayara Luma Assmar Correia Maia	Narrativas textuais publicadas nas páginas <i>SP Invisível</i> e <i>Nós, mulheres da periferia</i> no Facebook	Análise de conteúdo narrativo de textos e perfis, com foco em memória, subjetividade e formas de representação social
3	Pereira, Fabiana da Costa	Programas exibidos pela TV Comunitária Santa Maria	Análise de conteúdo de material audiovisual para identificar estratégias comunicacionais e a presença de elementos comunitários na programação
4	Pereira, Luciano Alves	Plano de Comunicação Pré-Trabalho Técnico Social do Programa de Regularização	Análise de conteúdo associada à análise documental e entrevistas para compreender práticas de

		Fundiária Plena	participação comunitária
5	Costa, Michelly Xavier da	Questionários	Análise de conteúdo comparativa
6	Medeiros e Silva, Amanda Cinthia	Produções jornalísticas publicadas pela Agência Adital em ambiente digital	Análise de conteúdo das narrativas jornalísticas alternativas, com atenção a temas, enquadramentos e posicionamentos editoriais
7	Moreira, Hércules	Entrevistas acerca da programação da Nova TV Comunitária (canal 9 da NET)	Análise de conteúdo articulada a grupos de discussão para compreender a relação entre programação e audiência
8	Batista, Elaine Barreto	Jornal <i>A Voz do Lapenna</i> (edições selecionadas)	Análise de conteúdo aplicada à leitura sistemática de edições do jornal, com seleção de quatro números, visando compreender o protagonismo social e a explicitação de reivindicações
9	Rodrigues, Carlos Alberto Kerr	Entrevistas com voluntários Canal NET Cidade	A análise de conteúdo foi o instrumento utilizado para a interpretação das entrevistas, realizadas sob a perspectiva aberta.
10	Alves, Carlos Roberto Cerqueira	Edição noturna do RJTV	Análise de conteúdo articulada ao levantamento bibliográfico e aos estudos de caso
11	Cardoso, Paula de Souza	Conteúdos audiovisuais	Buscou analisar a simbologia da população em situação de rua para a elaboração de produto audiovisual sob a ótica da Comunicação Comunitária voltado à promoção da saúde mental.
12	Giovancarli, Luiza	Publicações de veículos de comunicação comunitários e jornais de bairro na cidade de São Paulo	Duas análises de conteúdo dos veículos comunitários e jornais de bairro, sendo a primeira realizada em março de 2016 e a segunda em março de 2017, para identificar como estes se inserem em discussões políticas relevantes de âmbito nacional: o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) e a reforma da previdência, a fim de compreender qual a linha editorial dos veículos e se há uma inserção em discussões para além do território local.

Fonte: Elaboração própria

A observação dos anos de defesa das pesquisas que recorrem à análise de conteúdo mostra que essa abordagem metodológica está presente de forma contínua ao longo do recorte temporal analisado. Conforme os dados, identificam-se trabalhos que utilizam esse método desde 2013, com ocorrências distribuídas ao longo da década seguinte, chegando a pesquisas defendidas em 2022. Essa distribuição temporal mostra a permanência e a recorrência da análise de conteúdo como procedimento analítico no campo investigado, sem que seu uso se restrinja a um período específico.

A partir do cruzamento entre as pesquisas que utilizam análise de conteúdo e as palavras-chave declaradas nos trabalhos, observa-se que essa abordagem metodológica está fortemente associada ao campo da comunicação comunitária. Entre as quinze pesquisas identificadas, treze mobilizam explicitamente essa categoria, indicando uma clara predominância desse enquadramento. A comunicação alternativa aparece em três trabalhos, geralmente articulada a outras perspectivas, enquanto a comunicação popular figura de forma pontual, presente em apenas uma pesquisa. Esses dados reforçam que a análise de conteúdo tem sido empregada, majoritariamente, em estudos voltados às experiências comunicacionais de base comunitária, bem mais do que em investigações que estudam prioritariamente comunicação popular ou alternativa.

Quando se observam as ocorrências de análise de conteúdo no corpus em diálogo com a localização geográfica das pesquisas, verifica-se que essa abordagem está mais presente em trabalhos desenvolvidos na região Sudeste, com recorrência de estudos situados em cidades como São Bernardo do Campo, São Paulo, Niterói e Rio de Janeiro. Ainda que o *corpus* inclua pesquisas realizadas em outras regiões do país, como Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, os registros apontam para uma maior incidência da análise de conteúdo em pesquisas vinculadas a instituições e contextos localizados no Sudeste.

Ao cruzar o uso da análise de conteúdo com o tipo de trabalho, observa-se que essa metodologia aparece predominantemente em dissertações de mestrado. No conjunto analisado, todas as ocorrências associadas à análise de conteúdo estão vinculadas a dissertações, somando sete trabalhos, enquanto não foram identificadas teses de doutorado que utilizem explicitamente esse método no *corpus*. Esse dado sugere que a análise de

conteúdo tem sido mais recorrente como estratégia metodológica em pesquisas de mestrado, possivelmente por sua adequação a recortes empíricos mais delimitados e a objetos que demandam leitura sistemática de materiais midiáticos, entrevistas ou documentos, características comuns nesse nível de formação acadêmica.

A análise do conteúdo foi empregada a fim de aferir, com mais rigor, a problematização do objeto de pesquisa, no que diz respeito a compreender de que forma o jornal favorece o protagonismo social e, em que medida, as reivindicações são explicitadas no jornal. Essa estratégia foi realizada a partir da leitura de várias edições do jornal A Voz do Lapenna e, em seguida, pela seleção de quatro delas (BATISTA, 2014, p.75).

Por fim, percebe-se que a recorrência da análise de conteúdo no *corpus* pode ser lida como um indício dos limites que atravessam as pesquisas analisadas. Os trabalhos demonstram a necessidade de métodos capazes de tornar manejável um volume significativo de materiais discursivos, como materiais impressos e audiovisuais. Nesse sentido, a análise de conteúdo funciona como uma espécie de solução metodológica que traz possibilidade analítica e flexibilidade interpretativa.

4.2.2 O predomínio da observação participante na pesquisa de campo

Um aspecto que não deixa dúvidas sobre a pesquisa em comunicação contra-hegemônica é que ela não se limita à observação, mas se constrói por meio da interação com o contexto estudado. Enquanto nas ciências médicas se fala em pesquisa de bancada para se referir ao longo período de trabalho do pesquisador(a) em laboratório, na comunicação contra-hegemônica ocorre justamente o oposto. Pesquisadores(as) frequentemente se deslocam para os territórios, envolvendo-se diretamente com comunidades, movimentos sociais e experiências de base, integrando a observação participante à produção de conhecimento científico.

Conforme o *corpus* analisado, há pelo menos seis registros de pesquisas que utilizaram a observação participante como ferramenta metodológica de pesquisa, situando-o como uma das mais utilizadas no que diz respeito à pesquisa em comunicação contra-hegemônica. Todos

eles carregam uma espécie de inspiração etnográfica, que talvez seja uma das marcas mais visíveis das pesquisas em comunicação contra-hegemônica da década analisada. Como pesquisadores(as) da comunicação contra-hegemônica, a aproximação ao campo é dada a partir da posição de visitantes de um território que não os pertence, reconhecendo desde o início a condição de exterioridade do pesquisador em relação ao espaço vivido pela comunidade. É nesse sentido que Guattari e Rolnik (1986) sintetizam a proposta de uma pesquisa que se constrói na presença, na convivência e na abertura às experiências vividas em campo, ao afirmar que “em resumo, fomos a campo para estar junto e participar daquilo que acontece naquela comunidade; para conhecer com a cognição ampliada, isto é, aberta ao plano dos afetos”. A seguir, sintetizamos essas informações:

Quadro 8 - Pesquisas por meio da observação participante no *corpus*

Autor(a)	Observações
TOVAR DA SILVA, Marcella Rodrigues	A pesquisadora partiu de Niterói (RJ) com destino ao Pará, em 2019, no contexto inicial da pandemia de Covid-19. O deslocamento aéreo teve duração aproximada de quatro horas. A permanência em campo foi de quinze dias, período no qual atuou diretamente em uma comunidade ribeirinha, participando de projetos desenvolvidos pelo Projeto Saúde e Alegria, pela Rede Mocoronga e pelo Coletivo Jovem Tapajônico.
DE SOUZA, Priscila Rabassa	A pesquisadora permaneceu, ao longo de duas semanas, na comunidade de Suruacá, no Pará, após articulação com o Projeto Saúde e Alegria. Nesse período, a pesquisadora acompanhou o cotidiano local e realizou conversas com os moradores, observando as mobilizações sociais e as mudanças associadas à implantação do Telecentro de Comunicação Popular, especialmente no que se refere ao acesso aos meios de comunicação e à organização comunitária.
MARCELO, Adriana Rabelo Rodrigues	Observação participante na Comunidade Remanescente de Quilombo da Caçandoca, localizada na cidade de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo, rica pelas belezas naturais, com praias e vegetação típica da Mata Atlântica.
SGOTI, Silmara de Matos	Utilizou-se da observação participante como um pressuposto da investigação etnográfica para estudar o sistema de gestão da comunicação comunitária dos quilombolas Carrapatos da Tabatinga, e os mecanismos de participação popular nos veículos de comunicação local da cidade de Bom Despacho (MG)
SILVA, Suelen de Aguiar	A observação participante ocorreu na unidade Casa Brasil Imariê, em Duque de Caxias (RJ), com duração aproximada de três meses, a partir de setembro de 2012. As visitas foram realizadas, em média, duas vezes por semana, com participação aberta e de conhecimento do grupo observado. A pesquisadora teve livre acesso ao espaço, sem interferir nas atividades

	desenvolvidas. Complementarmente, foi realizada uma imersão contínua de três dias consecutivos na unidade.
FERREIRA, Thales Brandão	Tratou-se de um estudo etnográfico que durou 15 meses sobre as práticas mercadológicas e comunicacionais de 8 (oito) feirantes com olhar da antropologia (sociabilidade, fotografias e anotações em diários de campo) e uma análise do comportamento de consumo de 65 (sessenta e cinco) fregueses. Os resultados obtidos por meio de observação participante, diálogo com os feirantes e registros de imagens revelaram que a comunicação verbal através da oralidade se torna mais evidente no processo de negociação, modificando a maneira de se comunicar, se organizar e vender, pelo fato de os produtos comercializados no segmento de FLV (frutas, legumes e verduras) não serem frescos devido ao deslocamento dos feirantes para outras feiras.

Fonte: Elaboração própria

Os diários de campo oferecem pistas importantes sobre como a pesquisa se realiza, concretamente, no cotidiano do trabalho de campo. Para além do caso de Eunice Muruet Luna (2014), discutido no Capítulo 3, diversos pesquisadores(as) presentes nesta tese recorreram a esse tipo de registro ao longo de suas investigações. Esse uso recorrente ajuda a compreender por que o diário de campo ocupa um lugar tão relevante nas pesquisas em comunicação contra-hegemônica. Trata-se de um instrumento que permite refletir sobre o próprio fazer da pesquisa enquanto ele acontece, acompanhando processos, impasses e deslocamentos. É nesse tipo de escrita que emergem elementos que dificilmente aparecem em entrevistas formais ou em documentos institucionais, como conversas informais, silêncios significativos, aspectos do cotidiano, conflitos, recusas e improvisações.

Em um contexto marcado pela crescente centralidade de ferramentas digitais, a opção por esse registro mais artesanal chama atenção e parece dialogar com modos de pesquisar que seguem fortemente enraizados no campo da comunicação contra-hegemônica, nos quais a atenção aos processos cotidianos são compreendidas como dimensões constitutivas da produção de conhecimento. Esses elementos ajudam a compreender a perspectiva de campo adotada pelos pesquisadores(as) e sinalizam como o próprio suporte do diário de campo já carrega sentidos que atravessam e informam a experiência de pesquisa.

Na sequência, destacamos o diário de campo de Renata Melo (2016), um caderno recebido de seu companheiro, no qual a pesquisadora registrou manualmente sua experiência de ida a campo. Produzido por uma gráfica argentina, o caderno traz referências ao

Bachillerato Popular Chilavert, iniciativa de educação popular voltada a jovens e adultos, com ênfase no cooperativismo e na articulação entre escola, trabalho e território. Ao longo das páginas, aparecem frases como “Se houver luta, estaremos lá” e “Nunca se esqueça, sempre resista”, que situam o registro em um horizonte político explícito. Soma-se a isso a presença da imagem da *América Invertida*, de Joaquín Torres García, cuja inversão simbólica, ao posicionar o Sul no topo do mapa, funciona como um gesto político e epistemológico de questionamento das hierarquias geográficas e culturais naturalizadas. A seguir:

Figura 11 – Diário de campo de Renata Melo (2016)



Fonte: Cedida pela autora

De modo semelhante, a pesquisa de campo realizada por Tovar da Silva (2020) evidenciou práticas singulares em Arapiranga, no Pará, como o fato de o aviso sobre uma reunião referente à implementação de painéis de energia solar estar escrito diretamente no chão de areia da comunidade, estratégia pensada para garantir visibilidade e acesso coletivo à informação. Esses exemplos demonstram como a observação participante permite captar microgestos que escapam aos registros formais, reafirmando a centralidade do campo como espaço de produção de conhecimento sensível, contextualizado e vinculado às realidades locais.

A definição pela observação participante é dada por muitas razões. Destaca-se a estratégia de utilizar a observação participante para contemplar pessoas menores de 14 anos, utilizado por Priscila Rabassa de Souza (2013) ao pesquisar as iniciativas Japiins³⁹, que incluem pelo menos rádio e jornal comunitário. Ela optou pela observação participante como instrumento de coleta de dados junto a pessoas menores de 14 anos, por compreender que o formulário de entrevista exigia um nível de maturidade e capacidade de interpretação ainda não desenvolvido pelas crianças. A seguir:

Figura 12 - Observação das crianças por Priscila Rabassa Souza (2013)



Fonte: Cedida pela autora

Os relatos dos participantes desta tese mostram que a observação participante ultrapassa o estatuto de uma técnica de coleta de dados, configurando-se como um processo de imersão no cotidiano dos sujeitos pesquisados. Essa perspectiva reforça a pertinência da observação participante para investigações no campo da comunicação comunitária, popular e

³⁹ O nome da rádio e do jornal comunitário refere-se ao Japiim, nome de um pássaro de plumagem preta e amarela ou preta e vermelha, muito comum na Amazônia. Os japiins conseguem imitar mais de 20 espécies de animais, principalmente outras aves como tucanos, periquitos, gaviões, corujas-caburé e até mamíferos como os macacos-de-cheiro.

alternativa, sobretudo quando se busca compreender processos comunicacionais a partir das dinâmicas internas dos territórios e de seus sujeitos. A seguir, apresentamos alguns relatos que reafirmam isso:

Em campo, vivi emoções profundas ao conhecer de perto a realidade das comunidades ribeirinhas, aprendendo com seus modos de vida e comunicação. O maior aprendizado foi entender que a comunicação comunitária é, antes de tudo, uma prática de escuta, respeito e troca - um exercício de olhar a Amazônia a partir de dentro (P. SOUZA, *formulário online*, 2025).

Cabe dizer que nesse primeiro semestre de mestrado, fui ao Cuca aproximadamente 35 vezes. Nessas idas, pouco avancei sobre minha posição enquanto pesquisador em campo, mas consegui, de algum modo, me aproximar mais da rádio Cuca e dos projetos que estavam sendo desenvolvidos pela Equipe de Comunicação Popular e Cidadania do Cuca (J. SANTOS, *formulário online*, 2025).

As situações de observação participante na feira livre de Paripiranga-BA possibilitaram obter informações através de entrevistas com os feirantes que serviram para realização de uma análise sobre o mercado informal. Além disso, foi possível conhecer aspectos importantes, tais como: a movimentação do espaço do comércio ao ar livre, os seus atores sociais (feirantes e fregueses) e as relações de comunicação e mercadológica estabelecidas entre eles, como também os sentimentos e interpretações que permeiam essas relações (FERREIRA, 2017, p.82).

Uma experiência marcante relatada por Priscila Rabassa Souza (2025) diz respeito à vivência direta com a comunidade ribeirinha de Suruacá, no Pará, na qual o trabalho de campo extrapolou os procedimentos metodológicos previstos e se configurou como um processo contínuo de aprendizagem. Para além dos desafios logísticos e das constantes adaptações exigidas pelo contexto amazônico, o convívio cotidiano com os moradores possibilitou a compreensão de outras formas de comunicação, de solidariedade e de construção coletiva do conhecimento. Em diversas situações, registros de entrevistas e observações precisaram ser reorganizados para respeitar os ritmos, as práticas e as dinâmicas culturais locais. Nesse sentido, a autora ressalta que pesquisar na Amazônia implica uma experiência de imersão no território e na cultura, mas principalmente, nas relações humanas, na qual o rigor acadêmico só é possível se necessariamente se aliar ao respeito à diversidade sociocultural. A seguir:

Pesquisar em contextos amazônicos vai muito além da metodologia: é uma experiência de imersão na cultura, no território e nas relações humanas. Esses aprendizados fortaleceram minha sensibilidade como pesquisadora e profissional de comunicação, mostrando que o rigor acadêmico precisa caminhar lado a lado com

empatia, escuta ativa e respeito à diversidade sociocultural (P. SOUZA, *formulário online*, 2025).

A pesquisadora cita a oportunidade de conduzir sua pesquisa em Suruacá como um privilégio que ela teve no ano de 2013. A comunidade é situada em um rio paraense da Amazônia e sua economia é baseada basicamente na agricultura familiar, pesca e extrativismo de produtos da floresta, como frutas nativas e castanhas. Está localizada a uma distância longa, cerca de quatro horas, do centro urbano de Santarém, com acesso realizado por via fluvial, por meio da embarcação que habitualmente estabelece a ligação entre a comunidade e a cidade. A foto a seguir trata-se de um registro dela no Telecentro de Inclusão Digital de Suruacá, local no qual ela desenvolveu parte de sua pesquisa:

Figura 13 – Priscila Rabassa Souza (2013) no Telecentro de Inclusão Digital de Suruacá (PA)



Fonte: Cedida pela autora

Ao observar em conjunto as pesquisas de campo realizadas entre 2013 e 2022, percebe-se que a observação participante foi mobilizada de maneiras diversas, com tempos, intensidades e implicações distintas, mas sempre marcada pela centralidade do território e das

relações construídas em campo. As experiências analisadas mostram deslocamentos longos, por vias diversas (como aéreas, terrestres, fluviais) e permanências prolongadas, seja em comunidades ribeirinhas da Amazônia, em quilombos, feiras livres ou periferias urbanas. Nesses contextos, o trabalho de campo exigiu do pesquisador(a) a revisão dos próprios procedimentos de pesquisa. O que se observa, ao final da década, é que a produção de conhecimento em comunicação contra-hegemônica se dá a partir da presença e do envolvimento, e não do distanciamento científico.

4.2.3 As entrevistas como ferramenta metodológica recorrente

A ferramenta metodológica mais recorrente nos trabalhos analisados, sem dúvidas, foi a entrevista, presente em quase a metade dos trabalhos analisados (22 registros), nas modalidades aberta, semi aberta e semiestruturada. Dentre as três categorias de comunicação contra-hegemônica, mais uma vez as entrevistas foram majoritariamente mais utilizadas nas pesquisas sobre comunicação comunitária (20 registros), seguida da comunicação alternativa (3 registros) e comunicação alternativa (1 registro). Os anos de 2013 e 2017 foram os anos em que mais se utilizaram de entrevistas em pesquisas sobre comunicação contra-hegemônica (7 e 6 registros respectivamente). A seguir, sintetizamos essas informações:

Quadro 9 - Síntese de trabalhos que utilizam entrevistas como técnica de coleta de dados

Tipo de entrevista		Autor(a)
1	Entrevistas em profundidade	ANDREATA, Anderson Antônio
2		MARCELO, Adriana Rabelo Rodrigues
3		PEREIRA, Fabiana da Costa
4		HAUBRICH, Alexandre
5		PEREIRA, Luciano Alves

6	Entrevistas semiestruturadas	MARTINS, Gizele de Oliveira
7		DA CUNHA, Luciana Gouvea
8		DA COSTA, Michelly Xavier
9		LOBATO, Mayara Luma Assmar Correia Maia
10	Entrevistas semiabertas	TONDO, Stephanie Branco
11		BATISTA, Elaine Barreto
12		TOVAR DA SILVA, Marcella Rodrigues
13		DE SOUZA, Priscila Rabassa
14		EVANGELISTA, Fábio Gama Soares
15		DE OLIVEIRA, Adriadne Freitas Bianchi
16		LIBERATO, Rita Simone Barbosa
17		RODEMBUSCH, Rodrigo Severo
18	Entrevistas abertas	RODRIGUES, Carlos Alberto Kerr
19		TAVARES, Joana Brandão
20		RODRIGUES, Verônica Maia
21		ZANDONADE, Vanessa
22		SANTOS, José Agostiniano Xavier dos

Fonte: Elaboração própria

Um aspecto que chama atenção na análise do *corpus* é que a maior parte das entrevistas realizadas pelos pesquisadores ocorreu de forma presencial, diretamente nos territórios investigados. Mesmo durante o período da pandemia de Covid-19, não se observa um crescimento expressivo do uso de entrevistas remotas. A principal exceção foi o trabalho de Fábio Evangelista (2021), que precisou adaptar sua estratégia metodológica e conduziu entrevistas à distância em função das restrições sanitárias. Portanto, nesse campo, a entrevista dificilmente assume a forma de um procedimento distanciado. Em muitos casos, o pesquisador precisa se deslocar até a casa dos interlocutores, compartilhar momentos do cotidiano e acompanhar rotinas locais para que a conversa possa, de fato, acontecer. As falas emergem de maneira gradual e nem sempre seguem uma lógica linear. Silêncios, pausas e hesitações fazem parte do processo e também produzem sentido. É nesse tempo estendido da

convivência e da escuta atenta que o conhecimento sobre práticas de comunicação contra-hegemônica vai sendo construído. A seguir, apresentamos um exemplo que ilustra esse tipo de situação:

Figura 14 – Priscila Rabassa Souza (2013) em entrevista com moradores da comunidade



Fonte: Cedida pela autora

As entrevistas reafirmam o debate sobre o direito à comunicação, discutido no Capítulo 1, na medida em que possibilitam a circulação de vozes que historicamente tiveram pouco acesso aos espaços legítimos de fala, como os espaços midiáticos. Ao serem realizadas como prática dialógica, elas criam condições para que diferentes sujeitos expressem suas experiências, saberes e formas de organização a partir de seus próprios referenciais. Nesse sentido, a pesquisa se aproxima de uma concepção de comunicação entendida não apenas como meio, mas como direito, pois reconhece a escuta, a fala e a participação como dimensões constitutivas da produção de conhecimento e da afirmação de sujeitos coletivos. É

a partir dessa perspectiva que se insere a citação a seguir, que detalha o conjunto de atores entrevistados no processo de pesquisa:

Logo, entrevistei: o cacique da aldeia; o pajé; a cacica da aldeia Apukaré, matriarca dos Pankararu; membros das cinco famílias que formam o núcleo central da aldeia; dois professores indígenas da escola; duas jovens da aldeia que atuam no campo da agroecologia e permacultura. Cinco atrizes sociais da rede de sociabilidades da aldeia: a pesquisadora Geralda Soares, que acompanha há três décadas os grupos familiares que formaram a Cinta Vermelha Jundiba; e quatro representantes das instituições parceiras na região, que têm participado ativamente dos projetos sociais da aldeia (Instituto Fênix – Maria Helena Cardoso; Cáritas – Dona Terezinha e Neide Aranã; e a coordenadora da Secretaria de Desenvolvimento Regional – Maria do Carmo Ferreira – Cacaí do PT) (LIBERATO, 2018, p.43).

As entrevistas realizadas no campo da comunicação contra-hegemônica revelam como o direito à comunicação se vivencia de forma concreta nos territórios e na vida das pessoas. Diferentemente dos veículos hegemônicos, o pesquisador acompanha histórias que se desenrolam no ritmo e nas condições de quem fala, seja na casa dos participantes, em encontros comunitários ou em ambientes digitais. Esses relatos trazem experiências acumuladas e formas de resistência que dificilmente seriam captadas por abordagens tradicionais. Mesmo diante dos desafios da década, como a pandemia de Covid-19 e a intensificação das atividades remotas, o campo mostrou-se essencialmente presencial, o que caracteriza a produção desse período. Nesse contexto, os principais obstáculos não se relacionam à viabilidade das entrevistas, mas às definições sobre quem entrevistar e ao alcance dos interlocutores.

Além disso, é preciso refletir criticamente sobre o uso da entrevista, que muitas vezes atua como uma espécie de “carta na manga” dos pesquisadores. Ela aparece com frequência nos trabalhos, mas o material produzido inclui interpretações e subjetividade. As falas dos participantes passam pelo filtro das escolhas do pesquisador(a), da forma como as perguntas são formuladas e do contexto em que a entrevista ocorre. Assim, falar não significa necessariamente ser plenamente ouvido ou compreendido, e as interpretações finais sempre carregam as marcas de quem conduz a pesquisa.

4.2.4 A memória coletiva, as crianças e os idosos

A prospecção de lideranças comunitárias é um procedimento recorrente nas pesquisas em comunicação contra-hegemônica, sobretudo em contextos nos quais os(as) pesquisadores(as) não possuem contato prévio com as comunidades investigadas. Nesses casos, o diálogo com essas lideranças assume bastante importância, pois viabiliza o acesso às experiências comunicacionais locais e aos modos como as comunidades constroem e compartilham seus sentidos, como ocorre, por exemplo, nas pesquisas sobre rádios comunitárias. Conforme Halbwachs (1990), é por meio da memória coletiva e da oralidade que se conhece a identidade cultural das comunidades ao longo do espaço e do tempo. A identidade cultural, nessa perspectiva, está diretamente relacionada à memória social, sendo o espaço midiático um importante mediador de experiências compartilhadas.

O desafio dessa tarefa surge à medida que se percebe, como discutido no capítulo anterior, que a participação desses atores nas pesquisas ocorre de forma voluntária, uma vez que, em geral, os estudos não dispõem de financiamento para custear esse tipo de colaboração. Entendemos como natural esse processo, devido as outras tarefas que a pessoa têm, além das demandas com o trabalho que exerce, como cita Hércules Moreira (2015):

A definição de qual comunidade pesquisar foi a etapa mais difícil, pois levou alguns meses. Isso ocorreu devido a falta de tempo das pessoas, mas principalmente da falta de tempo dos líderes comunitários pesquisados inicialmente, afinal desde o início sabíamos que o papel dele seria fundamental para ajudar nesse processo (MOREIRA, 2015, p.41).

Identificamos um protagonismo significativo de crianças, adolescentes e idosos nesse processo de construção. Acredita-se que, em função das dinâmicas próprias das experiências e das comunidades às quais estão vinculados, esses grupos tendem a apresentar maior disponibilidade para compartilhar informações, orientar percursos e colaborar com os(as) pesquisadores(as). Nesse sentido, a década analisada evidencia de forma recorrente essa característica nas pesquisas e mostra a importância desses sujeitos nos processos investigativos em comunicação contra-hegemônica. A seguir, registro fotográfico de pesquisa da Tovar da Silva (2020):

Figura 15 – Participação das crianças na pesquisa de Tovar da Silva (2020):



Fonte: Cedida pela autora

É relevante destacar que muitas crianças inicialmente envolvidas nos processos de pesquisa passam, em momentos posteriores, a atuar como participantes diretos das experiências desenvolvidas, ampliando gradualmente seus papéis e responsabilidades. Essas iniciativas parecem exercer um efeito de atração contínua, ao mesmo tempo em que favorecem formas de protagonismo, fortalecem vínculos e estimulam o engajamento ao longo do tempo, desde a infância até a vida adulta. Nesse percurso, observa-se a formação de sucessivas gerações de lideranças comunitárias, construídas a partir da participação prolongada, da convivência coletiva e do vínculo estabelecido com os projetos e práticas desenvolvidas. A seguir, é possível observar um registro fotográfico de Luna (2014) em uma atividade circense na comunidade da Maré, no Rio de Janeiro, local no qual desenvolveu sua pesquisa. Na foto, é possível observar a quantidade de crianças envolvidas:

Figura 16 – Apresentação circense de Luna (2014) para crianças na comunidade da Maré



Fonte: Cedida pela autora

O relato de Tovar da Silva (2020) também permite perceber como, em pesquisas desse tipo, o trabalho de campo pode se organizar a partir de mediações pouco convencionais, como é o caso das crianças. A presença de uma delas como guia do percurso pelo território desloca a lógica mais formal da pesquisa e cria outras formas de aproximação. Trata-se de alguém que conhece o lugar, circula com naturalidade e contribui para a construção de confiança. Esse tipo de experiência mostra que, na comunicação contra-hegemônica, o conhecimento se produz na relação e nas situações cotidianas que estruturam o próprio campo. Como relata a autora: “Eu convidei uma criança para me acompanhar mostrando as casas e os moradores. Beatriz tinha oito anos e era filha do agente comunitário de Arapiranga (...) Ela era um doce, atenta e foi uma ótima cicerone” (TOVAR DA SILVA, 2020, p. 69). A seguir

Figura 17 – Marcella Tovar da Silva (2020) e Bia em pesquisa de campo



Fonte: Cedida pela autora

Além das crianças, a população das comunidades é majoritariamente composta por idosos, o que molda o perfil social local e define os grupos mais estáveis no espaço comunitário. A ausência de jovens e adultos em número significativo, muitas vezes motivada pela migração em busca de educação e trabalho, reforça a presença dos idosos como atores relevantes na manutenção das práticas sociais, culturais e institucionais dos territórios. Eles se tornam responsáveis por manter instituições e serviços de atendimento social, que funcionam

como espaços de organização coletiva e articulação entre diferentes segmentos da comunidade. A seguir, destacamos algumas citações que expõem esse protagonismo:

Como a comunidade é majoritariamente formada por idosos e crianças de até seis anos, a única escola local é voltada para a educação infantil. Os demais estudantes precisam ir até uma comunidade vizinha, onde há escola pública não-indígena de ensino básico e fundamental. Quase todos os jovens moram em Santarém para poder trabalhar e ajudar a família (TOVAR DA SILVA, 2020, p.88).

Hoje quem está na comunidade são os mais idosos e os jovens. Os jovens ficam na comunidade até chegarem à fase universitária, porque muitas vezes migram para outras cidades, pois não há universidades públicas próximas a Bom Despacho (SGOTI, 2016, p. 109).

Podemos destacar algumas das ações próprias da comunicação que são próprias da comunicação popular, que foram identificadas no projeto, como: i.Reunião na Associação dos Idosos, ocorrida no dia 16 de janeiro de 2013, sede da Associação dos Idosos (NAC) sob a tutela da Dona Sônia, presidente da Associação (L. PEREIRA, 2018, p.110).

Cantinho Bem me quer (administrada pela associação de moradores) e o centro municipal de atendimento social integrado que atende 110 crianças, 50 adolescentes e 66 idosos (LUNA, 2014, p. 50).

Ainda fazendo uma análise de caráter demográfico e buscando identificar quem eram as pessoas que consumiam na Feira de Paripiranga, foi percebida uma predominância de idosos, em que 35% dos entrevistados possuíam acima de 60 anos. Observou-se que a maioria desses fregueses da terceira idade frequentam a feira livre não apenas para realizar compras, mas, no intuito de contar causos, piadas e saber das notícias da região. Percebeu-se que, logo cedo, os feirantes começaram a noticiar fatos sobre economia, política e segurança, informações que são colhidas através de rádios locais (FERREIRA, p. 96).

Essa centralidade se reflete no trabalho de campo, pois os idosos frequentemente ocupam posições de referência social e são reconhecidos como detentores de conhecimento e autoridade legítima. Suas experiências e narrativas orientam tanto o acesso a outros interlocutores quanto a interpretação dos fenômenos observados, tornando-os mediadores das dinâmicas comunitárias e preservadores das memórias coletivas.

Observa-se a presença significativa dos idosos nas pesquisas relacionadas a rádios, sobretudo a rádios comunitárias. Grande parte dos estudos registra não apenas sua audiência, mas também sua participação ativa em diferentes etapas do processo de pesquisa, seja como entrevistados, como condutores de agendas ou como mediadores de informações. Muitos são ouvintes, têm um vínculo forte com a região e demonstram sentimento de pertencimento à comunidade, o que reforça uma relação de proximidade social com a rádio. Apesar da baixa

escolaridade, eles contribuem para a circulação de informações e para a mediação de conteúdos junto à comunidade. A seguir, citamos alguns casos em que isso é dado:

Como os comunicadores locutores, os três comunicadores ouvintes têm uma relação de proximidade geográfica com a RADCOM. São claros ao mencionar que são do Pinheiro (como chamam o bairro), em uma referência ao sentimento de pertencimento apontado por Peruzzo (2004a), Miani (2011) e Coêlho (2014). A média de idade dos comunicadores ouvintes entrevistados é de 74 anos de idade, o que, conforme o IBGE, os insere na classificação de idosos (acima de 60 anos). No que tange à escolaridade, todos tiveram pouco estudo (RODEMBUSCH, 2018, p.194).

A abertura é sempre feita com a “mensagem do dia”, que, na ocasião, foi um texto sobre a organização das abelhas, numa analogia à necessidade de organização da sociedade. Músicas são tocadas ao longo da apresentação, em geral, composições dos movimentos, com palavras de ordem e mensagem de luta e resistência. Também são lidas mensagens dos ouvintes que chegam por e-mail ou cartas. Os que telefonam podem ser colocados ao vivo no programa. Denúncias também são feitas. Como Vilma também é conselheira municipal de saúde, ela fez, na ocasião de nossa visita, uma denúncia sobre o serviço de fisioterapia destinado aos idosos, que não tinha macas disponíveis. A agenda da semana é divulgada, com os eventos culturais e políticos e os aniversariantes (BROCHARDT, 2013, p.109).

Ana, de 68 anos de idade, é dona de casa e cursou até a 3ª série primária. O último entrevistado é Rui, de 68 anos de idade. Tem o 2º grau incompleto. É aposentado, mas ainda atua como topógrafo. As informações colhidas indicam um grupo de adultos e idosos ouvintes, com baixa escolaridade e moradores da região – semelhança com as características dos comunicadores locutores ouvidos nessa pesquisa (RODEMBUSCH, 2018, p.196).

Entendemos que essa presença ativa evidencia também que os idosos mantêm o formato de áudio bastante vivo como uma importante estratégia de manutenção da comunicação oral no interior da comunidade. Por um lado, essa atuação possibilita que o conhecimento produzido coletivamente seja transmitido de forma oral, contribuindo para a preservação de práticas comunicacionais que não se limitam ao ambiente digital. Além disso, a participação dos idosos fortalece a dimensão social da comunicação ao transformar o áudio em um espaço de interação coletiva, troca de experiências e construção de vínculos, conforme pode ser observado na imagem a seguir:

Figura 18 – Registro pesquisa João Malerba (2016) com os idosos na rádio comunitária



Fonte: Cedida pelo autor

No entanto, esse ponto também revela uma vulnerabilidade importante: muitas das práticas e dos conhecimentos das rádios comunitárias dependem quase inteiramente da atuação de pessoas idosas. Isso significa que grande parte da experiência acumulada, das técnicas de comunicação e da forma como o conteúdo é produzido corre o risco de se perder, já que não há garantias de que esses saberes sejam transmitidos para as gerações mais jovens. A continuidade do formato de áudio e da comunicação oral, que são características centrais dessas rádios, depende justamente dessa transmissão intergeracional. Por isso, fica evidente a necessidade de envolver diferentes faixas etárias, promovendo uma participação mais ampla e garantindo que essas práticas culturais e comunicativas se mantenham ao longo do tempo. A seguir, apresentamos um registro da pesquisa de João Malerba (2016) que ilustra a participação ativa de mulheres idosas nas rádios comunitárias, destacando como elas são fundamentais para a manutenção e o funcionamento desses espaços.

Figura 19 – João Malerba (2016) em visita às rádios comunitárias



Fonte: Cedida pelo autor

Questões éticas também importam. Quando os participantes se tornam co-produtores do conhecimento, surgem dúvidas sobre quem é responsável pelo que é produzido e como a autoria deve ser reconhecida. A forma como o pesquisador organiza e apresenta as falas do grupo pode criar expectativas sobre o retorno da pesquisa. São expectativas que nem sempre são atendidas. Isso pode gerar frustração nos participantes e, em alguns casos, reforçar desigualdades na relação entre o pesquisador e a comunidade, mostrando que a ética na pesquisa vai muito além da coleta de dados.

Por fim, ressalta-se que incorporar as experiências dos grupos pesquisados mostra que o conhecimento pode ser construído de forma coletiva, quebrando a ideia de que só o pesquisador detém a autoridade sobre a pesquisa. Esse movimento aproxima a investigação em comunicação contra-hegemônica do direito à comunicação, ao reconhecer que todos os atores envolvidos têm um papel ativo nos processos comunicacionais, independentemente da idade ou da posição que ocupam em estruturas institucionais. Ainda assim, essa aproximação tem limites claros. A relação entre pesquisador e participantes nunca é totalmente equilibrada. Quem conduz a pesquisa continua tomando decisões sobre teoria, recorte e interpretação dos dados, mantendo uma hierarquia implícita. Além disso, há o perigo de romantizar a

participação: olhar apenas para o caráter emancipador das práticas coletivas pode esconder conflitos internos, disputas de poder e tensões que existem naturalmente nos grupos, levando a análises pouco críticas e homogêneas.

4.3 A pesquisa em comunicação contra-hegemônica como pesquisa-intervenção

Ao longo desta tese, discutiu-se como as experiências contra-hegemônicas presentes nos territórios podem potencializar o espaço acadêmico, oferecendo não apenas uma perspectiva de conhecimento situado, mas também uma contribuição para uma epistemologia que valoriza saberes marginais. Contudo, é igualmente relevante considerar a dinâmica inversa: em que medida as pesquisas acadêmicas sobre comunicação contra-hegemônica efetivamente reafirmam o direito à comunicação, potencializam o contexto de pesquisa latino-americana e intervêm nos contextos estudados, promovendo mudanças positivas e cumprindo assim o papel da ciência de contribuir para a resolução dos problemas sociais. Essa reflexão torna-se mais concreta quando observada a partir das trajetórias individuais dos(as) pesquisadores(as) envolvidos(as) nas investigações analisadas. Em alguns casos, os efeitos da pesquisa ultrapassam o plano analítico e passam a incidir diretamente sobre a vida dos sujeitos e sobre os territórios investigados, configurando processos que se aproximam de uma pesquisa-intervenção.

A pesquisa de Tovar da Silva (2020), participante desta pesquisa, é ilustrativa desse movimento. No desenvolvimento de *Debaixo da floresta, tem gente: Rede Mocaranga, audiovisual e o cotidiano ribeirinho*, a Amazônia deixou de ser apenas campo empírico para se tornar um território capaz de orientar suas escolhas pessoais e profissionais de vida. A pesquisa aproximou a autora da realidade ribeirinha, gerou vínculos que ultrapassaram o âmbito acadêmico e resultou em reconhecimentos, como o prêmio no concurso fotográfico “A Magia da Floresta Amazônica”, promovido pela USAID em 2023.

Contudo, Tovar da Silva (2020) também encontrou na experiência amazônica novos desafios. Ao mudar-se para a Amazônia em 2022, ela passou a vivenciar de forma mais intensa os conflitos e disputas locais. A vinculação de uma das organizações mencionadas em sua dissertação a episódios de perseguição e violência gerou insegurança, levando a

pesquisadora a considerar, em determinado momento, a retirada do trabalho do site da UFF. Mesmo após o retorno ao Rio de Janeiro, sua trajetória permanece atravessada pela experiência amazônica, mantendo vínculos com atividades de comunicação comunitária no Pará e desenvolvendo, há três anos, o cineclube Cine Bosque, em Campo Grande.

Da mesma forma, Sarah Santos (2025) narra uma trajetória de pesquisa que, aos poucos, deixou de ser apenas uma investigação acadêmica para se tornar uma experiência profundamente implicada, configurando-se como pesquisa-intervenção. Quando iniciou seu trabalho, moradores e moradoras da zona norte de Teresina (PI) já enfrentavam transformações drásticas em seus modos de vida em função do Programa Lagoas do Norte, uma iniciativa da Prefeitura Municipal financiada pelo Banco Mundial. Desde o princípio, o campo era atravessado por conflitos, tensões e mobilizações coletivas, sobretudo pela resistência das comunidades às remoções forçadas de famílias em nome de um projeto de “revitalização” urbana e turística da região.

De modo resumido, é possível dizer que a pesquisa se ancorou em um território que a autora reconhece como central para compreender as disputas em torno do Programa Lagoas do Norte. A zona norte de Teresina, historicamente marcada por estigmas associados à pobreza e à marginalização, é também um espaço de enorme riqueza natural, cultural, simbólica e política. Localizada no encontro dos rios Poti e Parnaíba e atravessada por diversas lagoas, a região abriga comunidades tradicionais, mais de duzentos terreiros de matriz africana e narrativas que reivindicam sua constituição como território quilombola e indígena. Muitos moradores se reconhecem como afro-indígenas, afirmando uma história de resistência e de pertencimento coletivo. É nesse chão, marcado por luta e memória, que a pesquisa se construiu não apenas como produção acadêmica, mas como gesto de compromisso com as vidas e as histórias que ali se afirmam. Uma verdadeira pesquisa-intervenção.

É relevante mencionar que o Programa Lagoas do Norte foi amplamente divulgado pela mídia como uma iniciativa positiva para a comunidade, associada à promoção de segurança e melhoria das condições de saúde. No entanto, foi sobretudo por meio de iniciativas populares que se tornou possível compreender a construção desse discurso, uma vez que parte significativa das dinâmicas locais foi desconsiderada em nome da chamada

“revitalização de Teresina”. O projeto previa o remanejamento forçado de famílias para outras áreas como parte do processo de reestruturação urbana, o que gerou controvérsias. Nesse contexto, a pesquisa de Sarah Santos (2023), assim como outras atuações políticas, problematizou os efeitos do reassentamento involuntário, destacando que, nessa etapa do programa, estimava-se o impacto direto sobre aproximadamente mais de 2 mil famílias. Atualmente, há um museu com objetos de memória da resistência ao Programa Lagoas do Norte, como pode ser visto abaixo:

Figura 20 – Imagens de objetos e memórias do Museu da Boa Esperança sobre o *Lagoas do Norte: pra quem?*



Fonte: Cedida pela autora

Em março de 2020, pouco antes do início da pandemia de Covid-19, a pesquisadora participou de uma atividade de mapeamento territorial que reuniu diferentes sujeitos e movimentos sociais, como o coletivo Caranguejo Tabaiars, de Pernambuco, e a militante Eliete Paraguassu, da Bahia. Desse processo resultou a elaboração de um dossiê encaminhado ao Banco Mundial, no qual foram sistematizadas denúncias de violações de direitos humanos vividas cotidianamente pela comunidade. Paralelamente, mulheres do território escreveram cartas à instituição, narrando os impactos das intervenções e afirmando, com firmeza, a recusa

às remoções. Em 2020, o painel de inspeção do Banco Mundial esteve na comunidade e reconheceu as violações denunciadas. Ainda assim, a instituição inicialmente insistiu na continuidade do projeto, o que levou a comunidade a reafirmar sua resistência e a fortalecer estratégias coletivas de enfrentamento, o que foi um processo no qual a pesquisa esteve diretamente envolvida, sem nenhuma pretensão de neutralidade.

A pesquisa foi se desenrolando em meio a um cenário bastante instável, no qual as mudanças políticas e institucionais passaram a afetar diretamente o percurso investigativo. O próprio campo impunha deslocamentos constantes à pesquisadora. Um momento decisivo foi, finalmente, a retirada do financiamento do Banco Mundial ao empreendimento, resultado das mobilizações e, em alguma medida, da pesquisa da autora. As violações, que incluem desde remoções forçadas até a destruição de espaços sagrados e de modos de vida tradicionais, permanecem sob investigação no âmbito do Ministério Público Federal (MPF), sem que haja, até o momento, uma conclusão definitiva.

Ao longo desse percurso, a pesquisadora reconhece que ocupou múltiplos lugares: era pesquisadora, mas também militante, aliada e participante ativa das práticas comunitárias. O cotidiano no território produziu vínculos, afetos e atravessamentos que passaram a compor o próprio processo de construção do conhecimento, deslocando qualquer ilusão de distanciamento científico. Já na etapa final da tese, diante da intensificação dos acontecimentos no campo e das exigências institucionais, a autora optou por concluir o trabalho com o material já sistematizado, especialmente por estar envolvida em um concurso docente na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no qual viria a ser aprovada. Ainda assim, fez questão de preservar no texto a dimensão relacional, afetiva e processual da experiência vivida.

Essa experiência é muito significativa porque reafirma o papel da comunicação contra-hegemônica no enfrentamento às situações de injustiças sociais que ocorrem, como é o caso desse programa. Esse cenário dialoga diretamente com as reflexões de Raquel Rolnik (2019), ao apontar que projetos urbanos implantados em áreas habitadas frequentemente implicam deslocamentos em larga escala, despejos forçados e a demolição de moradias. Segundo a autora, tais intervenções não se restringem aos territórios diretamente afetados, alcançando também bairros do entorno, que passam por processos de embelezamento e

securitização. Essas ações contribuem para a construção de zonas de proteção e transição entre os projetos e o restante da cidade, marcado por espaços considerados desordenados. Nesse contexto, favelas e conjuntos habitacionais populares tendem a ser classificados como esteticamente indesejáveis e, quando não removidos, tornam-se alvo de intervenções voltadas à reconfiguração de sua imagem.

É possível dizer que a pesquisa-intervenção, no campo da comunicação contra-hegemônica, se define pela sua capacidade de mexer com o território pesquisado. Nesse caso, intervir não significa, necessariamente, transformar de forma imediata ou produzir consensos, mas provocar deslocamentos. A simples presença da pesquisa já altera o campo, ativa relações e faz com que práticas e discursos passem a se reorganizar. Parte-se, aqui, do entendimento de que toda pesquisa em comunicação contra-hegemônica interfere, em alguma medida, no contexto em que acontece; se não interferisse, dificilmente poderia ser considerada contra-hegemônica. Assim, os efeitos da pesquisa, sejam eles percebidos como avanços ou não, fazem parte do próprio processo de produção do conhecimento e evidenciam o caráter político e situado desse campo.

4.4 As adversidades metodológicas na pesquisa em comunicação contra-hegemônica

Os imprevistos e a centralidade das situações do dia a dia mostram que é preciso adotar métodos flexíveis, capazes de se ajustar às particularidades de cada território. Pesquisar no Norte do Brasil, por exemplo, envolve desafios sociais, culturais e logísticos bem diferentes daqueles encontrados no Nordeste ou em outras regiões, evidenciando como os contextos são heterogêneos. Cada lugar impõe seus próprios ritmos à pesquisa, exigindo que o pesquisador se adapte constantemente, mantendo uma postura ética e epistemológica alinhada à realidade local e às pessoas que participam do estudo. Nessas condições, os processos de pesquisa nem sempre seguem os planos previstos e muitas vezes são marcados por falhas, equívocos e encontros inesperados que obrigam a repensar as práticas. Como cita Luna (2025), em sua pesquisa, foi obrigada pelas circunstâncias a repensar o seu lugar de pesquisadora:

Do encontro e do seu fracasso, diz Amorim, do diálogo e do equívoco se tecem as produções de conhecimento. Assim foi como o colapso do precário projeto que tínhamos construído para fazer com pesquisa-intervenção na rádio comunitária Santa Marta e receber o silêncio da equipe. Fui obrigada pelas circunstâncias a repensar meu lugar, ficar completamente desestruturada da minha prática (LUNA, 2014, p.44).

Nesse sentido, um dos desafios mais perceptíveis no que diz respeito ao método das pesquisas em comunicação contra-hegemônica é que os sujeitos mantiveram uma relação estreita com os territórios investigados, que incluem desde assentamentos rurais, periferias urbanas até comunidades indígenas. Por um lado, essa proximidade facilitou em alguma medida o acesso a fontes e vozes frequentemente ausentes em abordagens tradicionais, mas isso também impõe dilemas éticos, relacionados à participação ativa e ao envolvimento emocional com os grupos estudados. Sem dúvidas, essa inserção intensa é uma faca de dois gumes: pode comprometer a objetividade, influenciar a seleção e interpretação dos dados ou afetar a relação com os participantes da pesquisa.

Martins (2018) observa que o fato de ser “cria da Maré” funcionou como um facilitador para a realização da pesquisa, especialmente no que se refere ao acesso aos comunicadores locais. A identidade compartilhada com o território contribuiu para a construção de vínculos de confiança, fazendo com que os entrevistados aceitassem prontamente participar do estudo. Essa experiência reforça a ideia de que o pertencimento territorial pode ser compreendido como um tipo de “capital social”, capaz de abrir caminhos e favorecer interações em contextos comunitários (BOURDIEU, 1986). Além disso, a proximidade geográfica permitiu acesso frequente tanto aos comunicadores, presentes nas interações cotidianas e nas redes digitais, quanto às organizações comunitárias que acolhem essas iniciativas, possibilitando visitas recorrentes para a análise de materiais e de seus históricos institucionais.

Penso que a mais forte lembrança que tenho do primeiro semestre de pesquisa, se refere a minha imaturidade em campo como pesquisador, algo que hoje compreendo de uma forma mais natural, uma vez que estava em um processo tanto de pesquisa, quanto de aprendizagem (J. SANTOS, *formulário online*, 2025).

Esta pesquisa somente se concretizou porque a confiança e os portões de uma aldeia singular abriram-se para mim. Agradeço a partilha de saberes da Cinta Vermelha-Jundiba, o acolhimento mediado pelos sabores do capim santo, beiju e os

suores de tantos desafios expressos diante da minha câmera (LIBERATO, 2018, s/p).

Por um lado, o fato de já viver na Amazônia e ter interesse prévio pela realidade das comunidades ribeirinhas facilitou a aproximação, a escuta e a construção de vínculos, o que enriqueceu o trabalho de campo e ampliou minha compreensão sobre o contexto local. Por outro lado, essa mesma familiaridade exigiu um esforço constante de autocontenção metodológica para evitar projeções, idealizações ou interpretações baseadas apenas na minha vivência. Foi preciso negociar o limite entre envolvimento e distanciamento, reconhecendo que a pesquisa também me transformava enquanto pesquisadora. Essa consciência ajudou a fortalecer a análise e dar mais transparência ao processo (P. SOUZA, *formulário online*, 2025).

Um exemplo particularmente emblemático dessa discussão de condução metodológica é o caso de uma participante da pesquisa que, embora não tenha solicitado anonimato, preferimos não identificar. Durante o desenvolvimento de seu trabalho, ela enfrentou uma situação bastante delicada. O principal respondente de sua investigação, que inicialmente demonstrava grande disposição em colaborar, interrompeu o contato de forma abrupta, desvalorizando seu trabalho e sua identidade como pesquisadora. Esse episódio teve nela um impacto emocional, levando-a a buscar acompanhamento terapêutico e a recorrer a conversas com pessoas próximas ao entrevistado, até compreender que se tratava de alguém de relacionamento difícil e marcado por questões de ego.

No final de 2020, ao tentar obter autorização para publicar sua própria pesquisa em formato de livro, incluindo a entrevista e o nome da rádio, a pesquisadora enfrentou uma série de obstáculos: o entrevistado passou meses adiando respostas, deixou de atender suas mensagens e chegou a fornecer informações falsas sobre o processo. Alegou, inclusive, estar escrevendo um livro sobre o mesmo tema, o que nunca chegou a se concretizar. A pesquisadora acredita que a tentativa de impedir sua publicação estava relacionada a uma disputa simbólica de autoria, motivada pelo desejo do entrevistado de ser o primeiro a lançar uma obra sobre a temática.

Os desafios do método ficam ainda mais claros quando se observa que as disputas de poder sobre quem pode se comunicar aparecem de forma concreta na rotina das pessoas. As decisões sobre o que dizer, como dizer e quando dizer não são apenas escolhas individuais, mas atravessadas por contextos de hierarquia social, conflitos territoriais e relações históricas de desigualdade. Isso reforça que a pesquisa em comunicação contra-hegemônica exige

sensibilidade para captar como o direito à comunicação se vive e se negocia na prática cotidiana.

A vivência em campo revela que o contexto em que a pesquisa se realiza muitas vezes envolve riscos concretos que não podem ser captados apenas por métodos formais. Em territórios marcados por conflitos fundiários, desigualdades e ameaças à integridade das pessoas, o trabalho do pesquisador exige atenção constante à sua própria segurança e à sensibilidade local. Joana Tavares (2013) ilustra essa realidade de forma clara ao relatar como o cotidiano da aldeia e as dinâmicas de ocupação de terras influenciaram diretamente o desenvolvimento de suas entrevistas:

Nos dias que permaneci na aldeia, uma tensão constante pairava nas conversas sussurradas e também em alto e bom tom, falando de ameaças de pistoleiros, de fazendeiros, de esperas sem resposta em postos de saúde, de pessoas que perderam parentes assassinados. Quando planejamos ir à aldeia vizinha, para que eu entrevistasse o cacique, eu pude perceber mais de perto quão tenso era viver ali. Tivemos que sair antes do sol nascer (“pois era mais seguro”) e sendo escoltados por um índio em outra moto. Soube então que uma fazenda havia sido ocupada recentemente e que em época de retomada (a palavra que os índios preferem utilizar para se referir às ocupações de fazendas) não era aconselhável “índio andar sozinho” por aquelas estradas. O índio que estava de escolta queria nos convencer a visitarmos a fazenda ocupada, pois todos já esperavam a “jornalista” para registrar a ocupação (TAVARES, 2013, p.30).

4.5 A força dos métodos que vêm das práticas de luta

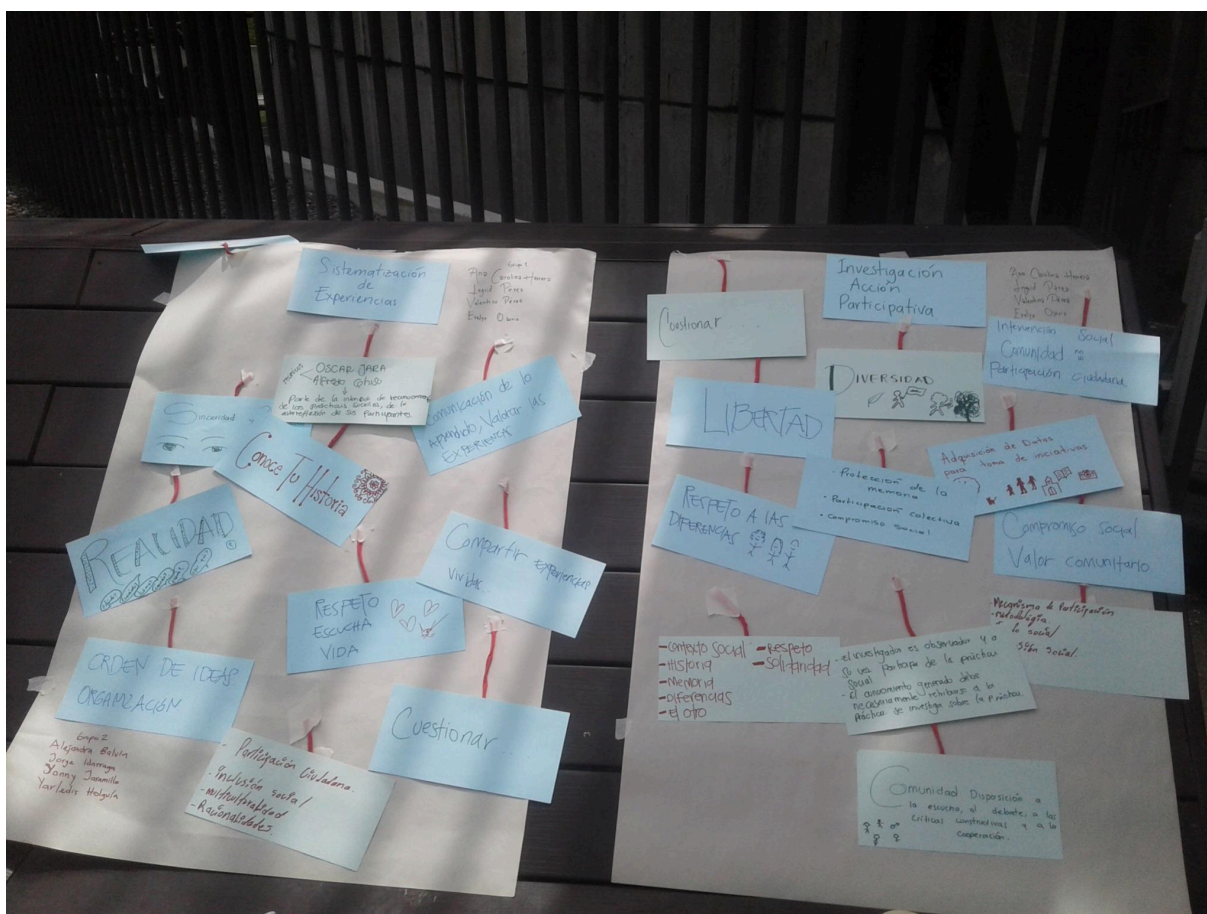
A análise do material mostra que as práticas comunicacionais estudadas estão ligadas a processos de formação e organização, principalmente em iniciativas de projetos sociais e organizações do terceiro setor. O termo “movimentos sociais” apareceu 1.466 vezes no corpus, principalmente quando se falava de ações coletivas, articulação comunitária e participação da população, o que mostra a importância dessas práticas na construção de identidades e na defesa de causas sociais.

Nesse contexto, definir um método de investigação coerente com o caráter processual da pesquisa representa um desafio que transcende questões epistemológicas, envolvendo também escolhas de ordem política. Essa questão tem motivado pesquisadores(as) a se apropriarem criticamente do conhecimento científico e a desenvolverem metodologias

voltadas para contextos historicamente afastados da produção sistemática de saber, como é o caso do campo da educação.

Percebe-se que os sujeitos pesquisadores(as), geralmente ligados a movimentos sociais, têm investido não apenas em formas tradicionais de mobilização, como ocupações, marchas e greves, mas também na construção de uma pesquisa orientada à transformação social e ao fortalecimento de suas próprias organizações. A educação, nesse contexto, atua como elemento multiplicador, contribuindo tanto para a formação de integrantes desses movimentos quanto para a ampliação de suas possibilidades de intervenção social e política. A seguir, destaca-se as oficina educomunicativas conduzidas por Juliana Salles de Souza (2019) em Medellín, na Colômbia

Figura 21 – Registro de oficinas educomunicativas em Medellín, na Colômbia



Fonte: Cedida pela autora

A trajetória de João Malerba (2016), entrevistado nesta tese, exemplifica um pouco isso, já que sua formação e produção acadêmica se estruturam a partir de suas próprias práticas de luta. Desde a graduação, sua aproximação com o campo das rádios comunitárias não ocorreu somente como objeto de estudo, mas como espaço de atuação política. Essa inserção motivou a elaboração de sua monografia sobre rádios comunitárias na internet, em 2006, quando o tema ainda era pouco explorado na academia. No ano seguinte, ao ingressar no mestrado, João aprofundou seu percurso ao pesquisar as propostas ético-políticas das rádios comunitárias, investigação desenvolvida até 2009 em estreito diálogo com sua participação no movimento.

Em 2016, a tese de doutorado de João Malerba (2016) foi estruturada em quatro eixos: tecnológico, político, histórico e conceitual. A pesquisa de campo incluiu um levantamento quantitativo com cerca de 100 rádios comunitárias, utilizando um questionário com aproximadamente 33 perguntas, além de visitas etnográficas a 10 emissoras em diferentes regiões do país. Segundo João, a dimensão metodológica da pesquisa foi reconhecida como inovadora justamente por articular abordagens quantitativas e qualitativas em um diálogo produtivo.

Esse período coincidiu com a consolidação de sua militância, especialmente entre 2009 e 2011, quando atuou como representante da AMARC no Brasil, em um contexto marcado por intensas disputas políticas no campo da comunicação e pela ascensão de partidos de esquerda ao poder. Três anos após concluir o mestrado, João iniciou o doutorado, aprofundando a reflexão sobre as tensões enfrentadas pelas rádios comunitárias na era da convergência midiática. A tese, posteriormente premiada em sua linha de pesquisa, dialoga diretamente com sua experiência prática e com os desafios enfrentados pelo movimento. A realização de um doutorado-sanduíche na Universidade de Westminster, na Inglaterra, ampliou sua perspectiva ao possibilitar comparações entre as realidades brasileira e europeia. Atualmente, João é professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. A seguir, destaca-se um registro de trabalho de campo realizado por ele na União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS Heliópolis):

Figura 22 – João Malerba (2016) na UNAS Heliópolis



Fonte: Cedida pelo autor

Observa-se, nesse contexto, um interesse crescente da academia em compreender e se engajar com dinâmicas sociais. Estudantes, da graduação ao pós-doutorado, investigam em

diálogo com organizações populares, percorrendo uma trajetória epistemológica marcada pela aprendizagem mútua. Contudo, nem sempre essa interação se realiza em condições equitativas: desigualdades de poder, imposições institucionais e hierarquias acadêmicas podem minar a efetividade da colaboração. Nesse sentido, a pesquisa-ação, conforme lembra Boaventura de Sousa Santos (2004), desempenha papel central ao propor uma prática científica participativa. Ainda assim, muitos projetos enfrentam dificuldades para superar barreiras estruturais ou traduzir o conhecimento produzido em políticas públicas efetivas.

A aproximação entre academia e movimentos sociais contribui para reduzir o abismo entre ciência e lutas sociais, conferindo densidade política à produção científica. Experiências populares inseridas no campo acadêmico transformam o conhecimento, mas sua politização encontra resistências internas e externas. A análise acadêmica dos movimentos sociais fortalece a legitimidade dessas lutas, mas também expõe contradições: a produção científica pode reforçar hierarquias simbólicas, ser apropriada institucionalmente ou perder contato com demandas comunitárias.

As tensões persistem: forças hegemônicas buscam preservar perspectivas dominantes, enquanto vozes insurgentes reivindicam epistemologias enraizadas em resistências concretas. Essa disputa atravessa práticas institucionais, políticas públicas e condições de permanência e reconhecimento de sujeitos populares na universidade. A inserção de novos atores sociais, fruto de políticas afirmativas e engajamento militante, desafia estruturas excludentes, mas enfrenta obstáculos significativos, como limitação de espaço acadêmico, invisibilidade de saberes não codificados e resistência de setores conservadores. Em territórios ainda hostis, sujeitos populares forjam novas epistemologias e reafirmam direitos humanos e políticos, embora o caminho seja marcado por conflitos, silenciamentos e negociações constantes.

Como exemplo, a relação entre o urbano e o rural, no contexto da pesquisa em comunicação contra-hegemônica, evidencia que o método é necessariamente territorializado e sensível às dinâmicas de cada espaço. O urbano, marcado pelo fluxo dinâmico e pela fragmentação, exige estratégias metodológicas capazes de lidar com o efêmero e o múltiplo. Já o rural, enraizado em temporalidades comunitárias e vínculos de longa duração, demanda escuta, convivência e inserção prolongada. Reconhecer essa relação significa afirmar que o conhecimento se produz com o território, e não sobre ele.

A análise dos métodos utilizados nas pesquisas em comunicação contra-hegemônica

mostra que as oficinas são amplamente acionadas, sobretudo nos estudos de caráter comunitário. Esse recurso aparece tanto como estratégia de aproximação com os territórios pesquisados quanto como ferramenta de produção coletiva de conhecimento, favorecendo a participação dos sujeitos nos processos comunicacionais analisados. No conjunto de trabalhos examinados, identificam-se oficinas voltadas a diferentes linguagens e suportes, como fotografia, áudio, vídeo e produção textual, que funcionam como espaços de experimentação e de troca de saberes.

Durante as oficinas, os grupos aprenderam a produzir programas de rádio e televisão, aprenderam as técnicas jornalísticas para escrever matérias para jornais e conteúdos para o blog, criando pessoas aptas para alimentar a circulação de informações e campanhas educativas, difundindo a realidade e a sua cultura. A apropriação dos veículos de comunicação comunitária proporcionou o acesso ao conhecimento e a inserção do ribeirinho no mundo, assim como o mundo pode conhecer a realidade da comunidade, reduzindo o isolamento geopolítico. Isso é fundamental numa região praticamente isolada como Suruacá (P. SOUZA, 2013, p.83).

Por fim, destaca-se que, de modo análogo à desvalorização recorrente dessas experiências no campo social e midiático, seus procedimentos metodológicos também são frequentemente questionados ou rotulados como não científicos no âmbito acadêmico. Essa desqualificação recai diretamente sobre os procedimentos utilizados para analisar essas práticas, especialmente porque a complexidade dos processos envolvidos desafia os métodos tradicionais. O que em outros campos seria reconhecido como inovador, disruptivo e autêntico, neste contexto frequentemente é interpretado como amadorismo ou insuficiência metodológica. É a partir dessa perspectiva que este capítulo propõe refletir sobre as abordagens metodológicas na pesquisa em comunicação contra-hegemônica, compreendendo-as não apenas como escolhas técnicas, mas como posicionamentos políticos e epistemológicos. O objetivo é discutir os fundamentos que sustentam essa prática investigativa e entender os processos de transformação que marcam a experiência latino-americana.

CAPÍTULO 5 – EXPERIÊNCIAS RECORRENTES

Falar sobre comunicação contra-hegemônica é falar sobre um conjunto amplo de experiências. Envolve rádios comunitárias, TVs locais, mídias populares, coletivos periféricos e também iniciativas híbridas que experimentam novos formatos e linguagens, muitas delas ainda sem definição precisa. Destacam-se, nesse cenário, coletivos que, mesmo sem ter a comunicação como foco principal, fazem dela uma ferramenta para a mobilização, a expressão e a resistência nos territórios onde atuam. Essas experiências revelam formas de comunicação que surgem no dia a dia e acompanham tentativas de mudança dessas realidades.

Neste capítulo, apresentamos as experiências empíricas analisadas nas dissertações e teses que compõem o *corpus* desta pesquisa. Procuramos compreender como se articulam com seus territórios, que vínculos estabelecem e de que maneira esses vínculos influenciam suas práticas comunicacionais. A partir dessa análise, discutimos o surgimento de coletivos híbridos que integram a comunicação a outros campos, como arte, cultura, educação, meio ambiente e direitos humanos. Por fim, apresentamos uma rede de coletivos mapeada ao longo do processo, evidenciando como essas experiências se conectam e se fortalecem na construção de uma verdadeira rede de contra-comunicação.

5.1 As experiências comunicacionais relacionadas a jornais

As experiências jornalísticas constituem um dos núcleos centrais do *corpus* analisado. Ao todo, foram identificadas pelo menos catorze pesquisas que tomam os jornais como objeto empírico central, majoritariamente vinculadas a iniciativas comunitárias. Além dessas iniciativas, o *corpus* também mobiliza, de forma pontual, jornais de grande circulação como elemento comparativo, o que contribui para evidenciar as especificidades editoriais, políticas e discursivas das experiências comunitárias analisadas. A seguir:

Quadro 10 – Pesquisas sobre jornais

Autor(a)		Cidade de origem do Trabalho	Programa/Instituição	Experiência estudada
1	BATISTA, Elaine Barreto	Niterói (RJ)	PPG em Mídia e Cotidiano –	<i>A Voz do Lapenna</i> (SP)

2	PEREIRA, Camille Costa Perissé		UFF	<i>A Notícia por Quem Vive (RJ)</i>
3	SOUZA, Priscila Rabassa de	Manaus (AM)	PPG em Ciências da Comunicação – UFAM	<i>Jornal Comunitário Japiim (PA)</i>
5	MELO, Renata da Silva	Rio de Janeiro (RJ)	PPG em Comunicação – UFRJ	<i>Maré de Notícias (RJ)</i>
6	ALVES, Carlos Roberto Cerqueira		PPG em Comunicação Social – PUC-Rio	<i>Voz das Comunidades(RJ)</i>
7	LUNA, Eunice Muruet		PPG em Comunicação – UERJ	<i>Jornal O Cidadão (RJ)</i>
8	MARTINS, Gizele de Oliveira		(Não Informado)	
9	SILVA, Rociclei		PPG em Comunicação – UFRJ	
10	ALBERTI, Ana Aparecida Frabetti Valim	São Paulo (SP)	PPG em Comunicação - UNESP	
11	TONDO, Stephanie Branco		PPG Comunicação (UMESP)	<i>Vila Notícia, O Dia, Extra, Meia Hora, Expresso (SP)</i>
12	LUZ, Suelyn Cristina Carneiro da		PPG em Comunicação (UNIP)	<i>Brasil de Fato</i>
13	PEREIRA, Luciano Alves	Santa Maria (RS)	PPG Comunicação (UFSM)	<i>Jornal Comunitário Casa Legal</i>
14	RODRIGUES, Janaina de Holanda	Fortaleza (CE)	PPG Comunicação (UFCE)	<i>Grita Povo (SP)</i>

Fonte: Elaboração própria

Entre as experiências recorrentes identificadas no *corpus*, chama atenção a presença expressiva de jornais comunitários e populares que mantêm, até hoje, o formato impresso, mesmo diante do alto custo de impressão e da rápida disseminação da internet e redes sociais. Notamos que o formato impresso se mantém presente em jornais como *A Voz do Lapenna (SP)*, *A Notícia por Quem Vive (RJ)*, *Jornal Comunitário Japiim (PA)*, *Maré de Notícias (RJ)*, *Voz das Comunidades (RJ)* e *Jornal O Cidadão (RJ)*, sobretudo em contextos territoriais nos quais a circulação física do jornal continua sendo um instrumento para a mobilização comunitária e para a consolidação de laços sociais locais. Um exemplo dessa mobilização pode ser observado em contextos nos quais a circulação física do jornal permite informar os

moradores sobre ações coletivas, como campanhas de saúde, mutirões de limpeza ou atividades culturais.

A recorrência desses jornais como objetos de pesquisa parece dialogar diretamente com a formação predominantemente jornalística dos pesquisadores(as) da comunicação contra-hegemônica, conforme discutido no Capítulo 3. Percebe-se que eles tendem a privilegiar objetos mais próximos de suas rotinas profissionais, das linguagens e dos suportes tradicionais do jornalismo impresso, o que ajuda a compreender a frequência dessas experiências no campo acadêmico.

Nesse estudo de caso investigamos a comunicação comunitária como um caminho ao protagonismo social a partir da análise do jornal impresso *A Voz do Lapenna*, produzido e distribuído em São Miguel Paulista e Região, das entrevistas realizadas com membros da comunidade Jardim Lapenna e das pessoas que atuam no Núcleo de Comunicação Comunitária São Miguel no Ar, coordenado pela Fundação Tide Setubal (BATISTA, 2014, p.10).

O Jornal, impresso, Japiim surgiu ainda na época da máquina de escrever, depois foram chegando os computadores e a equipe teve que participar de cursos de informática para aprender a produzir os textos nos novos equipamentos e, mais atualmente, com a chegada da Internet, foi criado o blog de Suruacá, onde novamente a equipe precisou aprender a editar as matérias agora online. As melhores matérias podem entrar ainda no Jornal “O Mocoirão”, da Rede Mocoirão. Os jornais depois de impressos são distribuídos em todas as comunidades assistidas pela ONG, maneira essa de disseminar o que acontece em cada uma delas porque alguns Telecentros não possuem acesso a Internet (P. SOUZA, 2013, p.79).

Percebe-se, com raras exceções, que o local onde a pesquisa se desenvolve coincide com aquele das experiências analisadas. Ou seja, há uma forte correspondência entre o lugar da pesquisa e o lugar das experiências. Isso contribui para análises muito enraizadas nos contextos locais, mas, ao mesmo tempo, pode dificultar a realização de comparações, o diálogo entre diferentes territórios e a ampliação do olhar para além dessas realidades específicas. Ou seja, sob outra perspectiva, o fato de pesquisa e experiência se concentrarem nos mesmos territórios pode indicar uma circulação mais restrita dos olhares analíticos, com menos estudos realizados a partir de deslocamentos territoriais ou de perspectivas externas.

Por fim, nota-se que o jornal impresso permanece como um objeto recorrente nas pesquisas sobre comunicação contra-hegemônica, especialmente quando se trata de iniciativas diretamente vinculadas ao território em que a investigação é realizada. Trata-se, em geral, de experiências locais, acompanhadas de perto pelos próprios pesquisadores(as), o que favorece

abordagens mais situadas. Não por acaso, esse tipo de objeto aparece com maior frequência em trabalhos desenvolvidos por jornalistas, cuja trajetória profissional e relação com o território costumam influenciar tanto a escolha dos casos quanto às formas de análise adotadas.

5.2 Experiências relacionadas à TV e a rádio

Um dos resultados mais interessantes desta pesquisa diz respeito à redução da frequência com que rádios e TVs aparecem no *corpus* analisado, em especial as rádios comunitárias. Se, na década anterior, essas experiências constituíam o foco principal das investigações no campo da comunicação contra-hegemônica, na década contemplada por esta pesquisa essa centralidade não se mantém com a mesma intensidade. Descrevemos as experiências a seguir:

Quadro 11 - Pesquisas sobre rádio e TV

Experiência		Ano	Autor(a)
1	Webrádio Yandê	2020	NASCIMENTO, Letycia Gomes
2	Rádio Lomba do Pinheiro	2018	RODEMBUSCH, Rodrigo Severo
3	Rádio Comunitária de Heliópolis	2013	ZANDONADE, Vanessa
4	TV Santa Maria	2013	PEREIRA, Fabiana da Costa
5	RJTV primeira edição da Rede Globo	2021	ALVES, Carlos Roberto Cerqueira
6	CANAL NET Cidade	2017	RODRIGUES, Carlos Alberto Kerr

Fonte: Elaboração Própria

Os anos de produção das pesquisas sobre rádio e televisão no *corpus*, concentrados entre 2013 e 2020, indicam uma presença descontínua, porém persistente, desses meios como objetos de investigação. A recorrência de trabalhos em 2013 aponta para um momento em que a efervescência desses meios, sobretudo das rádios comunitárias, já se encontrava em relativo declínio. Depois, as pesquisas dos anos de 2017 e 2018 sugerem uma espécie de retomada

desse olhar, possivelmente relacionada às transformações tecnológicas e às disputas em torno da regulamentação e da participação social nos meios audiovisuais.

Um exemplo desse deslocamento pode ser observado, por exemplo, na pesquisa de Letycia Nascimento (2020), que passa a abordar a webrádio, evidenciando uma mudança de foco em relação às rádios comunitárias tradicionais. Ao tratar da Webrádio Yandê, a autora chama atenção para sua autodefinição como meio de comunicação livre e destaca aspectos como a autonomia financeira, a diversidade de temas abordados e a importância da ancestralidade indígena na organização dos conteúdos. Esse modo de apresentar a experiência traz uma concepção de comunicação que se distancia dos modelos hegemônicos, tanto nas formas de financiamento quanto nos critérios que orientam a produção e a circulação das narrativas. A seguir:

Enquanto canal de comunicação comunitária etnomidiática, a Yandê se mostra um veículo instigante e de complexas relações de trabalho. Isso porque sua forma de veicular engloba mais do que as 305 etnias e 274 línguas faladas no Brasil, mas representa um canal de comunicação que noticia questões indígenas de todo o mundo, e principalmente da América Latina. Por meio de uma construção extremamente respeitosa com suas culturas, os coordenadores da Yandê acreditam em uma comunicação horizontal e sem os esquemas de organização de pautas ou aprovações editoriais. Assim, permitem que comunicadores indígenas de todo o mundo utilizem sua plataforma para comunicar a maneira como suas culturas lhes forma (NASCIMENTO, 2020, p. 98).

Portanto, é possível perceber que, em um período mais recente, especialmente a partir da segunda metade da década analisada, as rádios e TVs, quando aparecem como objeto de pesquisa, já não se apresentam mais exclusivamente a partir de formatos tradicionais. Essas experiências passam a incorporar características próprias do ambiente digital, seja na forma de organização da produção, seja na circulação dos conteúdos. Nesse contexto, observa-se a adoção de outros formatos sonoros, como o podcast, que passam a coexistir com o rádio e a televisão, indicando processos de adaptação e reconfiguração das práticas comunicacionais diante das transformações tecnológicas em curso. A seguir, destacamos alguns podcasts que identificamos no *corpus*:

Quadro 12 - Podcasts identificados no *corpus*

Podcasts	Autor(a)
São Gonçalo da Depressão	CARVALHO, Renata Palitó

Podcast Renegadus	EVANGELISTA, Fábio Gama Soares
Podcast Originárias	NASCIMENTO, Letycia Gomes
Idade Mídia	DA CUNHA, Luciana Gouvea
Podcast da Ponte	BASTOS, Jaqueline Suarez

Fonte: Elaboração própria

Tal retração pode ser interpretada como reflexo de um contexto político-institucional marcado pela frustração dos movimentos sociais com a ausência de avanços estruturais nas políticas públicas para a radiodifusão comunitária. A criminalização persistente dessas emissoras, a morosidade estatal e a manutenção do oligopólio midiático contribuíram para o enfraquecimento de expectativas e para a dispersão organizativa do campo, o que se reflete também na produção acadêmica.

Um exemplo emblemático desse movimento é a Rádio Heliópolis, que figurou como objeto recorrente de pesquisas acadêmicas até meados de 2015, incluindo estudos como os de Vanessa Zandonade (2013) e João Malerba (2016). No entanto, após esse período, observa-se uma espécie de desaparecimento dessa experiência enquanto objeto de investigação científica, apesar de sua continuidade e relevância no território. A rádio comunitária Rádio Heliópolis possui 34 anos de atuação e foi fechada pela Anatel por três vezes, sendo que, neste último episódio, teve seu funcionamento autorizado de forma simbólica pelo então ministro da Cultura, Gilberto Gil, em uma intervenção presencial.

Entre 2013 e 2022, a lei da radiodifusão comunitária⁴⁰ permaneceu estruturalmente a mesma, ou seja, não houve reformas no seu texto principal nesse período. Contudo, em 2019, como citado anteriormente, 130 rádios comunitárias foram fechadas no país pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações (MCTIC). Notamos que houve, portanto, um cenário de estagnação normativa e de repressão institucional ao longo da década estudada, momento que coincidiu com a intensificação dos processos de digitalização da comunicação, que passaram a oferecer alternativas técnicas e simbólicas às limitações impostas à radiodifusão comunitária tradicional.

⁴⁰ Lei 9.612/1998. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm. Acesso em 9 de dezembro de 2025.

A emergência de novos formatos digitais, como o podcast e as rádios web, reconfigurou as práticas comunicacionais de grupos historicamente vinculados às rádios comunitárias, deslocando parte de suas iniciativas para ambientes menos regulados e de menor custo operacional, o que é problemático de muitos modos porque tende a enfraquecer essas iniciativas enquanto projetos coletivos enraizados no território. Tem-se um novo processo de mobilização comunitária, de sustentação cotidiana e de reconhecimento público, principalmente, comprometendo sua capacidade de atuação política e cultural no âmbito local.

Da mesma forma que ocorreu na radiodifusão comunitária, a mudança promovida pela ANCINE, em 2012, no âmbito da Lei da TV por Assinatura, que passou a restringir a possibilidade de que operadoras de TV por assinatura mantivessem canais sob sua gestão direta, o Canal NET Cidade também foi afetado. Apesar de não se configurar exatamente como um veículo comunitário, o Canal NET Cidade surge como um objeto de pesquisa com essa vertente. Nesse contexto, uma petição pública⁴¹ foi escrita em 2012 e enviada por voluntárias do Canal NET Cidade, com o objetivo de solicitar a revisão da decisão judicial que determinava a retirada do canal do ar e a interrupção das atividades do projeto. O documento reivindicava a continuidade de um trabalho desenvolvido coletivamente pela comunidade ao longo de quase duas décadas, destacando o caráter considerado voluntário da iniciativa, a produção de conteúdos locais e a função formativa desempenhada pelo canal junto a milhares de participantes. A pesquisa de Rodrigues (2017), acerca do voluntariado do canal Net Cidade do ABCDM, marca o fim de uma trajetória de mais de 17 anos de trabalho nas cidades de Santo André, Americana e Santos.

O que se observa ao final desta análise é que rádios e TVs, sobretudo as comunitárias, deixam de ocupar centralidade nas pesquisas não porque tenham desaparecido, mas porque passam a operar em condições cada vez mais instáveis. As experiências analisadas apontam para um campo marcado por interrupções e deslocamentos, além de tentativas recorrentes de adaptação diante de restrições legais e institucionais persistentes. Nesse cenário, a pesquisa acadêmica acompanha esses movimentos de forma desigual, registrando com maior facilidade

⁴¹ Pela volta do Canal NET Cidade e o Programa de Voluntariado. Disponível em <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR84955>. Acesso em 28 de dezembro de 2025.

aquilo que se estabiliza como objeto e encontrando limites para lidar com práticas comunicacionais atravessadas por instabilidade contínua.

5.3 Experiências nos contextos digitais

As experiências digitais se destacam de forma significativa no *corpus*. Esses estudos analisam tanto iniciativas de ativismo digital vinculadas a contextos locais, como as páginas *Fala Coroadó* e *São Gonçalo da Depressão*, quanto experiências de alcance nacional. Parte das pesquisas investiga a relação entre comunicação, movimentos sociais e redes digitais a partir de práticas marcadas por ações pontuais, circulação intensiva de conteúdos e articulações pouco institucionalizadas. Outros trabalhos analisam o uso das tecnologias da informação e comunicação por associações comunitárias como recurso para organização interna, divulgação de atividades e interlocução com atores institucionais. Há ainda estudos que se concentram em experiências digitais voltadas à afirmação racial e de gênero, como as pesquisas sobre imprensa negra na internet e produções audiovisuais coletivas, nas quais o ambiente digital é tratado como espaço de autoria e disputa de sentidos. A seguir, são descritas as experiências que têm como foco principal práticas comunicacionais contra-hegemônicas desenvolvidas em contextos digitais:

Quadro 13 - Experiências relacionadas a experiências digitais

Experiências digitais		Autor(a)	Ano
1	ASPECTOS DE ATIVISMO DIGITAL NA POLÍTICA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO: Um estudo das páginas Fala Coroadó e São Gonçalo da Depressão	CARVALHO, Renata Palitó	2019
2	Uma análise da comunicação comunitária em duas associações de Itajubá, MG, através do uso das TICs como ferramenta de comunicação.	DA COSTA, Michelly Xavier	2019
3	COMUNICAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES: POR UM PROJETO BIOPOLÍTICO E COMUNITÁRIO DA MULTIDÃO	SILVA, Suelen de Aguiar	2018

4	Navegando com a comunicação comunitária em uma maré de microrrevoluções	SILVA, Rociclei	2016
5	Ciber-Informações Nativas: Uma análise da circulação da informação dos cibermeios de autoria de povos indígenas residentes no território brasileiro (2005-2012)	TAVARES, Joana Brandão	2013
6	FAVELA COM: Um retrato do Jornalismo Comunitário Carioca na era digital	MORAES, Jader Luciano Silva de	2014
7	Mídia cidadã, comunicação popular e as redes colaborativas online de alerta de segurança. Uma luta por direitos ou por visibilidade?	DE SANTI, Mara Fernanda	2019
8	IMPrensa Negra na Internet: enquadramentos dos conteúdos produzidos pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z.	TEIXEIRA, Valmir	2019
9	Jornalismo Popular na era digital - Reconfigurações Tecnológicas e Narrativas.	TONDO, Stephanie Branco	2018
10	QUANDO AS MINORIAS FALAM: Os personagens da websérie cartas urbanas, do coletivo Nigéria, e suas construções de sentido sobre a obra	DE SOUSA, Francisco Sérgio Lima	2017
11	MÍDIAS ALTERNATIVAS EM PORTO ALEGRE: Processos comunicativos, midiaticização digital e cidadania na perspectiva de seus comunicadores	HAUBRICH, Alexandre Freitas	2016
12	FALAM DE MIM E EU FALO DE NÓS: Gênero, raça e corporeidade na trama virtual	MOISÉS, Raika Julie	2016

Fonte: Elaboração própria

Um aspecto recorrente é a centralidade da ação política e do ativismo em escalas locais e comunitárias. Pesquisas que tratam de páginas de ativismo municipal, associações comunitárias e redes colaborativas mostram que o digital é abordado como forma de intervenção direta no cotidiano. Também se observa um interesse pelas transformações do jornalismo comunitário e popular diante das dinâmicas da midiaticização digital. De modo geral, esses trabalhos apontam para um campo de pesquisa atento às novas configurações da comunicação contra-hegemônica.

A concentração das pesquisas que abordam essas experiências, sobretudo entre 2016 e

2019, mostra um contexto em que os ambientes digitais passam a assumir um papel de destaque nas práticas comunicacionais contra-hegemônicas. Nesse período, como discutido na seção anterior, as redes digitais deixam de ser compreendidas apenas como recursos de apoio e passam a ocupar um lugar central na organização de ações coletivas, na construção de visibilidade e na disputa de sentidos no campo da comunicação comunitária, popular e alternativa.

Entendemos que dois fatores foram decisivos para o destaque das experiências de coletivos digitais no corpus analisado. O primeiro está relacionado à própria década contemplada pela pesquisa, marcada pela consolidação de uma nova etapa da comunicação digital, na qual plataformas online deixam de ser complementares e passam a ocupar uma centralidade nas práticas comunicacionais. O segundo fator diz respeito às mobilizações de 2013 no Brasil, quando ocorreram articulações de grande alcance convocadas por meio das redes sociais, alterando de forma significativa as dinâmicas de organização política, visibilidade pública e circulação de narrativas.

Um aspecto que chama atenção é o fato de que, embora se pudesse supor que o período da pandemia de Covid-19 teria intensificado de forma abrupta o uso das plataformas digitais e reforçado o papel dos coletivos como espaços de articulação, produção simbólica e ação contra-hegemônica, parte significativa das pesquisas que abordam experiências digitais é anterior a esse momento. Aproximadamente metade desses estudos foi desenvolvida ao longo de 2019, período anterior ao início da pandemia de Covid-19, que se estabeleceu no final daquele ano.

Uma experiência emblemática no campo das experiências digitais é a Rede Mocoronga, rede de comunicação comunitária na Amazônia vinculada ao *Projeto Saúde & Alegria*, organização não governamental que atua desde 1987 na região de Santarém, no Pará. No início da década, foram identificadas duas pesquisas dedicadas integralmente a essa experiência (Tovar; Rabassa), além de diversas menções à rede como referência ou apoio em outros estudos. Naquele período, a *Rede Mocoronga* envolvia 31 comunidades e mantinha um site próprio, além de um canal no YouTube, a *Rádio Mocoronga* e a *TV Mocoronga*. A rede era organizada a partir de sucursais comunitárias, formadas por grupos locais de jovens repórteres que assumiam nomes próprios e diferentes formas de gestão. As escolas das

comunidades também atuavam como parceiras, oferecendo apoio pedagógico por meio dos professores.

Após 2015, observa-se o desaparecimento de pesquisas sobre essa experiência no corpus analisado, ao mesmo tempo em que se percebe uma diminuição de seu alcance e de sua capacidade de articulação. A experiência, que em momentos anteriores esteve presente de forma recorrente nos estudos e nas análises sobre comunicação comunitária, passa a aparecer cada vez menos, indicando um processo de esvaziamento de sua visibilidade acadêmica e pública. Atualmente, não foram encontrados registros de uma atuação contínua da rede em plataformas de redes sociais, tampouco a circulação regular de conteúdos vinculados a ela. As poucas referências identificadas concentram-se em participações pontuais, especialmente durante o período da pandemia, o que sugere uma atuação mais esporádica e menos estruturada quando comparada a fases anteriores da experiência.

Essa trajetória dialoga com outras experiências analisadas de duas maneiras. A primeira diz respeito ao caráter muitas vezes passageiro dessas iniciativas, que atravessam momentos de maior visibilidade e crescimento, seguidos por períodos de retração. Isso pode estar relacionado tanto às dificuldades de adaptação às mudanças tecnológicas quanto aos desafios de manter iniciativas de comunicação contra-hegemônica ao longo do tempo. A segunda se refere ao fato de que muitas dessas experiências surgiram no ambiente digital por meio de sites, mas não conseguiram acompanhar a rapidez e a centralidade assumidas pelas redes sociais. Com isso, acabaram perdendo espaço para essas plataformas. Atualmente, as experiências digitais que ganham maior destaque nas pesquisas são aquelas que mantêm atuação frequente e contínua nas mídias sociais.

Por fim, observa-se que, embora as experiências digitais se destaquem no *corpus* analisado, sua sustentação e duração ao longo do tempo mostram-se bastante frágeis. Muitas dessas iniciativas surgem em momentos específicos de expansão e visibilidade, mas encontram dificuldades para se manter de forma contínua. Isso se evidencia, sobretudo, nos casos de experiências que, nos primeiros anos da década, se estruturaram a partir de sites ou blogs e não conseguiram acompanhar o deslocamento do debate e da circulação de conteúdos para as plataformas de mídias sociais.

Nesse sentido, pode-se dizer que ocorre uma troca de dependências. Se antes as experiências de comunicação contra-hegemônica estavam submetidas a marcos legais que pouco reconheciam sua complexidade, como no caso das rádios comunitárias, hoje elas passam a depender das dinâmicas das plataformas digitais. Os algoritmos, a lógica da visibilidade e a exigência de produção constante de conteúdos demandam investimento financeiro e disponibilidade de recursos humanos que nem sempre condizem com a realidade e o ritmo cotidiano dessas iniciativas. Como resultado, muitas acabam perdendo visibilidade e continuidade dentro dos próprios ambientes digitais.

5.2 O Rio de Janeiro como território-laboratório das experiências

Nos capítulos anteriores, mostramos que o Sudeste concentra a maior parte das pesquisas sobre comunicação contra-hegemônica no período analisado, assim como a maioria das experiências investigadas. Nesse contexto, a cidade do Rio de Janeiro se destaca como um espaço particularmente fértil para experimentações comunicacionais. Segundo o *Atlas da Notícia*, a cidade definitivamente não é um deserto de notícias, já que abriga mais de duzentas iniciativas comunicacionais de diferentes naturezas e, ao mesmo tempo, grandes conglomerados midiáticos, como os Estúdios Globo. Essa convivência entre centros hegemônicos e práticas alternativas cria um terreno rico para a produção e circulação de saberes, tornando o Rio um verdadeiro laboratório de comunicação.

Para ilustrar esse cenário, vale destacar o mapeamento realizado pela Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro no âmbito do projeto "Geração cidadã de dados: cartografia dos coletivos de comunicação comunitária para promoção da saúde"⁴², em 2024, que abrange vários bairros da cidade, incluindo Cidade Universitária, Penha, Maré e Complexo do Alemão. Como resultado da pesquisa, foram mapeados 27 coletivos. O estudo considera apenas coletivos que se identificam como comunicação comunitária, o que indica que há ainda mais experiências atuando na cidade. A presença de dois *campi* da Fiocruz na região também reforça a importância do território como espaço de pesquisa e produção de conhecimento.

⁴² Mapa Indicadores Comunicação Comunitária. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Arquivo:Mapa_Indicadores_Comunicacao_Comunitaria_A3.pdf. Acesso em 31 de janeiro de 2026.

Essa realidade dialoga muito com o retrato já apresentado no documentário "Comunicação popular: quem faz?", produzido pelo Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) em 2014. O filme destacou jornais, programas de rádio e televisão desenvolvidos por moradores de comunidades como o Morro do Borel, o Conjunto de Favelas da Maré, o Morro Santa Marta, a Rocinha, a Cidade de Deus e a região de Jacarepaguá, o que mostra que a trajetória dessas práticas comunicacionais já está enraizada no local.

Identificamos que, na última década, a cidade também se consolidou como cenário de diversas experiências analisadas por pesquisas acadêmicas. No âmbito desta tese, as experiências mapeadas no Rio de Janeiro constituem o conjunto mais numeroso do corpus analisado, especialmente entre os trabalhos que utilizam a palavra-chave comunicação comunitária. A fim de exemplificar, o termo "Rio de Janeiro" aparece citado ao menos duas mil vezes em todo o *corpus*.

Acreditamos que um dos pontos que mais contribui para o Rio de Janeiro ser uma espécie de centro da comunicação contra-hegemônica está associado ao seu território. O Rio foi capital do Brasil por quase 200 anos, de 1763 a 1960. É um ambiente marcado não só pela efervescência cultural, mas também por favelas⁴³ e comunidades urbanas que expressam a desigualdade socioespacial da urbanização brasileira. A escolha de experiências localizadas nesse contexto se fortalece diante da concentração de comunidades e das condições sociais que atravessam a vida dos jovens que habitam esses territórios, o que torna esse cenário especialmente significativo para a análise. Esse território de comunidade, enquanto espaço geográfico, não limita a comunicação contra-hegemônica, mas ajuda a dar forma a ela. É nele que as mobilizações se organizam, ganham força e encontram caminhos próprios de atuação.

Uma outra forma de olhar para a importância do Rio de Janeiro como campo de análise é considerar quem vive nesses territórios e em que condições. A dimensão populacional das comunidades, somada à forte presença de jovens e às dificuldades de acesso à educação e à qualificação profissional, ajuda a entender por que esses espaços se tornam tão centrais para o surgimento de iniciativas de comunicação voltadas à expressão, à participação

⁴³ O termo "favela" refere-se à compreensão do IBGE que a define como Favelas e comunidades urbanas expressam a desigualdade socioespacial da urbanização brasileira. Retratam a incompletude – no limite, a precariedade – das políticas governamentais e investimentos privados de dotação de infraestrutura urbana, serviços públicos, equipamentos coletivos e proteção ambiental aos sítios onde se localizam, reproduzindo condições de vulnerabilidade. Estas se tornam agravadas com a insegurança jurídica da posse, que também compromete a garantia do direito à moradia e a proteção legal contra despejos forçados e remoções

e à reivindicação de direitos. O trecho a seguir ajuda a exemplificar como isso é exposto nas pesquisas:

O Rio de Janeiro é a cidade que contém mais pessoas vivendo em comunidades carentes. São cerca de 1,4 milhão de pessoas distribuídas em 763 favelas. Só na favela da Rocinha, na zona sul, existem cerca de 70 mil moradores, segundo dados do último censo realizado pelo IBGE em 2010¹⁰⁴. Mas para a Associação de Moradores do local este número estaria equivocado, e a associação estima que o número de moradores na Rocinha seja de 180 a 220 mil habitantes, segundo uma reportagem do mesmo ano do portal. (...) Em meio a esse percentual, a maioria desses jovens não possuem a oportunidade de cursar o nível superior ou ainda que cursem precisam encarar a dura realidade de ter que conciliar a vida acadêmica com o trabalho, para ajudar nas despesas da casa. De fato, a qualificação tem se tornado um desafio cada vez mais distante (ALVES, 2021, p. 114).

Contudo, é importante reconhecer que favelas e comunidades urbanas não são uma exclusividade do Rio de Janeiro, mas uma realidade presente em diferentes regiões do Brasil. A maior favela da América Latina, por exemplo, está localizada no Distrito Federal e abriga quase o dobro de moradores da Rocinha. Além disso, o Rio não ocupa o primeiro lugar nos índices de desigualdade social, já que cidades como São Paulo apresentam disparidades ainda mais acentuadas. Diante disso, torna-se relevante refletir sobre o que faz do Rio de Janeiro um território especialmente fértil para experiências de comunicação contra-hegemônica, além de tentar compreender os fatores que sustentam essa posição de destaque.

O Rio de Janeiro exemplifica, de forma concreta, aquilo que Milton Santos (2005) descreve ao afirmar que o território ultrapassa a noção de uma simples delimitação espacial. O território constitui uma construção social, marcada simultaneamente por condições materiais, intencionalidades e relações humanas. Forças, contradições, solidariedades e conflitos coexistem nesse espaço, estruturando a vida em sociedade e tornando o território um campo dinâmico, carregado de potencial transformador. No corpus analisado, a cidade do Rio de Janeiro revela essas possibilidades, configurando-se como cenário privilegiado para observar a interação entre processos sociais, culturais e espaciais.

É uma grande emoção pesquisar sobre o bloco de carnaval Se Benze que Dá, que em 2025 está completando 20 anos. O bloco para mim simboliza os encontros e é forma de luta por direitos. São maravilhosos os momentos de encantamentos promovidos a partir dos desfiles do bloco. São momentos mágicos de alegria com os desfiles do bloco e é afirmação da luta por direitos no território da Maré (EVANGELISTA, 2021, p. 22).

Outro fator que contribui para que o Rio de Janeiro seja reconhecido como um centro da comunicação contra-hegemônica está na maneira como a mídia constrói e reforça sua imagem como o epicentro da violência brasileira. Mesmo pessoas que nunca estiveram na cidade tendem a reproduzir essa percepção, resultado da repetição constante e da ênfase com que esse enquadramento é difundido diariamente pelos veículos de comunicação. A manutenção dessa narrativa, entretanto, tem gerado um movimento inverso: o fortalecimento de iniciativas de comunicação popular, alternativa e comunitária que buscam disputar esses sentidos e afirmar outras representações sobre esse território. Assim, ao reagirem a essa estigmatização, diversos coletivos encontram na comunicação um instrumento de reconstrução simbólica do lugar onde vivem.

Isso também se faz presente no *corpus* de pesquisa. As análises indicam que essas representações tendem a desconsiderar os processos históricos que constituem esse território. O corpus revela uma dissociação entre a complexidade dos espaços populares e as imagens que circulam sobre o Rio de Janeiro na mídia dominante. Nesse cenário, muitas experiências de comunicação popular, alternativa e/ou comunitárias surgem como uma tentativa de reintrodução da historicidade e da representação local, como pode ser observado a seguir:

Fica claro que a forma de representação hegemônica que é empregada aos espaços populares apaga a historicidade destes locais. É nesse contexto que percebemos a dicotomia na representação destes espaços no que se refere à correspondência entre o objeto representado e a imagem hegemônica que dele se tem (RODRIGUES, p.58).

Não por acaso, em diversas ocasiões, é o jornalismo popular que tem fornecido informações com maior agilidade e qualidade do que os meios hegemônicos. Isso se deve, em grande parte, à presença de coletivos de contra-comunicação inseridos nas próprias comunidades onde essas ações ocorrem, o que lhes permite relatar os acontecimentos a partir de uma perspectiva local e imediata. Um exemplo claro dessa atuação pôde ser observado na megaoperação policial realizada em outubro de 2025, na região metropolitana do Rio, quando ocorreu a operação mais letal do Rio desde 1990, que matou pelo menos 130 pessoas. Nessa ocasião, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas, circularam quase 2 milhões de mensagens

somente por aplicativos, destacaram-se coletivos como Olhar Complexo, Notícia Preta e Maré de Notícias.

Cabe destacar, ainda, o papel das instituições, como é o caso da Fiocruz Rio de Janeiro e da CUFA (Central Única das Favelas), e dos profissionais envolvidos na consolidação desse campo de pesquisa, conforme indicado pelos resultados apresentados no Capítulo 2 desta tese. Observa-se que muitos orientadores(as) das pesquisas estão vinculados à cidade do Rio de Janeiro e, em alguns casos, ao próprio estado, o que contribui para a formação de uma força temática localizada. Esse contexto favorece não apenas a concentração de estudos na região, mas também a construção de uma tradição de pesquisa na área, que se retroalimenta ao longo do tempo. Entre os nomes que aparecem com mais frequência nos estudos investigados estão Raquel Paiva, Cicilia M. Krohling Peruzzo, Muniz Sodré e Dênis de Moraes.

Por fim, acreditamos que o aspecto mais relevante a ser destacado sobre o Rio de Janeiro como laboratório privilegiado das iniciativas de comunicação contra-hegemônica reside no fato de que sua configuração como um centro nacional dessas práticas tensiona a suposição de que tais experiências emergem somente em contextos marcados por hegemonias informacionais. Ao contrário, esse exemplo mostra que a efervescência das práticas comunicacionais tende a se concentrar em regiões nas quais já existe essa dinâmica, gerando um efeito de acúmulo. Como resultado, algumas regiões apresentam elevada pluralidade de experiências comunicacionais contra-hegemônicas, enquanto outras permanecem em relativo déficit.

5.3.1 O gentílico mareense como expressão da comunicação contra-hegemônica

Se no conjunto das pesquisas analisadas, a cidade do Rio de Janeiro concentra a maior parte das experiências investigadas, dentro desse recorte urbano, o bairro da Maré se destaca como o território mais recorrente no *corpus* desta tese. Localizada na Zona Norte, a Maré é constituída por 16 comunidades e fica às margens da Baía de Guanabara. Se localiza entre as três principais vias de circulação da cidade: Av. Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela, e está próxima à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao longo da sua história, a Maré se tornou o conjunto de favelas mais populoso da cidade do Rio, onde vivem mais de 140 mil pessoas, nos mais de 47 mil domicílios, em uma área com menos de 4km². Com essa

população, o bairro é o nono mais populoso da cidade e maior do que 96% dos municípios do Brasil.

No corpus analisado por esta pesquisa, a Maré aparece frequentemente descrita como um território “não branco”, atravessado por diferentes formas de estereotipação. Como aponta Evangelista (2021), trata-se de um território com população majoritariamente afrodescendente, conforme será detalhado no capítulo 2, dedicado à história do conjunto de favelas da Maré. Historicamente, grande parte das representações sobre esse território foi construída a partir de estereótipos que o associam à violência e à pobreza. Em contrapartida, observa-se o crescimento de trabalhos acadêmicos que tensionam essas narrativas hegemônicas, buscando questionar tais representações. A seguir, apresentamos algumas pesquisas que têm essa região explicitamente como foco de análise:

Quadro 14 - Pesquisas que têm como foco experiências do Rio de Janeiro

Autor(a)	Título do Trabalho
ALVES, Carlos Roberto Cerqueira	Comunidades carentes e a comunicação audiovisual: Técnicas de edição como forma de expressão de comunidades oprimidas e oportunidade de vida para jovens moradores de favelas.
EVANGELISTA, Fábio Gama Soares	O Bloco Se Benze que Dá e o seu papel na Sociabilidade da Favela da Maré (Rio de Janeiro).
LUNA, Eunice Muruet	Os lugares da infância em processos de comunicação comunitária: Jornal O Cidadão da Maré como experiência.
MARTINS, Gizele de Oliveira	Militarização da vida e censura da Comunicação Comunitária: a luta por liberdade de expressão no conjunto de favelas da Maré
MOISÉS, Raika Julie	Falam de mim e eu falo de nós: gênero, raça e corporeidade na trama virtual

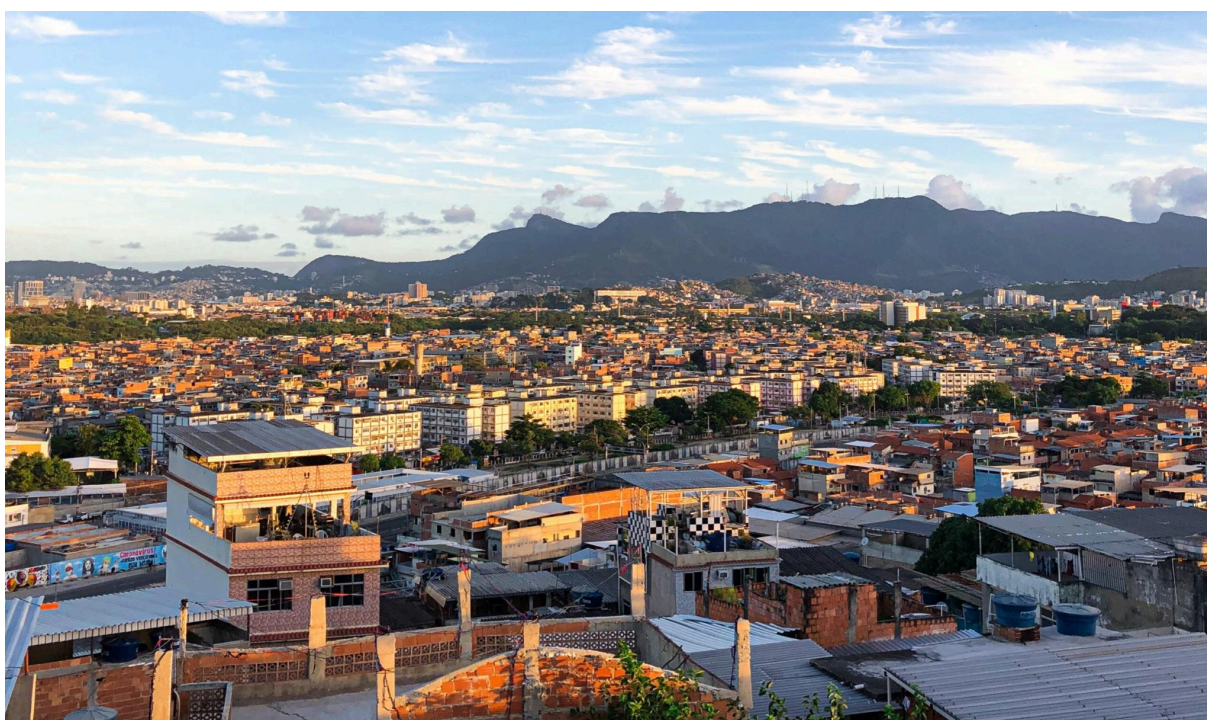
Fonte: Elaboração própria

Entendemos que a própria configuração social da Maré revela, por si só, elementos centrais para compreender o território ao qual esta pesquisa se refere. De acordo com os dados do Censo Maré⁴⁴, a população local é majoritariamente composta por mulheres (51%), por pessoas pretas e pardas (62,1%) e por jovens com menos de 30 anos, que representam 51,9%

⁴⁴ Disponível em https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf. Acesso em 31 de janeiro de 2026.

dos moradores. Observa-se também uma presença significativa de pessoas com origem nordestina, que correspondem a 18,3% da população. Trata-se, em grande parte, de uma população com vínculos duradouros com o território, já que 61,8% dos moradores vivem na Maré desde o nascimento. A seguir, é possível observar esse território:

Figura 23 – Foto tirada do Morro do Timbau, de onde se vê a Baixa do Sapateiro, Linha Amarela e Vila dos Pinheiros



Fonte: Foto de Raysa Castro para o jornal *O Cidadão da Maré*

No que diz respeito à escolarização, os dados apontam para um acesso bastante restrito ao ensino superior, que alcança apenas 2,4% da população. Esse cenário se torna ainda mais expressivo quando se observa que, em todo o território da Maré, foram identificadas apenas 28 pessoas com mestrado completo, 11 com doutorado e 5 com pós-doutorado, considerando todas as áreas do conhecimento. Ou seja, na Maré, existem poucos pesquisadores(as) acadêmicos. Entre esses poucos, muitos provêm da área da comunicação, o que indica que as práticas comunicativas são fundamentais para a produção de conhecimento sobre o local, conforme destaca Evangelista (2021):

Historicamente, a maior parte das representações sobre a Maré foi construída por meio de estereótipos, associando este território à violência e à pobreza. Por outro lado, surgem cada vez mais trabalhos acadêmicos lutando contra este tipo de representação e ajudando a mostrar a pluralidade das vidas dos moradores mareenses (EVANGELISTA, 2021, p.81).

Determinadas experiências se destacam pela recorrência com que aparecem nas pesquisas sobre comunicação contra-hegemônica na Maré, como é o caso do Jornal *O Cidadão*. Criado em 1999, como iniciativa do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), o jornal tornou-se uma das principais referências em comunicação contra-hegemônica no país. Este jornal está presente na pesquisa da década (2013-2022) de maneira bastante marcante. Para fins de contextualização, *O Cidadão* já foi analisado em pelo menos três dissertações de mestrado, cinco artigos científicos, uma tese de doutorado e um trabalho de conclusão de curso de graduação. Estima-se que o número real de estudos sobre o jornal e experiências semelhantes seja ainda maior. No entanto, a ausência de práticas sistemáticas de devolutiva por parte dos pesquisadores faz com que grande parte desse conhecimento permaneça restrita ao ambiente acadêmico, tornando-se invisível para as próprias comunidades e limitando o alcance e o reconhecimento social dessas iniciativas.

Em uma pesquisa rápida, é possível perceber que o jornal *O Cidadão* destoa de uma perspectiva hegemônica tradicional. Um exemplo desse posicionamento pode ser observado na editoria Memória do jornal. Esse espaço é dedicado ao resgate histórico e cultural da comunidade. As pautas acompanham referências que fazem parte da vida cotidiana da Maré. A reportagem Que lugar é esse: Tijolinho percorre a história do Tijolinho na Nova Holanda⁴⁵, o texto sobre a igreja de Nossa Senhora dos Navegantes⁴⁶ registra a trajetória da instituição mais antiga da comunidade. Entende-se que são esforços que visam uma sensação de pertencimento local na comunidade, sobretudo por meio de uma experiência comunicacional produzida e conduzida por moradores(as). A seguir, destacamos um trecho da pesquisa de Rociclei Silva (2016), que expõe um pouco dessa discussão:

⁴⁵ Que lugar é esse: Tijolinho percorre a história do Tijolinho na Nova Holanda. Disponível em <https://jornalocidadao.net/2025/04/04/que-lugar-e-esse-tijolinho/>. Acesso em 20 de setembro de 2025.

⁴⁶ Nossa Senhora dos Navegantes: igreja na Maré completa 80 anos. Disponível em <https://jornalocidadao.net/2025/04/16/nossa-senhora-dos-navegantes-igreja-na-mare-completa-80-anos/>. Acesso em 20 de setembro de 2025

Este é um dos propósitos da comunicação na Maré: fazer com que os moradores mudem sua percepção sobre a Maré e que passem a acreditar nela. Como também construir, na população, uma visão crítica de mundo e uma atitude politicamente ativa em relação aos descaminhos tomados por esta triste e agonizante civilização capitalista ocidental contemporânea, sem esquecer o socialismo de Estado que, em nome da busca por uma igualdade social, esmagou a liberdade de pensamento e criação (R. SILVA, 2016, p. 152).

Embora não seja possível afirmar com total certeza a origem do termo, de acordo com informações divulgadas no site do jornal *O Cidadão*, o gentílico mareense teria sido criado pela própria iniciativa com o objetivo de fortalecer a construção de uma identidade local. A proposta era estimular o reconhecimento dos moradores como parte de uma comunidade comum, contribuindo para a afirmação simbólica do território e para o sentimento de pertencimento coletivo. As formas de nomear quem vive no território dizem muito mais do que parece à primeira vista, pois revelam disputas de sentido presentes tanto nas narrativas da mídia quanto no modo como os próprios moradores se reconhecem e se posicionam.

Uma das primeiras equipes do jornal *O Cidadão* inventou uma palavra com a ideia de trabalhar a identidade local das favelas. Nas páginas do jornal, o termo ‘mareense’ aparecia com o objetivo de fazer com que os moradores valorizassem seu pertencimento ao Conjunto de Favelas da Maré, já que na época era muito comum que eles se colocassem como moradores de Bonsucesso. Isso por causa do preconceito, dos estereótipos, da forma com que grande parte da sociedade trata a favela. Uma coisa que o jornal *O Cidadão* fez foi cunhar uma palavra que não existia e isso, inclusive, eu coloco na dissertação, é um neologismo que é ‘mareense’. Não existia isso em pouquíssimos lugares do Rio (MARTINS, 2018, p. 41).

A primeira categoria (morador) repetidamente é enfatizada nas coberturas jornalísticas realizadas pela mídia hegemônica ao criar um binômio morador x bandido. Os moradores algumas vezes também utilizam tais categorias (morador, cria, mareense) no sentido de afirmar a inocência de uma pessoa (EVANGELISTA, 2021, p.78).

Ou seja, é possível dizer que o jornal *O Cidadão*, recorrente não só no *corpus* analisado, mas também presente na trajetória de diferentes pesquisadores, constitui um exemplo da relação entre as experiências de comunicação contra-hegemônica e a produção de sentidos de pertencimento local entre os moradores da Maré. Essa perspectiva aparece de forma explícita em algumas pesquisas, como expressa o trecho a seguir:

Este é um dos propósitos da comunicação comunitária na Maré: fazer com que os moradores mudem sua percepção sobre a Maré e que passem a acreditar nela. Como também construir, na população, uma visão crítica de mundo e uma atitude

politicamente ativa em relação aos descaminhos tomados por esta triste e agonizante civilização capitalista ocidental contemporânea, sem esquecer o socialismo de Estado que, em nome da busca por uma igualdade social, esmagou a liberdade de pensamento e criação (R. SILVA, 2016, p.152).

Entre os nomes associados à trajetória do veículo, destaca-se o de Gizele Martins (2018), colaboradora cuja atuação aparece recorrentemente em entrevistas, reportagens e registros acadêmicos sobre a experiência, incluindo as próprias investigações de Luna (2014) realizadas há mais de uma década, além dos agradecimentos de outros pesquisadores. Sua dissertação, chamada “Militarização da vida e censura da Comunicação Comunitária: a luta por liberdade de expressão no conjunto de favelas da Maré”, integra o corpus desta pesquisa e constitui uma referência relevante na discussão sobre comunicação comunitária e direitos humanos no território. Embora tenhamos buscado contato com a autora para convidá-la a participar desta investigação, não obtivemos retorno. Contudo, destacamos um trecho de sua dissertação que resume a sua experiência na dupla jornada de equipe do Jornal e pesquisadora ao mesmo tempo:

Realizar tal pesquisa foi desafiador, pois eu sou cria da favela da Maré e, além disso, eu participo da militância interna há mais de 15 anos. Ou seja, estive e estou inserida, o que me fez pensar em estratégias de como conseguir ouvir mais vozes que complementassem e, ao mesmo tempo, se distanciassem da minha fala. Para isso, precisei entrevistar ainda mais pessoas do que eu havia pensado inicialmente, necessitei ouvir outras opiniões de moradores da Maré sobre o período histórico da comunicação comunitária, assim como o período de censura em 2014 e 2015. Outro desafio que tive de enfrentar ao longo deste trabalho foi o fato de eu já ter passado por parte destes meios comunitários, afinal, por mais de 15 anos fiz parte do jornal comunitário O Cidadão e também estive na produção de notícias nos primeiros meses do Maré Vive (MARTINS, 2018, p. 32)

A trajetória de Gizele de Oliveira Martins (2018) apresenta elementos que se aproximam da vivência de muitos sujeitos inseridos no campo da comunicação contra-hegemônica. Nesse universo, especialmente no âmbito da comunicação comunitária, percebe-se a constituição de uma espécie de “escola de formação” que vai além do aprendizado técnico em comunicação, envolvendo dimensões sociais e formativas mais amplas. É frequente, por exemplo, encontrar pessoas que fazem desse campo a sua principal escola de vida, permanecendo por mais de uma década atuando nesses espaços. Essa permanência tende a produzir vínculos mais duradouros do que aqueles observados em outras experiências formativas ou profissionais, indicando um envolvimento continuado com os territórios, com os coletivos ou com as práticas comunicacionais desenvolvidas.

O presente estudo é fruto de uma intensa experiência com a prática da comunicação comunitária no conjunto de favelas da Maré no Rio de Janeiro. Esta experiência teve início no ano de 2012, quando o autor da tese passou a frequentar a Maré com o propósito de vivenciar as ações do Jornal O Cidadão na região, não se limitando a observar, mas participando ativamente do cotidiano do jornal e de todas as etapas de sua produção. Isto possibilitou interagir com o cotidiano da favela e vivenciar o modo de vida de seus moradores, compartilhando seus momentos de tristeza, medos, lágrimas, tensão, revolta, mas também de luta, resistência, alegria, superação e de conquistas. Através do Jornal O Cidadão foram sendo descobertas outras potentes iniciativas de comunicação comunitária desenvolvidas na região e passei a interagir com estes e outros equipamentos de comunicação (R. SILVA, 2016, p.41).

A experiência de *O Cidadão* representa, de modo geral, grande parte das experiências de comunicação contra-hegemônica contempladas nesta tese. Assim como ocorre em outras experiências, sua equipe é formada majoritariamente por pesquisadores, estudantes e comunicadores comunitários da mesma região. Nesse sentido, as experiências trazem uma dinâmica entre saber técnico-acadêmico. As características mencionadas também aproximam estruturalmente o jornal das demais iniciativas observadas, que enfrentam condições de funcionamento marcadas pela fragilidade financeira, pela intermitência das atividades e pela dependência de editais, trabalho voluntário ou parcerias institucionais.

O jornal também respondeu a questionamentos em relação à sua estrutura de financiamento e à veiculação de anúncios. Em 2015, Gizele Martins relatou que *O Cidadão* contava com quatro páginas de anúncios, totalizando cerca de 1.300 reais, e que havia um estatuto definindo regras específicas para a publicidade, como a limitação de anunciantes externos a catálogos, além de preços diferenciados para anúncios pequenos (15 a 20 reais) e páginas inteiras (200 reais). Naquele período, essa configuração refletia o funcionamento tradicional do jornal, com tiragem mensal ou bimestral e impressão garantida por meio de parceria institucional com uma gráfica. Entretanto, mais de dez anos depois, em 2025, essa realidade se modificou significativamente: a parceria com a gráfica foi perdida em 2015, e desde então apenas duas edições foram impressas (em 2016 e 2024) sem previsão de novas publicações. Atualmente, o jornal não mantém nenhuma parceria para publicidade em sua versão digital, o que limita a geração de receita por anúncios e evidencia transformações importantes em sua gestão e sustentabilidade ao longo do tempo.

A partir das respostas fornecidas pela equipe do jornal *O Cidadão*, também é possível observar que a aproximação de pesquisadores com o coletivo nem sempre resulta em retornos

concretos para o jornal. Nos últimos anos, essas aproximações ocorreram principalmente no contexto de trabalhos práticos, como reportagens, atividades de graduação ou como parte de pesquisas acadêmicas que tomam o jornal como um entre objetos de análise. No que diz respeito à participação em redes, a experiência considerada mais relevante ocorreu durante a pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2021, quando o jornal se articulou com outros coletivos de comunicação popular do território e com a Cooperação Social da Presidência da Fiocruz. Essa articulação possibilitou a circulação de informações qualificadas sobre prevenção, cuidado e acompanhamento da pandemia, além de resultar em uma reportagem publicada na revista *Radis*. Fora desse contexto específico, a equipe relata que a ausência de retornos não costuma gerar frustração, uma vez que não se criam expectativas quando não há promessas explícitas por parte dos pesquisadores.

Em relação à forma como o conhecimento produzido no cotidiano do jornal aparece nas pesquisas acadêmicas, a equipe aponta uma dificuldade recorrente de acesso aos resultados desses trabalhos. Na maior parte dos casos, os produtos finais das pesquisas não retornam ao coletivo, o que impede uma avaliação mais precisa sobre o reconhecimento ou a justiça das abordagens realizadas. A percepção predominante é a de que muitas pesquisas sobre iniciativas de favela, especialmente aquelas situadas no campo da pesquisa acadêmica e não da extensão, tendem a circular prioritariamente dentro da universidade. Isso faz com que seus efeitos materiais ou simbólicos no território sejam pouco perceptíveis no curto prazo. Ainda assim, a equipe reconhece que, em uma perspectiva mais ampla e de longo prazo, esse acúmulo de pesquisas pode contribuir para a formulação de políticas públicas. Também se menciona que algumas pessoas que passaram pelo jornal levaram essa experiência para pesquisas de mestrado e doutorado, o que pode ter ampliado a visibilidade do jornal, ainda que esse impacto não seja facilmente mensurável.

Por fim, no que se refere ao que poderia permanecer da relação entre universidade e jornal após o encerramento das pesquisas, a avaliação é marcada por certo ceticismo. Segundo a experiência da equipe atual, as pesquisas realizadas até o momento não foram suficientemente inovadoras a ponto de gerar expectativas concretas de retorno ou de transformação do trabalho cotidiano do jornal. Em geral, as abordagens acadêmicas se concentram em aspectos já recorrentes, como a história do jornal, sua linha editorial, a composição da equipe e o modelo de sustentabilidade do projeto. Nesse sentido, o jornal não se reconhece, até agora, como objeto de pesquisas capazes de produzir inovações práticas ou

otimizações significativas em seu funcionamento, o que evidencia limites importantes na forma como essas relações têm sido.

Ao longo da década analisada, o Jornal *O Cidadão* consolidou-se não apenas como uma experiência recorrente no *corpus* desta tese, mas como um verdadeiro ícone da comunicação contra-hegemônica na Maré e no país como um todo. Sua permanência no tempo, em um contexto marcado por instabilidade financeira, pressões políticas e mudanças no ecossistema comunicacional, evidencia uma capacidade de resistência que ultrapassa a dimensão do veículo em si. *O Cidadão* segue ativo como espaço de produção de sentidos, de formação política e comunicacional e, também, como campo privilegiado de pesquisa, atraindo sucessivas gerações de pesquisadores(as) que encontram ali não apenas um objeto de estudo, mas um lugar de implicação e aprendizado. Ao mesmo tempo, sua atuação contribui para a construção e o fortalecimento de um sentimento de pertencimento entre os moradores mareenses. Nesse sentido, o jornal se inscreve como parte constitutiva da história recente da Maré e da própria trajetória de pesquisa em comunicação contra-hegemônica no Brasil.

5.4 Uma rede de apoio à pesquisa em construção

Ao analisar os trabalhos, observamos uma frequente menção a uma série de instituições, iniciativas e coletivos que, embora não tenham sido diretamente incluídos no *corpus*, surgem como elementos fundamentais para o campo da comunicação contra-hegemônica no Brasil. Trata-se de uma espécie de “rede informal” de experiências, que sustenta a pesquisa tanto em termos de campo quanto de interlocuções e articulações institucionais. Trata-se desde veículos comunitários, organizações sociais, iniciativas culturais até articulações institucionais que sustentam as práticas de comunicação contra-hegemônica analisadas nas pesquisas. Diferentemente do modelo hegemônico, em que empresas frequentemente competem em escala nacional, a rede identificada demonstra que, embora seus atores coexistam no mesmo cenário e possuam objetivos por vezes divergentes, há entre eles certo grau de colaboração, o que constrói um sistema alternativo de produção e de circulação de comunicação.

Foram identificadas ao menos 150 experiências distribuídas por diferentes regiões do país, com a ressalva de que a rede mapeada é muito mais ampla do que o que esta pesquisa consegue abarcar. As ocorrências mais frequentes no corpus concentram-se em iniciativas de comunicação comunitária e mídia alternativa, localizadas sobretudo na região Sudeste e, em muitos casos, vinculadas a pesquisas realizadas em universidades públicas. Ainda assim, a maioria das experiências aparece apenas uma vez, o que aponta para um cenário marcado mais pela dispersão e capilaridade do que pela concentração.

Em relação aos jornais, notamos que algumas das iniciativas se articulam diretamente com projetos universitários, como Notícias do Jardim São Remo e Jornal do Ferradura, pensadas no âmbito da extensão e da formação prática em jornalismo. Nesses casos, a existência dos jornais acompanha o tempo da experiência acadêmica, funcionando como espaços de aproximação entre universidade e experiência. Em outro registro, aparecem jornais de bairro com trajetórias mais longas e consolidadas, como a Tribuna de Santo Amaro, em circulação desde 1930, e publicações como Voz do Bairro, Gazeta de Pinheiros e Gazeta do Ipiranga, que permanecem ativas e cumprem um papel contínuo na mediação das dinâmicas locais e na circulação cotidiana de informações.

Também se destacam iniciativas comunitárias e independentes produzidas a partir das periferias urbanas, como Capão News, Jornal Espaço do Povo e Cidade Tiradentes Notícias, que nem sempre se nomeiam como contra-hegemônicos. Em comum, essas experiências estabelecem vínculos diretos com as pesquisas analisadas, seja ao abrir espaço para pesquisadores, apresentar sujeitos e coletivos, ou ao funcionar como fontes, interlocutores e campos empíricos. Assim, ainda que diferentes em vigência, alcance e organização, esses jornais participam ativamente da produção de sentidos sobre o território e se inserem nas disputas por visibilidade e legitimidade no campo da comunicação local e contra-hegemônica. A seguir resumimos aqueles que são apresentados como jornais:

Quadro 15 - Jornais comunitários, de bairro, universitários e alternativos

Nome	Onde se localizam	Como se denominam	Vigência	Perfil
Notícias do Jardim São Remo	Universidade de São Paulo (USP)	O jornal era um projeto de extensão coordenado pelos	Inativo. Últimas publicações em 2015.	

		professores Dennis de Oliveira e Luciano Guimarães e era produzido pelos alunos do primeiro ano de Jornalismo da ECA/USP como atividade laboratorial obrigatória.		
Jornal do Ferradura	Bauru (SP)	Ambos foram produzidos por estudantes universitários da Unesp de Bauru.	Últimas publicações em 2014.	Fb: Jornal do Ferradura
Vozes do Nicéia			Está vigente até hoje. Tem publicações recentes do ano de 2026.	Ig: vozесdoniceia
Tribuna de Santo Amaro	Santo Amaro (SP)	O jornal de bairro mais antigo e tradicional de São Paulo. Desde 1930 com a comunidade!	Está vigente até hoje.	Ig: Tribunadesantoamaro
O Cidadão (Maré)	Já discutido na seção anterior			
Gazeta de Pinheiros		Jornal popular da Zona Oeste de São Paulo, que alcança empresas locais, moradores e tomadas de decisão.	Está vigente até hoje.	
Voz do Bairro		Voz do bairro: trabalhando pela comunidade desde 2002.	Está vigente até hoje.	vozдобairro.com.br
Gazeta do Ipiranga	Ipiranga (SP)	O jornal mais popular do Ipiranga	Está vigente até hoje.	@novagazetadoipiranga
Capão News	Capão Redondo, Zona Sul de São Paulo	Uma iniciativa 100% independente, feita por quem vive e acredita no poder das histórias que residem da ponte pra cá ⁴⁷	Está vigente até hoje. Tem mais de 2 milhões de views/mês, além de 130k nas redes.	@capaonews
Jornal Espaço do Povo	Paraisópolis	Jornal comunitário independente que retrata histórias das favelas e periferias há mais de 18 anos, a	Está vigente até hoje. Tem mais de 19 anos, 95 edições e contempla 1.832 comunidades.	@espacodopovo

⁴⁷ Referência à música Da ponte pra cá - Racionais MCs que fala sobre Capão Redondo

		partir do olhar de quem vive nesse contexto.		
Jornal Cidade Baixa	Salvador (BA)	Nosso site é uma plataforma online especializada em fornecer notícias atualizadas, verídicas e pertinentes. Com uma firme dedicação à autenticidade das informações, o objetivo principal é se estabelecer como a fonte confiável de notícias		https://cidadebaixaonline.com.br/
Jornal Zona Leste News		ZL Notícias é um portal diário de notícias com assuntos relacionados à zona leste da cidade de São Paulo, uma região de mais de 4 milhões de habitantes	Criado em 2017, vigente até hoje.	
CTN – Cidade Tiradentes Notícias		A CTN, é uma página de informações e utilidade pública, tudo referente ao distrito da Cidade Tiradentes e região!	Não encontramos mais informações	
Grajaú Tem	Grajaú (SP)	A melhor rádio web do Brasil. Aqui só toca sucesso, é Pouco anúncios e muita musicas ⁴⁸ .	É um portal de notícias com rádioweb. Vigente até hoje. Mais de 2k ouvintes diários.	https://radiograjaudem.net/
Jornal da Várzea	Várzea Paulista	O Jornal da Várzea tem o intuito de apoiar e divulgar o futebol e outros esportes amadores de São Paulo.		

Fonte: Elaboração própria

No que se refere aos coletivos, grupos e iniciativas que se autodenominam independentes, observa-se que esse conjunto concentra a maior parte das menções no *corpus*

⁴⁸ Optamos por manter a frase original, apesar do erro ortográfico, a fim de manter a autenticidade do slogan.

analisado. Em termos gerais, tratam-se de coletivos compostos por comunicadores, fotógrafos e jornalistas oriundos de territórios periféricos, que formulam suas práticas em contraposição às narrativas hegemônicas da grande mídia, mobilizando linguagens híbridas e estratégias multimídia para disputar sentidos sobre os processos comunicacionais.

Também ganham importância iniciativas cuja atuação se estrutura de forma mais articulada em redes e em escalas supra-locais, como o Intervozes, bem como coletivos localizados fora do eixo Sudeste, a exemplo do Tapajós de Fato, no Pará, e do Coletivo Difusão, em Manaus. Nos trabalhos acadêmicos, tais iniciativas tendem a ocupar uma posição que ultrapassa a condição de objeto empírico, configurando-se frequentemente como mediadoras do acesso ao campo, fontes qualificadas e parcerias informais do processo investigativo. A recorrência dessas experiências no *corpus* indica, portanto, não apenas sua centralidade na circulação de narrativas produzidas a partir dos territórios, mas também seu papel ativo na conformação de pesquisas comprometidas com abordagens situadas e criticamente orientadas. A seguir, destacamos aqueles que aparecem com maior recorrência no *corpus*:

Quadro 16 - Coletivos, grupos e iniciativas independentes

Como se chamam	Onde se localizam	Como se denominam	Perfil
Favela em Foco (FF)	Rio de Janeiro (RJ)	Coletivo multimídia, formado por fotógrafos oriundos de espaços populares que se propõem a atuar em favelas cariocas, abordando esses espaços, com o objetivo de descolonizar o olhar estereotipado e marginalizado sobre as favelas, muito feito pelas mídias corporativas atualmente.	@favelaemfoco
Intervozes	Diversas cidades do país	O Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social - é um coletivo que luta pelo direito à comunicação, a liberdade de expressão, por uma mídia	https://intervozes.org.br

Como se chamam	Onde se localizam	Como se denominam	Perfil
		democrática e uma Internet livre e plural. Para que todas as pessoas, sotaques, raças, religiões e ideias possam ser ouvidas e respeitadas.	
Coletivo de Comunicação Popular Tapajós de Fato	Pará (PA)	Veículo de comunicação popular, alternativo e independente, da região oeste do Pará.	Coletivo de Comunicação Popular Tapajós de Fato - Fundo Brasil
Coletivo Papo Reto	Rio de Janeiro (RJ)	O Papo Reto é um coletivo de comunicação independente composto por jovens ativistas moradores dos Complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro.	institutopaporeto.org
Nós, Mulheres da Periferia	Bahia (BA)	O Nós, mulheres da periferia é um site jornalístico dedicado a repercutir a opinião e a história de mulheres negras e periféricas. Nosso compromisso é oferecer um outro jeito de ver os acontecimentos no Brasil e no mundo e contribuir para a construção de uma sociedade plural, antirracista e não patricarcal.	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/
Periferia em Movimento	Zona Sul de São Paulo (SP)	Somos uma produtora independente de Jornalismo de Quebrada e organização sem fins lucrativos, fundada em 2009 por jornalistas das periferias da Zona Sul de São Paulo. Nossa missão é produzir jornalismo sobre, para e a partir das periferias, gerando e distribuindo informação dos extremos ao centro. Atuamos para ocupar espaços historicamente negados e garantir o acesso a direitos, promovendo o reconhecimento da população periférica como protagonista das narrativas e pertencente da cidade, visando a construção de um projeto de poder popular a	@periferiaemmovimento

Como se chamam	Onde se localizam	Como se denominam	Perfil
		partir das margens.	
Coletivo Difusão	Manaus	Coletivo Difusão é uma organização cultural coletiva de Manaus que visa à produção de arte para fomentar comunicação, arte e cultura. Atua desde 2006 promovendo a interação entre as manifestações artísticas independentes nos eventos e projetos que assina.	@coletivodifusao
Desenrola e Não me Enrola	São Paulo (SP)	O Desenrola e Não Me Enrola surge inicialmente como um blog, em 2013, com produção de reportagens sobre a cena cultural das periferias da cidade de São Paulo. Se manteve nesse formato durante anos, até se tornar um portal de notícias em 2017.	https://desenrolaenaomenrola.com.br/linha-editorial/

Fonte: Elaboração própria

Diante do recorte temporal desta tese e das transformações recentes no campo da comunicação contra-hegemônica, não é possível afirmar que todas as experiências analisadas sigam em atividade. Ainda assim, sua presença na pesquisa se justifica pela necessidade de registrar trajetórias construídas ao longo da última década. Essas iniciativas deixaram marcas no modo como a pesquisa em comunicação contra-hegemônica se organiza e se pensa no país. Registrá-las é uma forma de preservar histórias que ajudaram a formar práticas e repertórios que hoje estão em circulação.

Nesse sentido, olhar para essas experiências em conjunto ajuda a entender a rede que sustenta a pesquisa em comunicação contra-hegemônica no país. Entende-se que são essas conexões que tornam possível a entrada nos territórios, a formação de comunicadores e, muitas vezes, a própria continuidade das iniciativas. Mesmo com diferenças de tamanho, duração e estrutura, essas experiências se apoiam mutuamente e criam condições para que práticas de pesquisa existam e se mantenham ao longo do tempo. Isso é perceptível no *corpus*

analisado, que com frequência indica a chegada a determinados territórios por meio da mediação de outros coletivos, por exemplo.

CAPÍTULO 6 – DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

Este capítulo propõe um movimento de retorno e reflexão sobre o caminho percorrido ao longo desta tese, voltando o olhar para os desafios e as possibilidades que atravessam a investigação em comunicação contra-hegemônica. A questão não é apenas analisar os objetos de pesquisa, mas olhar para o percurso que torna essa investigação possível. Isso implica reconhecer onde o pesquisador se coloca, como se constroem as relações com pessoas e territórios e o que essas escolhas produzem, na prática, para o próprio campo da Comunicação. Entende-se que a pesquisa é compreendida não como um exercício neutro, mas como uma prática atravessada por disputas, que se insere em uma engrenagem maior de lutas pelo direito à comunicação, democratização dos meios de comunicação e pela ampliação de vozes historicamente marginalizadas.

6.1 . Condições e desafios da pesquisa em comunicação contra-hegemônica

A pesquisa em comunicação contra-hegemônica da década de 2013 a 2022 registrou uma mudança bastante relevante nas práticas estudadas. Por exemplo, ao longo da década analisada, observa-se que as políticas públicas exerceram influência significativa sobre a produção científica em comunicação contra-hegemônica. Um reflexo dessa dinâmica é a menor presença de TVs e rádios comunitárias nas pesquisas recentes, veículos que tiveram papel central nas investigações de décadas anteriores, enquanto temas relacionados a mídias digitais passaram a ocupar um espaço crescente. Esse deslocamento coincide com o período em que o então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) cassou a outorga de mais de 130 rádios comunitárias no país, decisão institucional que repercutiu diretamente sobre o campo de pesquisa⁴⁹.

É nesse cenário que se pode afirmar que, ao longo da década analisada, a pesquisa em comunicação contra-hegemônica passou por uma inflexão significativa em relação aos modelos tradicionais de produção do conhecimento acadêmico. Gradualmente, esses estudos

⁴⁹ 130 rádios comunitárias são fechadas. Disponível em [130 rádios comunitárias são fechadas. Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão](https://abert.org.br/site/noticias)[https://abert.org.br > site > noticias](https://abert.org.br/site/noticias). Acesso em 20 de dezembro de 2025.

deixaram de se apoiar exclusivamente em perspectivas distanciadas e normativas para se ancorar de forma mais direta nas experiências concretas vividas nos territórios. Um exemplo disso é a recorrente valorização de metodologias que privilegiam a escuta e a convivência com os sujeitos pesquisados, conforme discutido no Capítulo 3.

Além disso, a pesquisa registrou uma mudança significativa na transição dos formatos analógicos para os digitais, bem como nos fatores culturais associados a essa transformação. Enquanto no início da década os jornais impressos eram mais frequentes e as reuniões de idosos em torno de uma rádio comunitária eram comuns, nos últimos anos observa-se o predomínio de coletivos digitais, que chegam a ressignificar o próprio conceito de comunidade, como discutido no Capítulo 5. De fato, essas observações indicam que estamos diante de um registro de práticas comunicacionais que vêm se transformando com a popularização da internet, dos celulares e das mídias sociais. Diante disso, é recomendável que estudos futuros investiguem como essas mudanças nas tecnologias de informação e comunicação, bem como nos seus usos, impactam diretamente as ações de comunicação contra-hegemônica e a produção acadêmica relacionada ao tema. Tal investigação contribuiria para compreender melhor as novas dinâmicas de engajamento comunitário, a redefinição de conceitos como comunidade e as possibilidades de pesquisa em contextos digitais.

Outro desafios do campo para os próximos anos é o fato de que a pesquisa contra-hegemônica é profundamente influenciada pela dinâmica dos movimentos sociais e pelo contexto político regional. Como destacado ao longo do Capítulo 2, a distribuição temporal das pesquisas revelou uma relativa queda na segunda metade da década analisada, embora tenha havido uma recuperação em 2019. Esse período coincidiu com o fortalecimento de discursos de desinformação no Brasil e em outros países, assim como com ataques às instituições de pesquisa, especialmente após a pandemia de Covid-19. Além de condicionarem os temas estudados, esses fatores repercutem na visibilidade, nos recursos financeiros disponíveis e na recepção acadêmica das pesquisas em comunicação contra-hegemônica.

O que chama atenção é que a pesquisa acadêmica, ao longo desta década, não serviu apenas para investigar como os formatos se transformaram ou como os próprios movimentos sociais se organizaram. Ela também teve um papel de registrar a história da comunicação

contra-hegemônica no país. Muitas dessas experiências foram efêmeras, e sem esses registros, seria fácil que se perdessem no tempo. Por isso, a pesquisa ajuda a entender quem fez essa comunicação, como ela aconteceu e de que forma se desenvolveu, garantindo que essas práticas, tão importantes para o cenário atual, não se percam no esquecimento.

6.2 Extensão universitária como perspectiva de experimentação para a pesquisa

Apesar de não ser o foco desta tese, é importante destacar o papel da extensão universitária no fortalecimento da pesquisa acadêmica. Ressalta-se, nesse sentido, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito das universidades, previsto no Art. 207 da Constituição Federal de 1988, que evidencia a importância dessas atividades para o desenvolvimento do conhecimento, particularmente no contexto da comunicação contra-hegemônica.

Como exemplo, destacam-se dois projetos de extensão vinculados à Universidade Federal de Goiás (UFG) e à Universidade de Brasília (UnB), os quais podem contribuir para suprir lacunas existentes no desenvolvimento de pesquisas na região Centro-Oeste, conforme apontamos no Capítulo 2. O primeiro projeto é o coletivo Magnífica Mundi, um complexo de comunicação criado em abril de 2000 na Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb) da UFG, com tecnologia básica de funcionamento. Desde então, estudantes, professores e técnicos-administrativos têm utilizado a estrutura oferecida pela faculdade para criar e gerenciar uma proposta diferenciada de rádio e televisão. O projeto compreende uma rádio comunitária, uma rádio on-line e um canal de web televisão, autodenominando-se como um complexo comunicacional. Embora tenha iniciado suas atividades de forma experimental, o projeto firmou-se definitivamente em 2004, até hoje conduzido por Nilton José, coordenador do projeto. O Magnífica Mundi configura-se como uma parceria de grande relevância para a pesquisa acadêmica em comunicação contra-hegemônica, especialmente por estar localizado em um estado como Goiás, que possui 246 municípios, muitos com características rurais e/ou indígenas. Essa realidade confere ao projeto um potencial significativo para a realização de atividades de campo, tornando-o um espaço estratégico para a produção de conhecimento em contextos diversos e socialmente sensíveis.

O segundo projeto, Comunicação Comunitária (ComCom), surgiu em meados de 2002, bastante influenciado pelo Magnífica Mundi e, de forma similar, pelos desdobramentos da Rádio Laboratório Comunicação Comunitária (Ralacoco) da UnB. Ao longo do tempo, a Ralacoco passou por transformações, evoluindo de uma mobilização autogestionada e horizontal para estruturas mais institucionais de programas e projetos de extensão. Nesse contexto, surgiu o Dissonante, um servidor de rádio web livre que funcionou até o primeiro semestre de 2022, sendo citado com frequência nas pesquisas sobre comunicação contra-hegemônica realizadas durante a década estudada. O projeto ComCom possui uma trajetória de mais de 20 anos em atividades relacionadas à comunicação comunitária e à educomunicação, configurando-se, em certa medida, como uma parceria estratégica para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica. Diversos trabalhos de conclusão de curso de graduação e projetos de iniciação científica já foram realizados com apoio do ComCom ou a partir de suas ações. Contudo, ainda persistem lacunas no que se refere à produção de pesquisa no âmbito da pós-graduação, o que mostra um espaço promissor para aprofundamento e fortalecimento do conhecimento na área.

A extensão universitária funciona como uma ponte entre o ensino e a pesquisa, porque permite que o que se aprende em sala de aula seja testado, aplicado e discutido na prática, em contato direto com comunidades e situações reais. Ela se torna, assim, um verdadeiro laboratório de experimentação, além de oferecer oportunidades para desenvolver novas formas de investigar, especialmente em áreas como a comunicação contra-hegemônica. No entanto, esse potencial muitas vezes não é plenamente aproveitado na pesquisa acadêmica, sobretudo na pós-graduação, sendo a extensão encarada apenas como um complemento.

6.3 O lugar do pesquisador(a) e a recusa do distanciamento

A começar pelo lugar do pesquisador(a), a pesquisa nesse campo desloca esse sujeito da posição tradicional e questiona a centralidade exclusiva da universidade como espaço legítimo de produção de saber. Um exemplo disso é que os elementos discutidos nos capítulos anteriores mostram que o pesquisador(a) da comunicação contra-hegemônica não assume o distanciamento científico como um valor em si, tampouco a neutralidade como um ideal a ser perseguido. Ao contrário, sua atuação parte do reconhecimento de que a pesquisa se constrói a

partir do envolvimento pessoal e profissional com as experiências de comunicação, das escolhas políticas que orientam o olhar analítico e do compromisso com os contextos e sujeitos investigados. Trata-se de uma configuração bastante particular da pesquisa em comunicação contra-hegemônica. Nesse sentido, a reflexão sobre o lugar do pesquisador ajuda a explicitar as implicações pessoais que atravessam o processo de pesquisa, como se observa no seguinte relato:

Em algum nível, minha experiência pessoal certamente atravessou o processo, especialmente pela empatia com os sujeitos e pelas histórias que se aproximavam de valores e inquietações que também me movem. Ao mesmo tempo, tive clareza suficiente sobre a importância de me distanciar, de não vestir uma roupa que não era minha. Busquei transformar o envolvimento em escuta e reflexão, sem perder o rigor necessário para compreender o objeto em sua complexidade (DE SANTI, *formulário online*, 2025).

Somos serem subjetivos. Dizer que não existe interferência é perigoso porque sempre existe algum atravessamento (RODEMBUSCH, *formulário online*, 2025).

Sob essa perspectiva, a recusa do distanciamento científico pode ser compreendida não como um desafio, mas como uma característica indissociável do campo. Na tradição hegemônica, a pesquisa tende a se apresentar como um olhar externo, que pretende explicar a realidade sem interferir nela e sem se deixar atravessar por seus efeitos. A pesquisa em comunicação contra-hegemônica, por sua vez, caminha em outra direção: parte do entendimento de que todo conhecimento é situado, atravessado por relações de poder e produzido em contextos marcados por desigualdades. Essa forma de compreender a pesquisa encontra ressonância em outros trabalhos analisados, como pode ser observado abaixo:

Em vários momentos percebi que minha experiência pessoal influenciou o olhar sobre o tema, especialmente por se tratar de uma pesquisa que envolve memória, narrativas e dimensões humanas. Essa aproximação não comprometeu a análise, mas a tornou mais sensível e atenta aos detalhes simbólicos que muitas vezes passam despercebidos. Minha trajetória e vivências ajudaram a dar sentido às escolhas teóricas e interpretativas, transformando a pesquisa em um processo de autoconhecimento e de reconhecimento da importância de ouvir as vozes e histórias silenciadas (FRANÇA, *formulário online*, 2025).

O grau de implicação do pesquisador nessa temática é especialmente relevante, dado que a investigação envolve memória, narrativas e experiências humanas sensíveis. O

pesquisador(a) às vezes se aproxima de uma responsabilidade social maior, que extrapola o papel investigativo e busca responder a problemas sociais que não lhe cabem diretamente. A dimensão emocional também faz parte da pesquisa, de modo que o envolvimento pessoal, embora enriquecedor, pode representar desafios metodológicos e éticos que exigem constante reflexão sobre os limites e a posição do pesquisador(a). A seguir, destacamos um relato que demonstra um pouco disso:

Acho que em muitos momentos minha subjetividade definiu o processo. Chorei em muitos relatos da SP Invisível, questioneei meu estilo de vida, me culpei. Não foi um tema fácil de estudar. Talvez, em alguns momentos, o texto tenha ficado mais emotivo ou, em outras, contraditoriamente, mais frio, como uma fuga para conseguir seguir escrevendo sobre algo que também me machucava. Mas meu fortalecimento foi construído em terapia, era importante o trabalho continuar, não só porque eu precisava defender, mas, sim, para fortalecer e conseguir, de alguma forma, contribuir para a visibilidade dos excluídos sociais (LOBATO, *formulário online*, 2025).

Isso mostra que o lugar do pesquisador(a) em comunicação contra-hegemônica é incomum. Sarah Santos (2025) recorda que até conseguir estudar seu tema percorreu um longo caminho, marcado por resistências à aceitação de seu objeto de pesquisa. Ela rememora uma conversa no início do doutorado com uma colega, quando surgiu a ideia de um prêmio de melhor pesquisa. Para Sarah, essa possibilidade sequer se colocava, pois o verdadeiro prêmio era poder estar na universidade pesquisando aquilo em que acredita, desafiando expectativas, resistindo a processos de invisibilização e ocupando um espaço que nem sempre é concedido a temas como o seu. Anos depois, a pesquisadora foi premiada.

Além desse reconhecimento formal, Sarah Santos (2025) destaca a satisfação de exercer sua liberdade como autora, sem omitir ou esconder aspectos centrais do próprio trabalho. Ela enfatiza que sua pesquisa possibilitou apresentar o trabalho da comunidade de forma fiel, “sem mascarar suas práticas ou atribuir à academia o mérito das ações coletivas das quais não é protagonista”. A partir de sua perspectiva, as comunidades são detentoras de conhecimento e podem contribuir de forma decisiva para a produção acadêmica no cotidiano da pesquisa. É nesse sentido que Sarah nomeia o que chama de “momento de silêncio”, entendido como o espaço em que a comunidade pode se fazer ouvir. Considerando o contexto político e social vivido por ela, e pelo Brasil como um todo, à época, é possível afirmar que

produzir conhecimento nessas condições configurou-se também como um ato de resistência. A seguir:

Então eu já me sinto extremamente gente vitoriosa de estar pesquisando com a verdade com que eu estou empregando nessa pesquisa. Era assim uma felicidade gigantesca, finalmente eu poder escrever sem amarras, sem esconder. Sem esconder o que a comunidade faz, sem querer colocar máscaras ou sem querer dar o crédito para a academia do que a comunidade faz, do que são os movimentos populares que fazem (S. SANTOS, *entrevista*, 2025).

A fala da pesquisadora permite compreender a pesquisa como uma prática comprometida. A escrita sem amarras aparece como parte do próprio fazer investigativo, associada à possibilidade de não ocultar as práticas e os sentidos produzidos nos movimentos populares. Quando ela se recusa a atribuir à academia o protagonismo dessas ações, a pesquisadora explicita uma preocupação com as formas de autoria e com o reconhecimento dos saberes produzidos fora do espaço universitário. Nesse enquadramento, ela se coloca como uma pesquisadora cuja atuação é atravessada por escolhas éticas e políticas.

O posicionamento de Sarah Santos (2025) dialoga com um entendimento compartilhado por muitos pesquisadores e pesquisadoras da comunicação contra-hegemônica. Sem a intenção de formular uma crítica, é possível observar que a vaidade acadêmica se expressa de modo particular nesse campo. De um lado, as recorrentes invisibilizações e marginalizações no espaço acadêmico fazem com que essas pesquisas sejam frequentemente percebidas como pouco reconhecidas, levando, em alguns casos, ao afastamento deliberado da busca por validação institucional. De outro, as trajetórias desses pesquisadores costumam ser atravessadas por uma implicação direta com as experiências analisadas, o que desloca o eixo de reconhecimento para o próprio campo das práticas, fazendo com que a legitimação vinda dos sujeitos e territórios pesquisados seja, muitas vezes, mais significativa do que o reconhecimento estritamente acadêmico.

Esse movimento é especialmente relevante no contexto contra-hegemônico, em que as experiências analisadas já enfrentam menor legitimidade quando comparadas a práticas e saberes tradicionalmente reconhecidos pela academia. Essa postura implica uma ruptura com a hierarquização que costuma posicionar o saber acadêmico acima dos saberes populares, muitas vezes tratados como inferiores ou apenas como objetos de estudo. Nesse sentido, os pesquisadores enfatizam a importância de reconhecer e valorizar o conhecimento produzido

nas comunidades, destacando sua potência e relevância. Ao fazê-lo, não apenas se ampliam as possibilidades de compreensão da realidade social, como também se fortalecem práticas que desafiam estruturas históricas de poder e exclusão, sobretudo quando esses saberes se afirmam de modo crítico e contra-hegemônico em relação ao conhecimento acadêmico convencional.

As experiências de invisibilidade são frequentes, o que leva muitos pesquisadores a perceberem suas investigações como pouco valorizadas institucionalmente. Em alguns casos, isso resulta no afastamento da busca por validação formal dentro da academia. Conforme Sarah Santos (2025):

Então, ali eu estava numa oportunidade gigantesca de dizer: Não é a academia que vai salvar a comunidade. É a comunidade que vai salvar a academia com as suas trajetórias e com as suas tecnologias ancestrais. Então, é o momento - silêncio, que a comunidade vai falar. Isso para mim já era de um poder gigante, porque eu já tinha sofrido tanto para dizer que os movimentos sociais traziam os seus saberes, as suas filosofias, as suas ontologias, as suas epistemologias e que isso tinha um poder, uma potência e que tinha um poder também de reversão das coisas que a gente estava vivendo, que ali podia nascer um novo (S. SANTOS, *entrevista*, 2025).

Nessa mesma direção, Brandão (2005) sustenta que, tão válido quanto o conhecimento propriamente científico, é o conhecimento produzido por outras unidades sociais, que se constituem como espaços aprendentes de ação e reflexão. Ao lado do saber científico, existe uma diversidade de outros saberes, sistemas culturais, valores e sensibilidades gerados entre diferentes grupos humanos. Para o autor, “nada enriquece mais o que se investiga, o que se sabe e compreende e o que se faz do que a soma de diferentes contribuições; a integração entre diferentes experiências de vida, entre diversos modos de sentir e pensar” (Brandão, 2005, p. 90). Portanto, um dos potenciais da pesquisa em comunicação contra-hegemônica é o fato de que seus pesquisadores(as) questionam de forma direta a ideia de neutralidade que os meios de comunicação costumam reivindicar para si.

Quando jornais, emissoras ou plataformas se apresentam como objetivos ou imparciais, acabam escondendo as escolhas que orientam o que vira notícia, o modo como os fatos são narrados e quem tem espaço para falar. Isso fica evidente, por exemplo, na forma como favelas, povos indígenas ou movimentos sociais aparecem com frequência associados à

violência ou ao conflito, enquanto suas formas de organização, seus saberes e suas estratégias de resistência quase não ganham visibilidade. Diante desse cenário, a implicação do sujeito pesquisador permite olhar para esses processos sem tratá-los como naturais. A pesquisa deixa de ser apenas uma análise distante e passa a evidenciar como certos discursos se tornam dominantes e como outros são sistematicamente silenciados. Ao assumir que a comunicação não é neutra, o pesquisador também reconhece que seu próprio trabalho envolve escolhas e posicionamentos. Essa postura não diminui o rigor da pesquisa, mas amplia sua capacidade crítica, ao enfrentar narrativas consolidadas e disputar sentidos sobre territórios e sujeitos que a mídia hegemônica insiste em simplificar ou distorcer.

Portanto, é possível concluir que a recusa do distanciamento científico por parte do pesquisador ou da pesquisadora em comunicação contra-hegemônica possibilita uma inflexão decisiva na forma como a academia se relaciona com os territórios e com os saberes que neles se produzem. Torna-se cada vez menos pertinente falar sobre experiências sociais a partir de fora ou enquadrá-las segundo critérios previamente estabelecidos pelo campo científico. Nesse processo, a pesquisa deixa de ocupar o lugar de mediação autorizada e passa a reconhecer que o conhecimento é produzido nas práticas do cotidiano e nas trajetórias coletivas. Esse deslocamento não ocorre pacificamente. Ele produz um desconforto ao colocar em questão hierarquias consolidadas e formas tradicionais de legitimação do saber. Ao enfrentar esse desafio, a academia tem a possibilidade de se abrir à possibilidade de se reinventar a partir do encontro, do diálogo e do reconhecimento mútuo, e não mais a partir da tutela.

6.4 A permanência dos pesquisadores(as) em comunicação contra-hegemônica

Compreender a pesquisa em comunicação contra-hegemônica como atividade profissional no campo científico implica reconhecer seus limites materiais e institucionais. Entendemos que, assim como as próprias experiências de comunicação contra-hegemônica, a pesquisa sobre esse campo não costuma gerar os mesmos retornos que se observam em outros segmentos da Comunicação, e tais impactos não se restringem apenas à esfera financeira. Essa pesquisa tende a ocupar posições marginais nas estruturas acadêmicas, nas quais o reconhecimento simbólico nem sempre se converte em valorização concreta e financeira do

trabalho realizado.

Os relatos dos participantes indicam que a pesquisa nessa área não garante, de fato, estabilidade profissional ou institucional, reforçando a posição marginal que esse campo ocupa dentro da academia. Em diferentes trajetórias, a pesquisa aparece como uma conquista atravessada por ambiguidades, pois a finalização, que deveria ampliar possibilidades de inserção no campo, pode se transformar em um fator de vulnerabilidade dentro das Instituições. Essa lógica evidencia contradições do sistema acadêmico, no qual a produção de conhecimento crítico nem sempre é compatível com critérios de gestão orientados por racionalidades mercadológicas.

Essa condição afeta diretamente a forma como a pesquisa em comunicação contra-hegemônica é executada, uma vez que impõe não só limites materiais e simbólicos à continuidade dos trabalhos e à permanência dos pesquisadores no campo acadêmico. Não são raras as situações em que profissionais qualificados passam a considerar, ou efetivamente aceitar, ofertas mais vantajosas financeiramente provenientes da mídia hegemônica ou de setores correlatos, capazes de garantir maior estabilidade financeira a estes profissionais.

Os relatos a seguir evidenciam as contradições vividas por pesquisadores(as). De um lado, aparece a satisfação por contribuir com reflexões sobre formação, consciência de classe e mudança social, de outro, surgem as frustrações com os limites impostos pela própria academia. A fala mostra como o envolvimento com a pesquisa convive com dificuldades concretas de reconhecimento, financiamento e circulação do conhecimento, revelando um cenário em que a ciência nem sempre encontra condições para produzir impactos duradouros. A seguir:

Emoção de ter certeza da colaboração para o campo da educação refletir qual formação que buscamos para os estudantes ter consciência de classe em nosso país, pois é a primícia para vencer as mazelas sócias e se reconhecer como sujeito social. Tensão de ver que a própria academia não reconhece por vezes a importância da sua tese e não há incentivo para o aprofundamento da pesquisa para viabilizar a prática da pesquisa. (...) O aprendizado é que um país onde não se valoriza a ciência, o pesquisador fica com o título na gaveta e pouco colabora para as discussões de melhoria do campo que se formou (SGOTI, *formulário online*, 2025).

No Brasil, ser doutor/pesquisador é te colocar na linha de tiro de demissão nas IES porque ficamos mais caros para o sistema. E isso realmente aconteceu. Fui desligado alguns anos mais tarde por essa questão. Então, é uma linha tênue entre poder agregar mais em sala de aula e estar com uma espada na cabeça o tempo todo

(RODEMBUSCH, *formulário online*, 2025).

Em termos financeiros, não houve mudança significativa na minha após a pesquisa, a não ser pela reviravolta no fim do mestrado, quando o mercado editorial de revistas entrou em colapso e, após 20 anos, fui demitida (assim como todos os meus colegas de editora). Foi um ponto de virada. Nesse momento, a docência se apresentou com mais força, como um caminho possível e desejado, capaz de unir experiência e propósito (SANTI, *formulário online*, 2025).

Na verdade, esse é mais um ponto no qual as dinâmicas do mercado incidem sobre a produção do conhecimento e sobre as possibilidades de sustentação de práticas contra-hegemônicas no longo prazo. A produção intelectual se desenvolve, em muitos casos, sob vínculos precários, marcados por bolsas temporárias, contratos instáveis e projetos de curta duração. A continuidade da pesquisa passa a depender de negociações constantes por financiamento, o que impõe limites graves à autonomia intelectual e à sustentabilidade das trajetórias acadêmicas. A seguir, destacamos alguns trechos que expõem isso:

Financeiramente, nenhum efeito. Pessoalmente, foi um prazer poder pesquisar sobre o meu próprio trabalho. Profissionalmente me permitiu mais reflexão teórica sobre as práticas (BROCHARDT, *formulário online*, 2025).

Minha pesquisa provocou uma grande reconstrução da minha identidade. Na minha trajetória profissional, devo dizer que ainda não tive muitos resultados, nem na minha condição financeira (LIBERATO, *formulário online*, 2025).

Eu pude amadurecer pessoal e profissionalmente. Não houve nenhum retorno financeiro (C. PEREIRA, *formulário online*, 2025).

Não teve efeitos práticos diretos nem pessoalmente e nem financeiramente, pois continuo trabalhando no mesmo local de antes. Porém, de forma indireta, a pesquisa que desenvolvi me acrescentou conhecimento sobre o meio no qual atuo profissionalmente (ANÔNIMO, *formulário online*, 2025).

Eu atualmente estou trabalhando em uma ONG, atuo como coordenadora de comunicação em uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos. É uma condição de muita instabilidade: não há carteira assinada, recebo por mês e tudo mais. Além disso, é preciso estar sempre correndo atrás de projetos para garantir recursos e assegurar tanto a execução das atividades quanto o pagamento do próprio salário. É uma dinâmica bastante exaustiva. Antes disso, houve o período das bolsas de pesquisa: recebi bolsa no mestrado e no doutorado e, depois, trabalhei em um instituto de pesquisa também com bolsa. Novamente, a mesma lógica de incerteza: o projeto vai ser renovado ou não. Há sempre uma insegurança muito grande. Em resumo, minha condição financeira melhorou em comparação com a minha origem e com a realidade da minha família, mas ainda não se trata de um lugar de estabilidade. Não é o lugar que eu idealmente gostaria de ocupar (R. MELO, *formulário online*, 2025).

Ainda assim, ela produz um tipo particular de capital cultural, associado ao reconhecimento, à legitimidade e à circulação de saberes comprometidos com perspectivas contra-hegemônicas. Esse capital possibilita a circulação por determinados espaços profissionais, mas raramente assegura estabilidade econômica. Ao mesmo tempo, os participantes apontam que a atuação nesse campo produz efeitos formativos que se estendem para além do período da pesquisa. Trata-se de um aprendizado que incide sobre a percepção de mundo, sobre a maneira de compreender as relações sociais e sobre os próprios modos de atuação profissional. Esses efeitos se manifestam, sobretudo, na valorização de práticas de trabalho mais horizontais e em concepções de comunicação que se afastam dos modelos comerciais, não apenas no conteúdo veiculado, mas também nas formas de organização e produção.

Minha pesquisa teve um impacto profundo na forma como compreendo o mundo e meu papel como pesquisadora. No campo pessoal, ampliou minha sensibilidade para temas sociais e humanos, fortalecendo meu compromisso com uma comunicação mais ética e empática. Embora o percurso tenha exigido tempo e recursos, o retorno simbólico e intelectual foi muito maior, tornando-se uma experiência transformadora em todos os sentidos (FRANÇA, *formulário online*, 2025).

Meu percurso de pesquisa foi marcado por uma mistura de emoções e desafios. Houve momentos de insegurança e cansaço, especialmente diante da complexidade teórica e das exigências da escrita acadêmica, mas também de grande satisfação ao perceber o amadurecimento intelectual e pessoal que o processo proporcionou. As tensões entre o rigor científico e a sensibilidade diante do tema foram constantes, mas se transformaram em aprendizado. A pesquisa me ensinou sobre persistência, escuta e respeito ao tempo do conhecimento — e, sobretudo, sobre a importância de transformar inquietações pessoais em reflexão crítica e compromisso social (FRANÇA, *formulário online*, 2025).

Nesse percurso, percebe-se a urgente necessidade de repensar os modos de reconhecimento no campo científico, compreendendo que tratar a pesquisa em comunicação contra-hegemônica como atividade profissional implica enfrentar diretamente a invisibilização de experiências que escapam aos parâmetros tradicionais de validação acadêmica. Caso esse movimento não ocorra, o campo científico tende a reproduzir a centralidade da grande mídia como referência legítima de análise, ampliando seu poder simbólico também no plano do conhecimento.

Diante desses relatos, fica claro que pesquisar comunicação contra-hegemônica no Brasil envolve muito mais do que cumprir etapas formais da vida acadêmica. É um tipo de

trabalho marcado por incertezas, vínculos frágeis e pouco retorno material, mas que ainda assim produz efeitos profundos nas trajetórias de quem se envolve com ele. Mesmo quando a pesquisa não garante estabilidade ou continuidade acadêmica, ela segue operando como formas de olhar para a comunicação e para o mundo. Entendemos que encarar a pesquisa em comunicação contra-hegemônica como trabalho é, sobretudo, assumir os custos, as contradições e também o sentido político de seguir produzindo conhecimento em condições que estão longe de ser ideais.

Dentro do próprio campo da Comunicação, não há soluções simples ou imediatas, mas é possível indicar alguns caminhos que emergem, ainda que de modo disperso, nas práticas e nos debates sobre comunicação contra-hegemônica analisados ao longo desta tese. Um primeiro movimento passa pelo reconhecimento institucional da pesquisa como trabalho. Isso implica tensionar critérios de avaliação acadêmica que desvalorizam pesquisas de longo prazo, trabalhos situados em territórios populares e produções que não se convertem rapidamente em artigos de alto impacto, como é o caso daqueles que vêm de experiências locais.

Outro caminho diz respeito ao fortalecimento de redes. As experiências mapeadas mostram que a pesquisa não se sustenta de forma individual, mas a partir de articulações entre coletivos, grupos de pesquisa, projetos de extensão e iniciativas comunitárias. Consolidar essas redes como espaços permanentes de troca e formação pode reduzir o isolamento dos pesquisadores(as) e criar condições mínimas de continuidade, mesmo em contextos institucionais instáveis.

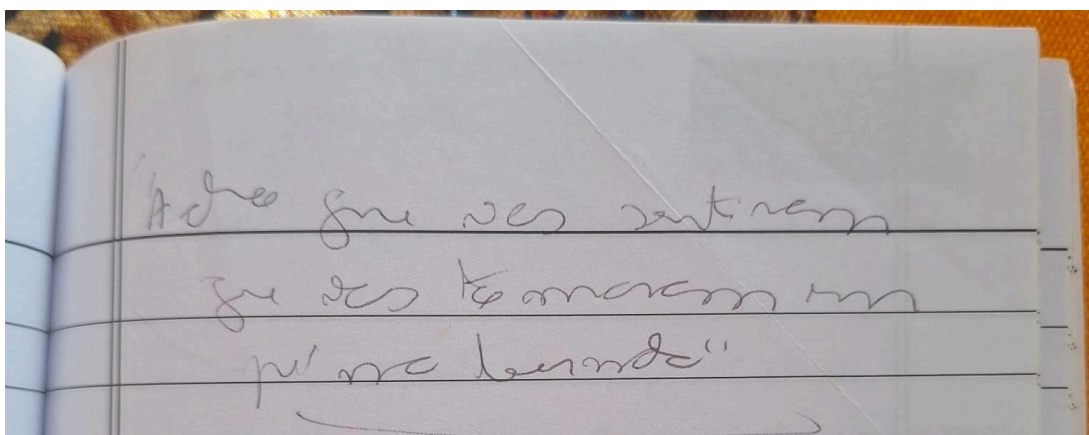
Por fim, enfrentar essa questão exige assumir o conflito como parte do campo. A comunicação contra-hegemônica nasce de disputas e não da acomodação. Tornar visíveis as condições precárias de trabalho, nomear as contradições do sistema acadêmico e produzir conhecimento a partir delas é também uma forma de intervenção política. Trata-se de criar condições para que a pesquisa continue existindo, circulando e produzindo sentido, mesmo em um cenário adverso.

6.5 O pós-pesquisa e os desdobramentos no direito à comunicação

Naturalmente, a pesquisa em comunicação contra-hegemônica convoca uma reflexão sobre seus desdobramentos no pós-campo e sobre as responsabilidades que se estendem para além da produção acadêmica. Se ela se propõe a ser comprometida com a disputa de sentidos e com o enfrentamento das assimetrias produzidas pela comunicação hegemônica, esse compromisso não pode se encerrar com o término da coleta de dados ou com a defesa do trabalho. Ele se estende aos efeitos concretos da pesquisa nos territórios, aos vínculos criados ao longo do processo e às práticas comunicacionais que permitiram que a investigação existisse. Trata-se, portanto, de assumir uma responsabilidade ética que ultrapassa o espaço acadêmico e exige atenção contínua às consequências do próprio fazer científico.

Em seu diário de campo, Renata Melo (2016) encerra o trabalho com a frase “Acho que vocês sentiram que tomaram um pé na bunda”. A anotação refere-se a uma fala ouvida de um morador(a) durante a fase final do trabalho de campo e opera como uma metáfora do rompimento de um vínculo, evocando o sentimento de abandono associado ao encerramento da relação construída ao longo da pesquisa. A pesquisadora explica que o dia 2 de maio de 2016 não representou apenas o término da etapa de campo, mas também uma mudança na relação estabelecida entre um grupo de moradores da comunidade e as pesquisadoras-extensionistas vinculadas à UFRJ. A seguir:

Figura 24 – Anotação de Renata Melo em seu diário de campo (2016)



Fonte: Cedida pela autora (Transcrição: Acho que vocês sentiram que tomaram um pé na bunda).

Esse impasse é bastante significativo na pesquisa em comunicação contra-hegemônica, especialmente no caso de experiências desenvolvidas junto a coletivos comunicacionais com os quais os pesquisadores(as) convivem durante determinado período, mas dos quais posteriormente se afastam. Quando questionados(as) sobre a existência de retorno ou de diálogo com os grupos, coletivos ou comunidades envolvidos(as) após as pesquisas, a maior parte dos pesquisadores(as) afirma ter feito algum tipo de devolutiva, mas quase sempre de maneira pontual, restrita a um contato específico ou a um momento logo após a defesa. Há menos casos em que o diálogo se manteve de forma contínua ao longo do tempo, e alguns relatos assumem que, depois da conclusão do trabalho, o vínculo simplesmente não se sustentou. Nesse sentido, permanece atual o alerta de Freire (2016, p.156), ao afirmar que “o mundo não é um laboratório de anatomia nem os homens são cadáveres que devam ser estudados passivamente”(p. 156), lembrando a urgência de uma ciência latino-americana comprometida com um relação dialógica de pesquisa.

O conjunto de respostas indica que a devolutiva aparece, na maior parte dos casos, como uma expectativa ou uma intenção e não como uma prática efetivamente consolidada ao longo do tempo. O que ocorre após o encerramento da pesquisa varia bastante conforme as condições concretas de cada pesquisador(a), o tempo disponível para manter vínculos e os percursos profissionais que se desenham depois da defesa. Nesse contexto, o pós-pesquisa tende a assumir um caráter irregular, marcado por iniciativas pontuais. Esse cenário mostra as dificuldades de se incorporar a devolutiva como uma dimensão estrutural da pesquisa em comunicação contra-hegemônica, integrada ao próprio desenho metodológico, em vez de tratá-la apenas como um gesto eventual dependente da boa vontade individual.

Embora essas iniciativas indiquem uma preocupação com o compartilhamento dos resultados e com a preservação das relações construídas durante o trabalho de campo, elas não se consolidam, em geral, como práticas sistemáticas de retorno. Assim, ainda que o compromisso com a continuidade das trocas entre a universidade e os grupos pesquisados apareça com frequência nos discursos e nas intenções declaradas, ele encontra obstáculos para se consolidar como uma prática efetivamente incorporada ao cotidiano da pesquisa acadêmica. Como resultado da pesquisa, surgiram muitos relatos que reforçam essa constatação. As razões apresentadas são diversas: a falta de tempo, em função da sobrecarga

de trabalho, a mudança de interesses e de foco nas pesquisas desenvolvidas posteriormente ou, ainda, a opção por um acompanhamento mais distante. Destacamos alguns a seguir:

Por um certo tempo mantive. Depois, com a carga de trabalho, foi se perdendo (...) (RODEMBUSCH, *formulário online*, 2025).

Já fazia parte antes de redes de comunicadores populares no Rio de Janeiro, muitos comunicadores de favelas. Ainda faço parte, eventualmente colaboro, mas hoje com um pouco menos de frequência por conta do trabalho. Torna-se difícil conciliar (EVANGELISTA, *formulário online*, 2025).

Tive problemas de saúde na família que interromperam, por um período, meus contatos com coletivos com os quais tive contato durante as pesquisas, mas esses diálogos serão retomados em 2026 (J. SOUZA, *formulário online*, 2025).

Ou seja, um dos principais desafios do campo é a necessidade de romper com a lógica extrativista que ainda atravessa muitas pesquisas, nas quais os pesquisadores(as) se limitam a coletar informações sem garantir a devolutiva dos resultados ou qualquer benefício às comunidades envolvidas. Essa postura reforça uma hierarquização dos saberes, em que o conhecimento acadêmico se sobrepõe a outros modos de compreender e interpretar o mundo, deslegitimando saberes produzidos fora da universidade. Isso se coloca justamente em sentido oposto a toda a discussão que compreende a comunicação contra-hegemônica como parte das epistemologias do Sul, na medida em que essas perspectivas reivindicam formas de produzir conhecimento ancoradas nas experiências, nos territórios e nas relações, e não subordinadas às lógicas hierárquicas e mercadológicas que estruturam os modelos hegemônicos de comunicação e de ciência.

A experiência analisada por R. Melo (2017) evidencia essas dinâmicas. No jornal *A Notícia por quem vive*, a produção jornalística apresentava uma divisão simbólica entre universidade e favela. Os moradores da Cidade de Deus fundamentavam sua legitimidade no pertencimento ao território, enquanto as estudantes eram reconhecidas pelo lugar institucional que ocupavam. Mesmo quando buscavam reduzir sua interferência e reforçar o protagonismo dos moradores, essa assimetria persistia nas interações. Ao longo de mais de seis anos de convivência, essa fronteira mostrou-se instável, tornando-se mais visível em situações de conflito e evidenciando a complexidade das relações que atravessam projetos de comunicação entre universidade e territórios populares.

O fato é que essa dinâmica tende a fragilizar os laços entre a academia e as organizações que atuam nos territórios, dificultando a construção de relações efetivamente colaborativas. Quando o vínculo se encerra com a conclusão da pesquisa, o conhecimento produzido permanece, em grande medida, circunscrito ao espaço acadêmico e perde a oportunidade de incidir de forma mais direta sobre os contextos e as comunidades que o tornaram possível. Nesse sentido, Maria Cristina Pinto e Leonardo Jiménez-Garcia (2016) argumentam que a academia precisa sair da zona de conforto proporcionada pela legitimação institucional que sustenta suas práticas tradicionais e buscar alianças com organizações enraizadas nos territórios. Tais parcerias, segundo os autores, têm o potencial de complementar metodologias, fortalecer práticas de pesquisa e ampliar o alcance social das ações desenvolvidas. Um dos relatos coletados ao longo desta pesquisa ilustra de forma concreta essas consequências:

Em determinado momento, quando fui entrar em uma casa para entrevistar uma personagem da minha dissertação, percebi como a pesquisa científica ainda é vista como algo distante e sem retorno para as pessoas (e com razão). Ao bater na porta, a moradora me recebeu com alegria, acreditando que eu fosse alguém do poder público que pudesse ajudá-la em sua condição de vida. Ao me apresentar como pesquisador, ela se mostrou desapontada e comentou que o pessoal da universidade sempre aparece no bairro, entrevista as pessoas e depois desaparece, sem oferecer qualquer retorno (F. SOUSA, *formulário online*, 2025).

A discussão sobre o pós-pesquisa implica reconhecer que o problema não está apenas na ausência de devolutivas, mas na forma como a própria temporalidade da pesquisa acadêmica é concebida. No *corpus* analisado, o vínculo com os territórios tende a se intensificar durante o campo e a se dissolver gradualmente após a defesa, o que traz um desafio aos compromissos ético-políticos afirmados pela comunicação contra-hegemônica e as condições concretas de sustentação dessas relações ao longo do tempo. Essa questão não pode ser atribuída exclusivamente às escolhas individuais dos pesquisadores(as), tampouco dos docentes, mas para limites estruturais da universidade, que ainda opera com dispositivos de reconhecimento, de avaliação e de produtividade pouco sensíveis à continuidade do trabalho nos territórios.

O pós-pesquisa, portanto, aparece como uma etapa frequentemente negligenciada, apesar de seu potencial estratégico. É nesse momento que se abre a possibilidade de

reposicionar o conhecimento produzido no debate público, deslocando-o dos limites formais da pesquisa. Os resultados reunidos ao longo delas permitem tornar visíveis padrões estruturais da comunicação hegemônica, como a concentração da propriedade dos meios e a exclusão sistemática de determinados territórios e sujeitos do espaço midiático. Quando esses achados circulam para além do circuito acadêmico, eles podem alimentar processos de denúncia e pressionar o modo de funcionamento do sistema de comunicação.

O pós-pesquisa também emerge como uma oportunidade no campo. Entende-se que o conhecimento produzido não pode ficar restrito somente à interpretação acadêmica. Ele deve se transformar em ferramentas concretas de ação. Como exemplo, relatórios podem subsidiar ações jurídicas contra violações comunicacionais. Os mapas e levantamentos podem fortalecer as redes de rádios comunitárias e coletivos periféricos em disputas por concessões ou editais públicos. Mais um exemplo diz respeito a análises da cobertura midiática, que podem ser utilizadas em formações de comunicadores populares ou em materiais educativos para escolas e movimentos sociais. A possibilidade que se apresenta é a de que o conhecimento acadêmico ingresse no debate público, deixando de se restringir ao plano interpretativo e passando a atuar como instrumento de intervenção política e social em defesa do direito à comunicação.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa analisou a produção acadêmica brasileira em Ciências da Comunicação sobre comunicação contra-hegemônica. Foram consideradas dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* entre 2013 e 2022, com o objetivo de identificar características, tendências, padrões e contribuições para o campo. Os resultados mostram que a pesquisa cresceu de forma consistente nesse período, com destaque para os estudos em comunicação comunitária, seguidos pela comunicação popular e alternativa. Observam-se períodos de maior intensidade, especialmente em 2013 e 2015, seguidos por um novo crescimento a partir de 2019. Isso indica que o campo vem conquistando maior visibilidade e se consolidando como objeto de investigação relevante..

O período em questão marcou profundamente a pesquisa em comunicação contra-hegemônica, especialmente porque os pesquisadores(as) precisaram enfrentar o desafio de construir narrativas alternativas sobre processos sociais que atravessaram o país. Nesse cenário, os governos de esquerda se destacaram por estimular políticas públicas de inclusão, o que possibilitou o ingresso de muitos pesquisadores(as) nesse campo. Ao mesmo tempo, a pandemia de Covid-19 afetou o desenvolvimento das investigações e do próprio contexto social, estabilizando algumas pesquisas, mas também fornecendo recursos e oportunidades para ações em territórios, como discutido no Capítulo 4.

Ao longo da última década, a produção científica em comunicação contra-hegemônica acompanhou o surgimento de novos programas. A maior parte dessas investigações é composta por dissertações de mestrado, e embora as teses de doutorado tenham crescido a partir de 2017, sua presença ainda é irregular. Ao todo, foram identificadas 52 dissertações e apenas 8 teses, o que indica que o campo tem sido mais explorado em pesquisas de menor duração e escopo. A produção também não se distribui de maneira uniforme pelo território brasileiro. Embora haja trabalhos em todas as grandes regiões do país, o panorama geral evidencia desigualdades ligadas à própria estrutura do sistema de pós-graduação. Em geral, concentra-se no Sudeste, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Do ponto de vista teórico, predominam referenciais que entendem a comunicação como direito humano e como prática social voltada à transformação. Embora a pesquisa se apresente como fortemente latino-americana, seu referencial teórico está majoritariamente

ancorado na produção brasileira, com pouca presença de contribuições de outros países da América Latina e de contextos mais amplos do Sul Global. Esses dados indicam a necessidade de ampliar os diálogos epistemológicos, sem que se perca o enraizamento político que caracteriza o campo.

Em relação aos temas, esta tese identificou que os estudos analisados abordam com frequência questões ligadas a identidades, memórias e expressões culturais. Contrariando nossas expectativas, as pesquisas que tratam de forma mais direta questões raciais e de gênero aparecem com menor frequência e surgem de maneira pontual ao longo do *corpus*. Ou seja, apesar dos avanços, ainda existem lacunas importantes que apontam para a necessidade de ampliar o olhar sobre diversidade social, étnica e de gênero na pesquisa em comunicação contra-hegemônica.

Em termos metodológicos, as pesquisas analisadas se caracterizam pela adoção de abordagens qualitativas, participativas e interventivas. Muitas se configuram como pesquisa-intervenção, provocando uma “movimentação” no campo, embora, como discutido no capítulo 4, algumas dessas experiências tenham representado riscos para os próprios pesquisadores. Entre os métodos mais recorrentes estão análises de conteúdo, estudos de caso e etnografias de campo. Em geral, as pesquisas utilizam entrevistas, oficinas e outras ferramentas educativas para envolver os sujeitos envolvidos. Trata-se de uma prática genuinamente engajada, que intervém nas realidades estudadas, como evidenciam os resultados.

No que diz respeito aos pesquisadores(as) que pesquisam comunicação contra-hegemônica, percebe-se que são, em sua maioria, mulheres brancas, jornalistas, cujas trajetórias estão bastante ligadas aos territórios onde vivem, geralmente marcados por pobreza e desigualdade social. Muitas têm origem popular, foram bolsistas e precisaram conciliar a pesquisa com trabalho e engajamento político. Suas trajetórias ainda são bastante marcadas pelo voluntariado em experiências como rádios e jornais comunitários. Esse modo de fazer pesquisa traz desafios constantes, como sobrecarga de atividades, múltiplas funções e dificuldade de acesso a financiamento, o que muitas vezes leva essas pesquisadoras a migrar para outras áreas, frequentemente ligadas a práticas de comunicação mais hegemônicas.

A maior parte das experiências analisadas está relacionada a jornais. Nesta década, destacam-se as experiências em formato digital, que provocaram uma reconfiguração do

entendimento de território, de pertencimento local e de comunidade. Seus modos de nomear as experiências também, já que se tornou mais comum o termo do uso “comunicação livre” ou “comunicação independente”. Identificou-se também que o Rio de Janeiro se mantém como um verdadeiro território-laboratório dessas experiências, característica que mostra que as práticas de comunicação contra-hegemônica se concentram onde já há dinâmica comunicacional, criando pluralidade em algumas regiões e escassez em outras. Nesse contexto, o jornal *O Cidadão da Maré* se destaca como protagonista das pesquisas. Apesar disso, em curto prazo, o jornal não percebeu resultados concretos provenientes das pesquisas das quais participou.

No que diz respeito aos desafios e possibilidades do campo, percebe-se que, na pesquisa em comunicação contra-hegemônica, o lugar do pesquisador(a) não privilegia o distanciamento científico nem considera a neutralidade como um ideal a ser atingido. Por um lado, esse envolvimento proporciona benefícios, como maior acesso ao campo, compreensão aprofundada das práticas e engajamento com os sujeitos estudados. Por outro, pode gerar percepções negativas, associando o pesquisador(a) a uma “militância esvaziada” ou contribuindo para a invisibilidade das pesquisas dentro do espaço acadêmico, o que reforça certas formas de recusa institucional citadas ao longo desta tese.

Soma-se a isso o fato de que o que distingue essa prática de pesquisa das demais é justamente o direcionamento do seu uso para finalidades que desafiam e questionam as normas hegemônicas. Contudo, embora tais experiências tenham como objetivo representar segmentos sociais explorados e frequentemente marginalizados pelo sistema midiático tradicional, nem sempre conseguem alcançar efetivamente esses grupos. Em diversos casos, sua recepção acaba restrita a círculos de pessoas já envolvidas nas práticas cotidianas, o que limita sua capacidade de ampliar o diálogo para além do público previamente engajado.

Por fim, os resultados desta tese indicam que a pesquisa é estruturante para a comunicação contra-hegemônica como campo. A pesquisa nesse âmbito constitui uma peça da engrenagem no enfrentamento das desigualdades e na disputa de sentidos nos meios de comunicação, além de fornecer parte significativa dos recursos humanos e financeiros mobilizados nas experiências analisadas. Nesse sentido, a articulação entre o conhecimento acadêmico e as experiências concretas fortalece a permanência das redes, apoia coletivos periféricos e amplia a circulação de saberes historicamente sub-representados. Assim, apesar

dos desafios e das mazelas já citadas anteriormente nesta tese, a comunicação contra-hegemônica no Brasil só se consolida enquanto prática porque há pesquisa por trás.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Ana Aparecida Frabetti Valim. **A comunicação popular na construção e preservação da memória das lutas populares no Brasil (décadas de 1970 e 1980)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2016.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 80, p. 71–96, 2010.
- ALVES, Carlos Roberto Cerqueira. **Comunidades carentes e a comunicação audiovisual: técnicas de edição como forma de expressão de comunidades oprimidas e oportunidade de vida para jovens moradores de favelas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- ALVIM, Paulo César R. Comunicação e ciência. In: TARGINO, Maria das Graças et al. (org.). **Quando o amor à ciência ainda basta**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. p. 47–66.
- ANDREATA, Anderson Antonio. **Impactos neoliberais nas políticas de comunicação no Brasil e na Argentina**. 2020. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- ARAÚJO, Valmir Teixeira de. **Imprensa negra na Internet: enquadramentos dos conteúdos produzidos pelos sites *Correio Nagô*, *Mundo Negro* e *Nação Z***. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação Social) — Universidade Metodista de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, São Bernardo do Campo, 2019.
- ARTES, Amélia. **Desigualdade de cor/raça e sexo entre estudantes e titulados na pós-graduação brasileira 2000 e 2010**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2015.
- BACALLAO-PINO, Lázaro M. Dimensiones de la mediación comunicativa en los movimientos sociales latinoamericanos. In: **Perspectivas de la comunicación**, 2016. p. 65–81.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil. In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 285–314.
- BALDISSERA, Rudimar. A comunicação no (re)tecer da cultura organização. **Revista Latino-Americana de Ciências da Comunicação**, v. 6, n. 10, p. 52–62, 2009.

BARBOSA, Marialva. A pesquisa em Comunicação no século XXI: bases para uma nova ciência? In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina. **Pensamento comunicacional latino-americano**. São Paulo: Unesco/Metodista, 2004.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1987.

BASTOS, Jaqueline Suarez. **Entre noções e experiências: as tensões sobre autonomia e sustentabilidade na mídia independente**. 2021. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) — Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, Niterói, 2021.

BATISTA, Elaine Barreto. **Comunicação comunitária: um caminho para o protagonismo social – um estudo de caso sobre o Jornal A Voz do Lapenna**. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) — Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2014.

BECERRA, Martín; MASTRINI, Guillermo. **Regulaciones de medios en América Latina (2004-2016)**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

BOLZANI, Vanderlan da Silva. Mulheres na ciência: por que ainda somos tão poucas? **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 4, 2017.

BONA, Nívea Canalli. Comunicador Popular na América Latina. In: URANGA e Meléndez-Labrador. **Reivindicar el cambio**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Huvaití Ediciones, 2022.

BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 15, n. 37, p. 121–127, 2008.

BORRÁS, Leopoldo. **Comunicacional Alternativa y Cambio Social**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1981.

BOTELHO, Jéssica Tainah da Silva. **Centro Popular do Audiovisual: resistências e reexistências na Comunicação Ecosistêmica**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) — Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Informação e Comunicação, Manaus, AM, 2019.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, Richard J. (ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press, 1986.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer n.º 977/65**. Relator: Newton Sucupira. Brasília, DF, 1965.

BROCHARDT, Viviane dos Santos. **Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no semiárido: a experiência da ASA**. 2013. Dissertação (Mestrado em

Comunicação) — Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, 2013.

CAPRILES, Oswaldo. Reflexión sobre las políticas de comunicación. **Nueva Sociedad**, n. 52, p. 67-83, 1981.

CARDOSO, Paula de Souza. **A comunicação comunitária na promoção da saúde: uma experiência de produção audiovisual com pessoas em situação de rua**. 2017. Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde) — Centro Universitário de Maringá, Maringá, 2017.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Padê: Estudos em Filosofia, Raça, Gênero e Direitos Humanos**, Brasília, v. 1, n. 1, 2007.

CARVALHO, Renata Palitó de. **Aspectos de ativismo digital na política municipal de São Gonçalo: um estudo das páginas Fala Coroadó e São Gonçalo Dá Depressão**. 2019. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) — Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, Niterói, 2019.

CASTELFRANCHI, Yuri. **As serpentes e o bastão**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CIESPAL. **Seminário sobre la investigación de la comunicación en América Latina**. Quito: CIESPAL, 1974.

CORREIA, Marcos. **Filmar operários: entre a ação política e a comunicação alternativa na realização documental nas décadas de 1970/1980**. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação Social) — Universidade Metodista de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, São Bernardo do Campo, SP, 2015.

COSTA, Michelly Xavier da. **Uma análise da comunicação comunitária em duas associações de Itajubá, MG, através do uso das TICs como ferramenta de comunicação**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) — Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2019.

COUTINHO, Eduardo Granja; PAIVA, Raquel. Escola Popular de Comunicação Crítica. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (E-Compós)**, 2007.

CRANE, Diana. **Invisible colleges: diffusion of knowledge in scientific communities**. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

CUNHA, Karen Sica da. **A reambientação do jornalismo popular no meio digital: uma análise do *Diário Gaúcho* e do *Extra***. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Comunicação Social, Porto Alegre, 2015.

CUNHA, Luciana Gouvêa da. **Tela Firme, gravando! A produção audiovisual do coletivo Tela Firme no fomento dos vínculos culturais e comunicativos no bairro da Terra Firme, em Belém (PA)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Paulista (UNIP), São Paulo, 2018.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. 2. ed. Brasília: LetrasLivres, 2013.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os Estudos Culturais. In: HOHLFELDT, Antônio et al. (org.). **Teorias da comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ESTEVA, Gustavo. México: en busca de opciones de comunicación social. In: **Comunicacional Alternativa y Cambio Social**. México: UNAM, 1981.

EVANGELISTA, Fábio Gama Soares. **O Bloco Se Benze que Dá e o seu papel na sociabilidade da favela da Maré (Rio de Janeiro)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, 2021.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A educação em tempos sombrios. **Blog do pensar a educação**, 26 maio 2016.

FERREIRA, Dina Maria Martins. Homo Academicus: crise identitária e prática científica. **Signótica**, Goiânia, v. 24, n. 2, p. 287–303, 2012.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo da (org.). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FESTA, Regina. Elementos para uma análise da comunicação na América Latina. In: MELO, José Marques de; BRANCO, Samantha Castelo (org.). **Pensamento comunicacional brasileiro**. São Bernardo do Campo: UESP, 1999.

FERREIRA, Thales Brandão. **Comunicação e marketing: um estudo das interações comunicacionais entre feirantes e fregueses na feira livre de Paripiranga-BA**. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) — Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Aracaju, SE, 2017.

FONSECA, Francisco. **Grande imprensa como aparelho privado de hegemonia: ambiguidades e contradições do discurso ideológico**. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa de Jornalismo, no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, s.d.

FRANÇA, Kátia Aparecida Bizan. **A representação do masculino: um olhar semiótico sobre a publicidade nazista**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Comunicação, São Bernardo do Campo, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FUENTES NAVARRO, Raúl. Pesquisa e metapesquisa sobre comunicação na América Latina. **Matrizes**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 27–48, 2019.

GARCIA, Marco Aurélio. **O gênero da militância**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, [s.d.].

GIANNOTTI-SANTIAGO, Claudia. **Experiências em Comunicação Popular no Rio de Janeiro ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Editora NPC, 2016.

GIOVANCARLI, Luiza. **Veículos de comunicação comunitários e jornais de bairro na cidade de São Paulo**. 2017. Dissertação — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GOBBI, Maria Cristina. **A batalha pela hegemonia comunicacional na América Latina**. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO/METODISTA, 2008.

GOBBI, Maria Cristina. A mídia das comunidades periféricas. In: **Folkcomunicação: a mídia dos excluídos**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2007.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano: Um conceito em construção**. 2007.

GONÇALVES, Antônio Vinícius Oliveira. **Contra-hegemonia, mediação e apropriação social: um estudo sobre o MTST e a ocupação urbana como meio de comunicação**. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, São Cristóvão, SE, 2017.

GONZÁLEZ, Jorge A.; MONTÍEL, Gilberto G. Notas para una teoría de la comunicación popular. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 25, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **A formação dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. Hegemonia e estado em Gramsci. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 8, n. 87, p. 59–68, fev. 2009.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação & poder**. Petrópolis: Vozes, 1982.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HASKINS, Charles Homer. **A ascensão das universidades**. Balneário Camboriú, SC: Danúbio, 2015.

HAUBRICH, Alexandre. **Mídias alternativas em Porto Alegre: processos comunicativos, mediação digital e cidadania na perspectiva de seus comunicadores**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Centro de Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2016.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Sistematização das experiências. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (org.). **Pesquisa participante**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.

IOANNIDIS, J. P. A. et al. Meta-research: Evaluation and Improvement of Research Methods and Practices. **PLoS Biol**, v. 13, n. 10, 2015.

KAPLÚN, Gabriel. La comunicación alternativa entre lo digital y lo decolonial. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 141, p. 75-94, 2019.

KAPLÚN, Gabriel. **La comunicación comunitaria**. In: MEDIOS de comunicación. *Tendências 07: el escenario iberoamericano*. España, 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=782911>. Acesso em: 2 de maio de 2024.

KARAM, Tanius. Perspectivas en diálogo para comunicología latinoamericana. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, p. 129–144, 2022.

KUNSCH, Maria Krohling; GOBBI, Maria Cristina. O campo acadêmico científico da Comunicação no Brasil. **Disertaciones**, v. 9, n. 2, p. 68–91, 2016.

LAGE, Allene Carvalho. Da subversão dos lugares convencionais de produção do conhecimento à epistemologia de fronteira. **ecadernos CES**, n. 2, 2008.

LEITE, Amanda Maurício Pereira. Pesquisa acadêmica: a escrita na primeira pessoa do singular. **Transinformação**, v. 36, 2024.

LIBERATO, Rita Simone Barbosa. **Comunicação, saberes e sabores: estratégias de sobrevivência e práticas de bem viver na aldeia Cinta Vermelha-Jundiba**. 2018. Tese — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

LIMA, Venício A. de. **Da “Comunicação para o desenvolvimento” à “análise do discurso”**. São Paulo: Intercom, 2025.

LIMA NETTO, Aristóteles Mesquita de; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. Modelo brasileiro baseado no modelo americano de pós-graduação. **Educere et Educare**, v. 16, n. 39, p. 149–163, 2021.

LOBATO, Mayara Luma Assmar Correia Maia. **O consumo de memória dos invisíveis: representações e histórias de vida dos excluídos em iniciativas alternativas de comunicação**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo) — PPGCOM, Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), São Paulo, 2019.

LOPES, Maria Immacolata V. **Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Loyola, 1990.

LUNA, Eunice Muruet. **Os lugares da infância em processos de comunicação comunitária: o Jornal *O Cidadão da Maré* como experiência**. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LUZ, Suelyn Cristina Carneiro da. **A participação das mulheres nos movimentos agroecológico e feminista e a contribuição do Jornal *Brasil de Fato***. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, campus Bauru, Bauru, 2014.

MAIA, Verônica. **LEITURA CRÍTICA E TELENÓVELA**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

MAGALHÃES, Caio César Mota. **Comunicação comunitária como articulação hegemônica na mídia convencional: um estudo de caso do Parceiros do RJ**. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Fortaleza, 2015.

MALDONADO GÓMEZ DE LA TORRE, Alberto Efendy. **Metodologias de pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MALDONADO GÓMEZ DE LA TORRE, Alberto Efendy. **Teorias da comunicação na América Latina**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

MALERBA, João Paulo Carrera. **Rádios Comunitárias no Limite**. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

MARCELO, Adriana Rabelo Rodrigues. **Olhares sobre a comunicação comunitária no processo organizativo e atuação da comunidade quilombola da Caçandoca, em Ubatuba-SP**. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Universidade Metodista de São Paulo, Escola de Comunicação, Educação e Humanidades, São Bernardo do Campo, 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. A Comunicação no Projeto de uma Nova Cultura Política. In: **Comunicação na América Latina: Desenvolvimento e Crise**. Campinas: Papirus, 1989.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, 2009.

MARTINS, Gizele de Oliveira. **Militarização da vida e censura da comunicação comunitária: a luta por liberdade de expressão no Conjunto de Favelas da Maré**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2018.

MARTINS, Edna et al. O acesso de estudantes negros à pós-graduação. **Educere et Educare**, v. 16, n. 39, 2021.

MEDEIROS, Dérika Correia Virgulino de. **Mandacaru: uma experiência de comunicação comunitária**. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MELO, José Marques de et al. **Mídia Cidadã: Utopia brasileira**. São Bernardo do Campo: UESP, 2006.

MELO, José Marques de. **Comunicação na América Latina: desenvolvimento e crise**. São Paulo, 1989.

MELO, Renata da Silva. **A notícia por quem vive**. 2017. Dissertação de Mestrado – UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

MELO, Renata da Silva. Da Garganta do Diabo à Cidade de Deus. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 22, n. 57, 2021.

MELO, Renata da Silva; DE AQUINO, Elis. Trajetórias em perspectiva. In: TEIXEIRA, Inês A. C. et al. (org.). **Pesquisar e contar**. São Carlos: Editora De Castro, 2022.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Sociedade Civil em Gramsci. In: PAULA, Dilma Andrade; MENDONÇA, Sônia Regina de (org.). **Sociedade Civil: Ensaios Históricos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Comunicação popular e comunitária e economia política da comunicação. In: MARQUES, Rodrigo M. et al. (org.). **Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**. São Cristóvão: ULEPICC-Brasil, 2022.

MOISÉS, Raika Julie. **Falam de mim e eu falo de nós: gênero, raça e corporeidade na trama virtual**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Rio de Janeiro, 2016.

MORAES, Dênis de. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54–77, jan./jun. 2010.

MORAES, Jader Luciano Silva de. **Favela.com: um retrato do jornalismo comunitário carioca na era digital**. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, Niterói, 2014.

MOREIRA, Hércules Silva. **Comunicação comunitária: um estudo sobre a participação da audiência no processo de comunicação regional**. 2015. Dissertação de Mestrado, São Paulo, SP, 2015.

NASCIMENTO, Letycia Gomes. **Etnocomunicação indígena como prática de liberdade decolonialista e ancestral na formação comunicativa da Webrádio Yandê**. 2020. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

NOVAES, Washington. Culturas regionais, minorias étnicas e os meios de comunicação. **Revista Humanidades**, n. 35, ago. 2008.

NUNES, Márcia Vidal. As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, p. 59-76, 2004.

OCDE. **Avaliação da OCDE sobre telecomunicações e radiodifusão no Brasil 2020**. Paris: OCDE, 2020.

OECD. **OECD Telecommunication and Broadcasting Review of Brazil 2020**. Paris: OECD Publishing, 2020.

OLIVEIRA, Ariadne Freitas Bianchi de. **Hip hop como processo comunicacional e sociabilidade para jovens indígenas de Dourados – MS**. 2015. Dissertação (Mestrado em

Comunicação Social) — Universidade Metodista de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, São Bernardo do Campo, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque: ONU, 1948.

OTRE, Maria Alice Campagnoli. **A pesquisa acadêmica sobre Comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado) – UMESP, São Bernardo do Campo, 2015.

PALÁCIOS, Marcos. Sete teses equivocadas sobre comunidade e comunicação comunitária. **Comunicação & Política**, São Paulo, n. 11, p. 102-110, 1990.

PALMA, Diego. **La Sistematización como Estrategia de Conocimiento en la Educación Popular**. Santiago de Chile: CEAAL, 1992.

PAULINO, Fernando Oliveira et al. (eds.). **Tradiciones de Investigación en Diálogo**. Lisboa: Media XXI, 2020. Disponível em: https://www.alaic.org/wp-content/uploads/2022/02/Tradiciones-de-Investigacion-en-Diologo_final.pdf Acesso em: 31 jan. 2026.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. 2018. Tese (Doutorado) – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2018.

PAULSTON, Rolland G. (org.). **Social cartography: mapping ways of seeing social and educational change**. New York: Garland, 1996.

PEREIRA, Camille Costa Perissé. **Comunicação que sobrevive: a busca de autossustento para uma mídia autogerida por moradores da Cidade de Deus**. 2015. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) — Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, Niterói, 2015.

PEREIRA, Fabiana da Costa. **O comunitário presente na TV Santa Maria (RS): análise a partir das estratégias comunicacionais de produção televisiva**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **A participação na comunicação popular**. 1991. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 1991.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. **Revista Palavra Chave**, v. 11, n. 2, 2008.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação nos movimentos sociais. **Contemporânea**, v. 11, n. 1, 2013.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Da comunicação popular à imprensa alternativa no Brasil. **Revista Humanidades**, v. 55, 2008.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Pedagogia da Comunicação Popular e Comunitária nos Movimentos Sociais**. 1. ed., 2022.

RAFAGNIN, Maritânia Salete Salvi; RAFAGNIN, Thiago Ribeiro. **Políticas de educação do ensino superior de Lula a Temer**. Revista Atlante, 2019.

RAMONET, Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: MORAES, Denis de (org.). **Mídia, poder e contrapoder**. São Paulo: Boitempo, 2013.

RAMOS, Murilo César et al. (org.). **Conferência Nacional de Comunicação 10 anos depois**. São Cristóvão: ULEPICC-Brasil, 2020.

REBOUÇAS, Edgard. Os direitos à comunicação e o regime de propriedade intelectual. In: MELO, José Marques de et al. (org.). **Mídia cidadã: utopia brasileira**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?** Brasília: Editora UnB, 1986.

ROCHA, Letícia Monteiro. **Comunicação oral e midiática na Festa do Divino de Figueirão/MS**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Mestrado em Comunicação, Campo Grande, MS, 2018.

RODEMBUSCH, Rodrigo Severo. **Rádio comunitária e cidadania comunicativa: interações entre comunicadores locutores e ouvintes das Rádios Comunitárias Lomba do Pinheiro e A Voz do Morro**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

RODRIGUES, Carlos Alberto Kerr. **Voluntariado do Canal NET Cidade do ABCDM: um programa inovador a serviço da comunidade**. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2017.

RODRIGUES, Verônica Maia. **Leitura crítica e telenovela: processos de construção da identidade em comunidades**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2013.

RODRIGUES, Janaina de Holanda. **A Vila que ficou velha: a trajetória do jornal de bairro Vila Notícia e sua prática comunicacional**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação)

— Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2013.

SANTI, Mara Fernanda de. **Mídia cidadã, comunicação popular e as redes colaborativas online de alerta de segurança: uma luta por direitos ou por visibilidade?** 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, SP, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3–46, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 83, 2003.

SANTOS, José Augustiano Xavier dos. **Apropriações da comunicação nos espaços institucionais do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA Mondubim**. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, CE, 2017.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL**, Buenos Aires, v. 6, n. 16, 2005.

SANTOS, Sarah Fontenelle. **Comunicação popular e insurgente da Boa Esperança**. 2023. Tese (Doutorado) – UFRN, Natal, 2023.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, Universidade e Ideologia**. Centro Edelstein, 2008.

SGOTI, Silmara de Mattos. **A comunicação comunitária dos quilombolas Carrapatos da Tabatinga: o diálogo como práxis da comunicação interpessoal e grupal**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

SILVA, Amanda Cínthia Medeiros e. **Práticas e características do jornalismo alternativo e contra-hegemônico de agência de informação: uma visão a partir da rotina produtiva da Adital**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Natal, 2015.

SILVA, Kariane Costa. **A coluna Media Watch do portal Mídia Sem Máscara: observatório fake no ecossistema de extrema direita durante a pandemia da Covid-19**.

2025. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2025.

SILVA, Marcella Rodrigues Tovar da. **“Debaixo da floresta, tem gente”: Rede Mocoronga, audiovisual e o cotidiano ribeirinho**. 2020. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) — Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2020.

SILVA, Rociclei da. **Navegando com a comunicação comunitária em uma maré de microrevoluções**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Suelen de Aguiar. **Comunicação comunitária e participação popular no Projeto Casa Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Comunicação, São Bernardo do Campo, SP, 2013.

SOARES, Denise Rodrigues. **Vidas foliãs, suas comunicações, sociabilidades e dispositivos interacionais**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Goiânia, 2020.

SOARES, Matheus Dias Galdino. **O jornalismo cidadão, a comunicação popular e o hiperlocalismo nas rotinas de dez rádios comunitárias do Paraná: narrativas de imprensa, busca de identidade e contingências da frontalidade**. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Curitiba, 2022.

SOUSA, Francisco Sérgio Lima de. **Quando as minorias falam: os personagens da websérie *Cartas Urbanas*, do Coletivo Nigéria, e suas construções de sentido sobre a obra**. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2017.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade**. 2008. Tese (Doutorado) — UnB, Brasília, 2008.

SOUZA, Juliana Salles de. **Entre Quebradas e Comunas: educomunicação popular e periférica em São Paulo e Medellín**. 2019. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SOUZA, Priscila Rabassa de. **A comunicação comunitária e a promoção da cidadania na comunidade de Suruacá – PA**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) — Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Manaus, 2013.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de et al. (org.). **O Direito achado na rua: O direito à comunicação**. Brasília: Fac Livros, 2017.

STEIN, Ernildo. **Aproximações sobre hermenêutica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, 2012.

TARGINO, Maria das Graças et al. Quando o amor à ciência ainda basta. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio T. (org.). **Comunicação para a ciência**. Brasília, DF: Embrapa, 2003.

TAVARES, Joana Brandão. **Ciber-informações nativas: uma análise da circulação da informação dos cibermeios de autoria de povos indígenas residentes no território brasileiro (2005-2012)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

TOBIAS, Juliano da Silva. **Negros e negras chegam à universidade**. 2014. Dissertação (Mestrado) — USP, São Paulo, 2014.

TONDO, Stephanie Branco. **Jornalismo popular na era digital: reconfigurações tecnológicas e narrativas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Rio de Janeiro, 2018.

TORRICO VILLANUEVA, Erick. **La contribución del pensamiento teórico latinoamericano a la constitución del campo conceptual de la comunicación**. 2021. Tese (Doctorado) — Universidad Rey Juan Carlos, Madrid, 2021.

TOVAR DA SILVA, Marcella Rodrigues. **Debaixo da floresta, tem gente**. 2020. Dissertação (Mestrado) — UFF, Niterói, 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLE, Paulo Roberto Dalla et al. As diferenças entre as pesquisas do tipo estado da arte e estado do conhecimento. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 21, n. 52, 2025.

VENTURINI, Anna Carolina. **Ações afirmativas na pós-graduação**. Rio de Janeiro: Gema, 2017.

VERSIANI, Renata; JAUMONT, Jonathan. A pesquisa militante na América Latina. **Revista Direito & Praxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 2016.

VOGT, Carlos. A espiral da cultura científica. **Com Ciência**, Campinas, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica**. Campinas: Autores Associados, 2001.

ZANDONADE, Vanessa. **Rádio Comunitária de Heliópolis**. 2013. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Assis, 2013.

APÊNDICE I - Formulário Online aplicado aos participantes

Quem são os(as) sujeitos pesquisadores(as) da Comunicação Contra-hegemônica no Brasil?

Este formulário integra a coleta de dados da tese de doutorado "Comunicação contra-hegemônica no Brasil: Análise das Dissertações e Teses em Programas de Pós-Graduação em Comunicação (2013-2022), desenvolvida por Milena dos Santos Marra na Universidade de Brasília (UnB).

Identificamos que você é um(a) dos(as) pesquisadores(as) que contribuíram para a construção dessa temática nessa década e sua experiência é fundamental para esta investigação.

A pesquisa tem como objetivo compreender as subjetividades, trajetórias e bastidores que atravessam a produção científica em Comunicação Contra-Hegemônica no Brasil entre 2013 e 2022. Mais do que mapear temas ou dados quantitativos, busca-se revelar os caminhos pessoais, afetivos, políticos e institucionais que moldam dissertações e teses, especialmente no campo da Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. Interessa-nos conhecer quem são os sujeitos pesquisadores(as), como se relacionam com seus objetos de estudo e quais experiências, motivações e desafios marcam seus percursos.

Ao responder a este formulário, você autoriza o uso das informações fornecidas exclusivamente para fins acadêmicos, no âmbito da pesquisa de doutorado mencionada, resguardando integralmente, caso queira, o sigilo e o anonimato das pessoas participantes.

Tempo médio de resposta: 20 minutos

Caso tenha dúvidas, envie e-mail para milena.bmarra@gmail.com ou mensagem por aplicativo em 61 982700920.

1. Você deseja se identificar ?
2. Nome Completo
3. E-mail:

4. Como você se identifica em relação ao gênero ? (Ex: Mulher, homem, pessoa não binária, etc).
5. Como você se identifica em relação à raça/cor? *classificação do IBGE? (Branca(o), Preta(o), Parda(o), Amarela(o), Indígena, Prefiro não responder)
6. Qual a sua idade hoje? (20 a 30 anos, 30 a 35 anos, 35 a 45 anos, mais de 50 anos)
7. Nos conte brevemente sobre a sua história de vida.
8. Como você foi selecionada(o) para a Pós-Graduação? (Na primeira seleção que me inscrevi, passei, Após outra(s) seleções no mesmo Programa, passei, Após outra(s) seleções em OUTROS Programas, passei, Outro)
9. Como você conduziu financeiramente a sua pesquisa? (Sozinha(o), custeando com recursos próprios, Com apoio de familiares, Com bolsa de pós-graduação, Outro)
10. Há relação entre seu tema e sua trajetória pessoal, atuação profissional ou engajamento político? Se sim, explique brevemente como essa relação se deu/se dá.
11. Como foi sua experiência dentro do programa de pós-graduação ao longo de sua permanência?
12. Você manteve ou mantém vínculos com movimentos, coletivos ou redes de comunicação popular antes/ durante / após a pesquisa?
13. Que sentimentos marcaram seu percurso de pesquisa ?
14. Você percebeu resistências institucionais, epistemológicas ou políticas ao tema de sua pesquisa? (Sim, de forma evidente, Sim, mas não evidente, Em alguns momentos, Não senti, Outro).
15. Houve retorno ou diálogo com os grupos, coletivos ou comunidades envolvidos após a defesa? Explique.
16. Que efeitos sua pesquisa teve sobre você — em sua vida pessoal ou trajetória profissional?
17. Há mais alguma coisa sobre sua trajetória de pesquisa que você gostaria de compartilhar conosco?*Você pode contar histórias, experiências, desafios ou aprendizados que não foram abordados nas perguntas anteriores.
18. Há alguma foto, documento, vídeos ou outros registros que descrevam seu processo de estudo/pesquisa ?
19. Você deseja receber os resultados dessa pesquisa por e-mail?

APÊNDICE II - Roteiro de Entrevista Semiestruturadas

Obrigado(a) por aceitar participar desta entrevista. Nosso objetivo é conhecer sua trajetória pessoal e acadêmica, assim como a relação com seu tema de pesquisa e experiências em comunicação contra-hegemônica. A entrevista será registrada em áudio apenas para fins de análise acadêmica, e seus dados serão tratados de forma identificada. Você pode optar por não responder qualquer pergunta. Você aceita participar?

Para começar, gostaríamos que você se apresentasse: seu nome completo, e, se desejar, seu e-mail para que possamos enviar os resultados da pesquisa.

Como você se identifica em relação ao gênero e à cor ou raça?

E qual a sua faixa etária?

Depois, conte um pouco sobre sua história de vida e os principais marcos que considera importantes, tanto pessoais quanto profissionais.

Em seguida, queremos entender sua trajetória acadêmica: como você foi selecionado(a) para o programa de pós-graduação que frequentou?

Você percebe alguma relação entre seu tema de pesquisa e sua trajetória pessoal, atuação profissional ou engajamento político?

Se sim, pode nos explicar como essa relação se deu ou se dá? Além disso, gostaríamos de saber como você conduziu financeiramente sua pesquisa.

Foi por conta própria, com apoio de familiares, com bolsa de pós-graduação ou de outra forma?

Agora, falando sobre sua experiência dentro do programa de pós-graduação, como você descreve sua permanência e participação ao longo do curso?

Durante esse período, você percebeu alguma resistência institucional, epistemológica ou política em relação ao tema da sua pesquisa?

Também é importante conhecer seu envolvimento com coletivos, movimentos ou redes de comunicação popular. Você manteve ou mantém vínculos com eles antes, durante ou após a pesquisa?

Houve retorno ou diálogo com os grupos, coletivos ou comunidades envolvidos depois da defesa? Se sim, como isso se deu?

Queremos também refletir sobre os impactos da pesquisa em sua vida.

Que efeitos ela teve sobre você, tanto pessoalmente quanto na sua trajetória profissional?

Que sentimentos marcaram seu percurso de pesquisa?

Por fim, gostaríamos de saber se há algo mais sobre sua trajetória que você queira compartilhar, como histórias, experiências, desafios ou aprendizados que não foram abordados nas perguntas anteriores.

Você possui algum registro como fotos, documentos ou vídeos que descrevam seu processo de pesquisa e que queira compartilhar?

E, por último, deseja receber os resultados desta pesquisa por e-mail?

Agradecemos muito pelo seu tempo e pelas informações compartilhadas.